

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Instituto de Geociências – Programa de Pós-graduação em Geografia
Departamento de Geografia

Etnogeografia, Etnopolítica e o Estudo da Paisagem nas Comunidades
Quilombolas da Fazenda Alto dos Bois Angelândia/Vale do
Jequitinhonha - MG.

Sidney Daniel Batista

Belo Horizonte
2015

Sidney Daniel Batista

Etnogeografia, Etnopolítica e o Estudo da Paisagem nas Comunidades
Quilombolas da Fazenda Alto dos Bois Angelândia/Vale do
Jequitinhonha - MG.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Organização do Espaço
Linha de pesquisa: Produção, organização e gestão do espaço.

Orientador: Prof. Dr. José Antônio Souza de Deus

Belo Horizonte
2015

Dissertação intitulada Etnogeografia, Etnopolítica e o Estudo da Paisagem nas Comunidades Quilombolas da Fazenda Alto dos Bois Angelândia/Vale do Jequitinhonha – MG, de autoria do mestrando Sidney Daniel Batista, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Geociências da UFMG como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Organização do Espaço.

Aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:

Prof. Dr. José Antônio Souza de Deus
Orientador

Prof. ^a Sônia de Souza Mendonça Menezes
Programa de Pós- Graduação em Geografia NPGeo – Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Prof. Dr. Carlos Eduardo Silveira
Programa de Pós Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas– Universidade Federal dos Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

Prof. Dr. Ricardo Alexandrino
Programa de Pós Graduação em Geografia - IGC/UFMG

Belo Horizonte
2015

B333e Batista, Sidney Daniel.
2015 Etnogeografia, etnopolítica e o estudo da paisagem nas comunidades quilombolas da Fazenda Alto dos Bois Angelândia/Vale do Jequitinhonha-MG [manuscrito] / Sidney Daniel Batista. – 2015. 222 f., enc.: il. (principalmente color.)

Orientador: José Antônio Souza de Deus.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Geografia, 2015.
Área de concentração: Organização do Espaço.
Linha de pesquisa: Produção, Organização e Gestão do Espaço.
Bibliografia: f. 204-222.

1. Geografia humana – Jequitinhonha, Rio, Vale (MG e BA) – Teses. 2. Etnografia – Teses. 3. Paisagens – Aspectos sociais – Teses. 4. Quilombos – Jequitinhonha, Rio, Vale (MG e BA) – Teses. I. Deus, José Antônio Souza de. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Departamento de Geografia. III. Título.

CDU: 911.3(815.1 + 813.8)

O presente trabalho utiliza categorias conceituais de análise da Geografia Cultural e da Etnogeografia para analisar e reinterpretar paisagens relacionadas com o processo de obtenção de visibilidade política, nos últimos anos/ décadas, pelos núcleos quilombolas domiciliados no Vale do Jequitinhonha. O Jequitinhonha é um vale de muitas culturas, com a emergência, aí, de segmentos sociais que tem recentemente dinamizado e requalificado sua dinâmica social. São, aliás, essas comunidades que dão ao Vale a vitalidade cultural que o diferencia e distingue no contexto das demais mesorregiões do estado de Minas Gerais. Nossa investigação foi verticalizada nas comunidades de Alto dos Bois, Córrego do Engenho e Barra do Capão, situadas no município de Angelândia, localizado no Alto Vale do Jequitinhonha. A Fazenda Alto dos Bois constitui importante sítio histórico-cultural regional, já tendo sido reportado nos relatos de viajantes e cronistas europeus que percorreram a região, séculos atrás. Foram adotados como procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica e documental; reconhecimentos de campo e entrevistas semiestruturadas. Utilizamos as linhas interpretativas da Geografia Cultural contemporânea, sobretudo das visões mais heterodoxas do “marxismo cultural” de Denis Cosgrove. Considerando-se o contexto contemporâneo de exercício de novas territorialidades e reelaboração/ ressignificação de identidades, verifica-se no Jequitinhonha o desenvolvimento de *identidades culturais emergentes*, ou seja, aquelas capazes de oferecer um desafio à cultura dominante e portadoras de uma nova mensagem social. Tal contexto gesta, aí, *paisagens culturais alternativas* na medida em que tais comunidades têm vivenciado ultimamente uma dinâmica nitidamente reterritorializante e exercido crescente protagonismo etnopolítico. Conclui-se que o processo hoje vivenciado por tais comunidades, remete consolidação de paisagens culturais emergentes. Dessa maneira é necessário conhecer a constituição de uma comunidade como grupo cultural e as suas relações com o lugar para indicar caminhos pelos quais o turismo poderia encontrar melhor interação e adesão dentro da comunidade.

Palavras-Chave: Geografia Cultural. Etnogeografia. Paisagens Culturais. Vale do Jequitinhonha. Turismo. Comunidades Quilombolas.

ABSTRACT

This work uses conceptual categories of analysis of Cultural Geography and Etnogeografia to analyze and reinterpret landscapes related to the process of obtaining political visibility in recent years / decades, the Maroons cores domiciled in the Jequitinhonha Valley. The Jequitinhonha is a valley of many cultures, with the emergence, then, social segments that have recently streamlined and reclassified its social dynamics. Are, in fact, those communities that give the Valley the cultural vitality that differentiates and distinguishes the context of other mesoregions the state of Minas Gerais. Our investigation was vertical in the communities of Alto Bois, the Mill Stream and Barra do Capon, located in the municipality of Angelândia, located in the Upper Valley of Jequitinhonha. The High Farm of Bois is an important regional historical and cultural site, having been reported in travelers' accounts and European chroniclers who visited the region centuries ago. Were adopted as instruments: bibliographical and documentary research; Field reconnaissance and semi-structured interviews. We use the interpretive lines of contemporary Cultural Geography, especially the more unorthodox views of "cultural Marxism" Denis Cosgrove. Considering the current context of the exercise of new territoriality and reworking / identity redefinition, there is Jequitinhonha in the development of emerging cultural identities, ie those able to offer a challenge to the dominant culture and bearers of a new social message. This deed context, then, alternative cultural landscapes to the extent that such communities have lately experienced a distinctly reterritorializante dynamic and growing ethnopolitical exercised leadership. We conclude that the process now experienced by these communities, refers consolidation of emerging cultural landscapes. Thus it is necessary to know the structure of a community as a cultural group and its relationship with the place to indicate ways in which tourism could find better interaction and adhesion within the community.

KEYWORDS: Cultural Geography. Ethnogeography. Cultural Landscapes. Jequitinhonha Valley. Tourism. Quilombo communities.

FIGURA 1: Localização do Município de Angelândia.....	
FIGURA 2: Etapas da Regularização Quilombola.....	
FIGURA 3: Localização Vale do Jequitinhonha Estado de Minas Gerais.....	
FIGURA 4: Rota Solidária.....	
FIGURA 5: Coco Catulé.....	
FIGURA 6: Fabricação de Farinha.....	

Lista de Tabelas

- TABELA 1: Identificação de Potencial Turístico Área de Estudo.....
- TABELA 2: Plantas Medicinaiis e uso indicado pelos moradores Alto dos Bois..
- TABELA 3: Plantas Medicinaiis.....

Lista de Gráficos

- GRÁFICO1: Distribuição de Comunidades Quilombolas Certificadas por Região.....
- GRÁFICO2: Produtos Turísticos
- GRÁFICO3: Profissão
- GRÁFICO4: Gênero
- GRÁFICO5: Escolaridade
- GRÁFICO6: Futuro dos negros será bom
- GRÁFICO7: Você acha que o aumento de turista na região poderia melhorar sua vida.....
- GRÁFICO8: O que existe aqui que poderia atrair o turista
- GRÁFICO9: Profissão
- GRÁFICO10: Gênero
- GRÁFICO11: Faixa Etária
- GRÁFICO12: Escolaridade
- GRÁFICO13: Futuro dos negros será bom
- GRÁFICO14: Profissão
- GRÁFICO 15: Gênero
- GRÁFICO16: Escolaridade
- GRÁFICO17: Faixa Etária

EdUSC

UERJ, UFPR, UFG, UNICAMP

ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
IPHAN- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IEPHA- Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas

Gerais

OMT - Organização Mundial do Turismo
AMAJE- Associação dos Municípios da Microrregião do Alto

Jequitinhonha

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a

Cultura

CEDEFES- Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva
NEER - Núcleo de Estudos e em Espaço e Representações
NEPEC- Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Espaço e Culturas
ONG- Organização não governamental
FCP- Fundação Cultural Palmares
MINC- Ministério da Cultura
INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
OIT- Organização Internacional do Trabalho
APA- Área de Preservação Permanente
FAPEMIG- Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
PNPIR- Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial
SEPPIR- Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
ASQ- Agenda Social Quilombola
PAC- Programa de Aceleração do Crescimento
PNAQ- Programa Nacional de Alimentação Quilombola
PBQ- Programa Brasil Quilombola
IGC- Instituto de Geociências
UFMG- universidade Federal de Minas Gerais

Sumário

1. Introdução	13
2. Objetivos.....	25
2.1. Objetivo Geral	25
2.2. Objetivos Específicos	25
3. Justificativa	25
4. Métodos e Metodologia	28
5. Fundamentação teórica.....	38
5.1. A Trajetória da Geografia Cultural.....	38
5.1.1. Escola Alemã.....	40
5.1.2. Escola Americana.....	42
5.1.3. Escola Francesa.....	45
5.2. A Geografia Cultural no Brasil	47
5.3. A Crise e Declínio da Geografia Cultural	Erro! Indicador não definido.
5.4. A Renovação da Abordagem Cultural na Geografia	Erro! Indicador não definido.
5.4.1. As categorias Espaço e Lugar.....	Erro! Indicador não definido.
5.4.2. A categoria território	52
5.4.3. A categoria paisagem.....	57
5.5. A Paisagem no Âmbito dos Estudos Geográficos: Uma Tentativa de Contextualização e Sistematização	61
5.6. A morfologia da Paisagem	68
5.7. Fenomenologia e a paisagem nas concepções da “Nova Geografia Cultural”	72
5.8. A visão heterodoxa de Denis Cosgrove.....	76
5.9. Olhar sobre a paisagem cultural no momento atual.....	83

5.10.	Uma Abordagem Geohistórica sobre as Comunidades Quilombolas.....	87
5.10.1.	Minorias Étnicas e a Paisagem Cultural Emergente/Excluída	87
5.10.3.	Da “invisibilidade” à “visibilidade”: Um olhar sobre as políticas públicas destacadas aos quilombolas.	98
5.11.	Um olhar Geográfico sobre os Núcleos Quilombolas em Minas Gerais	106
5.11.3.	Vale do Jequitinhonha Histórico da ocupação da Região em seus Primórdios	109
5.11.4.	A Divisão Militar – Quartel dos Dragões	113
5.11.5.	Origem do Registro Toponímico: Alto dos Bois	115
5.11.6.	Os Naturalistas e sua relação com o Alto dos Bois	116
5.11.7.	Um olhar sobre o Alto dos Bois no Contexto Atual	125
5.12.	A possível inserção do turismo no Alto dos Bois sob o olhar das comunidades Locais...132	
5.12.3.	Perfil dos Entrevistados Alto dos Bois	158
5.13.	Paisagem Cultural do Alto dos Bois: Uma Abordagem Prática	159
5.13.3.	Perfil Sociedade Envolvente	178
5.13.4.	Análise Entrevista Sociedade Envolvente.....	180
5.13.5.	Perfil Geral do Público Entrevistado	186
5.13.6.	Interpretação Crítica dos Dados de Campo.....	188
6.	Considerações Finais	190
7.	Referências	198
8.	Apêndice.....	Erro! Indicador não definido.

1. INTRODUÇÃO

A paisagem sempre constituiu um conceito chave na construção teórica e metodológica da geografia, sendo uma das categorias de análise mais tradicionais desta ciência. Segundo Claval (2002) as paisagens desempenharam um papel importante na Geografia da primeira metade do século vinte, embora seu estudo tenha permanecido essencialmente baseado em duas concepções: a concepção funcional e a concepção arqueológica. Na primeira, a paisagem era concebida como reflexo do funcionamento social, cultural e econômico da sociedade. Na segunda, parte da paisagem não refletia o funcionamento atual, mas os funcionamentos passados. Atualmente a situação é completamente diversa. Os geógrafos estudam a dimensão estética das paisagens, seja rurais ou urbanas, ou ainda, as paisagens dos pintores.

Em nossa abordagem particular do tema, partimos do princípio que o sentido de identidade de muitas coletividades sociais está ligado às paisagens da lembrança e da memória, e assim sendo, podemos considerar que a paisagem não se apresenta apenas como um reflexo do funcionamento passado ou presente da sociedade. As relações emocionais entre a paisagem e o observador devem ser, portanto, também analisadas. E o papel da paisagem nas estratégias de poder e de dominação também deve ser explorado. Em nossa abordagem da categoria de análise, a significação da paisagem na construção ou na preservação das identidades é ressaltada daí, a relevância de se estudar a **paisagem cultural** nesta pesquisa.

Alguns estudiosos chegaram a registrar que a Geografia consistiria numa “ciência da paisagem”; e para Corrêa (1995, p.3), inclusive, a razão pela qual a paisagem seria considerada uma “categoria-chave” deste campo do Conhecimento estaria no papel por ela assumido, de dar integridade a ele, articulando o saber sobre a natureza com o saber do homem e permitindo uma análise da articulação entre os distintos elementos naturais e culturais, que constituem ou configuram uma realidade.

Segundo Corrêa (1997, p. 50 *apud* MELO, 2001, p.30) os geógrafos se reconciliam com a tradição, neste momento em que a paisagem volta a ser um dos conceitos-chave da geografia, mas embora inserida em outras abordagens, nas quais são crescentemente considerados e valorizados os aspectos subjetivos da realidade, ou seja, a análise de seu significado. É nesta perspectiva que Bley define paisagem como:

O suporte físico no qual se estrutura uma sociedade, cuja morfologia é resultante da lógica própria dos processos de suporte e da lógica própria dos processos sociais e culturais, é tudo que vemos e sentimos e o resultado da acumulação de ações de muitas gerações. (2006, p.105)

De fato, a paisagem, pela complexidade de relações e processos que nela se inserem, permite a realização de estudos focados em diversos aspectos. E sabe-se que apesar deste conceito estar bastante assimilado pela geografia, os significados do termo se diversificam e se tornam mais complexos conforme a necessidade de quem o elabora e aplica; e assim sendo a paisagem é uma categoria conceitual que pode ser interpretada e utilizada de várias maneiras. Meneses (2002) aponta que a polissemia¹ da palavra revela o caráter “móvedio” do tema. Nesta dissertação, trabalhamos a paisagem em seu caráter essencialmente cultural.

Durante o século XX, a paisagem foi, em particular, um termo muito discutido na teoria social por geógrafos e outros estudiosos. Nas abordagens dos geógrafos da assim denominada “Geografia Tradicional²”, a paisagem era tida como uma característica estética de uma área e limitada apenas ao alcance material da visão – sendo visualizada como um “retrato” de determinado momento no espaço. Sendo a paisagem um aspecto visível diretamente perceptível do espaço, tal categoria de análise passou a ser objeto de pesquisa própria, graças à conjunção de dados científicos. A paisagem pode ser vista como reflexo de valores sociais e padrões culturais, como paisagem social e política e pressupõe simultaneamente o estudo

¹ Polissemia é a propriedade que uma mesma palavra tem de apresentar vários significados.

² A geografia tradicional é uma corrente da geografia que abrange desde as formulações do geógrafo Friedrich Ratzel até meados do século XX. O elemento de identidade mais importante dos geógrafos dessa tendência era a concepção de que a Geografia consiste numa ciência de síntese ou ciência de contato entre as disciplinas que estudam a natureza e as da sociedade. Para realizar esse propósito integrador, os autores dessa corrente recorreram a um arsenal bastante eclético de ideias provenientes do positivismo, das “filosofias evolucionistas”, do romantismo e do neokantismo, dando origem a três formas principais de pesquisa geográfica, que são: o determinismo ambiental, a escola “possibilista” e a concepção de geografia como ciência da diferenciação de áreas (AMORIM FILHO. 1999).

das relações do homem com o mundo, e do homem com o homem. É nesse horizonte de discussão e de reflexão conceitual que, na Geografia Cultural, a dimensão imaterial da cultura se torna um elemento fundamental de análise, embora, inicialmente, as abordagens clássicas da *Escola de Berkeley*, focassem mais a análise morfológica das paisagens, enfatizando a sua materialidade.

Através da renovação da Geografia Cultural, na década de 1970, os aspectos subjetivos e imateriais da cultura passaram a atrair, assim, mais interesse e ter maior destaque, principalmente, através de enfoques adotados e vinculados à fenomenologia e simbologia. Para a Geografia Cultural, a paisagem sempre representou a expressão material do sentido que a sociedade dá ao meio. Com este olhar, este campo do Conhecimento repudiou a análise estrita das formas e buscou a substância da paisagem na relação entre forma e conteúdo, materialidade e representação paisagem e imaginário coletivo (LUCIARI, 2001, p.15).

De acordo com Corrêa e Rosendahl (2003), a paisagem apresenta três dimensões: histórica, espacial e simbólica. E essas dimensões encontram-se, naturalmente, inter-relacionadas. A dimensão histórica está presente porque a paisagem é produto da ação humana ao longo do tempo. Como a paisagem ocorre em certa área da superfície terrestre, apresenta uma dimensão espacial. Mas a paisagem também é portadora de significados e expressa valores, crenças, mitos e utopias, configurando assim, igualmente, uma dimensão simbólica. Para Meneses (2002), os significados mais profundos da paisagem estão, aliás, concentrados nos usos que um grupo cultural atribui a um espaço físico.

Toda a paisagem é sempre cultural, uma vez que mesmo não havendo interferência física significativa do ser humano aí, ele lhe atribui valores e significados. A paisagem é um elemento constitutivo dos processos identitários e oferece pistas materiais que permitem perceber seu caráter histórico. É também nesse contexto- vale ressaltar-, que os estudos de comunidades tradicionais ganham destaque no âmbito da Geografia atualmente.

Um dos expoentes da Geografia Cultural contemporânea, Denis Cosgrove, demarca, que há culturas dominantes (as que exercem uma hegemonia cultural), e culturas subdominantes ou alternativas, não apenas no sentido político, mas também em termos de sexo, faixa etária e etnicidade. A cultura dominante procura

produzir paisagens formatadas de acordo com sua imagem de mundo e tornar essa imagem aceita como realidade de todos, enquanto as paisagens alternativas seriam produzidas por grupos não-dominantes, e, portanto teriam menos visibilidade (COSGROVE, 2012).

O autor explicita, nessa perspectiva, as categorias de análise que ele define como *culturas dominantes, residuais, emergentes e excluídas*, cada uma exercendo um impacto diferente sobre a paisagem. Cosgrove localiza como elemento residual mais presente na paisagem europeia, o edifício da Igreja Medieval. Como cultura emergente, apesar de transitória, Cosgrove aponta a cultura *hippie* dos anos 1960; e como manifestação de culturas excluídas, ele destaca os símbolos de grupos como mulheres, crianças, ciganos, mendigos, *gays* e prostitutas.

É relevante assinalar, por outro lado, que as transformações políticas, em curso, no planeta, certamente justificam (como destacou o Comitê Editorial do periódico *Géographie et Cultures* em 1992), a atenção renovada que os geógrafos estão atribuindo às dimensões cultural e social, inclusive reconhecendo que as realidades culturais na organização do espaço foram certamente subestimadas no passado. Novas pesquisas vêm surgindo da necessidade, ou mesmo conveniência, de certos grupos, até então ocultos, indistintos dentro do complexo sociocultural regional (e vivendo um processo de “desterritorialização aparente”), em reassumir sua identidade étnica. E é neste contexto que as comunidades afrodescendentes, que optaram longamente por ocultar suas identidades étnicas, hoje, aparentemente, rompem com uma “lógica da invisibilidade” e a reassumem, no contexto contemporâneo (DEUS, 2012).

Segundo os apontamentos de Arruti (1997), novos sujeitos de interesse entram em cena nesse processo, não só por conta do crescimento de grupos e potencialização de “lutas” já existentes (como o Movimento dos “Sem Terra”), mas também em função da criação de novas categorias sociológicas e figuras legais, os chamados “direitos insurgentes”. A partir deles, ganham espaço e conquistam territórios, as populações tradicionais, particularmente aquelas às quais se remete o artigo 68 (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias-ADCT) conhecido, desde então, como “Comunidades Remanescentes de Quilombos” (BRASIL, 1988).

Neste novo contexto sociocultural, as comunidades tradicionais, passam a vivenciar uma nova dinâmica social, pautada na valorização das diferenças. Vale ressaltar, a propósito, que embora se detectasse, até recentemente uma tendência ao desaparecimento das singularidades culturais do mundo tradicional em um contexto de avanço da globalização, através de “erosão das diferenças culturais”, o que se verifica, atualmente no mundo, é o envolvimento cada vez maior das sociedades com questões identitárias. Ademais, a retomada cultural e a emergência de “contra-projetos” colocados pelos grupos étnicos, culturais e religiosos (com as quais o mundo se depara atualmente), vêm sendo problematizadas extensivamente na teoria social, além de exercerem considerável influência do cenário político e social contemporâneos (RODRIGUES, 2011).

Adotando a perspectiva de Cosgrove, assumiremos em nossa pesquisa que as comunidades quilombolas, constituiriam, no momento histórico particular que vivenciamos uma Paisagem Cultural Emergente, “que seriam aquelas capazes de oferecer um desafio à cultura dominante, a partir de seu sistema geográfico e simbólico, concebendo uma nova perspectiva/alternativa de reprodução sociocultural” (RODRIGUES, Op. Cit.). Segundo Cosgrove (2012), está na essência de uma cultura emergente oferecer um desafio à cultura dominante, uma visão de futuros alternativos possíveis.

Pretendemos investigar a gestação de tais paisagens culturais emergentes na comunidade de Alto dos Bois. A investigação procurará desvendar os processos socioculturais e etnopolíticos, vivenciados pela comunidade local, utilizando como categoria de análise, a Paisagem com base nos aportes teóricos da Geografia Cultural, e fundamentando-se, sobretudo, nos estudos de Cosgrove (2012), Holzer (1999b), Corrêa e Rosendahl (2001).

Alto dos Bois é uma comunidade quilombola, ou como define a Fundação Cultural Palmares, uma “Comunidade Afrodescendente Remanescente das Comunidades dos Quilombos”.

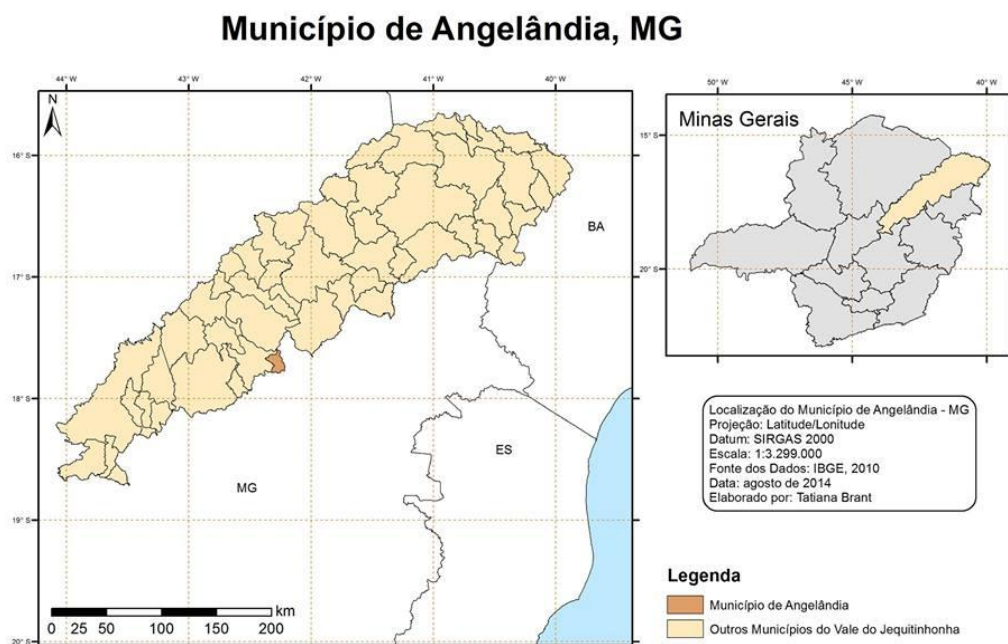
Alguns historiadores apontam os Quilombos como resultantes de inúmeros movimentos de resistência dos cativos, que fugidos, refugiavam-se e organizavam-se em comunidades assim denominadas, estudos de Munanga e Gomes (2006)

reafirmam a presença de diversos quilombos no recorte territorial que pretendemos investigar.

Os quilombolas se articulavam com outras esferas da sociedade, uma vez que eles desenvolviam práticas econômicas integradas às economias locais, e muitos quilombos foram reconhecidos como comunidades camponesas independentes (ALMEIDA, 2010). Essa é uma discussão controversa, e não é pretensão deste trabalho estudar o fenômeno das origens dos remanescentes de quilombos; e, sim, situar e classificar no âmbito da Geografia Cultural, aspectos da paisagem cultural da Comunidade Alto dos Bois.

A comunidade é localizada no município de Angelândia, que está localizado no Alto Vale do Jequitinhonha, no nordeste de Minas Gerais, possuindo extensão territorial de 185.210 km² e cerca de oito mil habitantes, de acordo com dados do IBGE (2010).

Mapa 1: Localização do Município de Angelândia



As principais atividades econômicas locais são a produção de café e a pecuária. Um dos sítios geográficos onde o patrimônio cultural regional (composto por aspectos naturais, históricos e arquitetônicos) integra-se e materializa-se na

paisagem cultural (que poderia ser caracterizada como residual, na ótica de Cosgrove), da Fazenda Alto dos Bois (tombada como Patrimônio Público Municipal pela Lei n.º 058/ 1999, aprovada em 06/ 07/ 1999 na Câmara Municipal).

Localizado na porção noroeste do município, próximo aos limites municipais de Capelinha e Minas Novas, Alto dos Bois compreende um terreno medianamente acidentado, no qual há uma rede hidrográfica densa, relacionada principalmente aos complexos hidrológicos do Córrego Capão, Córrego Fanadinho e Rio Fanado. A importância do Rio Fanado, pertencente à bacia do rio Araçuaí- vale ressaltar- está relacionada à sua função histórica de via de penetração na região do Alto Jequitinhonha.

Em termos históricos a fazenda transformou-se em marco histórico regional (do século XVIII), relacionado principalmente à instalação, aí, do posto policial de Alto dos Bois. E encontra-se na fazenda, um cemitério construído por portugueses cristãos e utilizado pelas comunidades existentes nas circunvizinhanças (hoje: Minas Novas, Capelinha e Turmalina). A sede da fazenda, marco de maior destaque na paisagem, devido à sua importância histórica, arquitetônica, e também, pelo fato de ainda ser utilizada como residência pela família proprietária do terreno, congrega ainda um rico acervo patrimonial de bens e utensílios.

As paisagens culturais que configuram o patrimônio cultural da Fazenda Alto dos Bois não se restringem àquelas contidas dentro dos limites da propriedade, pois a sua relação com as localidades adjacentes permanece até hoje. A importância cultural da fazenda pode ser verificada na fala e atitudes de membros de comunidades rurais próximas (como Santo Antônio dos Moreiras), e distantes (como Canoas ou Córrego do Arrependido, esta última localizada na outra extremidade do município).

Sugestivamente, a partir da divulgação, em todo o município das iniciativas destinadas a transformar o sítio em Reserva Ecológica e Patrimônio Cultural as outras localidades começaram a resgatar suas referências culturais particulares, como sua gênese; as lendas, mitos e tradições locais (como festas, grupos musicais), além da utilização de instrumentos e/ ou utensílios característicos do seu cotidiano e, ligados à história e cultura peculiares de cada um desses diferentes lugares.

As motivações para a construção de um centro de referência da cultura local em Angelândia surgem no contexto da necessidade de criação de um sentimento de cidadania local. Outro motivo para uma proposição nesse sentido foi a tomada de consciência do elevado grau de devastação das matas nativas da região pelo crescimento das lavouras de café, o que sinalizou a necessidade de preservação de alguns segmentos residuais do bioma na região, embora o grande povoamento das “grotas” tenha levado o poder público a limitar a área de preservação à Fazenda Alto dos Bois propriamente dita, por ser uma área ainda pouco ocupada. Mas tendo em vista a opção tomada pela iniciativa preservacionista do importante sítio, a prefeitura de Angelândia instituiu em 1999 um Conselho Municipal do Patrimônio Cultural que passou a desenvolver trabalhos de pesquisa buscando resgatar a cultura local na perspectiva de “gerar um sentimento de proteção, não só dos bens culturais, mas também ambientais nesse município” (PREFEITURA MUNICIPAL ANGELÂNDIA, 2000, p. 8).

Procurando ativar o sentimento de cidadania (no sentido da valorização e ainda, tombamento dos patrimônios culturais do município), viabilizou-se nesse contexto, o desenvolvimento de uma atividade turística com um corte histórico, cultural e ecológico na região e (que, poderia inclusive, abrir caminho para o desenvolvimento de outras formas de trabalho e lazer *in loco*). Vale ressaltar uma iniciativa já em andamento, de reconhecimento da região de Alto dos Bois como uma “Reserva Ecológica e Patrimônio Cultural” o que vem sendo pleiteado junto ao IPHAN e IEPHA, há mais de 10 anos. Além disso, em 04/11/2010, as comunidades rurais de Alto dos Bois, Córrego do Engenho e Barra do Capão foram reconhecidas como núcleos quilombolas pela Fundação Palmares.

Atualmente adquirem cada vez maior relevância, conceitos e temas concernentes ao consumo de ordem cultural, às diferenças étnicas e à questão dos valores. Uma das questões colocadas em pauta nesse contexto, diz respeito às conexões e interfaces entre a Cultura, o Turismo. Dessa maneira o Turismo é uma atividade que tem no espaço seu principal objeto de consumo e prática, em que a atividade turística consiste em uma atividade humana intencional que serve de interação entre o visitante e a comunidade receptora, ou seja, uma interação cultural e social.

O turismo é uma atividade econômica, mas fundamentalmente social, pois além de divisas traz consigo pessoas. O turismo amplia os efeitos sobre as sociedades locais, podendo ser geradora de impactos positivos e/ou negativos nas esferas econômicas, socioculturais e ambientais. O Turismo pode gerar renda e emprego, auxiliando na conservação de seu meio natural, no desenvolvimento cultural, na culinária, manifestações culturais e entre outros. Entretanto, a atividade turística também pode causar impactos negativos como sazonalidade, inflação, especulação imobiliária e aumento do subemprego, sendo difícil de mensurar esses impactos na cultura, há de se entender que não é possível desenvolver turismo sem que ocorram alterações ambientais, sociais, culturais e econômicas em uma localidade.

No decorrer dos anos, o turismo foi se tornando uma importante atividade mundial, que passou a ser influenciado principalmente pelas mudanças políticas, sociais e econômicas. A evolução acerca da concepção do turismo difundiu sua importância em todo mundo, as pretensões em torno da atividade cresceram, juntamente com as expectativas de estudos voltados ao turismo. Em 1970, foi criado a OMT - Organização Mundial do Turismo, o principal órgão representante do turismo no mundo, o qual define o turismo como:

O turismo compreende atividades que realizam as pessoas durante suas viagens em estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano e com finalidade de lazer, negócios ou outras (OMT, 2001, p. 38).

Este conceito da OMT surge com o intuito de estabelecer uma classificação da atividade turística, que considera como fator determinante o tempo de permanência do visitante em uma localidade para que este seja considerado “turista”. Com isso, obtêm-se uma padronização de informações que facilitam a organização de dados e estudos que permitem a análise da atividade turística.

Sendo uma atividade humana intencional que serve como meio de comunicação e interação entre os povos. Assim sendo o fator cultural, torna-se um forte fator de motivação capaz de oferecer um intercâmbio entre diferentes costumes e proporcionar aos envolvidos a possibilidade de conhecer e experimentar aquilo que é diferente do seu habitual.

Deste modo, a atividade abriu um leque de oportunidades e de segmentos, para atender a diversas demandas que foram sendo gerada no decorrer dos anos, esta segmentação se deu de maneira plural e maciça, destaca-se: Turismo Cultural, Turismo de Eventos, Turismo Gastronômico, Turismo de aventura, Ecoturismo e Turismo Étnico, dentre outros que compõe e subdivide o turismo.

Dessa maneira o desenvolvimento da atividade turística em Alto dos Bois, pode propiciar a contemplação de elementos da cultura, aliado aos seus aspectos culturais, devido à experiência que a atividade turística oferece, com o intuito de preservar sua integridade.

Diante das dificuldades enfrentadas para a concretização da Reserva Ecológica e Patrimônio Cultural da Fazenda Alto dos Bois, Angelândia vem buscando estabelecer parcerias com os municípios vizinhos do Alto do Jequitinhonha, através da AMAJE (Associação dos Municípios da Microrregião do Alto Jequitinhonha), para o desenvolvimento de um programa de turismo que possa contemplar os interesses do município e possibilitar que se materialize o “sonho” de reconhecimento, valorização e viabilização do Pólo Turístico de Alto dos Bois. Nesse sentido, foi realizada uma reunião com representantes do Circuito Turístico das Pedras Preciosas (no qual Angelândia já se encontra incluída) e que virou o acoplamento desse circuito à rota da “Estrada Real”. O lugar poderia se transformar conseqüente e consecutivamente em foco de programas de educação ambiental e patrimonial direcionados a atores da região, a exemplo dos estudantes de vários graus de ensino.

É relevante assinalar que o envolvimento dos atores locais nesse processo configura não apenas a emergência identitária destas comunidades e grupos, mas também o exercício de novas territorialidades na região, uma vez que tais comunidades passam, nesse processo, a se reconhecer comunitariamente, e se apropriar imagetivamente de seus territórios. É inclusive dessa nova realidade, que se faz cada vez mais necessário, inclusive, o desenvolvimento de práticas que possibilitem o desenvolvimento social, cultural e econômico das comunidades envolvidas.

Uma gestão relevante a ser destacada aqui é que a Paisagem Cultural vem sendo cada vez mais incorporada, tanto aos estudos acadêmicos, como em

recentes investimentos governamentais que progressivamente envolvem as paisagens culturais no contexto brasileiro através da implementação de políticas públicas de proteção ao patrimônio cultural e natural. Em 1972, a *Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural* já discutia como formular uma política eficiente para duas dimensões da realidade que se colocavam, a princípio, bastante distintas: o patrimônio natural e o cultural, ou seja, o Homem e o Meio Ambiente. Ressalte-se que as paisagens culturais relacionam-se diretamente com a presença e ressignificação dos grupos tradicionais destacando-se aí, sua importância na construção da tradicionalidade.

Tais reflexões desdobraram-se em 1992, na adoção da categoria “Paisagem Cultural” pela UNESCO, momento a partir do qual várias “paisagens de valor universal e que possuíam uma representatividade em termos de uma região geocultural claramente definida”, bem como a “capacidade de ilustrar elementos culturais distintos dessa região” (SANTILLI, 2009) passaram a ser identificadas em todo o mundo. No Brasil, esse conceito foi incorporado recentemente pela *Chancelaria de Paisagem Cultural Brasileira* - Portaria IPHAN, 127/ 2009 (BRASIL, 2009), que objetivou reconhecer e proteger paisagens relacionadas, principalmente, à diversidade cultural de regiões tradicionais do território nacional como o Vale do Ribeira (SP), a Serra da Bodoquena (MS), o Vale do Itajaí (SC) e Canudos (BA), que estão em processo de reconhecimento. O Vale do Ribeira, por exemplo:

(...) corresponde a uma região formada por 25 municípios, banhados pela bacia hidrográfica do rio Ribeira de Iguape. A região abriga a maior biodiversidade do Estado de São Paulo e faz parte da Reserva da Mata Atlântica, reconhecida como patrimônio natural da humanidade pela UNESCO em 1999. Possui grande diversidade cultural, representada por quilombolas, caiçaras, comunidades indígenas, núcleos de colonização imigrante, agricultores familiares e pescadores tradicionais. Há também muitos sítios arqueológicos e núcleos urbanos com construções coloniais (SANTILLI, 2009, p. 393).

Fica evidente nesse processo a existência e consolidação de políticas nacionais com vistas ao desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais, observa-se a implementação de políticas públicas locais para a promoção do bem-estar social dessas populações, socialmente excluídas seja por pressões econômicas, fundiárias ou até mesmo por processos discriminatórios. Também são crescentes os processos de seu reconhecimento institucional, com o aporte de

instrumentos legais como a Constituição da República Federativa do Brasil. Assim sendo, a paisagem cultural sob esses vários vieses ganha densidade nos debates culturais, sociais, políticos, urbanos e ambientais, consolidando-se como uma temática interdisciplinar, acompanhando as riquezas das expressões culturais e o processo acelerado de transformações em um país com extrema diversidade cultural.

Nesta perspectiva, a paisagem emerge como o resultado de uma dada cultura que a modelou, expressando-a em seus diversos aspectos funcionais e simbólicos. E dessa forma, valendo-se das contribuições oferecidas pelo humanismo e pela fenomenologia ao abarcar os estudos sobre o mundo vivido é que se podem discutir as questões de ordem cultural valorizando a intervenção humana na paisagem.

Assim a paisagem cultural é um meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultado em uma soma de todos os testemunhos resultantes da interação do homem com a natureza e, reciprocamente, da natureza com o homem, passíveis de leituras espaciais e temporais.

Nesse contexto, este trabalho sinaliza como meta o estudo específico das paisagens culturais da comunidade de Alto dos Bois, que se incidem no Vale do Jequitinhonha MG, partindo-se da seguinte hipótese: através da evidência que o valor da diferença assume crescente papel nos processos de rearticulação e reinserção de segmentos sociais como as comunidades tradicionais no cenário político contemporâneo (globalizado e pós-moderno), a Comunidade Quilombola de Alto dos Bois poderia ser visualizada como uma paisagem cultural alternativa e/ou emergente. A pesquisa pretende dar resposta às seguintes questões.

1) A paisagem é uma categoria conceitual de análise pertinente e adequada para se estudar e se compreender a realidade dos afrodescendentes e/quilombolas no Vale do Jequitinhonha, a partir do estudo de caso empreendido em Alto dos Bois?

2) É possível identificar no Vale e particularmente em Alto dos Bois, culturas subordinadas/alternativas e classifica-las de acordo com as postulações da Geografia Cultural contemporânea, através da utilização de variáveis e/ou critérios

etnopolíticos e etnogeográficos? Que explicitou seu protagonismo neste(s) processo(s)?

3) Que papel poderá exercer a atividade turística nessa dinâmica?

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

- Realizar uma investigação da Comunidade Quilombola de Alto dos Bois, no Vale do Jequitinhonha, em sintonia com o debate conceitual sobre a categoria de análise paisagem cultural na Geografia, e examinar aí, questões concernentes ao desenvolvimento do turismo.

2.2. Objetivos Específicos

- Identificar as relações culturais instituídas no interior da comunidade;
- Analisar os processos que contribuem para a formação e consolidação de paisagens culturais locais;
- Identificar e avaliar a potencialidade da paisagem local como atrativo/ destino turístico;
- Com base nos levantamentos anteriores, identificar caminhos pelos quais o turismo poderá integrar e encontrar adesão dentro da comunidade.

3. JUSTIFICATIVA

O presente projeto justifica-se pela constatação que a questão quilombola, até recentemente largamente ignorada, minimizada ou subestimada pelos grupos dirigentes (“*decision-makers*”) e amplos setores da intelectualidade, finalmente vai conquistando ainda, por seu valor intrínseco e originalidade, a relevância que merece devido ainda às inflexões da realidade, hoje, em curso, no país e no mundo,

fenômenos interdigitados com o etnodesenvolvimento, a etnopolítica e a etnossustentabilidade por sua vez imbricados com processos atuais de “emergência de identidades coletivas”.

Esse processo de emergência identitária ocorre por meio de uma politização dos costumes, viabilizada, por sua vez, por meio da construção de uma consciência costumeira do resgate e da ressignificação das identidades, “processo que, ao mesmo tempo as direciona para o passado, buscando nas tradições e na memória, sua força; e aponta para o futuro, sinalizando para projetos alternativos de produção e organização comunitária, bem como de afirmação e participação política” (CRUZ, 2007, p. 96).

Buscaremos conhecer a constituição da comunidade como grupo de pessoas e as suas relações com o lugar para indicar caminhos pelos quais o turismo poderá encontrar melhor interação e adesão, identificando nesse sentido, os símbolos e signos (elementos que afirmam e ressignificam a identidade desses atores, no lugar) e que contribuem para a formação das paisagens culturais locais.

Diante dessa proposta de trabalho, é importante destacar o interesse do seu autor em estudar o Vale do Jequitinhonha, que se vincula à sua proximidade com tal área de estudo, em razão de sua experiência profissional adquirida na cidade Diamantina/MG, trabalhando na Prefeitura Municipal, no período de 2011 a 2013. Vale ressaltar que estas comunidades tradicionais é que dão ao Vale a vitalidade cultural que o distingue no conjunto das mesorregiões mineiras.

No Jequitinhonha produz-se rico e prestigiado artesanato (cerâmica, tecelagem, cestaria, esculturas em madeira, trabalhos em couro, bordados, etc.). A arte se manifesta aí em música, artesanato, culinária, folclore e religiosidade, mantendo vivas as tradições locais. Por outro lado, os municípios do vale apresentam graves problemas de saúde, saneamento, educação e transporte. Na região o meio ambiente vem sendo sistematicamente agredido, comprometendo gravemente seus recursos hídricos. É uma região climaticamente marcada pela acentuada sazonalidade, típica da faixa tropical brasileira, aqui agravada pela irregularidade pluvial da região semiárida (GONTIJO, 2001).

O Vale do Jequitinhonha é uma das regiões de identidade cultural mais marcantes do estado. Observa-se aí uma realidade sociocultural densa e

contraditória, continuamente reelaborada pelos atores sociais locais, clássicos ou emergentes – e que experimentam processos de construção e reconstrução de sua identidade, os quais se manifestam em diferentes recortes ou segmentos do espaço regional que configuram o seu território e que, tanto interagem como admitem toda uma trama interna de relações em seu espaço vivido, imbricadas com a constituição aí, de paisagens culturais particulares (RODRIGUES, 2011).

Esse estudo inclusive se justifica pela relevância acadêmico-científica assumida pelas discussões em torno da Geografia Cultural que pode auxiliar na aproximação entre os estudos da sociedade e da natureza na Geografia, atenuando a dicotomia entre o físico e o humano. A grandeza e a representatividade da Geografia Cultural estão contidas em sua abertura para abordagens quanto às diferenças teórica, temática, metodológica e técnica, permitindo reflexões a partir da multiplicidade de valores, crenças, e propostas de compreensão da sociedade atual. Isso, aliás, constitui a pluralidade do campo de estudos da Geografia como um todo (NITSCHKE; BAHL, 2009).

Destaca-se ainda a relevância acadêmico-científica assumida pelas discussões em torno do conceito de Paisagem Cultural, e a propriedade/conveniência em se tentar estabelecer uma interlocução entre o aparato teórico acadêmico e as inflexões da realidade, hoje, em curso, no país e no mundo, em particular, com fenômenos e processos imbricados com a “emergência de identidades coletivas”.

Macedo (2010, p.11) destaca a importância de se estudar os segmentos sociais oprimidos em geral, silenciados historicamente, pois quando investigamos as realidades sociais, não estamos lidando com uma realidade formada por *atos brutos*; mas, lidamos, sim com uma realidade constituída por pessoas que se relacionam por meio de práticas que recebem identificação e significado pela linguagem usada pra descrevê-las, invocá-las e executá-las; daí o interesse pelas especificidades qualitativas da vida humana.

Pretende-se como resultado desta investigação, se obter respostas, incitar discussões e deixar questionamentos referentes ao tema proposto, despertar o interesse pelo turismo, buscar uma compreensão dos seus benefícios e impactos,

incentivando a valorização da história, memória e cultura, com o objetivo da conservação para as gerações futuras.

O Turismo pode apresentar condições para melhorar o desempenho socioeconômico dos locais que apresentam condições para o seu desenvolvimento, quando o Turismo é tratado com seriedade, pode gerar emprego e renda para os envolvidos. Hoje há uma maior preocupação com os impactos que o Turismo pode causar, buscando meios que ele possa desenvolver de forma mais sustentável. A sustentabilidade é a conservação tanto da parte cultural como da parte natural do lugar onde está ocorrendo à atividade turística para que no futuro outras pessoas possam também usufruir desses recursos, por meio do desenvolvimento do turismo.

Para Swarbrooke (2000, p. 19), entende-se Turismo Sustentável como: “formas de (práticas do) turismo que satisfaçam hoje as necessidades dos turistas, da indústria do turismo e das comunidades locais, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades”. Essa preocupação com a integridade ambiental e social começou a surgir a partir do momento em que as pessoas exploravam os recursos naturais e culturais sem uma preocupação e conscientização em relação à sua conservação.

Por fim numa escala mais ampla, desenvolver uma pesquisa com base na categoria de análise, Paisagem, pode servir de referência para a investigação de outros lugares, territórios com potencial para o desenvolvimento do turismo, contribuindo para aumentar a consciência do visitante e sua apreciação da cultura local em todos os seus aspectos. Tal relação entre o visitante e o visitado promove a difusão de informação sobre um determinado lugar ou território, seus valores naturais, culturais e sociais. Para a comunidade, pode-se dizer que o turismo abre novas perspectivas sociais como resultado do desenvolvimento econômico e cultural (MARTINS & FREITAS, 2006, p.12), ou seja, ele pode corresponder a uma atividade que perdura e traga benefícios se adequadamente planejada e implementada.

4. MÉTODOS E METODOLOGIA

As concepções teórico-conceituais que norteiam este trabalho partem de uma preocupação inicial em compreender a categoria de análise Paisagem Cultural, em

interlocução com a Geografia Cultural fundamentada na Fenomenologia. Foram buscadas, particularmente, contribuições de autores como Holzer (1999b), Cosgrove (2012), Sauer (1998), Deus (2005, 2010, 2011, 2012). As paisagens culturais- vale ressaltar-, o resultado das interações do homem com o meio, e a paisagem, como já destacaram autores clássicos da Geografia Cultural no século XX, é algo para ser descrito/percebido, analisado/interpretado e explicado/compreendido (Rodrigues, 2013). Para tal fez-se necessário ainda um investimento na pesquisa teórico-conceitual sobre a Geografia Cultural, Comunidades Quilombolas e Paisagens Culturais, concebidas a partir de diferentes escalas de análise como os enfoques sobre matrizes conceituais na compreensão da paisagem. Tais bases teóricas possibilitam, aliás, uma análise da realidade com enfoque etnogeográfico.

Este trabalho corresponde, assim, a uma pesquisa exploratória baseada em fontes primárias e secundárias, que busca descobrir formas de contribuição que sejam evidenciadas na prática: É relevante assinalar, nessa perspectiva que:

Pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de estudo. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: levantamentos bibliográficos; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e análise de exemplos que “estimulem a compreensão” (Gil 1996, p.41).

Por este motivo, segundo Schlüter (2003) os estudos exploratórios têm uma maior flexibilidade, para atender aos mais variados aspectos do problema da pesquisa.

Sendo a pesquisa de natureza qualitativa, ela se desenvolverá por meio de técnicas de observação da realidade e entrevistas com moradores, em especial os residentes mais antigos da paisagem a ser investigada que são os detentores de um amplo leque de informações sobre a história, a memória, personagens e fatos do cotidiano local, nem sempre visíveis e conhecidas do senso comum (SILVA E BOMFIM, 2009). Nesse sentido, Dencker (1998, p. 127) ressalta “a importância das técnicas de observação, uma vez que elas permitem o registro do comportamento no instante em que este ocorre”. E, sendo assim, se viabilizará o registro das observações e a gravação das entrevistas.

Tem-se a compreensão de que este não é um conhecimento sistematizado que os moradores locais possam ter em mente com clareza para conseqüentemente poderem repassar, de forma objetiva, ao pesquisador em um questionário fechado, mas trata-se, sim, de um conhecimento a ser descoberto por meio de métodos que considerem a relação intersubjetiva dos moradores com o seu *espaço vivido*, tal qual se evidencia na vertente geográfica cultural humanista.

Em termos de método, utilizamos, mais especificamente, no trabalho, a abordagem proposta por Denis Cosgrove (2012) que classifica as paisagens culturais em diferentes categorias, pautando-se numa perspectiva da Cultura como Poder. Fundamentada primordialmente nas concepções marxistas e culturais, a pesquisa do autor dialoga ainda com as dimensões teórico-metodológicas da Fenomenologia, e, aliás, incorpora também elementos e visões “pós-marxistas” e/ou “pós-modernas”.

Quando define sua noção de poder, Cosgrove se reporta ao grupo ou classe cuja dominação sobre outros está baseada no controle dos meios de vida: Terra, Capital, matérias primas e força de trabalho. O autor estabeleceu uma diferenciação entre culturas dominantes e alternativas, correspondendo estas últimas às expressões culturais residuais, emergentes e excluídas, sendo que cada uma delas gera “um impacto diferente sobre a paisagem humana” (COSGROVE, 2012 p. 111).

Com o intuito de alcançar os resultados almejados, utilizaremos os seguintes procedimentos metodológicos como formas de operacionalização da pesquisa: observação participante, entrevistas semiestruturadas, precedidos de pesquisa bibliográfica e documental. Assim, o primeiro passo será um levantamento bibliográfico e documental a fim de apreender os processos históricos imbricados com a questão dos quilombolas e com o propósito de melhor compreender a atual situação da Comunidade de Ato dos Bois.

O planejamento de uma pesquisa, de acordo com as sinalizações de Gil (1996, p. 65), tem como principal base a coleta de dados por meio das chamadas “fontes de papel”, com pesquisa bibliográfica, sendo a investigação desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente por livros, artigos e trabalhos acadêmicos. Como assinala Schlüter (2003 p. 73):

As fontes secundárias são constituídas por estudos apresentados em congressos, seminários, teses de doutoramento, relatórios de pesquisa, bases de dados factuais – que contêm dados numéricos e/ou concretos – e revistas científicas. Outras importantes fontes secundárias são: as histórias de vida, as biografias e as autobiografias.

Como base para o referencial teórico, serão utilizados ensaios etnológicos e etnográficos e etnohistóricos; pesquisas geopolíticas e geohistóricas; estudos regionais; relatos de viajantes e cronistas (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO 1996 & 2002, FREITAS 2001a, FREITAS 2002b, SAINT HILAIRE, 2000, 2004 a/ b), etc.- além de informações pormenorizadas e precisas obtidas a partir de levantamentos do *Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva/ CEDEFES* - organização não-governamental pioneira nos estudos sobre a questão quilombola em Minas Gerais (SANTOS, CAMARGO, 2008).

Buscando uma maior compreensão dos temas propostos: Quilombo, Paisagem e Turismo, pretendemos nos apropriar de aportes de autores chaves como: MARGARITA BARRETTO (2006), RUSCHMANN (1997), DIAS (2006), ANJOS (2006), ARRUTI (1997), BRASIL (1988) ALMEIDA (2010), RODRIGUES (2013), CORRÊA E ROSENDAHL (2003), CASTRIOTA (2009), COSGROVE (2012), além da utilização da *internet* como mais uma ferramenta de pesquisa. As fontes secundárias utilizadas subsidiarão os argumentos, comparações e a formulação de hipóteses para este trabalho.

A utilização da pesquisa bibliográfica será importante, não apenas como uma simples compilação de informações, mas porque possibilitará a compreensão de alguns aspectos considerados fundamentais na epistemologia da Geografia. No caso deste trabalho, o fundamental é a compreensão da categoria Paisagem (cultural). Intencionando-se aprofundar as discussões, buscar-se-ão contribuições na Geografia Cultural apresentadas por: CLAVAL (2007), CORRÊA & ROSENDAHL (1999,2003), DEUS (2005).

O presente estudo buscará, portanto, utilizar/ agregar concepções metodológicas qualitativas (e quantitativas, embora de forma secundária) que poderão viabilizar a identificação e comparação dessas paisagens a partir da percepção e vivência dos atores sociais domiciliados na área-foco de investigação e na “sociedade envolvente”, através da aplicação de questionários e realização de entrevistas semiestruturadas. A sociedade envolvente considerada corresponde aos

habitantes dos municípios do entorno: Angelândia e Capelinha. Os dois municípios estão inseridos na Microrregião de Capelinha e Mesorregião do Vale do Jequitinhonha, sendo todos eles, grandes centros comerciais da região, e contando, inclusive com feiras livres, para as quais muitos agricultores da área-foco de investigação levam seus produtos.

A fim de estabelecer essa interação do pesquisador com a vida cotidiana das comunidades é que se partirá da *observação participante* na vida cotidiana desses atores, estabelecendo-se com eles, uma relação menos formal e buscando resgatar as essências dos signos e significados que compõem seus espaços de vivência, que se materializam nas paisagens culturais. Schwartz e Schwartz³ (1995, p. 355 *apud* CICOUREL, 1980, p. 89), a propósito, apontam que:

[...] definimos observação participante como um processo pelo qual mantém-se a presença do observador numa situação social com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador está em relação face-a-face com os observados e, ao participar da vida deles no seu cenário natural, colhem dados. Assim, modificando e sendo modificado por este contexto.

Além da utilização deste método ou técnica na Geografia, e mais especificamente, na Geografia Humana e Cultural, em trabalhos que buscam a identificação e análise das culturas, a escolha dessa metodologia parte das distintas áreas do conhecimento que a incorporam em seu escopo metodológico; com a inserção do pesquisador em um grupo “analisando-o de dentro para fora, por meio de vivências e convivências cotidianas” (BORGES, 2009, p.186). E é relevante assinalar que para tal é preciso haver uma clareza quanto aos objetivos da pesquisa, associada, ainda, à atitude de “estar aberto”:

A atitude de “estar aberto” deve ser compreendida como, antes mesmo de dar início às atividades de pesquisa, “ver”, “sentir”, “analisar” o lugar aonde se chega, seja uma cidade, uma comunidade, uma tribo indígena, ou até mesmo a casa de alguém, uma empresa, ou uma organização. É preciso que o pesquisador se identifique com esse lugar, que ele “sinta” e consiga “ler”, nesse lugar, os caminhos por onde deve andar para construir seu processo de pesquisa de campo. Numa pesquisa em que se queira trabalhar com a observação participante, identificar-se com o lugar, gostar de estar lá, é um passo pertinente e, muitas vezes, imprescindível. Dessa forma, “estar aberto” pode ser entendido como estar disposto a gostar, se identificar, a acolher os lugares por onde anda e, sobretudo, as pessoas deste lugar (BORGES, 2009, p. 190-191).

³ SCWARTZ, Morris S.; SCHWARTZ, Charlotte G. Problems in Participant Observation, American Journal of Sociology, LX (jan. 1955).

Percebe-se, que o desenvolvimento de uma pesquisa de caráter participante demanda uma série de esforços, tanto do pesquisador, como dos pesquisados, por isso não há um único modelo de pesquisa participante; cada processo demanda uma série de interferências específicas, cujos momentos para desenvolvimento das práticas de pesquisa devem respeitar a dinâmica social e política das comunidades. É preciso considerar ainda que apesar do conceito de comunidade carregar um significado associado à homogeneidade do grupo, há diferenças internas que devem ser consideradas, tanto no desenvolvimento das atividades de campo, como na análise das informações coletadas.

Diferentemente da antropologia, onde a utilização desta metodologia atém-se ao “sentido das coisas para melhor compreender o funcionamento de uma sociedade”, na sociologia, a observação participante parte do princípio de que “toda a organização societal está assentada nos ‘sentidos’, nas ‘definições’ e nas ‘ações’ que indivíduos e grupos elaboram ao longo do processo de ‘interação simbólica’ do dia-a-dia” (HAGUETTE, 2007, p.67). Um grande expoente da corrente sociológica é William Foote-Whyte (1980), que além de desenvolver trabalhos com jovens de comunidades pobres em Boston, buscando conviver com as gangues locais, consolidou ainda, a adoção de importantes pressupostos para a observação participante, como destaca Borges (2009, p. 188-189):

- A observação participante requer a disponibilidade de um longo tempo para a pesquisa de campo; de início, para preparar a inserção do pesquisador, depois, para conseguir, por meio da convivência demorada, coletar os dados necessários.
- O pesquisador deve estar ciente de que ele será um estranho no grupo e que deve encontrar ali o seu próprio lugar, ser aceito.
- Deve-se dar prioridade para a relação pesquisador-pesquisado, pois é a partir dele que se conseguirá atingir os objetivos da pesquisa; para isso é importante justificar sua presença no grupo, muito mais do que elaborar explicações para isso, encontrar nas explicações do grupo sobre sua presença, o seu próprio lugar no grupo.
- O pesquisador nunca deve deixar de ser um alguém “de fora”, realizando um trabalho estranho ao grupo, deve, portanto, usar isso a seu favor.
- A participação de um “informante-chave” é imprescindível, em todas as etapas do trabalho, inclusive nos momentos de interpretação dos dados.
- O pesquisador deve compreender que ele não passa despercebido e é constantemente observado pelo grupo que está observando.
- O pesquisador deve estar atento às várias formas de informação que podem lhe chegar através de todos os sentidos (ouvir, sentir, ver...) e que, na maioria das vezes, uma entrevista formal é desnecessária, pois esta atenção dos sentidos vai lhe indicar os passos a serem dados, as perguntas a serem feitas, os dados a serem coletados. Com o tempo, muitas informações chegam ao pesquisador sem que ele as procure.

- O pesquisador deve estabelecer uma rotina de trabalho, manter um cotidiano de atividades de pesquisa rígido, utilizando-se sempre de um “diário de campo” para suas anotações. A presença rotineira do pesquisador é um dos meios para se alcançar a confiança do grupo.
- Os erros cometidos no campo podem servir para mostrar novos rumos à pesquisa, eles devem ser vistos como diretrizes para novas perguntas, novas buscas de informações e possibilitar a reflexão sobre o porquê dos desacertos.
- O resultado de todo o esforço de uma pesquisa, na maioria das vezes, não vai servir em nada para o grupo pesquisado, então, o que pode ficar de “recompensa” será muito mais a amizade ali construída.

Um dos aspectos mais abordados nas pesquisas que se propõem a realizar uma observação participante é a “disponibilidade de um longo tempo” e “a convivência demorada”, como destacou a autora acima. Contudo, segundo Macedo (2010, p.92) este aspecto está diretamente relacionado “ao grau de envolvimento necessário à abordagem do objeto, ou mesmo da inspiração teórico-epistemológica e política do pesquisador”, ou seja, “é o objeto da pesquisa que vai fornecer as evidências capazes de fomentar uma decisão quanto à dimensão do período da observação e ao grau de envolvimento necessário”. Assim o contato do pesquisador com a realidade estudada por meio da pesquisa de campo é muito importante na investigação científica que será utilizada neste estudo, conforme Santos e Pessoa (2009):

Partimos do pressuposto de que a pesquisa de campo é instrumento necessário e indispensável para a realização de investigação de qualquer natureza, e ao se tratar da pesquisa de campo geográfica, a sua importância é ampliada, pois é, neste momento que o pesquisador entra em contato direto com a realidade a ser estudada, interagindo com seus sujeitos/objetos, obtendo as condições para entender como os entrevistados se percebem, estabelecendo uma análise coerente, ao diferenciar a sua percepção sobre os entrevistados, respeitando, principalmente, como estes se concebem inseridos em suas próprias dinâmicas de vida e trabalho. (SANTOS, PESSOA, 2009, p. 123 - 4).

Malinowski (1980, p.42) destaca, por sua vez, a importância de se sistematizar claramente as etapas da observação ao salientar que é preciso delimitar bem os objetivos e os princípios da metodologia a ser utilizada, compreender a convivência com os nativos como uma prática fundamental nos trabalhos de campo e ainda conhecer e aplicar um escopo de métodos particulares para a coleta, manipulação e construção dos dados, tanto em campo, como em escritório.

Dessa forma a vivência, as percepções que emergem das entrevistas com moradores locais e comunidades envolventes, são de importância ímpar para melhor entendimento acerca da paisagem e das questões quilombolas. Elas têm grande abrangência nos contextos sociais e culturais e nos avanços das discussões científicas nos últimos tempos. O homem dentro desta pesquisa não é apenas número, não é apenas a parte física do processo. Ele é também o imaterial, o pensar, o ser, o abstrato que se concretiza na materialização de suas ideais, e seus pensamentos colocados na prática cotidiana. Segundo Matos e Pessoa (2009, p. 290).

Além da antropologia e da sociologia, a pesquisa qualitativa, após a metade do século XX, tem feito parte de estudo de várias ciências. Na geografia, a pesquisa qualitativa tem contribuído para estudos realizados, principalmente, na perspectiva marxista e fenomenológica, proporcionando, dessa forma, abrangência de pesquisa de cunho social e cultural. Na verdade, os métodos qualitativos são propícios e recomendados quando o contexto social e cultural constitui elemento importante na pesquisa e também quando os objetivos não se delinham na quantificação e, sim, na interpretação.

Nesta perspectiva, nosso trabalho está pautado no “marxismo cultural” em diálogo com a fenomenologia, como já sinalizamos antes; e diretamente ligado ainda à interpretação da realidade à luz do cotidiano da localidade de Alto dos Bois (o lugar investigado), na busca de compreensão de sua paisagem cultural.

Uma pesquisa *etnogeográfica* parte dos princípios de se enxergar, perceber, compreender e, acima de tudo, descrever o mundo a partir da observação que o *outro* faz de seu espaço vivido, das paisagens nele inseridas, do lugar de morada e trabalho, bem como do território que se materializa em relações políticas, sociais e culturais. O geógrafo culturalista francês Paul Claval, a propósito, ressalta:

O mundo que os homens que constroem, transformam e organizam depende da imagem que eles têm do meio, das técnicas que permitem ter domínio sobre ele e os modelos ideais que eles gostariam de impor. O mundo que os homens desenham coloca em jogo deuses, espíritos e forças cósmicas: sua topografia mistura espaços profanos e espaços sagrados (CLAVAL, 1999b, p. 71).

Neste sentido, para que possamos compreender este mundo através do(s) olhar(es) com que os sujeitos da pesquisa o percebem, faz-se necessário o uso de ferramentas, técnicas e métodos de pesquisa mais flexíveis, abertos e dialógicos,

fundamentados em metodologias que são adjetivadas pelo seu caráter “étnico”, ou seja, *etnometodologias*.

Propomos, portanto, tornar a pesquisa de campo um momento de diálogo e participação com os sujeitos investigados, os quais terão condições de nos mostrar e relatar como percebem o mundo onde vivem e que os circundam, suas crenças e tradições, seus anseios e suas angústias. Por isso é que adotaremos as *entrevistas semiestruturadas*, como metodologia de trabalho, as quais nos permitirão construir diálogos mais profundos e profícuos com os sujeitos pesquisados.

Para a segunda etapa de interlocução com os sujeitos investigados, será criado um roteiro de entrevista que tem papel importante dentro da pesquisa uma vez que oportunizará a obtenção de maior conhecimento sobre os aspectos empíricos não encontrados na primeira etapa do estudo. As entrevistas semiestruturadas são vistas da seguinte forma na concepção de Matos & Pessoa (2009, p. 288):

[...] se constituem na interação entre perguntas abertas e fechadas (previamente formuladas), em que o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o assunto proposto de forma mais espontânea. Esse tipo de entrevista é recomendado, porque possibilita a obtenção de mais informações além das previstas. O questionamento de uma pergunta pode abrir um leque para o entrevistado falar ou completar informações relacionadas à pesquisa, isto é, a resposta de uma pergunta dá abertura para a indagação sobre outras informações. O cuidado que se deve ter com essa técnica é para que o entrevistado não “fuja” do assunto.

Neste estudo optou-se ainda pela entrevista semiestruturada porque ela consiste em uma conversa sem restrições entre o pesquisador e o entrevistado, ou seja, o pesquisador pode desenvolver cada situação da maneira que considere mais adequada, sendo possível, nesse contexto, se explorar mais uma questão, transformando a pesquisa em um diálogo informal.

O entrevistado tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal. (LAKATOS & MARCONI 2003, p.197).

Segundo Triviños (1987, p. 146) as entrevistas além de valorizarem a presença do pesquisador, abrem, ainda, diversas possibilidades para o informante alcançar a liberdade e espontaneidade necessárias para o enriquecimento da investigação. Para o autor:

[...] podemos entender por entrevista semiestruturada, em geral, aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Dessa maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa.

Assim, as entrevistas semiestruturadas constituem um considerável recurso metodológico no esforço de apreensão dos sentidos e significados das percepções e/ou realidades humanas, “visando à compreensão das perspectivas que as pessoas entrevistadas têm sobre sua vida, suas experiências, sobre as instituições a que pertencem e sobre suas realizações, expressas em sua linguagem própria” (MACEDO, 2010, p. 105). Sendo assim, e apesar de seu caráter semiestruturado, esse tipo de entrevista pode ainda, frente ao entrevistado, ser direcionada a uma narrativa de vida, a partir da qual pode se apreender experiências, situações ou momentos vivenciados pela comunidade, mas que se revelam apenas na fala de um determinado grupo etário, político ou de gênero. A partir de tais sinalizações/ponderações, Macedo (2010, p.107) conclui que:

[...] a entrevista de inspiração etnográfica, como recurso fecundo para a etnopesquisa, é um encontro social constitutivo de realidades, porque fundado em edificações pela linguagem, pelo ato comunicativo, definidor de significados. Nesse sentido, a entrevista é um dos recursos quase indispensáveis para a apreensão – de forma indexal (encarnada, enraizada segundo a etnometodologia) – do significado social pelos etnopedisadores.

Os *questionários*, apesar de constituírem um instrumento de pesquisa não participante, são fundamentais tanto para a coleta de dados e posterior confrontação de informações, como também como uma estratégia de divulgação dos objetivos da pesquisa. Afinal, mesmo com a apresentação dos objetivos ao grupo em algumas conversas prévias, é no contato pessoal e na dinâmica e prática da pesquisa que os sujeitos começam a reconhecer e a se familiarizar com o trabalho que se pretende desenvolver.

Segundo Quivy e Campenhoudt (1998, p.188) os questionários são baseados em uma sequência de questões escritas, dirigidas a um conjunto de indivíduos, com o objetivo de captar suas opiniões, representações, crenças e informações factuais sobre determinado assunto. Desse modo, busca-se medir o que uma pessoa sabe (informação ou conhecimento), gosta (valores e preferências) e pensa (atitudes,

crenças e representações) e ainda revelar experiências realizadas. A justificativa para essa análise quantitativa, que não pode, é claro, estar desvinculada das demais informações qualitativas (configurando-se, dessa maneira, a metodologia a ser utilizada, como um todo, como uma análise “quali-quantitativa”) é estimar algumas grandezas “absolutas” e “relativas” com o objetivo de descrever os grupos estudados, associando-as aos elementos da bibliografia, entrevistas semiestruturadas e observação participante; tentando-se ainda estabelecer algumas possíveis relações entre duas ou mais variáveis quantificáveis.

Numa etapa posterior da pesquisa, far-se-á necessário se realizar a transcrição das entrevistas (respeitando a fala dos sujeitos) e a tabulação dos questionários. Essa etapa revelar-se-á, aliás, fundamental para que o sujeito não seja apenas um “legitimador de conceitos cristalizados e corporativos”, sendo a sua fala um instrumento fundamentado na realidade concreta, e concedendo à pesquisa uma maior “coerência teórico-epistemológica” e que poderá servir de “base para a avaliação da pertinência das conclusões que o estudo chegou” (MACEDO, 2010, p.141).

Ressalte-se que estudar fenômenos sociais, processos sociais, fatos sociais e outros do ponto de vista qualitativo corresponde a algo complexo devido às múltiplas variáveis envolvidas aí carregadas de diferentes significações, em que a subjetividade se apresenta como um traço fundamental. (SILVA, RAMIRES, 2009, p. 340).

5. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

5.1. A Trajetória da Geografia Cultural

Para explicitar o processo de construção do pensamento no campo da geografia cultural, primeiramente é necessário se entender como ela está situada no contexto da ciência geográfica como um todo.

Nessa perspectiva antes de tudo é necessário apresentar a concepção de Cultura, que é um conceito notoriamente “movediço” “escorregadio”, difícil de ser “pinçado” e definido, como acentua McDowell:

Cultura é um conjunto de ideias, hábitos e crenças que dá forma às ações das pessoas e à sua produção de artefatos materiais, incluindo a paisagem e o ambiente construído. A cultura é socialmente definida e socialmente determinada. Ideias culturais são expressas nas vidas de grupos sociais que articulam, expressam e contestam esses conjuntos de ideias e valores, que são eles próprios específicos no tempo e no espaço (McDowell, 1996, p.161).

Para Claval:

A cultura é a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte. A cultura é herança transmitida de uma geração a outra. Ela tem raízes num passado longínquo [...] Não é, portanto um conjunto fechado e imutável de técnicas e comportamentos. Os contatos entre povos de diferentes culturas são algumas vezes conflitantes, mas constituem uma fonte de enriquecimento mútuo (2007, p.63).

No seu sentido mais amplo, a Cultura pode ser atualmente considerada como o conjunto de traços distintivos espirituais, materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade e um grupo social. Ela englobaria, além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e crenças. Vale ressaltar que todas as culturas são fundamentadas em um conjunto de crenças, através das quais são compartilhados conhecimentos e ideais sobre a natureza da vida (DIAS, 2006).

Desde suas origens gregas, a Geografia interessa-se pela diversidade regional da terra e a geografia cultural, como todas as subdivisões da geografia, deve estar ligada a terra, os aspectos da terra, em particular aqueles produzidos ou modificados pela ação humana, são de grande significado (Wagner e Mikesell, 2003). E quando a geografia humana se desenvolveu, no final do século XIX, a descrição da diferenciação cultural da Terra tornou-se um capítulo importante da nova disciplina. Ela destacava os aspectos materiais das culturas, como o vestuário, o habitat, os utensílios e as técnicas. A geografia cultural pretendia, nesse contexto, analisar os modos de existência dos grupos humanos e o tema dominante era a paisagem cultural.

No final do século XIX e início do século XX a Geografia europeia já se ocupa da dimensão cultural da sociedade. O foco central do interesse dos geógrafos europeus, neste período, está centrado no resultado da ação humana, responsável pela alteração da paisagem natural. Era essa alteração que produzia Cultura,

caracterizada por um gênero de vida, resultante das relações de um determinado grupo humano com a Natureza.

5.1.1. Escola Alemã

A escola alemã traz as contribuições de Friedrich Ratzel e Otto Schlüter, no âmbito da Geografia Cultural. Claval (2007) relata que a Escola Alemã, baseia-se pelos trabalhos sobre “*Landschaft*” ou ciência da paisagem de Ratzel e pela morfologia da paisagem cultural criadas por Otto Schlüter em 1890. Na mesma obra, salienta que mais tarde, em 1940, essa escola conta com os estudos de August Meitzen sobre os estabelecimentos rurais e as estruturas agrárias.

Friedrich Ratzel realizou, no decorrer dos anos 1860, estudos de história natural na Universidade de Heidelberg. A Zoologia, então em plena mudança sob o impacto da publicação, em 1859, da Origem das Espécies, de Darwin, o atrai particularmente. Na Alemanha, as novas ideias são, então, difundidas e discutidas por Ernst Haeckel, que propõem desenvolver uma nova disciplina consagrada a análise das relações entre os seres vivos e o meio: ele a denomina Ecologia. No início dos anos 1870, Ratzel entra em contato com Moritz Wagner, também zoologista darwiniano, mas qual insiste sobre o papel das migrações na evolução dos seres vivos (Buttmann, 1977 *apud* CLAVAL, 2007 p 20,). Ratzel descobre então a geografia, na volta de uma longa viagem aos estados unidos, ele defende um doutorado dedicado à imigração chinesa na Califórnia.

Ele define que a *antropogeografia* parte de três princípios: a) descreve as áreas onde vivemos homens e a mapeia; b) procura estabelecer as causas geográficas da repartição dos homens na superfície da terra; c) propõem definir a influência da natureza sobre os corpos e os espíritos dos homens. Os grupos humanos dependem do ambiente onde estão instalados: dele provém à totalidade (grupos primitivos) ou uma grande parte daquilo que é necessário à sua subsistência. A relação que os homens tecem com seu ambiente e os problemas que nascem de sua mobilidade dependem das técnicas que dominam. De um grupo a outro, os utensílios utilizados variam como explica a história das migrações e da difusão das inovações, a cultura, Isto é o conjunto de utensílios e de “*Know-How*” que permite aos homens se apropriarem do meio que mereça ser estudado. Assim o

instrumento essencial que esses povos dispõem para reger suas relações com o espaço é o Estado. Ratzel pensa que a geografia política é essencial para compreender os fatos de repartição humana a partir de certo nível de desenvolvimento (CLAVAL, 2007).

Assim sendo Ratzel reconhece nos povos um atributo que pertence a sua essência, a mobilidade. Eles dominam as técnicas que asseguram sua adaptação ao meio próximo e dependem da história e do nível de desenvolvimento. A geografia concebida por Ratzel atribui um lugar importante aos fatos de cultura, porque se vincula aos meios de aproveitamento do ambiente e aqueles estabelecidos para facilitar os deslocamentos, esta cultura é, sobretudo analisada sob os aspectos materiais, conjunto de artefatos, a finitude do espaço sobre as barreiras que os grupos encontram para sua expansão e fronteira, assim o interesse de Ratzel dedica aos fatos de cultura e dá à sua obra um alcance essencialmente político.

Na medida em que a geografia humana é constituída em todos os lugares sobre a base dos problemas colocados do Friedrich Ratzel, a cultura é uma de suas variáveis fundamentais. Mas a maneira como ele mesmo a concebe restringe a curiosidade a seu respeito.

A maior parte dos colegas de Ratzel concebia sua disciplina como uma descrição da superfície da Terra. A preocupação em dar uma orientação mais rigorosa a seus trabalhos incomodava-os: a ciência que era feita à sua volta não tinha como finalidade descrever, mas explicar a ocorrência de certas categorias de fenômenos, insistindo sobre as relações entre sociedades e seu ambiente (CLAVAL, 2007).

Otto Schlüter redige em 1907 uma curta brochura na qual faz a paisagem o objeto da geografia humana. Ela mantém a unidade da geografia, pois uma paisagem é tanto modelada pelas formas da natureza e pela vida.

A geografia sob a concepção de Ratzel atribui um lugar importante aos fatos culturais, porém, esta cultura é analisada sob os aspectos materiais, como um conjunto de artefatos utilizados pelo homem em sua relação com o espaço. Schlüter concebe a geografia humana à maneira pela qual os grupos humanos modelam o espaço em que vivem. Contrapondo-se as ideias dos dois autores, constata-se que para Ratzel o estudo geográfico da cultura confundia-se com o estudo dos artefatos

utilizados pelos homens para dominar o espaço, enquanto que para Schlüter e a maioria dos geógrafos alemães das primeiras décadas do século XX, é a marca que os homens impõem à paisagem que constitui o objeto fundamental de todas as pesquisas (CLAVAL, 2007).

Cabe ainda destacar o pensamento de alguns pesquisadores da geografia cultural alemã de acordo com Claval (2007):

August Meitzen, sua obra foi publicada em 1895, faz descobrir a coerência dos fatos de ocupação do solo, a estrutura das regiões rurais, e as relações que estabelecem com o agrupamento e a dispersão do habitat. Seu objetivo era compreender os fatos étnicos (dizia-se raciais) e o destino dos povos.

Eduard Hahn escreve sobre a Zoogeografia, depois para o problema da origem da agricultura e para a história da domesticação. Ele mostra desde o início dos anos 1890 a complexidade das origens da agricultura. Hahn insiste sobre as práticas rituais que conduzem, segundo ele, a dominar os animais, depois a fazê-los trabalhar.

Os geógrafos alemães tiveram a influência do darwinismo explica a atenção quase exclusiva atribuída aos utensílios e às técnicas utilizados para dominar o meio, e o papel maior desempenhado pela análise da paisagem. Tal procedimento negligência o problema da aquisição das práticas, dos conhecimentos e dos valores, ignora quase sempre as atitudes e crenças.

Os primórdios dos estudos da geografia são marcados pelo enfoque dado a descrição da terra e sua complexa diversidade. Alguns questionamentos baseados na relação entre o meio natural e a maneira em que os homens agem perante o ambiente que os cerca, a influência da revolução darwiniana reforça o interesse por parte dos geógrafos em estudar as relações dos grupos humanos com o meio, conferindo ser este o germe da Geografia Cultural.

5.1.2. Escola Americana

A escola norte-americana da Geografia Cultural foi fortemente influenciada pela alemã. A geografia cultural americana emerge, aliás, trinta anos após os primeiros trabalhos alemães, sendo comum na bibliografia encontrá-las vinculadas

dentro de uma vertente considerada “anglo-saxônica”, a qual se diferencia da outra, de origem francesa.

Em relação à geografia cultural americana, ela tem a Escola de Berkeley como principal referência, (e qual foi fundada por Carl Sauer). Ressalta-se que os principais interesses de Sauer residiam nas maneiras como as pessoas deixavam sua marca na paisagem por intermédio de suas atividades produtivas e os seus assentamentos. Sauer, aliás, definiu a paisagem geográfica como resultado da ação da cultura, ao longo do tempo, sobre a paisagem natural.

Para Sauer o principal objetivo dos estudos geográficos seria analisar as paisagens culturais de modo que a morfologia física deveria ser vista como um meio, transformado pelo agente que é a Cultura. Conforme menciona Dumcan (2003, *apud* ZANATTA 2008, p.81):

[...] a cultura é uma entidade supraorgânica, com suas próprias leis, pairando sobre os indivíduos, considerados como mensageiros da cultura, sem autonomia. A cultura era assim, concebida como algo exterior aos indivíduos de um grupo social; sua internalização se faz por mecanismos de condicionamento, gerador de hábitos, entendidos como cultura [...] nesta visão não havia conflitos, predominando o consenso e a homogeneidade cultural.

Sauer visualizava a cultura, primeiramente como o conjunto de instrumentos e de artefatos que permite ao homem agir sobre o mundo exterior, destacando que a cultura é também composta de associações de plantas e de animais que as sociedades aprenderam a utilizar para modificar o ambiente natural e torná-lo mais produtivo. A aptidão para gerenciar com sabedoria o ambiente é, para Sauer, um dos traços maiores segundo os quais as culturas deveriam ser julgadas (CLAVAL 2007).

Para seus adeptos, a cultura, a área cultural e a paisagem cultural expressavam a relação dos seres humanos com o meio; e a história da cultura e a ecologia cultural explicavam como os grupos humanos agiriam sobre a cobertura vegetal. Vários destes temas desenvolvidos por geógrafos e não geógrafos que compartilhavam interesses comuns contrários à revolução teórico-quantitativa estão, reunidos a propósito na obra: “*Readings in Cultural Geography*, publicada em 1962 e organizada pelos discípulos de Sauer, Marvin Mikesell e Philip Wagner” (CORRÊA, 2011, p. 18-19).

Vale ressaltar a proximidade de Sauer com os índios do sudoeste dos Estados Unidos⁴, os quais permanecem à margem do progresso, sendo o autor fascinado pelo passado pré-colombiano da América. Sauer destacava a importância que tem o sítio para o homem, e também as transformações que este impõe ao sítio. Em síntese, tratamos das inter-relações do grupo, ou das culturas, como o sítio geográfico, tal como este se exprime através das diversas paisagens da terra. Sobretudo, a “diversidade e a unidade cultural em distintas áreas do mundo mereceu a atenção dos geógrafos da escola de Berkeley” (CORRÊA, 2011, p. 20), com base na formação de uma paisagem humana, sob uma perspectiva material (monumentos e artefatos), sem considerar, contudo, outras manifestações culturais como o idioma, a música, a religião.

Como os geógrafos alemães, os integrantes da escola de Sauer ignoravam as dimensões sociais e psicológicas da cultura. Destaca-se, nesta escola, Nessa perspectiva ainda, outra abordagem sobre a paisagem na qual ela é constituída, em parte, de matéria viva. Os homens agiram sobre a paisagem construindo, habitações, traçando vias, desenhando campos e contornando-os com cercas. Eles transformariam, sobretudo, através de sua ação sobre a vegetação e o mundo animal.

Os trabalhos da Escola de Sauer tratam, sobretudo, das sociedades de etnólogos do mundo americano ou das grandes civilizações tradicionais. Seus alunos voltavam ainda à diversidade do hábitat e às práticas agrícolas dos primeiros colonos. Eles mostravam como diferentes tradições populares originais foram constituídas, e como ganharam o interior do continente. Desde a década de 30, uma inquietação ecológica, já muito moderna, faz-se sensível em Sauer e seus estudantes (CLAVAL, 2007).

Ressalta-se na abordagem cultural da geografia Saueriana, compartilhada também por outros geógrafos e especialistas de outras áreas, portanto, a abordagem do material cultura. Devido à concepção de cultura, e a ênfase colocada em sua dimensão material, muitas foram às críticas direcionadas a Sauer e à Escola de Berkeley. Em que pesem tais críticas, é inegável, contudo sua contribuição à Geografia Cultural, influenciando-a até mesmo, durante sua renovação.

⁴ Navah; Apaché; Hopi, Zuni

A geografia cultural teria sido completamente negligenciada nos Estados Unidos, se não tivesse sido celebrizada em função dos trabalhos de Carl Sauer e de seus seguidores da Escola de Berkeley. Em que pesem, portanto as críticas feitas à obra de Sauer, é inegável sua contribuição à geografia cultural, influenciando-a até mesmo durante sua renovação. Não há como negar sua expressiva contribuição para o pensamento geográfico, na medida em que reafirmou a Paisagem como um dos conceitos chave deste campo do conhecimento, assim como incentivou e divulgou a abordagem cultural, nas Ciências Humanas, deixando, nestes sentidos um rico legado.

5.1.3. Escola Francesa

Na França, a tradição dos estudos culturais foi inaugurada por Paul Vidal de La Blache, e surgiu, assim como na Alemanha, simultaneamente ao processo de sistematização da Geografia como ciência acadêmica. Refletindo sobre as relações que se estabelecem entre os seres humanos e o meio, La Blache elaborou o clássico conceito de “gêneros de vida”, o qual exprimiria uma relação entre população e recursos, uma situação de equilíbrio, construída historicamente. Pode-se definir esse emblemático conceito como o conjunto de técnicas, hábitos e costumes próprios de uma sociedade e que possibilitam o aproveitamento dos recursos naturais disponíveis em determinado recorte ou domínio geográfico. Sustentando a ideia de que a ação humana é influenciada pela contingência, para La Blache, o meio físico exercia ascendência sobre certos gêneros de vida, mas os grupos humanos também nele podiam intervir, dependendo de seu estágio civilizatório, cultural e desenvolvimento tecnológico (ZANATTA, 2008). Assim sendo, a cultura se interpõe entre o homem e o meio e humaniza as paisagens, as quais refletem a organização social do trabalho, o que a influência, também marxista, no pensamento geográfico francês.

A Geografia ocupa há muito tempo um lugar importante na ciência francesa, mas a modernização a que se submeteu no final do século XIX deve-se às transformações que a disciplina teve na Alemanha (e em função das quais, os

geógrafos franceses adotaram como modelos Alexandre Von Humboldt, Carl Ritter ou Friedrich Ratzel como é o caso de Paul Vidal de La Blache).

Tendo por ambição estudar os lugares, e não, os homens, La Blache partiu da concepção da geografia humana de Ratzel, (onde as pesquisas sobre a influência do meio sobre a sociedade revelam a cultura como agente humanizador das paisagens). Para ele, como para os geógrafos alemães ou americanos, a cultura pertinente é aquela que se apreende através dos instrumentos que as sociedades utilizam, e das paisagens que elas modelam, embora, esses elementos não adquiram sentido se não forem compreendidos como componentes dos “gêneros de vida”.

Vale ressaltar que a análise regional tornou-se a principal marca da geografia cultural francesa, em que destacam-se:

Le Lannou (1949), que reelaborou o conceito Lablachiano do homem como habitante; Dardel, que com sua obra de 1952 passou a inspirar a introdução da análise fenomenológica no estudo de aspectos subjetivos da geografia; Julliard (1962), que pesquisou o papel das forças econômicas e sociais na estruturação do espaço; e, Max Sorre (1943; 1952 e 1957), que mais se destacou ao tentar uma redefinição da geografia humana. Também influenciados pela análise regional, vale mencionar os geógrafos dedicados às áreas tropicais do planeta, chamados tropicalistas, com ênfase para Gallais (1967), que ao estudar as civilizações africanas descobriu a importância da experiência vivida e da percepção na construção do espaço geográfico (NITSCHE, 2012, p.54).

Desse modo, a escola Lablachiana não rompe com a abordagem cultural anterior, nem com a dicotomia homem/meio, mas reforça seu papel ao trazer o conceito de “gênero de vida” aplicado às sociedades consideradas “arcaicas”, tendo sido utilizado nos estudos regionais, sem ser, no entanto muito, aplicável às sociedades industrializadas.

É relevante assinalar que vários dos seguidores de La Blache apoiaram-se na etnografia e nos fatos étnicos para explicar o destino dos povos. Logo, os estudos geográficos culturais dessa época, consistiam na descrição de práticas rituais não apenas para explicar como as sociedades viviam, mas também como elas dominavam técnicas e deixavam suas marcas culturais fortemente estruturadas nas paisagens.

Ressalta-se que as três escolas mencionadas apresentavam enfoques diferenciados, principalmente antes da década de 1970. Elas convergem em vários

aspectos, como o entendimento sobre a cultura atrelada ao conjunto de formas e traços que o homem imprime na natureza (preocupando-se em identificar áreas onde vivem os homens, as causas de sua repartição e influência na natureza; os aspectos materiais da cultura; o papel preponderante da paisagem; o “gênero de vida” e o foco nos utensílios e técnicas para dominar o meio) (CLAVAL, 2007).

Antes de avançar em outros aspectos teórico-conceituais da Geografia Cultural, faz-se necessário apresentar os novos caminhos na Geografia Cultural, contextualizadas nas trajetórias desta linha interpretativa da Geografia Humana em nosso país que é o tópico a ser tratado/problematizado no sub-capítulo que se segue.

5.2. A Geografia Cultural no Brasil

A geografia brasileira de cunho acadêmico nasce em 1934 com a criação do Departamento de Geografia (e História) na Universidade de São Paulo. Em 1936 aparece na cidade do Rio de Janeiro o segundo curso, na atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. E a despeito do elevado número de cursos de geografia, a grande maioria dedicados quase que exclusivamente à formação de professores do ensino secundário, e a despeito da heterogeneidade cultural do Brasil, a Geografia Cultural foi, até ao final da década de 1980, negligenciada e mesmo desconhecida pelos geógrafos brasileiros. Aspectos da cultura eram tratados nos estudos regionais, mas não eram priorizados nem se tinha a consciência de que investigações e práticas culturais, em suas múltiplas manifestações, poderia ser tema central nas pesquisas geográficas (CORRÊA & ROSENDAHL, 2005).

Na Alemanha, nos Estados Unidos e na França a geografia da primeira metade do século XX interessa-se particularmente pela diversidade regional da Terra. Este tema estava também no centro das preocupações dos geógrafos europeus e americanos que se interessaram pela América Latina, e especialmente pelo Brasil, conforme se explicita a seguir:

Pierre Denis (Denis, 1927), Francis Ruellan, Preston James (James , 1942) e, em certa medida, Pierre Monbeig (Monbeig, 1952, 1980) e Leo Waibel, (Waibel, 1950). Foram estes geógrafos que introduziram e formaram a primeira geração de pesquisadores (CLAVAL, 1999b, p.8).

Durante as décadas de 1970 e 1980, a geografia brasileira dividia-se em três linhas interpretativa: a geografia de tradição francesa, a visão teórico - quantitativa; e após 1980, a perspectiva crítica, calcada no materialismo histórico e dialético (Corrêa & Rosendahl, 2005).

Vale ressaltar que a escola francesa de geografia, foi a mais importante matriz da geografia brasileira, priorizava os estudos regionais e a cultura constituía aí em mais um elemento da complexa combinação de elementos que forneciam a identidade regional:

A geografia francesa, de forte influência na geografia brasileira, teve traduzidos, entre outros, textos de Sorre (2002), sobre os “*genres de vie*”, Gallais (2002), a respeito do “*espace vécu*” nos países tropicais, de Bonnemaison (2002), sobre o conceito de território, assim como pequenos textos extraídos do debate, publicado em 1981, na revista *L’Espace Géographique* (CORRÊA & ROSENDAHL, 2005 p. 77).

Paul Claval, fundador do periódico *Géographie et Cultures*, tem exercido forte influência na Geografia Cultural brasileira. Além de seu livro *Géographie Culturelle*, traduzido e publicado pela EdUSC, o autor possuiu outra obra intitulada “Reflexões Sobre a Geografia Cultural no Brasil” na qual faz uma avaliação da geografia cultural brasileira. É relevante assinalar, contudo, que a Geografia Cultural no Brasil ainda não desfruta do prestígio que outros ramos da área geográfica possuem. Muito disso se deve ao fato de a dimensão cultural ter sido negligenciada, ou entendida a partir do senso comum, em relação às problemáticas geográficas, conforme Corrêa e Rosendahl:

A geografia cultural não tem ainda no Brasil a importância que desfruta em outros países, as razões da incorporação tardia da geografia cultural entre os geógrafos brasileiros são várias. Entre elas estão a força da tradição empiricista profundamente presa a uma leitura objetiva da realidade, e, a partir do final do século de 1970, da perspectiva crítica, calcada em um materialismo histórico mal assimilado (CORRÊA ROSENDAHL, 2003, p 9).

No Brasil foram necessários 60 anos para que fosse reconhecida e em algumas instituições de ensino do país ela, permanece subvalorizada. O desenvolvimento tardio no Brasil tem várias razões que, ao longo do tempo, vão se justapondo, a subestimação do subcampo, conforme Claval:

A precária apropriação por parte dos geógrafos brasileiros da primeira geração, com poucos recursos e com amplo e desconhecido território a ser analisado, gerou pesquisas que abordaram as relações sociedade-natureza privilegiando aspectos relativos ao povoamento, sistemas agrícolas e o

urbano. Com suas exceções, não se pode falar em geografia cultural brasileira nos primeiros 35 anos da disciplina (CLAVAL 1999A, p.74).

A Geografia Cultural, como corrente de pesquisa específica, na verdade, desenvolveu-se no Brasil, somente após o início dos anos 90. As preocupações culturais estão presentes, contudo, na maioria dos estudos publicados desde que a geografia tornou-se uma disciplina universitária. Segundo Claval é possível distinguir quatro tipos de orientações na abundante produção que os geógrafos brasileiros e estrangeiros dedicaram ao país:

1. A descoberta da diversidade regional do país, da multiplicidade de suas tradições étnicas e do significado de seus múltiplos gêneros de vida;
2. A análise do Brasil como elemento periférico do capitalismo mundial, encarregado de produzir matérias-primas e gêneros alimentícios para os industriais e consumidores dos países do centro;
3. O tema da modernização do Brasil, sua dimensão política, as transformações que ela desencadeou (urbanização, industrialização, criação de um mercado nacional), mas também os seus limites e seus defeitos (pauperização e exclusão de uma parte das populações rurais e urbanas, danos ao meio ambiente);
4. Uma reflexão sobre a unidade do Brasil, ligada à tropicalidade ou vista como sínteses daquilo que o país recebeu dos portugueses, dos índios e dos africanos (CLAVAL, 1999a, p.8).

Nenhuma dessas quatro correntes baseia-se na cultura, mas cada uma delas trouxe uma contribuição que não pode ser desprezada para o conhecimento das realidades culturais do Brasil.

Contudo, já se tem por revelado que a heterogeneidade do país, bem como os seus inúmeros processos históricos, envolvendo Sociedade e Natureza, o torna um excelente campo para estudos nesta área. A diversidade brasileira reflete, num primeiro momento, a multiplicidade dos ambientes naturais do país (Floresta Amazônica, Mata Atlântica, Caatinga, Cerrado, Pantanal, Pampa, etc). Assim na geografia brasileira a abordagem cultural não ocupava uma posição central, mas continha elementos preciosos para a compreensão da natureza e da distribuição espacial dos fatos da cultura no Brasil (CLAVAL, 1999a p. 7-8).

A colonização pôs em movimento povos que fazem do país um cenário onde se encontram as mais diversas tradições étnicas: a) a das sociedades indígenas, hoje reduzidas a contingentes mínimos, mas cuja diversidade é significativa, embora os grupos de língua Tupi fossem dominantes no momento da chegada dos europeus; b) a das populações trazidas ao Brasil para a escravização diáspora

africana c) oriundos do colonizador português. A marca indígena é mais sensível na Amazônia, no interior do Nordeste e no litoral do Maranhão, a parte africana é mais forte na zona açucareira do Nordeste, sobretudo na Bahia. O povoamento de estirpe portuguesa é relativamente mais importante no sertão ou em Minas Gerais. A diversidade reflete, igualmente, a adaptação das populações a ambientes muito variados. Vê-se isto quando estudamos os modos de vida dos indígenas (CLAVAL, 1999a). Ressalta-se que outras vertentes culturais vieram somar-se a estas com a chegada, ao país, dos imigrantes (alemães, italianos, eslavos, nipônicos, etc), sobretudo, a partir do final do século XIX e início século XX.

Analisando a questão cultural no contexto específico da realidade brasileira, destaca-se a emergência de movimentos sociais diversos – de mulheres, negros, gays⁵, ecológicos, ao lado da renovação das formas de luta com mais tradição (operários, trabalhadores rurais), demonstram o quanto é forte a busca política de um espaço próprio, que reivindica a diferença e recusa a fatalidade de uma sujeição dissolvida em um tipo único. Esta questão é, sobretudo, clara no movimento indígena que hoje se articula, e seu direito a reivindicar um espaço próprio passam fundamentalmente pela consciência de sua forma concreta de sujeição. E vale ressaltar que a tomada de consciência e a autovalorização étnica dos povos indígenas do Brasil, conquistadas através do reforço da identidade étnica e da tomada de conhecimento dos direitos dos indígenas perante o Estado brasileiro, é um fato sociologicamente constatável, cujo, o processo que vem se desenvolvendo há alguns anos, em nosso país (DEUS, 2005). Tais realidades emergentes fornecem fértil campo de trabalho para investigações nas óticas etnoambiental, etnogeográfica e etnopolítica.

Os trabalhos dos geógrafos brasileiros, europeus ou americanos no Brasil não enfocaram a cultura brasileira e a maneira como ela ajudou a determinar as distribuições que se observam no país, mas eles contribuíram com uma série de esclarecimentos sobre a sociedade brasileira que não convém negligenciar. Podemos observar, contudo que geógrafos brasileiros, desde muito cedo, foram sensíveis à complexidade das relações tecidas entre organização do espaço,

⁵ LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Transgêneros.

técnicas de exploração ou de deslocamentos, práticas, saberes formalizados ou valorares.

As publicações brasileiras e estrangeiras, dos anos 1930 ou 1940, dão grande espaço a essas considerações. Certos autores, como Pierre Denis, insistem igualmente no papel de todos aqueles que exploram estabelecimentos dispersos por imensas áreas e atestam a vitalidade precoce da economia comercial. Na maioria dos trabalhos que adotaram essa ótica, a cultura aparece como uma variável essencial, mas exterior à sociedade, imprimindo traços que se impõem por razões físicas (através dos “gêneros de vida”), ou pela transmissão de traços herdados do comportamento (as tradições próprias de cada um dos componentes étnicos da população).

Já o tema do Brasil como elemento periférico do capitalismo mundial impõe-se e praticamente exerce uma hegemonia quase monolítica aos geógrafos no final dos anos 1940 e início dos anos 1950. Ele domina durante vinte anos boa parte da produção geográfica brasileira e trabalhos desenvolvidos por estrangeiros sobre o país (MONBEIG, 1980, LE LANNOU, 1955). Nesse tipo de interpretação, a valorização do Brasil resulta de uma demanda externa e depende de decisões nas quais cabe aos brasileiros apenas uma parte modesta. Pois o capitalismo periférico brasileiro não se assemelha aos outros devido a especificidades culturais que o caracterizam. A interpretação geográfica do Brasil em termos do capitalismo periférico abre, portanto, espaço aos dados culturais (CLAVAL, 1999b).

Assim sendo as perspectivas para a pesquisa em geografia cultural no país são imensas, destacando-se as obras de Claval (1999b), Corrêa & Rosendahl, (2005, 2008), Deus (2005), etc. Admite-se que pesquisas empíricas, em um contexto policultural como o Brasil, pode alimentar novos conceitos e ampliar a base teórica da Geografia Cultural. Hipotetiza-se, a partir da produção brasileira em geografia cultural, que conceitos como regiões culturais emergentes, regiões culturais residuais, paisagem poligenética e simulacros espaços-temporais (*disneyfication*) possam ser enriquecidos no território brasileiro. (CORRÊA & ROSENDAHL, 2005)

A partir da década de 1970, com o movimento de revolução epistemológica na Geografia, motivado pela atitude crítica aos preceitos positivistas, a geografia cultural se renova, sem romper drasticamente com seus princípios originais,

aprimorando-se com novos enfoques. Apresentaremos a seguir a trajetória de crise à renovação da geografia cultural que ocorreu a partir das últimas décadas do século XX no mundo acadêmico.

5.2.1. A categoria território

Desde a origem do termo (ou conceito), o Território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica, pois etimologicamente aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreoterror* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo, especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no "territorium" são impedidos de entrar. É ao mesmo tempo, podemos dizer por outro lado, que, para aqueles que têm o privilégio de plenamente usufruí-lo, o território pode inspirar a identificação (positiva) e sua efetiva "apropriação". Território, assim, em qualquer definição, tem a ver com Poder, mas não apenas ao tradicional "poder político". Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação.

No que diz respeito ao conceito-chave território temos que as transformações territoriais ocorridas mundialmente nos últimos anos levaram os intelectuais da Geografia a um amplo debate sobre as temáticas que envolvem o seu significado. A pluralidade de filiações teórico-metodológicas existentes entre os geógrafos produz, contudo, uma diversidade de concepções acerca do significado de território. Vale ressaltar um ponto de convergência, qual seja, o da necessidade de superar a concepção de território herdada da geografia tradicional, a qual se mostrou insuficiente para compreender e desvendar a complexidade espacial do mundo atual.

A complexidade do mundo atual exige que o geógrafo conceba o território como algo dinâmico, vivo, um espaço construído historicamente pela sociedade, e não o palco de atuação da sociedade, "como um quadro negro sobre o qual a sociedade reescreve sua história" (VIEIRA, 2007). É preciso levar em consideração a dinamicidade do território, ter em mente que a sociedade incide sobre o território, e esse, na sociedade. Isso significa que em tempos de globalização, ao investigarmos

o território, “deveremos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é, o trabalho e a política” (SANTOS, 2003, p.247).

A partir daí observamos que o Território deve ser concebido como um espaço em constante construção e reconstrução. Isso nos remete a outro aspecto a ser considerado sobre o território, sua historicidade:

O território revela também as ações passadas e presentes, mas já congeladas nos objetos, e as ações presentes constituídas em ações. No primeiro caso, os lugares são vistos como coisas, mas a combinação entre as ações presentes e as ações passadas, às quais as primeiras trazem vida, confere um sentido ao que preexiste. Tal encontro modifica a ação e o objeto sobre o qual ela se exerce, e por isso uma não pode ser entendida sem a outra (SANTOS, 2003, p.247-248).

Ainda sobre o caráter dinâmico do Território, Saquet (2004, p.143) nos chama a atenção para a importância de se considerar, no estudo da dinâmica territorial, “as relações recíprocas e complementares entre os elementos/aspectos das dimensões natural e social (ideal e materialmente)” de um dado território ao destacar que:

Uma análise dialética do território é imprescindível, pois, o território é natureza e sociedade simultaneamente, é economia, política e cultura, ideia e matéria, enraizamento, conexão e redes, domínio e subordinação, degradação e proteção ambiental, é local e global e singular e universal concomitantemente, terra, formas espaciais e relações de poder, podemos apreender aspectos de suas articulações internas e externas dialeticamente (SAQUET, 2004, p.144).

Um segundo ponto das reflexões acadêmicas em relação ao Território diz respeito à questão do Poder. Quando se pensa em Território, temos que levar em conta que:

O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela abstração), o ator territorializa o espaço (...). O território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações de poder. (RAFFESTIN, 1993, p.143).

Souza concorda com essa concepção quando afirma que “o território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, 2003, p.78). Uma dimensão importante da relação existente entre o Poder e o Território é apontada por Andrade:

Quando chama atenção para o fato de que o conceito de território está muito ligado à ideia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Assim, deve-se ligar sempre à ideia de território à ideia de poder, quer se

faça referência ao poder político, estatal, que ao poder das grandes empresas que estendem os seus tentáculos por grandes áreas territoriais, ignorando as fronteiras políticas (ANDRADE, 1998, p. 213).

Um terceiro ponto importante das discussões sobre a temática do território segundo Souza, diz respeito ao caráter flexível do território:

Territórios existem e são construídos (e desconstruídos) nas mais diversas escalas, da mais acanhada (por ex. uma rua) à internacional (por ex. a área formada pelo conjunto dos territórios dos países membros da Organização do Atlântico Norte – OTAN.); territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas anos, meses, ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica e cíclica (SOUZA, 2003, p.81).

Isso significa que o geógrafo, em suas investigações, deve se desprender da noção de Território como um espaço delimitado, concreto e mensurável, essencialmente fixado no referencial político do Estado. Nesse sentido, territórios são antes de tudo, relações sociais projetadas no espaço.

Isso também nós remete às reflexões realizadas por Corrêa (1998, p. 251) que nos chama atenção para um elemento importante dessa discussão: “o território não se vincula necessariamente à propriedade da terra, mas à sua apropriação”. Para esse autor, a apropriação de um dado segmento do espaço pode ocorrer de forma efetiva e ser legitimada por parte das instituições ou grupos e, também através de práticas espacializadas por parte de grupos distintos definidos segundo renda, raça, religião, sexo, idade ou outros atributos. No primeiro caso tem-se um conceito de Território vinculado à Geografia Política; e no segundo, em que a apropriação assume um caráter “afetivo”, estaremos diante de um conceito de território vinculado a uma Geografia que privilegia os sentimentos e os simbolismos atribuídos aos lugares, ou seja, uma Geografia Cultural.

As duas formas de apropriação podem, contudo, combinar-se e definir territórios plenamente apropriados de direito, de fato; e afetivamente. O Território é o espaço revestido da dimensão política, afetiva ou ambas (CORRÊA, 1998). Haesbaert (2002) realizou uma sistematização importante sobre a concepção de Território. Segundo esse autor ao longo da história desenharam-se duas vertentes interpretativas sobre esta categoria conceitual que, tradicionalmente se opuseram. Essas vertentes são denominadas como a vertente naturalista e a vertente etnocêntrica, que serão apresentadas a seguir:

A vertente naturalista:

Vê o território num sentido físico, material como algo inerente ao próprio homem, quase como se ele fosse uma continuidade do seu ser, como se o homem tivesse uma raiz na terra – o que seria justificado, sobretudo, pela necessidade do território de seus recursos, para a sua sobrevivência biológica (HAESBAERT, 2002, p.118).

Para Haesbaert, essa concepção de território, é que teria levado muitos estudiosos a defenderem “a tese de que teríamos uma *impulsão inata* para a conquista de territórios, e que o crescimento de uma civilização, de seu *espaço vital*, (...) estaria diretamente relacionado à expansão territorial” (HAESBAERT, 2002 p. 118).

Por outro lado a vertente etnocêntrica deixa de lado toda relação sociedade natureza, como se o território fosse uma construção puramente humana e social podendo mesmo prescindir de toda base natural:

Essa construção poderia advir tanto de um domínio material sobre o espaço, decorrente do poder de uma classe econômica e/ou de um grupo político dominante, como de sua apropriação simbólica, a partir da identidade que cada grupo cultural “livremente” construisse o espaço em que vive (HAESBAERT, 2002, p.119).

A partir dessa sistematização, Haesbaert, sinaliza a necessidade de avançarmos nas discussões realizadas por essas duas vertentes interpretativas. Para ele, ambas veem o território “muito mais dentro das dimensões política e cultural do espaço do que em sua dimensão econômica” (HAESBAERT, 2002, p.119), o que faz delas instrumentos insuficientes para a compreensão dos múltiplos territórios com os quais temos convivido no mundo contemporâneo. É nesse sentido que Haesbaert defende que o Território deve ser concebido como:

O produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados. Esta relação varia muito, por exemplo, conforme as classes sociais, os grupos culturais e as escalas geográficas que estivermos analisando (HAESBAERT, 2002, p. 121).

Como decorrência desse raciocínio, é interessante observar que, enquanto “espaço-tempo vivido”, o território é sempre múltiplo, “diverso e complexo”, ao contrário do território “unifuncional” proposto e reproduzido pela lógica capitalista hegemônica, especial através da figura do Estado territorial moderno, defensor de uma lógica territorial padrão que, ao contrário de outras formas de ordenação territorial (como a do espaço feudal típico), não admite multiplicidade sobreposição

de jurisdição e/ou de territorialidades. Podemos então afirmar que o Território, imerso em relações de dominação e ou de apropriação Sociedade Espaço, desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais concreta e funcional à apropriação mais subjetiva e/ou cultural simbólica (VIEIRA, 2007).

Na Geografia Cultural, o apego ao território é uma forma de manter viva a memória de um grupo, de reviver os seus mitos e ideologias e de reforçar sua identidade de modo que, o pouco domínio sobre esta parcela do espaço ou a perda do mesmo torna-se uma ameaça ao “existir” do grupo. Mas, na mesma medida que tal relação se estabelece, em contrapartida há também uma reafirmação do território e da territorialidade através da Cultura. Neste caso, leva-se, também, em consideração que grupos culturais ou étnicos (a exemplo dos quilombolas) se revestem fortemente de um discurso territorial para se legitimarem.

Portanto, na relação entre Cultura e Território tem-se que, ao se reconstruir “simbolicamente um espaço, sua dimensão mais concreta constitui, de alguma forma, um componente estruturador da identidade” (HAESBAERT, 1999, p. 174). Ou seja, a dimensão simbólica da identidade necessita de um referencial concreto para se realizar; neste caso, o território que reforça a identidade do grupo e reafirma o domínio sobre aquele. Segundo Anjos (2009), o Território coloca-se, em sua essência, como um fator espacial e social implicitamente atrelado à dimensão política permeada na identidade, e cujos processos de categorização e dimensionamento estão entremeados em suas referências culturais e simbólicas:

(...) o território étnico seria o espaço construído, materializado a partir das referências de identidade e pertencimento territorial e, geralmente, a sua população tem um traço de origem comum. As demandas históricas e os conflitos com o sistema dominante têm imprimido a esse tipo de estrutura espacial exigências de organização e a instituição de uma autoafirmação política-social-econômica-territorial (ANJOS, 2009, p. 8).

De modo geral, os territórios são mais facilmente vistos e percebidos por representações feitas deles por mapas, registros históricos, memórias. O território é o espaço, a paisagem e o lugar, tomados como uma posse, um meio geográfico apropriado e compreendido nessa relação. Ganha este sentido à medida que se reporta ao conjunto de atributos conferidos pela natureza criativa que vincula o

espaço a usos e ideias. Representações sociais e cultura são essenciais para a compreensão das territorialidades humanas (HEIDRICH 2013).

Assim sendo as discussões que associam Território, Cultura e Identidade demonstram que enfoques culturais, têm assumido uma posição privilegiada e desafiadora. Vale ressaltar ainda que, embora intervenções no momento contemporâneo, pautadas nos territórios culturais ou territórios de identidade, sejam encaminhadas, de forma enviesada e desprovida de um real entendimento do que seja a Cultura, a Identidade, e as Representações, é inegável que tal processo instiga um “olhar” mais apurado sobre as articulações, como em determinado grupo a cultural media o exercício da territorialidade e, conseqüentemente, o domínio sobre um espaço, nas relações de Poder que aí se estabelecem.

5.2.2. A categoria paisagem

Para a Geografia a Paisagem é um conceito-chave, por ser capaz de fornecer unidade e identidade a este campo de conhecimento num contexto de afirmação da disciplina. O conceito varia de sentidos de acordo com a escala de observação e os critérios e classificação, conforme seja a Geografia entendida prioritariamente como ciência natural ou como ciência humana (CASTRO 2004). Podemos definir a Paisagem como:

O resultado da combinação dinâmica, portanto instável, em uma determinada porção do espaço, de elementos físicos, biológicos e antropológicos, os quais, reagindo dialeticamente, uns sobre os outros, fazendo dela um conjunto único e indissociável em perpétua evolução. A paisagem deve ser encarada como um fenômeno em constante mutação seja ela natural ou social, através da qual é possível perceber a realidade de uma localidade (BERTRAND *apud* CASTRO, 2004, p.27).

Nessa perspectiva, a Paisagem deve ser encarada como uma combinação entre diversos fatores que agem simultaneamente e forma uma porção única no espaço. Ela é um fenômeno em constante transformação, seja natural ou social; e assim, Boullón define a Paisagem como:

Uma qualidade estética que os diferentes elementos de um espaço físico adquirem apenas quando o homem surge como observador, animado de uma atitude contemplativa dirigida a captar suas propriedades externas, seu aspecto, seu caráter e outras particularidades que permitam apreciar sua beleza ou feiura (BOULLÓN, 2002, p.120).

Sob este ponto de vista, o Homem é quem determina o que é e o que não é paisagem, sendo ele um elemento essencial para a sua existência, já que a paisagem depende da sua pré-disposição a observá-la para que esta exista. Por ser um tema muito amplo, a Paisagem é analisada sob diversos aspectos nas mais variadas áreas de Conhecimento, como a Geografia, a Arquitetura, a Antropologia, dentre outros.

Com a emergência de uma “Nova Geografia Cultural”, a discussão sobre Paisagem passou a ser revestida de novos conteúdos, devido à ampliação dos horizontes explicativos da disciplina com a incorporação de noções como Percepção, Imaginário e Simbolismo.

É relevante assinalar, inclusive, as diferentes acepções que tal conceito recebeu de acordo com a língua em que ela é expressa. Assim, *Landschaft* (alemão) e *Paysage* (francês), não significam a mesma coisa. A palavra em alemão é mais antiga e possui um significado mais complexo que a da língua latina. Holzer define *landchaft* da seguinte forma:

Refere-se a uma associação entre sítio e os seus habitantes, ou se preferirmos, de uma associação morfológica e cultural. Talvez tenha surgido de “*Land Schaffen*”, ou seja, criar a terra, produzir a terra. Esta palavra transmutada em *Landscape* chegou à geografia norte-americana pelas mãos de Sauer que, cuidadosamente, enfatizava que seu sentido continua sendo o mesmo: o de formatar (*land shape*) a terra, implicando numa associação das formas físicas e culturais (HOLZER 1999b, p152).

Assim podemos concluir que *Landschaft* se refere a um complexo natural total, de forma integrada, pela natureza e ação humana. Amplamente utilizado na linguagem comum de diversos países de histórias políticas e culturais absolutamente distintas, a paisagem guarda consigo o sentido de estar associada ao olhar.

Já o termo francês *paysage* surgiu na Renascença, nos séculos XV e XVI, junto com o interesse despertado pela arquitetura e filosofia da Grécia e Roma antiga. *Paysage* é aplicada aos arredores de uma edificação ou cidade, designando, porém um espaço delimitado. Remonta também ao século XVI, a associação do termo *paysage* à estética, quando o termo passa a significar a representação artística da Paisagem em quadros e pinturas.

A Paisagem é simultaneamente uma marca, uma geo-grafia, que é impressa pela sociedade na superfície terrestre e ao, mesmo tempo estas marca são matrizes,

ou seja, constituem a condição para a existência e para a ação humana. Se por um lado ela é vista por um olhar; por outro lado ela determina este olhar.

Na década de 1970, surgem novas definições de Paisagem de embasadas em outras matrizes epistemológicas. Na Paisagem, apresentam-se simultaneamente as diversas dimensões que cada matriz epistemológica privilegia. Assim podemos observar as seguintes dimensões destacadas: morfológica, funcional, histórica, e simbólica (CASTRO, 2004).

As proposições de Sauer, para o estudo da paisagem residiam na tentativa de resolver os maiores problemas da Geografia na época, isto é, suas dualidades fundamentais: geografia física e humana, geral e regional, e também a ausência de um método objetivo.

Sauer escreveu seu artigo sobre “A Morfologia da Paisagem” afirmando que a Ciência adquire identidade através da escolha de um objeto e de um Método para o autor. A geografia deveria se limitar ao que é evidente da mesma forma que as outras disciplinas. A paisagem passa então ser um objeto fundamental da Geografia, como é apresentando a seguir:

A paisagem geográfica é vista como um conjunto de formas naturais e culturais associadas em uma dada área é analisada morfológicamente, vendo-se a integração das formas entre si e o caráter orgânico ou quase orgânico delas. O tempo é uma variável fundamental. A paisagem cultural ou geográfica resulta da ação, ao longo do tempo, da cultural sobre a paisagem cultural (CORRÊA & ROSENDAHL 1999, p.9).

A análise de Sauer procura sempre um plano sistêmico mais geral, enfatizando as análises estruturais e funcionais; e observam-se assim, claramente, as bases do pensamento positivista em sua definição de paisagem. A paisagem, aí, tem uma identidade que é baseada na constituição reconhecível, limites e relações genéricas com outras paisagens. Sua estrutura e função são determinadas por formas integrantes e dependentes. A Paisagem é considerada aí, portanto, em certo sentido, como tendo uma qualidade orgânica.

O que fica mais claro quando o autor nos fala da aplicação do método morfológico é a agregação e ordenamento dos fenômenos como formas que estão integradas em estruturas de estudo comparativo dos dados e dessa maneira organizados, constituem o método morfológico de síntese, um específico método empírico (CASTRO 2004).

Já o geógrafo inglês Denis Cosgrove adota uma abordagem cultural nos estudos sobre a paisagem, sua análise fundando-se no simbolismo que se pode atribuir à paisagem. Cosgrove politiza a discussão sobre Paisagem e identifica dois tipos fundamentais de paisagens geográficas. A primeira delas, a “paisagem da cultura dominante”, constituiria um dos meios através dos quais o grupo dominante exerce seu poder, devido à sua capacidade de projetar e comunicar sua imagem de mundo, tida como verdadeira e através de sua experiência para outros grupos.

Muito do simbolismo da paisagem reproduz normas culturais estabelecidas por valores de grupos dominantes da sociedade. O outro tipo, “paisagens alternativas”, se desdobrariam nas paisagens residuais, emergentes e excluídas. Em cada época, o imaginário coletivo define a concepção social de natureza social e a traduz, transformando-a em artefatos materiais e simbólicos, ou seja, em Cultura. Sua tradução mais completa foi registrada pela história pela elaboração do conceito Paisagem, que, longe de ser apenas um modelo abstrato de compreensão do meio é também a materialidade por meio da qual a racionalidade humana organiza os homens e a natureza em territórios. Ao ser objeto dessa lógica estruturante da sociedade, a paisagem é portadora de sentidos (LUCHIARI, 1998).

Cosgrove também propõe tratar a paisagem como uma expressão humana composta de muitas camadas de significados. Numa relação dialética entre a visão artística e literária do mundo visível, do cenário visto pelo observador e sua visão científica; da análise empírica, da integração dos fenômenos naturais e humanos na superfície terrestre, dando uma grande contribuição ao pensamento geográfico.

O autor propõem-se a aplicar à interpretação das paisagens humanas as habilidades, que empregamos ao analisar um romance, um poema, um filme. Assim trataríamos como expressão humana, composta de muitas camadas de significados, o que é bastante incomum. Assim Cosgrove trata a Geografia como uma humanidade e como uma ciência social.

Para a Geografia Cultural, a Paisagem sempre representou a expressão material do sentido que a sociedade dá ao meio. E como este olhar, a Geografia Cultural inclusive repudiou a análise estrita das formas, buscando a substância da Paisagem na relação entre forma e conteúdo, materialidade e representação, paisagem e imaginário coletivo.

5.3. A Paisagem no Âmbito dos Estudos Geográficos: Uma Tentativa de Contextualização e Sistematização

Nesse capítulo pretendemos desenvolver uma discussão teórico-conceitual sobre a paisagem, que será iniciada com uma reflexão sobre esta categoria de análise no contexto geográfico, com foco nos aspectos culturais.

O conceito de paisagem é um dos mais antigos da Geografia, tendo alguns geógrafos afirmado ser a Geografia, a ciência das paisagens. Ao longo do século XX, o conceito de paisagem ganhou diversas acepções, sendo alvo de amplos debates que se inseriram em um movimento de aceitação ou questionamento de sua cientificidade (MELO 2001).

Foi a Geografia, a disciplina que mais se dedicou à reflexão sobre a ideia de paisagem, embora, segundo Ribeiro:

Paisagem é um termo utilizado por diferentes disciplinas, umas com mais tradição que outras, como a geografia, arquitetura, a ecologia, a arqueologia. Embora haja um pequeno denominador comum, cada uma dessas disciplinas se apropria do termo de maneira diferenciada, conferindo a ele significados bastantes diversos. Além disso, cada uma dessas disciplinas apresenta internamente correntes de pensamento que tratam o conceito de paisagem, teórica e metodologicamente, de maneiras bastante distintas. Tudo isso torna a noção de paisagem extremamente polissêmica e alguns críticos negam mesmo seu valor como um conceito científico em função de sua polissemia e subjetividade. (RIBEIRO, 2007, p.14).

Já segundo Melo, (2001, p. 30), “ao se discutir o desenvolvimento da geografia como ciência moderna, tem de se dar atenção à identificação, descrição e interpretação de paisagens, o que tem sido o maior empreendimento da geografia através da história”. A palavra paisagem é também amplamente utilizada pelo senso comum.

A identificação, descrição e interpretação de paisagens tem sido um dos maiores empreendimentos dos geógrafos ao longo de sua história. Dentre outros conceitos fundamentais da disciplina, tais como “espaço”, “território”, “região” e “lugar”, é através da paisagem que, de um modo geral, os geógrafos tem incorporado a dimensão cultural nos seus trabalhos, destacando-se aí, os trabalhos de COSGROVE (2012), CLAVAL (2004), RODRIGUES (2013), RIBEIRO (2007), os

quais discutem/ analisam a paisagem cultural a partir de diversificados referenciais e em diferentes contextos.

Muitos geógrafos europeus e norte-americanos escreveram sobre o tema, usando o termo para o desenvolvimento de suas teorias e no contexto de várias escolas de pensamento. Um breve histórico da evolução do conceito no campo da Geografia, desenvolvido a seguir, nos ajudará no entendimento desta relevante e controversa categoria conceitual de análise geográfica.

As primeiras representações da paisagem feitas pelo homem, ainda na pré-história, são as pinturas rupestres, que corresponderiam aos mais antigos registros da observação humana sobre a paisagem. E à medida que o homem evoluiu, em cada época, ele acrescentou ao seu modo de perceber a paisagem, influências vindas de diversos meios e disciplinas, devendo-se observar que a paisagem é um constructo social.

A noção de paisagem já estava presente na memória do ser humano antes mesmo da elaboração do conceito. As expressões desta memória e da observação podem ser encontradas nas artes e nas ciências das diversas culturas, que retratavam inicialmente elementos particulares como animais selvagens, um conjunto de montanhas ou um rio. As pinturas rupestres são uma referência para esta percepção direcionada a alguns componentes do ambiente (MAXIMIANO, 2004, p. 84).

Em termos da paisagem natural, vale ressaltar que a Natureza ganhou várias representações, tendo sido visualizada no Ocidente, por vezes, como uma ameaça; e no Oriente, como um sistema vivo, ao qual o homem está associado. Como exemplos de formas diferentes de se lidar/manejar a paisagem, podemos citar a concepção dos jardins franceses e ingleses no século XVII. A paisagem francesa não reunia elementos que remetessem a mente do observador a uma paisagem natural, pois os jardins franceses assumiam uma nova concepção de ordem espacial, com a adoção de uma simetria dos canteiros, confrontando a Natureza organizada pelo homem com a Natureza “rústica e selvagem”. Já os jardins ingleses eram delimitados por muros que procuravam reproduzir componentes da paisagem natural (MAXIMIANO, 2004).

No Ocidente, o primeiro termo a designar paisagem foi *landscipe*, no inglês antigo, utilizado na Idade Média para se referir a um distrito que pertencia a uma pessoa particular ou que era habitado por um grupo particular de pessoas. As formas modernas, *landskip*, *landscape* datam do final do século XVI e início do

século XVII, tendo já sido influenciadas pelos pintores da paisagem holandeses que encorajaram uma retomada e redefinição da paisagem ao se referirem a representações de cenários, especialmente cenários rurais. A palavra *landschaft*, de origem alemã, também utilizada na Idade Média, por sua vez denominava regiões com pequenas aglomerações humanas. *Landschaft* se refere a uma associação morfológica e cultural entre um sítio e os seus habitantes (LAGE, 2011). De acordo com Holzer (1999b), talvez a palavra tenha surgido de *landschaffen*, que significa: criar, produzir a terra.

Já o termo francês *paysage* surgiu na Renascença, nos séculos XV e XVI, junto com o interesse despertado pelos escritos, arquitetura e filosofia da Grécia e Roma antigas. Para os franceses a paisagem teria características físicas e culturais homogêneas; e o termo *paysage* teria sua origem no radical *pays* (região; pátria, lugar de nascença), correspondendo à vista de um conjunto expressivo de uma determinada extensão de território que na Idade Média francesa abarcava simultaneamente habitante e território. Logo a geografia francesa apropriou-se da palavra *paysage*, destituindo-a, contudo, de seu sentido renascentista, e atribuindo a ela o sentido mais amplo do vocábulo correlato alemão, assumindo assim um sentido idêntico à palavra *landschaft*, aplicada aos arredores de uma edificação ou cidade, porém designando um espaço delimitado (LAGE, 2011). O conceito de *paysage*, que surge na França em 1551, se difunde por outros países da Europa nos séculos seguintes como “*paesaggio*”, na Itália do século XVII; ‘*paisaje*’, na Espanha em 1708; e ‘paisagem’ em Portugal, nesse caso pelas mãos de Luís Mendes de Vasconcelos, em 1608” (HOLZER, 1999b, p. 153).

Vale ressaltar que o início da Geografia enquanto disciplina acadêmica viabilizou-se através da adoção da concepção da paisagem como seu objeto de estudo. Assim a paisagem é considerada uma categoria-chave devido a seu “papel de integrar a geografia, articulando o saber sobre a natureza com o saber sobre o homem” (RODRIGUES, 2013). É nesse contexto inclusive que a paisagem tendo sido vista como o conceito capaz de fornecer unidade e identidade à geografia num contexto de afirmação da disciplina.

As paisagens vêm sendo, assim, apreendidas por geógrafos e viajantes que ao descreverem a natureza das regiões que percorriam utilizavam-se do olhar

geográfico. Para estes pioneiros do início da disciplina, a paisagem corresponderia a “porções do espaço relativamente amplas, que se destacavam visivelmente por possuírem características físicas e culturais suficientemente homogêneas para assumir uma individualidade” (HOLZER, 1999b, p.151). Nessa concepção, a paisagem era concebida por uma “visibilidade” associada aos aparatos técnicos da trigonometria e geometria descritiva, na medida em que a sua visibilidade partia da identificação de áreas nas cartas geográficas associadas à própria observação do geógrafo em campo. Até meados do século XVIII as descrições das paisagens abstinham-se de termos técnicos e universais para falar da estrutura e das formas do relevo, contando ainda (nas escolas alemãs) com as observações pessoais dos geógrafos influenciadas pela filosofia da contemplação da natureza, o que se observa, por exemplo, nas obras de Alexandre Von Humboldt (RODRIGUES, 2013).

Destaca-se Von Humboldt, devido ao desenvolvimento de uma ciência sintética do globo e de descrição das paisagens. Embora não pudesse ser considerado um geógrafo, alguns historiadores do pensamento geográfico atribuem a ele a fundação de uma **tradição paisagística** da disciplina, ainda que a Geografia só viesse ser instituída como um saber acadêmico em período posterior à morte do explorador alemão. No Ocidente, a partir de Humboldt, iniciam-se os estudos mais sistemáticos que levariam à compreensão de paisagem como resultante de um complexo de interações entre elementos naturais e humanos. Contudo, ainda haveria discussões sobre o conceito e o método de abordagem da paisagem, passando por ênfases nos aspectos geomorfológicos, biológicos ou de ocupação humana do Espaço (MAXIMIANO, 2004).

Em 1847, Humboldt publicou *COSMOS*, um estudo da paisagem na Geografia a partir de uma visão naturalista. Já Otto Schlüter, no final do século XIX, criou os termos “paisagem natural” e “paisagem cultural” sob a ótica da geomorfologia. Schlüter definiu a Geografia como a ciência da paisagem (*Landschaftskunde*), considerando-se aí a paisagem natural ou paisagem original como aquela que teria existido antes das mudanças induzidas pelo homem (*Naturlandschaftou Urlandschaft*), e paisagem cultural (*Kulturlandschaft*) como aquela criada pela cultura humana. Para Schlüter, a tarefa da geografia seria a de traçar as mudanças nessas duas formas de paisagens. O geógrafo Siegfried

Passarge, mantendo o mesmo pensamento de Schlüter, cria por sua vez, uma hierarquia para as paisagens culturais, baseada nos elementos constituintes da paisagem (MAXIMIANO, 2004).

A construção do conceito da paisagem vem da Alemanha do século XVIII. Humboldt fez referência à paisagem demonstrando seu interesse pela fisionomia e aspecto da vegetação, pelo clima, por sua influência sobre os seres e o aspecto geral da paisagem, variável conforme a natureza do solo e sua cobertura vegetal. Em sua análise, Humboldt partiu da observação da vegetação para caracterizar um espaço; e das diferenças paisagísticas da vegetação para aplicar o método, ao mesmo tempo explicativo e comparativo. Em fins do século XIX, Ratzel influenciou o conhecimento das paisagens, com sua linha de pensamento sobre relações causais existenciais na Natureza. Suas ideias foram assimiladas pela ciência das paisagens, considerada sob ótica territorial, ou seja, uma expressão espacial das estruturas da Natureza organizada por leis cientificamente observáveis. Já Schlüter propõe que a descrição fisionômica fosse associada a elementos, tanto da Natureza, quanto a elementos da Cultura, que, em sua totalidade corresponderiam à paisagem (RIBEIRO, 2007).

Esta institucionalização da Geografia compreende ainda o surgimento das escolas geográficas, no século XIX; primeiramente, a escola alemã; e a seguir, a escola francesa, tendo cada uma delas, desenvolvido estudos sobre a paisagem de formas distintas (HOLZER, 1999b). No âmbito da geografia francesa pode-se citar a contribuição de Paul Vidal de La Blache, o qual defendia que o homem poderia moldar o meio e assim as paisagens poderiam ser compreendidas enquanto construção humana, refletindo os gêneros de vida, conforme sinalizado por Kashiwagi:

La Blache considera que a compreensão desses elementos somente se dá por meio dos gêneros de vida, Dessa forma, o meio geográfico deixou de ser um elemento selvagem da Geografia natural, tornando-se complexo e convertendo-se em motivo de múltiplas interações, nas quais o ser humano possuía um papel progressivamente importante. O gênero de vida, conceito alcunhado por Ratzel, já não era consequência inevitável dos poderes da natureza, mas da realidade social que necessitava ser estudada como tal. (KASHIWAGI, 2011, p 102).

Na obra *Principes de Géographie Humaine*, aparece o princípio da unidade geográfica e o significado do meio e da atividade do homem. As ideias essenciais

dessas obras são o estudo da Natureza e do Homem, destacando como o meio natural proporciona ao homem uma gama de possibilidades que são desenvolvidas de acordo com seus desejos e capacidades, criando assim um hábitat. O homem estabelece relações com o meio não de forma individual, mas, sim, pelo legado histórico e objetivos fixados pelo grupo ao qual ele pertence. Esse enfoque vidaliano concede, portanto, uma grande importância à história e a ela recorre para avaliar os marcos da vida e os objetivos dos grupos humanos (KASHIWAGI, 2011).

Ao defender que os estudos geográficos deveriam sempre partir de elementos concretos, visíveis, Paul Vidal de La Blache, estabelecia a necessidade de se perceber a realidade pela paisagem e de estruturá-la como imagem através de mapas. Autores deste período concordavam que o estudo da paisagem oferecia um método capaz de unir as várias dicotomias desenvolvidas pela Geografia ao longo de sua formação (física X humana, geral X regional, urbana X rural, idiográfica X nomotética, entre outras). Por este prisma, a paisagem revelaria os efeitos multi-escalares dos fenômenos antrópicos e naturais sobre determinada área que deveria ser descrita e classificada. Assim é que, aliás, a paisagem se converteu, desde os princípios do século XIX, num objeto essencial da investigação geográfica. (OLIVEIRA, 2013)

Foi aceito que a combinação dos fenômenos na superfície terrestre se traduziria em diferentes tipos de paisagens num dado território, evidenciando interações entre os elementos físicos, e destes, com os grupos humanos. Neste sentido a paisagem torna-se representativa por suas interações, mais que por elas em si mesmas.

Na França, o desenvolvimento dos estudos da paisagem se ocorreu adjunto às análises regionais, semelhantemente ao que ocorria na Alemanha, mas com uma tradição pautada no historicismo de La Blache, em que as observações sobre a Sociedade e a Natureza não poderiam gerar e estabelecer limites, já que estas estão interpenetradas.

Para Jean Brunhes, um dos mais importantes representantes franceses destes estudos, a Geografia deveria preocupar-se com a ação humana sobre o meio, buscando uma unidade entre os fenômenos físicos e humanos, que seria traduzida pela paisagem. Nesta união teórico-metodológica, Maximilien Sorre,

procurando também integrar a perspectiva da geografia física com a humana, expressa claramente que **uma região se caracteriza pela combinação de paisagens**, sendo estas a “expressão concreta de uma civilização” (CAPEL, 1981: 356, APUD OLIVEIRA, 2013, P 753). O conceito de região para os franceses era muitas vezes semelhantemente compreendido como paisagem pelos alemães.

No Brasil, tendo como referência a escola francesa, destacam-se os trabalhos de Aziz Ab’saber, que também incorporam a paisagem como um elemento de análise, mas a partir de uma vertente ambientalista muito mais evidente. Com forte formação na geografia física, Ab’saber desenvolveu importantes trabalhos sobre a relação entre o homem e o meio, e sobre patrimônio natural, incluindo um estudo para tombamento da Serra do Mar. Hoje o *Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Espaço e Cultura* – NEPEC sediado na UERJ tem sido um dos mais atuantes na difusão e valorização da vertente cultural da Geografia, seja através de estudos inéditos, da organização de seminários ou da tradução e publicação de textos clássicos da geografia cultural, incluindo-se, aí, a temática da paisagem (RIBEIRO, 2007).

A discussão dos geógrafos ingleses já se deu a partir da valorização conferida a aspectos materiais ou simbólicos da paisagem. Na escola anglo-saxônica destaca-se ainda Carl Sauer (e a *Escola de Berkeley*) com seu trabalho sobre a morfologia da paisagem, o qual se materializou como um movimento de oposição ao determinismo geográfico, ou ambientalismo, como era chamado na época.

Voltando às postulações de Otto Schlüter, ressalte-se que, ao estudar a morfologia da paisagem cultural e ao proceder de forma análoga à geomorfologia, este estudioso não se limitou ao estudo dos processos responsáveis pela configuração atual da paisagem. Seu método constituía na descrição das partes componentes da paisagem criadas pelas atividades humanas e na explicação das suas origens, para assim designar a paisagem transformada pelo trabalho do homem, ou a paisagem cultural, em oposição à paisagem natural, da qual a ação do homem estaria ausente. Passarge formulou, por sua vez, uma hierarquia de regiões e paisagens. Seus estudos incluíam apenas aspectos físicos, e somente mais tarde, ele incluiu a sociedade como agente na configuração da paisagem em seu trabalho.

Na verdade a maior contribuição desses geógrafos consistiu na investigação de como os elementos que compõem a paisagem se agrupavam, possibilitando a definição de uma hierarquia de paisagens, e também nos mecanismos de transformação da paisagem natural em paisagem cultural. Esses autores formaram uma base teórica e metodológica sobre a qual os aspectos culturais poderiam ser estudados cientificamente. Schlüter e Passarge tentavam, a propósito, esclarecer como se agrupavam os elementos constitutivos da paisagem e quais seriam os mecanismos de transformação da paisagem natural em **paisagem cultural**.

Em função do recorte aqui adotado, muitas abordagens em torno do conceito de paisagem podem ter sido negligenciadas. No entanto, espera-se que tenha sido possível sinalizar como a Paisagem é um conceito que admite múltiplas acepções/concepções, e que está em permanente construção.

5.4. A morfologia da Paisagem

Se alemães e franceses forjaram as bases para o desenvolvimento da Geografia e dos estudos culturais no final do século XIX e meados do XX, nos Estados Unidos, a *Escola de Berkeley* protagonizou um amplo conjunto de estudos e pesquisas nesta área, pioneiramente, ao longo de cinquenta anos, entre as décadas de 1920 e 1970. “Carl Ortwin Sauer, criador e expoente máximo dessa escola, formou algumas gerações que fizeram a geografia avançar, deixando um grande legado para as gerações futuras” (NAME, 2010). Ao incorporar o termo da geografia alemã, o geógrafo americano delineou suas características mais marcantes. Primeiramente ao colocá-lo como termo central da Geografia enquanto corologia. Para o autor a paisagem seria a união das qualidades físicas da área significativas para o homem, e das formas como esta área é utilizada.

Sauer formou-se na Universidade de Chicago, onde apreendeu algumas metodologias geográficas, às quais agregou aspectos das ciências naturais. Com sua chegada em Berkeley em 1922, sob influência da antropologia, ele passou a direcionar suas investigações às sociedades indígenas do sudeste dos Estados Unidos e do México, apoiando-se principalmente na materialidade da paisagem, ou seja, naquilo que é legível na superfície da Terra.

No período de 1915 a 1920 desenvolveu uma forte crítica ao determinismo ambiental. Na década de 1920 surgem três vertentes que negariam o determinismo. A primeira sob uma perspectiva da ecologia humana, cujos objetivos eram examinar as respostas humanas ao meio físico, a qual ganhou força com a criação do periódico *Economic Geography*, em 1925. As outras duas perspectivas emergem justamente das proposições de Sauer, em “*The Morphology of Landscape*”, de que derivam os estudos corológicos, e a Geografia Cultural, desenvolvida posteriormente junto à Escola de Berkeley. Após alguns anos lecionando na Universidade de Michigan, Sauer foi lecionar no Departamento de Geografia da Universidade da Califórnia, em Berkeley, a partir de 1923. Ali, ele desenvolveu intensa troca intelectual com os antropólogos Robert Lowie e Alfred Kroeber, aprofundando seus conhecimentos sobre a diversidade dos grupamentos humanos e, principalmente, sobre as definições de cultura, bases sólidas da geografia cultural por ele então instituída e incentivada. (NAME, 2010)

Em 1925, Sauer publicou um trabalho que em pouco tempo se tornaria um clássico da geografia: “*The morphology of landscape*”, que pretendia ser um conteúdo programático para a disciplina geográfica. Esse estudo representa uma clara tentativa de ruptura em relação ao determinismo ambiental ou geográfico que então dominava a geografia norte-americana. Sauer propõe a diferenciação de áreas como o objetivo da ciência geografia e a paisagem como o conceito central da Geografia, categoria conceitual que segundo ele, seria capaz de romper com a dualidade da disciplina (físico/ humano e geral/ regional), além de captar a existência de um método próprio, superando essas grandes dificuldades então encontradas pela Geografia (RIBEIRO, 2007).

A morfologia da paisagem é intensificada e explicitada em escritos posteriores. A definição supraorgânica da cultura, na tentativa de se afastar da psicologia, e principalmente, da biologia, a via como algo separado do indivíduo, mas que influenciaria diretamente suas ações. Cada cultura possui, assim, uma configuração particular específica e, portanto, única, como cada povo, que pode compartilhar elementos culturais com outros povos vizinhos em função de um processo imitativo, e de contato, através do tempo. Sauer, com uma visão mais particularista, adapta esta noção no delineamento de “áreas/ paisagens culturais”,

com povos de estilos de vida próprios, baseados numa história local. A cultura é vista então como o conjunto de artefatos e instrumentos somados à associação de plantas e animais que as sociedades aprendem a utilizar e ao saber em relação ao ambiente. Nesse sentido, pode-se dizer que Sauer então define **uma forma estritamente geográfica** de se pensar a cultura, a partir do estudo das marcas da ação do homem sobre as paisagens (NAME, 2010). Sauer (1925 *apud* NAME, 2010 p.168), aliás, define a paisagem como:

Uma área composta por associação distinta de formas, ao mesmo tempo físicas e culturais, onde sua estrutura e função são determinadas por formas integrantes e dependentes, ou seja, a paisagem corresponde a um organismo complexo, feito pela associação específica de formas e apreendido pela análise morfológica, ressaltando que se trata de uma interdependência entre esses diversos constituintes, e não de uma simples adição, e que se torna conveniente considerar o papel do tempo.

Esta paisagem colocaria para a geografia um problema de “*standort*”, ou seja, de localização dos modos de vida. Estas paisagens segundo o autor, não deviam ser definidas apenas como cenas vistas por um observador, pois elas se tratam, primordialmente, de generalizações derivadas da observação de cenas individuais. E deste modo, a individualidade da paisagem só seria reconhecível quando comparada com outras paisagens (HOLZER, 1999a).

A abordagem de Sauer vê a Geografia fundamentalmente como uma ciência da paisagem. A paisagem é analisada, aí, em suas formas materiais, existindo uma preocupação em se investigar a cultura humana através de seus artefatos materiais, e se transforma em paisagem:

A geografia baseia-se, na realidade na união de elementos físicos e culturais da paisagem. O conteúdo da paisagem é encontrado, por tanto, nas qualidades físicas da área que são importantes para o homem e nas formas de seu uso da área, em fatos de base física e fatos da cultura humana (Sauer, 1996, *apud* RIBEIRO, 2007 p 17).

Sauer adotou a concepção de que o estudo da paisagem deveria ser restrito essencialmente aos aspectos visíveis, excluindo assim de sua análise, todos os fatos não-materiais da atividade humana. Sauer, a propósito, explicita que as dimensões estética e subjetiva da paisagem existem; ele as reconhece, mas para ele elas não despertariam interesse científico na medida em que não podem ser classificadas e mensuradas. Ressalte-se que o método morfológico de síntese proposto por Sauer baseia-se nos seguintes postulados:

1. Que há uma unidade orgânica ou quase orgânica, isto é, uma estrutura na qual certos componentes, chamados de “formas”, são necessários;
2. A similaridade de formas em diferentes estruturas é reconhecida por causa de sua equivalência funcional, sendo, então homólogas;
3. Que as unidades estruturais possam ser colocadas em séries, especialmente em uma unidade que tenha seu desenvolvimento ao longo do tempo valorizado, partindo do incipiente até o final ou estágio completo (SAUER, 1996: 304, *apud* RIBEIRO 2007, p 21).

Os estudos de caráter genético das paisagens formam ainda uma das características centrais do trabalho de Sauer e da escola de Berkeley.

Ao se interessar pela maneira como o homem transforma uma paisagem natural em paisagem cultural, Sauer afirmava que o trabalho do geógrafo deveria iniciar-se com a observação da paisagem natural, acompanhando-se seu desenvolvimento ao longo do tempo, até a formação da paisagem cultural atual. Sauer afirmava que, na formação cultural, a Cultura é o agente; a paisagem natural, o meio; e a paisagem cultural, o resultado (ALMEIDA, 2013)

A paisagem cultural expressa o trabalho do homem sobre o espaço e, dessa forma, ela não é estática, está sujeita a mudar, tanto pelo desenvolvimento da cultura, como pela substituição desta. Assim haveria um processo de desenvolvimento da paisagem cultural até que esta alcançasse o seu “clímax”, passando então a um período de decadência onde poderia haver a imposição de uma nova cultura que iniciaria o processo de construção de uma nova paisagem cultural. No caso de haver a introdução de uma cultura exterior, a paisagem cultural sofreria um rejuvenescimento ou uma nova paisagem cultural seria construída sobre os remanescentes da antiga (SAUER, 1996, p. 22 *apud* LAGE, 2011, p. 40).

Apesar de todas as críticas que ele recebeu, Sauer permanece com a ideia de que o conceito de paisagem é central para a Geografia, influenciando toda uma escola, sobretudo no oeste americano. Ele influenciou também o próprio movimento de renovação da geografia cultural que, apesar de negar boa parte da metodologia de abordagem da paisagem proposta por Sauer, reconhece a importância do seu trabalho no sentido de consolidar a noção de paisagem como um conceito científico.

Outro grupo de abordagens do conceito de paisagem difere fundamentalmente daquele desenvolvido por Sauer ao identificar que o fundamental nas paisagens é justamente aquilo que antes havia sido considerado por ele, fora do objeto da ciência e, portanto, fora do interesse geográfico: seu caráter simbólico e

subjetivo. No final da década de 1960, teve início, aliás, um movimento de ruptura com o positivismo, que se dirigiu para uma maior aproximação da geografia com as filosofias.

5.5. Fenomenologia e a paisagem nas concepções da “Nova Geografia Cultural”

A retomada cultural na geografia francesa, inserindo em suas abordagens as concepções da representação, do simbólico e do imaterial; e na escola anglo-saxônica, que, na década de 1970, passava por uma revisão de sua perspectiva cultural é marcada por uma mudança filosófica muito importante e fecunda para os geógrafos, no início dos anos de 1960. Nesse contexto, é que a corrente fenomenológica gerou uma nova consciência das relações que interligam os aspectos físicos às relações sociais, contribuindo para as análises funcionais e simbólicas do percebido sem descartar que o mundo que o indivíduo percebe jamais é objetivamente dado (RODRIGUES, 2013). Para se compreender o processo de incorporação da Fenomenologia aos estudos geográficos remetemo-nos às contribuições do pensamento do filósofo alemão Edmundo Husserl (1859-1938), considerado o fundador da Fenomenologia moderna.

Husserl afirmava que seu método era descritivo, mas distinto da descrição psicológica, Amorim Filho (1999, p. 74) assinala que a Fenomenologia, para Husserl, era a ciência das essências ou ciência dos significados, pois ele acreditava que somente após a apreensão da essência de alguma coisa é que apreenderíamos o seu significado. E uma das principais contribuições de Husserl foi a criação da noção de *lebenswelt* ou mundo vivido.

Todas as proposições de Husserl basearam-se na busca dos sentidos e das intencionalidades presentes em tudo que possui existência e que constituem dados essenciais para a ação fenomenológica da consciência. A teoria fenomenológica husserliana influenciou, a propósito, diversos pensadores que a divulgaram, atribuindo-lhe inclusive, outros rumos.

A fenomenologia que ao se incorporar à Geografia Cultural, fundamenta o surgimento de uma Geografia Humanista. Segundo Boss, um método pode ser chamado de fenomenológico:

Quando em seu enfoque ele se detém exclusivamente nos fenômenos a estudar. Assim, tal método visa somente trazer à luz de modo cada vez mais diferenciado, o que se mostra dos próprios fatos observados, o que apresenta por si mesmo ao observador e ao ouvinte (BOSS, 1977 p. 07-08).

Assim sendo, a introdução dos princípios fenomenológicos à Geografia representava a busca de uma ciência mais humanizada, uma nova perspectiva para entender a constituição do mundo, mais atenta ao lugar e à comunidade que o habita. Considera-se o aporte metodológico da Fenomenologia com condições ideais para o projeto humanístico, pois ele inclusive permite se resgatar aspectos desvalorizados e esquecidos da Geografia tradicional.

Os fundamentos da Fenomenologia adquirem, aliás, maior importância com os trabalhos pioneiros dos geógrafos Edward Relph e Yi-Fu Tuan, publicados na revista “*The Canadian Geographer*” (1970-1971), cujas novas perspectivas de abordagem influenciaram outros geógrafos, em especial os humanistas. É, aliás, nesse contexto que a Fenomenologia ao ser incorporada à visão humanística passa a ser notada e vista como possível aporte teórico e metodológico para as análises geográficas (ENTRIKIN, 1980).

Com essa nova perspectiva, a Fenomenologia, então, consolida-se como uma filosofia madura e aceita universalmente e passa a conquistar papel importante na Geografia, tornando-se tema fundamental da Geografia Humanística (AMORIM FILHO, 1999, p. 86). A Geografia Humanística desenvolveu, a propósito, seu próprio conteúdo temático e metodológico, baseando-se fundamentalmente nos pressupostos filosóficos da Fenomenologia,

KASHIWAGI (2011) é um dos autores que destaca a importância da contribuição do estudo de *lebenswelt* ou mundo vivido nas análises da paisagem, na qual emerge uma valorização do estudo dos Lugares e explicitam-se vinculações que unem os indivíduos a eles, conferindo-lhes sentido selado pela intenção humana, valor e memória. Na Geografia Humanística, essa compreensão “holística” de mundo vivido é fundamental, porque é nessa noção de mundo que se constitui o conjunto de fatos e de valores, e a experiência cotidiana de cada indivíduo. O conceito de mundo vivido vem contribuindo também para o desenvolvimento de uma nova Geografia Regional, pois ele enfatiza, no estudo de paisagem, a ideia de especificidade dos lugares em função das experiências que se associam com os indivíduos e os grupos que os habitam. Essa leitura contempla a valorização das

relações sensoriais, afetivas, estéticas e simbólicas que o indivíduo mantém com a paisagem que o rodeia, destacando que esses aspectos estão aparentemente evidentes, mas muitas vezes são negados.

Conforme destaca Salgueiro (2001, p. 44), a paisagem, por muito tempo foi vista pelos geógrafos como uma porção do espaço geográfico que se abrangia com o olhar, sendo estudada por suas características espaciais. Nos últimos anos, a literatura geográfica tem apresentado uma transição nas definições da paisagem, partindo do enfoque objetivável (físico/ ecológico) para o fenomenal (o modo de ver, a relação sujeito/ objeto), apesar de ambas terem representação no ambiente acadêmico. Da mesma forma, observam-se posicionamentos diferentes entre os geógrafos: de um lado, observa-se que os geógrafos físicos veem a paisagem sob uma perspectiva ecológica, prolongando a tradição naturalista do princípio do século; e, de outro lado, os geógrafos humanistas e aqueles que têm ligações às escolas ditas do comportamento e do espaço vivido, por sua vez pesquisam a paisagem sob uma perspectiva essencialmente subjetiva.

Essa subjetividade, no contexto da Geografia Humanística, remete a uma perspectiva fenomenológica para o estudo da paisagem, segundo Kozel Teixeira (2001, p. 138) e possibilita o desvendar das relações simbólicas impressas pelos valores e sentimentos, assim como as representações que figuram nesse espaço. A Geografia Humanística não rejeita a paisagem, ao contrário, valoriza-a, revitaliza-a e completa-a de conteúdo. A Fenomenologia oferece-nos, assim, uma possibilidade de estudar a paisagem sob uma nova óptica, recuperando-a sob o olhar geográfico.

Na década de 1980, um novo grupo de autores procurou renovar a Geografia Cultural, incorporando como um dos seus focos de análise, a simbologia da paisagem (e passando a valorizar o caráter subjetivo do Conhecimento). Os autores ligados a essa nova vertente da geografia cultural, passam então a caracterizar todo o legado de Sauer e da Escola de Berkeley como “Geografia Cultural Tradicional”, e classificam o seu próprio trabalho como a “Nova Geografia Cultural”. O principal crítico de Sauer foi James Duncan (RIBEIRO, 2007). Um dos melhores exemplos dessa postura crítica é o trabalho de Duncan, professor em Cambridge: *The City Text*, publicado em 1990. Para o autor:

A interpretação da paisagem é subjetiva, e cada grupo a interpretaria de uma forma diferente segundo seus próprios conjuntos de símbolos. A interpretação da paisagem torna-se algo muito próximo da hermenêutica e o trabalho do geógrafo transforma-se em um esforço de interpretação limitado, na medida em que o próprio geógrafo também lê a paisagem segundo suas próprias metodologias (RIBEIRO, 2007, p. 26).

A paisagem representa mais do que simplesmente o visível, os remanescentes físicos da atividade humana sobre o solo. A paisagem é um sistema de valores humanos, definindo os relacionamentos complexos entre as atitudes e a percepção do meio. Nessa visão estética, a paisagem é uma criação simbólica, desenhada com cuidado e onde as formas refletem um conjunto de atitudes humanas.

Sobre as bases da “Nova Geografia Cultural”, o trabalho do geógrafo francês Augustin Berque oferece uma importante contribuição para o entendimento do funcionamento da simbologia da paisagem. Logo nas primeiras linhas do seu trabalho é possível observar sua ideia central, que se opõe claramente aos estudos de paisagem como estudos morfológicos, ou como estudos psicológicos. O autor afirma que a paisagem não se reduz ao mundo visual em nossa volta. Ela é sempre especificada de qualquer forma pela subjetividade do observador- a subjetividade que é, mais do que um simples ponto de vista ótico. O estudo da paisagem é, então, outra coisa a qual difere de uma morfologia do ambiente. No entanto, o autor afirma também que, inversamente, a paisagem é mais do que um “espelho da alma”. Ela é referida aos objetos concretos, aqueles que existem realmente à nossa volta. (KASHIWAGI, 2011).

A análise da paisagem sob a perspectiva fenomenológica, no contexto da Geografia Humanística, exige colocar-se numa postura de investigador, com o intuito de desvendar os valores e sentimentos das relações simbólicas que figuram num determinado espaço. Ressalte-se que pode se observar uma diversidade de posturas e ambiguidades no discurso dos geógrafos humanistas, os quais estabelecem ligações com os mais diversos domínios, não utilizando ou adotando uma metodologia única (KOZEL TEIXEIRA, 2001, p. 138).

A paisagem cultural, na vertente humanística, perde seu caráter estritamente material (cultura como marcas do ser humano no espaço) e vai, pouco a pouco, sendo analisada como valor simbólico, artístico ou moral (a Cultura sendo aí

visualizada como expressão da mente humana, de um pequeno grupo ou de um único indivíduo).

Outro autor de grande importância para a construção de uma geografia fenomenológica foi Eric Dardel (1899-1967) cuja obra, voltada às questões atualíssimas da existência, exerce ainda, grande influência na ciência geográfica. Uma das grandes contribuições do autor foi o desenvolvimento do conceito de *geograficidade*, “o qual expressa a própria essência do ser-e-estar-no-mundo”. É a partir dessa base conceitual que Dardel compreende a paisagem como a ligação existencial do homem com a Terra, como a “sua *geograficidade* original: a Terra como lugar, base e meio de sua realização”. De acordo com as concepções do autor: “a paisagem não é, em sua essência, feita para se olhar, mas a inserção do homem no mundo, lugar de um combate pela vida, manifestação de seu ser com os outros, base de seu ser social” (DARDEL, 2011, p. 32, apud RODRIGUES, 2013, p.33).

O conceito de paisagem dentro do contexto de renovação da geografia cultural também aborda a simbologia da paisagem através de um conceitual teórico de fundo marxista. Denis Cosgrove pode ser identificado como um dos principais representantes do grupo de geógrafos que adota tal perspectiva, ainda que sem nenhuma ortodoxia. Para ele, a paisagem deve ser apreendida por seus aspectos simbólicos, mas, diferentemente dos autores mais ligados à escola humanista, Cosgrove afirma que estes aspectos são determinados pelos meios de produção de uma sociedade. As contribuições do autor foram de grande valia para a Geografia Cultural, e sendo assim, suas discussões teórico-conceituais serão problematizadas (em termos de aprofundamento e detalhamento de suas postulações), no próximo segmento do trabalho.

5.6. A visão heterodoxa de Denis Cosgrove

Denis Cosgrove destaca-se entre os grandes estudiosos da geografia, os quais trouxeram contribuições, desconstruindo e reconstruindo conceitos e temas, que fizeram a disciplina avançar. Na obra deste importante geógrafo encontram-se textos que se tornaram referências básicas na Geografia Cultural contemporânea.

Denis Cosgrove nasceu em Liverpool, Inglaterra e, sob a influência da religião interessou-se pelas formas simbólicas do catolicismo, sobretudo aquelas da Itália, e pelo papel que desempenham na criação de significados culturais e geográficos. A obra de Cosgrove revela certa tensão intelectual envolvendo a sua formação católica em Liverpool e a influência por ele sofrida, do marxismo, na Academia (CORRÊA, 2011). Esta tensão teria o levado a estudar a arte e a iconografia religiosa, mas a interessar-se também, pela interpretação da realidade fundamentada no marxismo. Cosgrove, de fato, propõe uma visão marxista para a geografia cultural:

A geografia cultural pode seguir o exemplo de Gramsci de lutar para criar uma nova cultura, uma cultura que envolverá as produções de novas paisagens e de novos significados nas paisagens que habitamos (COSGROVE, 1983, p. 30, apud CORRÊA, 2011, p.10).

A década de 1970 marcou, aliás, a Geografia pela incorporação de novas matrizes epistemológicas, teóricas e metodológicas. A incorporação do materialismo histórico e dialético com expressiva intensidade do mundo de língua inglesa levou à criação, já em 1969, do periódico *Antipode - A Radical Journal of Geography*. Denis Cosgrove participou intensamente na construção da “nova geografia cultural” em seus anos formativos e de consolidação (CORRÊA, 2011). É relevante assinalar que:

Denis Cosgrove propõe uma integração entre o materialismo dialético e aspectos subjetivos da percepção da paisagem, ou seja, propõe uma análise das paisagens sob a perspectiva das formas visíveis e das representações de discursos e pensamentos associadas a elas. Nessa perspectiva, a paisagem se colocaria como um lugar simbólico, que carrega um sistema de significações, compostas por meio das relações do seu *espaço vivido* (DEUS e RODRIGUES, 2012, P.8).

O autor busca inter-relacionar, portanto, a Geografia Cultural humanista e a Geografia Social marxista considerando que a razão dialética requeria que a mente e a matéria fossem vistas em interação uma com a outra. Nem uma, nem outra, poderia ser considerada, entretanto, como determinante, pois o produto de sua oposição é que produziria as formas de vida social e cultural. A forma particular que o significado de lugar e paisagem assume deveria, nessa ótica, ser examinada em termos de especificidades históricas e geográficas (DEUS e RODRIGUES, 2012).

A Cultura e Simbolismo são hoje temas utilizados pelos geógrafos humanos. E vale ressaltar que a paisagem sempre esteve intimamente ligada, na geografia humana, com a cultura, com a ideia de formas visíveis sobre a superfície da terra e

com a sua composição. Cosgrove propõe que se analise a paisagem da seguinte maneira:

A ideia de aplicar à paisagem humana algumas das habilidades interpretativas que dispomos ao estudar um romance, um poema, um filme ou um quadro, de trata-la como uma expressão humana intencional composta de muitas camadas de significados, é claramente estranha para nós. Entretanto, isto é o que me proponho a explorar, sugerindo maneiras de tratar a geografia como uma humanidade e como uma ciência social. (2012, p.97).

A paisagem, de fato é uma “maneira de ver”, uma maneira de compor e harmonizar o mundo externo em uma “cena”, em uma unidade visual. Cosgrove tece algumas críticas à abordagem humanística e formula sua proposta. Ao analisar as origens da geografia humanista, conclui que na década de 70 (século XX), houve por parte dos cientistas anglo-saxões uma aceitação dos métodos subjetivos e uma insatisfação com o pensamento positivista. Essa insatisfação também era compartilhada pela geografia social marxista. Cosgrove reconhece a contribuição que a fenomenologia oferece para se compreender o significado que os lugares e as paisagens têm para o indivíduo, mas segundo ele, com relação às experiências coletivas, as considerações desse método são idealistas, pois representam mentes, ideias e intenções como entidades independentes do homem (MELO, 2001).

Houve, contudo, uma convergência, entre geógrafos norte-americanos e ingleses em considerar a paisagem como forma simbólica, convergência que favoreceu o desenvolvimento da “nova geografia cultural”. Estabeleceu-se, nesse contexto, a ruptura na visão única da paisagem, calcada na perspectiva saueriana. Pois a paisagem passa a ser analisada a partir daí como forma simbólica, resgatada sob um novo olhar, Cosgrove teve um papel crucial nesse processo graças à qualidade de suas reflexões teóricas e estudos empíricos realizados. Sendo a paisagem um conceito valioso para a geografia humana, Cosgrove a interpreta da seguinte maneira:

Ao contrário do conceito de lugar, lembra-nos sobre a nossa posição no esquema da natureza. Ao contrário de meio ambiente ou espaço, lembra-nos que apenas através da consciência e razão humanas este esquema é conhecido por nós, e apenas através da técnica podemos participar dela como seres humanos. Ao mesmo tempo, paisagem lembra-nos que a geografia está em toda parte, que é uma fonte constante de beleza e feiura, de acertos e erros, de alegria e sofrimento, tanto quanto é de ganho e perda. A paisagem na geografia humana há muito tempo vem sendo associada à cultura. É particularmente assim na geografia humana americana, onde a obra de Carl Sauer originou uma escola de geografia da

paisagem, focalizando o papel do homem transformando a face da terra. A geografia cultural nesta tradição concentrou-se nas formas visíveis da paisagem, casas, fazendas, campos etc (COSGROVE, 2012, p.100).

Dessa maneira a paisagem, de fato, é como já registramos uma “maneira de ver”, uma maneira de compor e harmonizar o mundo externo em uma “cena”, em uma unidade visual. A paisagem está intimamente ligada a uma nova maneira de ver o mundo como uma criação racionalmente ordenada, designada e harmoniosa, cuja estrutura e mecanismo são acessíveis à mente humana.

Principal nome da chamada *New Cultural Geography*, a riqueza de sua abordagem de Cosgrove está, por um lado, no fato de a paisagem ser revelada, em seus estudos, como a resultante de um processo permanentemente inacabado; e, por outro lado, por ser assumidamente considerada como uma abstração, como parte da “realidade”, e vinculada a uma maneira de se produzir, manipular e contemplar o espaço. Cosgrove também deixa claro que a paisagem, como conceito dentro de um campo acadêmico, é uma ferramenta analítica do pesquisador: a análise da paisagem é um método para se entender o mundo e as sociedades que, aliás, produzem, mantêm e compartilham as diversas paisagens e suas devidas valorações (NAME, 2010).

A maioria das pessoas vive em sociedades que são divididas em classe, casta, sexo, idade ou etnicidade. Tais divisões geralmente correspondem à divisão do trabalho. Obviamente, uma posição diferente na sociedade significa uma experiência e consciência diferentes, até certo ponto uma cultura diferente. Assim, para Cosgrove, o estudo da cultura estaria intimamente ligado ao estudo do poder. De acordo com suas postulações, um grupo dominante procurará impor sua própria experiência de mundo, suas próprias suposições tomadas como verdadeiras, como a objetiva e válida cultura para todas as pessoas. O poder é expresso e mantido na reprodução da cultura. Isto é concretizado de forma mais efetiva quando é menos visível, quando as suposições culturais do grupo dominante aparecem simplesmente como senso comum. Isto às vezes é chamado de hegemonia cultural (COSGROVE, 2012, 104-105).

O autor estabeleceu, a propósito, uma diferenciação entre **culturas dominantes e alternativas**, correspondendo estas últimas, em aspectos políticos, culturais e históricos, às expressões culturais residuais (que sobram do passado),

emergentes (que antecipam o futuro) e excluídas (que são ativa ou passivamente suprimidas, como as culturas do crime, das drogas ou de grupos religiosos marginais)- e vale ressaltar que cada uma delas geraria “um impacto diferente sobre a paisagem humana” (COSGROVE, 2012, p. 111). As paisagens das culturas dominantes refletem o domínio que um determinado grupo ou classe exerce sobre outro(s), através da dominação dos meios de vida, como terra, Capital, matérias-primas e força de trabalho.

Desse modo, as paisagens culturais dominantes expressam a influência dos valores de uma determinada cultura, através, inclusive, da alocação do excedente social produzido por toda a comunidade a fim de manter e reproduzir o seu poder, alcançando a capacidade de projetar e comunicar, por quaisquer meios disponíveis e através de todos os outros níveis e divisões sociais, uma imagem do mundo consoante com sua própria experiência para ter essa imagem aceita como reflexo verdadeiro da realidade de cada um. Tais paisagens não são apenas afirmações estáticas, formais. E é relevante assinalar que os valores culturais que elas celebram precisam ser ativamente reproduzidos para continuar a ter significado. Em grande medida, isto é realizado na vida diária pelo simples reconhecimento dos edifícios, nomes dos lugares, etc. E frequentemente, os valores inscritos na paisagem são reforçados por ritual público durante cerimônias maiores ou menores (RODRIGUES, 2013).

Um exemplo é a cultura britânica que, segundo o autor, seria predominantemente inglesa em termos de área; burguesa, em termos de classe; masculina, em termos de sexo; branca, em termos de cor; de meia idade e anglicana, em termos de religião. Ela se manifestaria numa paisagem característica, observável em todas as escalas, desde o interior das casas ao arranjo de regiões inteiras. Ressalte-se que há, portanto, culturas dominantes e subdominantes ou alternativas, não apenas no sentido político, mas também em termos de sexo, idade e etnicidade (COSGROVE, 2012).

Por sua natureza, as culturas alternativas são menos visíveis na paisagem do que as dominantes, apesar de que, com uma mudança na escala de observação, pode parecer dominante, uma cultura subordinada ou alternativa. O autor a caracteriza da seguinte maneira:

Muitas cidades inglesas de hoje têm áreas que são dominadas por grupos étnicos cuja cultura difere marcadamente da cultura branca predominante. Isto pode reproduzir uma disjunção entre o ambiente formal constituído de áreas residenciais da cidade, construído antes da onda de imigração pós-guerra dos antigos territórios imperiais e ainda tendo os símbolos apropriados daquela época, e os usos informais e novos significados e articulações agora introduzidos numa sociedade plural. O antigo depósito de bondes pode ser uma mesquita, pintura brilhante, ritmos *reggae* e pôsteres evangélicos podem estar presentes em uma rua de residências vitorianas. Mas, por mais dominante localmente que possa ser uma cultura alternativa, ela continua subordinada à cultura nacional oficial (COSGROVE, 2012, p. 117).

Neste conjunto de paisagens alternativas o autor define ainda três subdivisões: ***paisagens emergentes, excluídas e residuais***.

As culturas são de muitos tipos, sendo algumas muito transitórias e com impacto permanente relativamente pequeno sobre a paisagem como, por exemplo, a cultura *hippie* dos anos 60 (século XX), com suas comunidades associadas, lojas de alimentos alternativos e pequenas propriedades orgânicas. Contudo, todas têm sua própria geografia e seus próprios sistemas simbólicos.

As ***paisagens emergentes***, originadas de novos grupos e que podem ter caráter transitório, seriam aquelas capazes de oferecer um desafio à cultura dominante, a partir de seu sistema geográfico e simbólico, concebendo uma nova perspectiva/ alternativa de reprodução sociocultural (RODRIGUES, 2013). Está na natureza de uma cultura emergente oferecer um desafio à cultura dominante existente, uma visão de futuros alternativos possíveis. Assim, suas paisagens tem muitas vezes um aspecto futurista e utópico, como, por exemplo, as cúpulas geodésicas⁶ tão apreciadas pelos moradores de comunidades da América dos anos 70. Mas precisamente devido a este esforço utópico, as culturas emergentes frequentemente estão expressas em planos, paisagens de papel. Estudar essa geografia nos revela as ligações entre sociedades humanas e ambientes.

As ***paisagens residuais*** podem, por sua vez, ser encontradas, significativamente, no mundo rural e também em algumas áreas da cidade, onde os elementos da paisagem carregam pouco ou nada de seu significado original, configurando assim, o que muitos geógrafos denominam de *paisagens-reíquias*

⁶ Cúpula geodésica é uma estrutura arquitetônica utilizada pelas mais diversas civilizações, desde a antiguidade. A sua estrutura consiste em barras de qualquer material.

(RODRIGUES, 2013). Muitos elementos da paisagem pouco têm de seu significado original. Alguns podem ser desprovidos de qualquer significado, como, por exemplo, “as pirâmides de concreto que ainda podem ser encontradas próximo ao litoral britânico, espalhadas sobre terreno plano e parcialmente encobertas, relíquias da proteção simbólica da guerra contra tanques alemães invasores” (COSGROVE, 2012).

Os geógrafos há muito tempo, têm se interessado por ***paisagens relíquias***, usando-as geralmente como pistas para a reconstrução de antigas geografias. Há muito trabalho interessante a ser realizado sobre paisagens do passado e seus significados contemporâneos, e é um bom ponto de partida sua aparente recriação em museus e parques temáticos. Cosgrove dá o seguinte exemplo de paisagem cultural residual:

O elemento residual mais presente na paisagem da Grã-Bretanha é o edifício da igreja medieval. Desde a grande catedral gótica até a torre da igreja da aldeia, quase todo o núcleo de povoamento tem sua igreja antiga, mesmo alterada por acréscimos e renovações posteriores. Em localização, arquitetura e escala as igrejas ainda são poderosas inscrições simbólicas em nossa paisagem e os cemitérios que as cercam descrevem a história cultural de suas comunidades em seu traço, desenho de pedras de sepulturas, letras e inscrições funerárias. Um arco gótico pontudo ainda é reconhecido pelas pessoas menos religiosas como um símbolo sagrado. Entretanto, o papel da igreja na vida inglesa contemporânea não pode, em sentido algum, ser visto como dominante. Na verdade, uma indicação de seu status residual é a dificuldade que têm os arquitetos de encontrar um estilo apropriado para o papel cultural da igreja na vida moderna (COSGROVE, 2012, p. 118).

As ***culturas excluídas*** são geralmente tratadas com interesse marginal ou levemente suspeito. Mas a paisagem humana está repleta de símbolos de grupos excluídos e de seu significado simbólico. As paisagens tomadas como verdadeiras de nossas vidas cotidianas estão cheias de significados. Grande parte da tarefa mais interessante da Geografia está em decodificá-las. A recuperação do significado em nossas paisagens comuns nos diz muito sobre nós mesmo. Cosgrove investe na tentativa de construção de uma geografia humana crítica e relevante, que pode contribuir para o próprio núcleo de uma educação humanista: melhor conhecimento e compressão de nós mesmos, dos outros e do mundo que compartilhamos (RODRIGUES, 2013).

As ***paisagens excluídas*** são formadas por grupos minoritários e pouco integradas, como as minorias raciais ou religiosas e ainda, segundo o autor, a cultura feminina, dos grupos homossexuais, maçônicos, prostitutas, etc. Trata-se de paisagens próprias, muitas vezes imperceptíveis aos olhos da cultura dominante, mas ricas em símbolos e significados para o grupo excluído (COSGROVE, 2012).

Com hipótese de trabalho, no contexto desta pesquisa, as populações afrodescendentes poderão ser visualizadas como paisagem cultural excluída, e aos quilombos/ quilombolas atribui-se a condição de paisagem cultural emergente. Tal classificação se dá em função da mobilidade e das mudanças que ocorreram nos territórios negros desde a desagregação abolicionista que estabelecia fronteira social, política e militar frente ao sistema que oprimia os escravos africanos, até os anos mais recentes, onde houve o reconhecimento cultural e se prevê a concessão da propriedade da terra aos quilombolas. Nesse sentido, as paisagens culturais carregam ainda uma importância patrimonial de um povo ou de uma fração da sociedade, as quais devem ser reconhecidas e protegidas.

Por fim cabe apresentar um breve confronto entre Denis Cosgrove e Carl Sauer, na visão de Corrêa (2011). Na perspectiva deste geógrafo brasileiro dedicado nos últimos anos aos estudos culturais, se Sauer deixou um enorme legado ao enfatizar a gênese e a morfologia da paisagem, a contribuição de Cosgrove não foi menor ao reconhecer a paisagem como representação espacialmente delimitada. E em nossa apreciação, os avanços efetivados por Cosgrove e outros dependeram da obra saueriana, pois o interesse pelo simbolismo dificilmente apareceria sem o conhecimento da gênese e da morfologia da paisagem.

5.7. Olhar sobre a paisagem cultural no momento atual

O debate sobre as transformações e a valorização da paisagem vem transcendendo amplamente nos últimos anos, os discursos acadêmico e profissional, alcançando amplas camadas da população e convertendo-se em tema de primeira ordem no debate político. As diferentes interpretações da paisagem remetem-nos a novos olhares, cujas abordagens ora se apresentam mais

cientificistas; ora, sob o viés mais cultural. Essa amplitude de interpretações deve-se às diferentes contextualizações do conceito de paisagem, demonstrando por um lado a importância da conexão com outros campos de conhecimento, além da geográfica para sua melhor compreensão, uma vez que o termo “paisagem”, inclusive a paisagem cultural, não é exclusivo das Geociências. Essa redescoberta da paisagem está diretamente vinculada à gestão das profundas transformações que estão sendo produzidas no território no âmbito da sua ordenação e gestão. (KASHIWAGI, 2011)

A interação do homem com o meio, com a natureza, deu origem a várias discussões, levando à necessidade de reconhecimento do novo conceito de Paisagem Cultural pela UNESCO. Entre os anos de 1992 e 2007 aconteceram vários encontros regionais de especialistas, realizados pelos Estados-membros, que contribuíram para esta categorização do termo adotada pela agência da ONU.

A categoria Paisagem Cultural foi adotada pela UNESCO em 1992, sendo a paisagem valorizada como um bem em si mesmo, considerando e valorizando todas as inter-relações ali existentes: homem-natureza, natural-cultural etc. Após diversas discussões, definiu-se que as paisagens seriam selecionadas por critérios que incluem: seu valor Econômico e Político, e sua capacidade de representar uma região específica, através de seus elementos culturais e naturais. Segundo a definição da UNESCO, paisagens culturais seriam bens culturais que representam as obras conjugadas do Homem e da Natureza e “ilustram a evolução da sociedade e dos estabelecimentos humanos ao longo dos tempos, sob a influência dos condicionamentos materiais e/ou das vantagens oferecidas pelo seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais internas e externas”. (LAGE, 2011)

Segundo Tarroja⁷ (apud KASHIWAGI, 2011, p. 117) desde a criação da Convenção Europeia de Paisagem, esta categoria conceitual passou a ser incorporada nas novas práticas de ordenamento, gestão e intervenção urbanas aí emolduradas. Nessa convenção, buscou-se alcançar o “desenvolvimento sustentável” baseado em relações equilibradas e harmônicas entre as necessidades

⁷TARROJA, Àlex. Transformaciones territoriales y valorización social del paisaje. In: MATA, Rafael; TARROJA, Àlex (Org.) **El paisaje y la gestión del territorio**. Barcelona: Diputació de Barcelona, 2006. p. 41-50.

culturais, sociais, econômicas e ambientais. E observa-se que a paisagem desempenha um papel importante no campo cultural, pois ela contribui para a formação das culturas locais, por ser um componente fundamental dos patrimônios natural e cultural, principalmente por contribuir ao bem-estar dos seres humanos e a consolidação de uma identidade.

A Convenção Europeia de Paisagem é um instrumento que visa exclusivamente à proteção, à gestão e ao ordenamento de todas as paisagens dos países membros do Conselho da Europa. Nesse documento, busca-se celebrar uma mesma linguagem para o tratamento da paisagem, proteção da paisagem, políticas relacionadas à paisagem, qualidade e ordenação paisagística e gestão das paisagens KASHIWAGI (2011). Interessa-nos saber que nessa convenção entende-se por paisagem qualquer parte do território tal como a percebe a população, cujo caráter é o resultado da ação e da interação dos fatores naturais e humanos. A figura humana constitui a paisagem e dessa forma, participa nas ações de proteção, gestão e ordenamento do território a fim de alcançar a “sustentabilidade”.

No âmbito nacional, entra em cena o trabalho do IPHAN, que reconhecendo o déficit existente nessa área, em 2009, após o seu último processo de reestruturação, foi criada aí a Coordenadoria-Geral de Patrimônio Natural, Paisagem Cultural e Jardins Históricos e a Coordenação de Paisagem Cultural, com missão de traçar uma estratégia de ação nessa temática, destacando o instrumento da chancela da Paisagem Cultural Brasileira (LAGE, 2011). Segundo a Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural, redigida no Seminário Semana do Patrimônio – Cultura e Memória na Fronteira, realizado na cidade de Bagé/RS, nos dias 13 a 18 de agosto de 2007:

Artigo 2 – A paisagem cultural é o meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todos os testemunhos resultantes da interação do homem com a natureza e, reciprocamente, da natureza com homem, passíveis de leituras espaciais e temporais;

A partir da constatação dos fenômenos de expansão urbana, colocando em risco modos de vida tradicionais e da necessidade de trabalhar a preservação de bens culturais a partir de uma nova abordagem, é que foi proposto o instrumento da chancela da Paisagem Cultural Brasileira, com o objetivo de agir sobre os aspectos dinâmicos existentes na relação entre Natureza e Cultura. A chancela da paisagem

cultural brasileira surgiu, ainda, num contexto de ampliação da ação do IPHAN no território nacional, de revisão metodológica e conceitual, de inovação técnica e instrumental, visando incrementar a importância e a significância do patrimônio cultural brasileiro, colocando-o entre os assuntos de interesse do desenvolvimento socioeconômico do país. A chancela foi instituída em 2009, e de acordo com a Portaria IPHAN nº 127/200958, que regulamenta o instrumento de proteção das paisagens culturais brasileiras, a chancela da Paisagem Cultural, brasileira que corresponderia “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (LAGE, 2011).

Através do instrumento da chancela, o IPHAN objetiva a preservação dessas paisagens viabilizando a qualidade de vida da população aí sediada e desenvolvendo a responsabilidade da comunidade envolvida. A chancela da Paisagem Cultural é mais um instrumento de preservação do patrimônio cultural, assim como o tombamento e o registro, podendo mesmo ser precedida por um deles. Ainda não podemos avaliar a eficiência deste instrumento devido seu pouco tempo de instituição, mas sabemos estarmos diante de um desafio, uma vez que a definição/categorização proposta integra a preservação conjunta do patrimônio cultural e natural, com todas as dificuldades aí inerentes. Vale ressaltar que órgãos estaduais e municipais também podem estabelecer seus próprios mecanismos de reconhecimento e chancela das paisagens culturais, como ocorre com os outros instrumentos de proteção.

Assim sendo a discussão sobre paisagem cultural no meio “político”, acredita-se que a aprovação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais⁸ seja, atualmente, um dos grandes avanços nessa questão. Por meio dessa política, muitas comunidades tradicionais estão sendo reconhecidas como tradicionais e está sendo garantido a elas o direito de viver na terra em que, por gerações, sua cultura vem se perpetuando (KASHIWAGI 2011).

Nessa perspectiva, visualizam-se pequenas fendas nessa e em tantas outras práticas políticas em que a paisagem cultural instaura-se, forjando e afirmando sua

⁸Decreto n. 6.040 de 7 de fevereiro de 2007 institui o PNPCT – Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

existência. A paisagem cultural, sob esses vários vieses, ganha densidade nos debates culturais, sociais, políticos, urbanos e ambientais, consolidando-se como uma temática interdisciplinar e acompanhando a riqueza das expressões culturais e o processo acelerado de transformações da paisagem em um país com extrema diversidade cultural como o nosso.

5.8. Uma Abordagem Geohistórica sobre as Comunidades Quilombolas

5.8.1. Minorias Étnicas e a Paisagem Cultural Emergente/Excluída

Neste segmento do trabalho discutiremos os processos de emergência de identidades coletivas vinculados à problemática das comunidades tradicionais, que é um dos temas hoje em destaque, nos estudos etnogeográficos e etnopolíticos, sendo debatido nos círculos acadêmicos e em fóruns políticos e sociais. Nesta pesquisa as concepções teórico-conceituais de Cosgrove (2012), através das quais o autor propõe uma integração entre o materialismo dialético e aspectos subjetivos da percepção da paisagem, ou seja, propõe uma análise das paisagens sob a perspectiva das formas visíveis e das representações de discursos e pensamentos associadas a elas.

Para Cosgrove a paisagem cultural estaria intimamente ligada ao Poder. O autor postula que um grupo dominante procurará sempre impor suas próprias suposições tomadas como verdadeiras, como objetivas e válidas, e assim o poder será expresso, e mantido, por meio da reprodução dessa cultura hegemônica (COSGROVE, 2012).

As paisagens estão cheias de significados há paisagens, muitas vezes pouco valorizadas aos olhos da cultura dominante, mas ricas em símbolos e significados para o grupo praticante, que podem ser caracterizada e classificadas como “Paisagens Excluídas”, e que se moldou por motivos de raça, sexo, cor, idade, religião, poder aquisitivo, ideologias, e demais diversidades inerentes aos povos. Ao nos remetermos as minorias, os estudos mais sistemáticos estão relacionados aos negros, índios, mulheres, deficientes físicos, idosos etc.

Nos movimentos populares que marcaram a história do Brasil, é possível observar a existência de sujeitos políticos coletivos que reivindicam direitos, à

diferença a partir da identificação de necessidades e sistemas de opressão comuns. Trata-se das minorias grupos-sociais que se organizam para romper com estruturas hegemônicas (as quais provocam a exclusão de determinados grupos e movimentos). Porém, há muitos impasses para uma definição de tal conceito. De acordo com Luciano Maia (apud WOITOWICZ 2006, p.4) a Organização das Nações Unidas compreende minorias como:

Grupos distintos dentro da população do Estado, possuindo características étnicas, religiosas ou linguísticas estáveis, que diferem daquelas do resto da população em princípio numericamente inferiores ao resto da população, em uma posição de não dominância, vítima de discriminação.

Destaca-se o esforço desenvolvido pela Subcomissão para Prevenção da Discriminação e Proteção das Minorias, para que o termo minoria fosse incluído no conjunto da população como grupos não dominantes, que possuem e desejam preservar tradições ou características étnicas, religiosas ou linguísticas estáveis, marcadamente distintas daquelas do resto da população (WOITOWICZ, 2006). Enganosamente, a noção de minoria pode remeter à ideia de uma inferioridade numérica, ou seja, de um setor isolado que é considerado minoria por não somar parcela expressiva da população, como destaca Cecchin, ao se remeter à ideia de minorias no Brasil:

O negro e o pardo, numericamente superiores em nosso país, são considerados minorias. Já os povos indígenas, com reduzido número de habitantes, possuem, além da minoria numérica, a jurídica. A mulher brasileira não pode ser considerada minoria numérica, mas as estatísticas demonstram que recebem tratamento diferenciado, incluindo-as nas minorias. Portanto, falar em minorias sociais implica adotar a concepção de um grupo de pessoas que possuem direitos inferiores aos direitos conferidos aos demais cidadãos (2006, p.329).

Recentemente através do fortalecimento da sociedade civil organizada em movimentos e organizações não governamentais (ONGs), verificou-se uma tendência de valorização e resgate progressivos desses povos tradicionais. Associadas à emergente organização e mobilização das comunidades tradicionais na luta pelo reconhecimento de seus direitos, estes grupos passaram a apresentar então crescente visibilidade (RODRIGUES, DEUS, BARBOSA, 2013). Cruz (2007, p 95) ressalta, nesse sentido, que as populações tradicionais não lutam apenas para resistir contra os que as exploram, dominam e estigmatizam, “mas também por uma

determinada forma de existência, um determinado modo de vida e de produção, por diferenciados modos de sentir, agir e pensar”.

Nesse contexto, não há como negar a necessidade de se implementar políticas públicas e privadas em prol das minorias sociais. “As ações afirmativas” podem nesse sentido constituir um instrumento de inclusão social de segmentos, que merecem tratamento especial, o qual o resgate da dignidade humana. As “ações afirmativas” podem ser assim uma forma de equilibrar as desigualdades sociais, reparando as injustiças do passado ou as injustiças do presente (CECCHIN, 2006).

De acordo Cosgrove (2012 p.119) a maioria das pessoas vive em sociedades que são divididas em classes, castas, sexos, idades ou etnias. Uma posição diferente na sociedade significa uma experiência e consciência diferenciadas, até certo ponto, uma cultura distinta. A paisagem humana está repleta de símbolos de grupos excluídos e de seu significado simbólico:

O espaço simbólico dos jogos das crianças e seu uso imaginativo de lugares-comuns para criar paisagens de fantasia, o local da caravana cigana, as marcas deixadas por mendigos para indicar o caráter de uma vizinha como fonte de caridade, o grafite das gangs de rua, as notícias discretas e indicadores de paisagens de grupos variados como gays, maçônicos ou prostitutas, todos estão codificados na paisagem da vida cotidiana e aguardam estudos geográficos. (COSGROVE 2012 p.121).

Para o avanço e renovação da Geografia Cultural contemporânea, as relações entre culturas dominantes (“elites”) e subordinadas (“populares”) têm, portanto constituído um tema-chave (COSGROVE, JACKSON, 2003). E Cosgrove (2012, p. 28), propôs inclusive uma abordagem da Geografia Cultural direcionada à interpretação das formas emergentes de organização espacial e da paisagem, tendo como objetivo central, dissecar “as paisagens alienadas do capitalismo atual”. Corrêa (1995, p. 6) insere os acampamentos dos *sem-terra* do Brasil e dos *hippies* (do século XX) nos EUA, no contexto das “paisagens emergentes, portadoras de uma nova mensagem social”, bem como as paisagens oriundas de novos grupos, que podem ter um caráter transitório, mas cuja investigação desperta interesse pelo “caráter utópico expresso em uma nova organização social e espacial e impresso na paisagem” (DEUS, 2005).

Os grupos quilombolas ainda lutam contra diversas formas de subalternização, de cunho material ou simbólico, preconceitos e estigmatizações,

através da própria afirmação de suas identidades a partir dos modos de vida, se destacando assim, cada vez mais, como sujeitos políticos que buscam a igualdade. Há, assim, a formação de Identidades Emergentes, que se constroem por meio de uma politização dos costumes e são viabilizadas por meio da construção de uma consciência costumeira do resgate e da re-Significação das identidades (RODRIGUES, DEUS, BARBOSA, 2013), “processo que, ao mesmo tempo as direciona para o passado, buscando nas tradições e na memória, sua força; e aponta para o futuro, sinalizando para projetos alternativos de produção e organização comunitária, bem como de afirmação e participação política” (CRUZ, 2007, p. 96).

Segundo Arruti (2006, p. 72-73) essa referência a um passado histórico no âmbito das comunidades quilombolas, sinaliza ainda, uma resistência cultural e política desses grupos, através da busca pela “persistência ou a produção de uma cultura negra no Brasil” e pela identificação de “formas pelas quais as chances populares se comportam frente à ordem dominante”.

Nesse contexto o turismo de base comunitária é uma das atividades que pode possibilitar a inclusão da comunidade, organizada em torno da tomada de decisões, planejamento e execução da atividade turística. O turismo comunitário destaca-se pela mobilização coletiva diferenciando-se assim substancialmente, do turismo de massa que não respeita a qualidade de vida e as tradições das populações locais.

O caráter étnico, ganha destaque dentro da atividade turística, para as comunidades tradicionais para que eles possam buscar aí, uma forma de sair da “invisibilidade”. O turismo étnico ou o turismo baseado no legado étnico vem se afirmando, aliás, como uma alternativa frente ao turismo massificado (no qual predomina o consumo desenfreado). Sob o paradigma da diversidade cultural e da plurietnicidade, os turistas culturais apresentam-se hoje como consumidores interessados na vivência cultural no âmbito de comunidades remanescentes de etnias específicas, ou naquelas em que predomina a representação do legado cultural herdado ao longo de processos históricos e sociais e reinterpretado no presente, sob novas significações (BECKER; SILVA; BECKER, 2012).

De acordo com a Organização Mundial de Turismo – OMT (2003, p.168), o turismo étnico “é voltado para as tradições e estilo de vida de um grupo e utilizado,

principalmente, para destacar o turismo nas comunidades ou enclaves específicos, em processo de desenvolvimento”. Considera-se que a vivência dos turistas com os elementos da cultura pode contribuir, assim para o fortalecimento das identidades e para a revalorização da memória e da cultura locais.

Observa-se que as comunidades tradicionais, além de se constituírem em lugares mantenedores de uma memória étnica e cultural específica, vêm sendo incorporadas sob a forma de roteiros e atrações culturais, às demandas das sociedades contemporâneas, nas quais se inserem o lazer e o turismo (BECKER; SILVA; BECKER, 2012).

As comunidades quilombolas são comunidades e grupos sociais cujos processos identitários de construção sociocultural os distinguem do restante da sociedade. Tais processos revelam-se sendo dinâmicos, balizados em mecanismos sucessivos de construção e reconstrução identitárias, nas quais os atores sociais se apropriam, selecionam e reelaboram determinados atributos culturais, de acordo com os diferentes contextos ou momentos históricos. (RODRIGUES, DEUS, BARBOSA, 2013)

Nessa perspectiva, transparece que, através do auto-reconhecimento das comunidades como núcleos quilombolas, além de valorizarem e evidenciarem sua identidade cultural, eles podem viabilizar uma experiência etnopolítica em que elas se mostram mais organizadas politicamente no sentido de garantirem, inclusive, seus direitos no futuro, “frente ao reconhecimento de um processo histórico de desrespeito” (ARRUTI, 2008, p. 14).

5.10.2. Uma abordagem sobre a Escravidão e as Comunidades Quilombolas no Brasil

Este sub-capítulo destina-se a apresentar uma breve abordagem sobre a escravidão e os quilombos no contexto brasileiro, bem como sobre o processo de construção da identidade quilombola no estado de Minas Gerais, conceituar o que é um quilombo é uma tarefa que tem gerado vasto campo de discussões entre historiadores, sociólogos, antropólogos, ensaístas e juristas. Aqueles trabalhos retratam o período da escravidão e das comunidades quilombolas (SILVA 2005, RAMOS 1996, FIABIANE 2005, MOURA 1983, FREITAS 1982), auxiliaram no

entendimento sobre este período. Não pretendemos neste tópico, refazer toda essa discussão sobre os quilombos e os quilombolas. Nem termos históricos, mas, sim, destacar alguns pontos relevantes sobre o tema.

Ao analisar os conceitos de quilombos e comunidades remanescentes de quilombos, buscaremos destacar que estes termos não são meras denominações formais, mas representam identidades étnicas e, portanto estão relacionados “aos direitos e deveres, status, papel social, e comportamento” (BRANDÃO, 1986), bem como a criação de “novos sujeitos sociais” (ARRUTI, 2002) e, “novas etnicidades” (PACHECO DE OLIVEIRA, 1998).

Para entendermos a escravidão no período colonial, no país, se faz necessário em primeiro lugar fazer distinção entre o escravismo da Antiguidade (Roma e Grécia) e o da Era moderna (Europa), pois a escravidão, na antiguidade clássica, tinha um caráter completamente diferente, daquele criado na Era Moderna. Na antiguidade, muitas vezes os trabalhadores escravizados trabalhavam lado a lado com seus proprietários e com homens livres e os escravizados mais hábeis tinham a chance de comprar sua liberdade e de se inserir na sociedade vigente. Já na Era Moderna, a escravidão veio com outra conformação tendo inclusive o trabalho escravo extrema importância adquirido para o capitalismo mercantil. Nesse contexto o escravismo colonial emergiu como um modo de produção de características novas, antes desconhecidas na história da humanidade. (GORENDER, 1998, p.40 apud. ROSA, 2010, p.30).

Nesse período o trabalho escravo passou a ser a base, ou seja, instrumento de acumulação de capital, apoiada na monocultura agroexportadora, observando se que nessa direção:

[...] temos produção escravista quando parcela dos bens sociais é produzida, em forma plena ou sistemática, pelo trabalhador escravizado [...] uma sociedade pode ser considerada escravista apenas quando a produção escrava submete as outras formas de produção e a própria formação social e a sua dinâmica (FIABANI, 2005, p.16).

Emergiu assim um novo cenário de exploração, colonização e escravidão, tudo isso devido ao mercado competitivo com altas demandas e busca incessante por altos lucros. Vale ressaltar que no período da escravatura, houve a entrada compulsória de aproximadamente 15 milhões de homens e mulheres africanos na

América, o que modificou profundamente as relações sociais, econômicas e culturais, sobretudo no Brasil, onde o aspecto étnico-racial, aliás, interferiu profundamente nas relações sociais (MINÉ, 2012). Para Moura (1983, p.28) “o escravismo ainda é hoje o período de nossa história social mais importante e dramaticamente necessário de se conhecer para o estabelecimento de uma práxis política coerente com o presente”. É relevante assinalar inclusive que:

O Brasil foi uma das primeiras nações do Novo Mundo a organizar o escravismo e a última a concluí-lo. Também foi ali que desembarcou o maior número de africanos escravizados. A econômica escravista nacional produziu a mais rica gama de mercadorias coloniais com mão de obra servil: açúcar, arroz, café, fumo, ouro pau-brasil etc. (FREITAS, 1982, p10).

O Brasil assinalou o recorde Américo no tráfico de escravizados, importando perto de 40% do total de nove milhões e quinhentos mil negros transportados para o Novo Mundo: nove vezes mais que os Estados Unidos (6%) e bem mais que o dobro da América Hispânica (18%), do Caribe inglês e do Caribe francês (17%). (FREITAS, 1982, p 11).

A existência de milhares de negros no Brasil nos remete ao período histórico do sistema escravista, que perdurou por mais de trezentos anos. As comunidades quilombolas acabaram implantando-se em 24 estados da federação, a maior parte localizam-se nos estados do Maranhão, Bahia, Pará, Minas Gerais e Pernambuco. Os únicos estados que não registram ocorrências de comunidades desse tipo são o Acre e Roraima, além do Distrito Federal.

Destaca-se que em nenhum país da América do Sul a escravidão foi tão expressiva numericamente, com distribuição de âmbito nacional e durou tanto tempo, como no Brasil. E onde quer que o escravismo tenha-se implantado, constatamos o surgimento de comunidades formadas por escravos fugidos de seus senhores: os quilombolas (MINÉ, 2012).

Do lado escravizado, surgiram inúmeras formas de resistência contra tal exploração. Diversas formas de resistência foram assim, criadas em oposição ao regime escravista, como o exercício de trabalho moroso do escravizado quando não estava sob o olhar dos feitores, sabotagem de máquinas e ferramentas (MINÉ, 2012). Fiabani registra, nesse sentido que:

Os trabalhadores serviram-se de diversos meios para se opor, de forma consciente, semiconsciente e o inconsciente à exploração escravista, destacando-se entre eles a resistência na execução do trabalho, a apropriação de bens por eles produzidos, o suicídio, a fuga, o

aquilombamento, a revolta, a insurreição. O cativo resistiu ininterruptamente, mesmo quando se acomodava à escravidão. (FIABANI, 2005, p.7).

Vale ressaltar que as populações quilombolas no Brasil passaram, e ainda passam por um processo de desterritorialização e reterritorialização. O primeiro processo de desterritorialização imbrica-se com o processo da diáspora africana. Nesta ocasião, os africanos foram retirados violentamente de diversas regiões de seu continente, sendo trazidos para o Brasil e outros lugares da América, onde foram submetidos à escravidão. No período colonial, os africanos e seus descendentes criaram, portanto, diversas formas de resistência à escravidão, entre elas, a fuga para os quilombos. Esse processo já pode ser considerado o momento da reterritorialização desses sujeitos, quando, a partir da apropriação de um território, desenvolvem e estabelecem seus modos de vida, negando a condição de mercadoria imposta a eles pelo regime escravista. (MINÉ, 2012). Destacam-se, aí as reflexões de Moura:

O quilombo era o elemento que, como sujeito do próprio regime escravocrata, negava-o material e socialmente, solapando o tipo de trabalho que existia e dinamizava a estratificação social existente. Ao fazer isso, sem conscientização embora, criava as premissas para a projeção de um regime novo no qual o trabalho seria exercido pelo homem livre e que não era mais simples mercadoria, mas vendedor de uma: sua força de trabalho (MOURA, 1988, p 269).

Assim sendo os quilombos nasceram como fator de oposição e resistência ao regime escravista, tendo surgido com o intuito de lutar contra o sistema e constituindo uma forma de contestação e negação da sua situação de submissão e opressão. Ressalta-se que os negros não tinham um projeto em comum e não tinham como objetivo se organizar contra o sistema, conforme assinalado por Freitas:

Não pensavam em derrubar o sistema. Sequer plausível que lhes passasse pela cabeça a ideia de promover um levante geral, (...) os trabalhadores escravizados não tinham condições objetivas mínimas para se elevarem à consciência de que só com a união de todos conseguiriam extirpar a escravidão para sempre (FREITAS, 1982, p.28).

O termo quilombo aparece na documentação oficial de Minas Gerais e depois na documentação do extremo sul do país, embora os senhores escravizados e especialmente os capitães do mato, preferissem o termo *mocambo* para designar as

comunidades rebeldes. Tudo indica que o termo quilombo foi consagrado por historiadores e antropólogos, sendo o primeiro Francisco de Varnhagen (FREITAS, 1982).

Os quilombos ou mocambos, como passaram a se denominar no Brasil, estiveram presentes em outros lugares do Novo Mundo igualmente marcados pelos regimes escravistas e colonialistas. Em verdade, os exemplos se espalham por todos os lugares em que a escravidão se fez presente: na América espanhola, eram conhecidos por *cimarrones*, *palenques* ou *cumbes*, na América inglesa denominavam-se *maroons* ou *bush negros*; e na América francesa eram apelidados de *grand marronage*, em oposição às fugas individuais, normalmente temporárias e chamadas de *petit marronage* (REIS, 2003).

Segundo Munanga (1999/1996), o termo quilombo é seguramente uma palavra originária das línguas Bantu (*kilombo*, aportuguesado: quilombo). Sua presença e seu significado, no Brasil, têm a ver com alguns ramos desses povos bantu cujos membros foram trazidos e escravizados nesta terra. Trata-se dos grupos: Lunda, Ovimbundu, Mbundu, Kongo, Imbangala, etc., cujos territórios se distribuem entre Angola e o Congo. Embora quilombo seja uma palavra de língua Umbundu, seu conteúdo enquanto instituição sociopolítica e militar é resultado de uma longa história envolvendo todas as regiões e povos, já mencionados. A história do quilombo como a dos povos Bantu é uma história que envolveu povos de regiões diferentes entre o Congo e Angola. É uma história de conflitos pelo poder, de cisão de grupos, de migrações em busca de novos territórios e de alianças políticas entre diferentes grupos. O quilombo brasileiro seria uma recriação de uma forma de luta/resistência trazida de Angola:

Uma vez o maior contingente de escravizados brasileiros proveio de Angola, ganha verossimilhança a hipótese de que se tenha recriada uma experiência de luta da África. A investigação histórica desautoriza semelhante conclusão. Antes de tudo, não foi senão o contar do início do século XVIII que em algumas regiões começou a dar o nome de quilombo às comunidades escravizadas insubmissas – mocambos – a documentação histórica dá notícia de tais comunidades já nos fins do século XVI, denominado-se *mocambos* (FREITAS, 1982, p 30).

Enfatiza-se que não houve grande semelhança entre as comunidades quilombolas dos escravos brasileiros e dos africanos angolanos. “Uma vez que o

quilombo angolano desempenhava o papel de base e instrumento do tráfico negreiro. O quilombo dos negros brasileiros, por seu lado foi um baluarte na luta e resistência contra a escravidão; o quilombo brasileiro figura numa criação original, inspirada pelas peculiaridades do sistema escravista” (FREITAS, 1982, p.53). Nesse contexto:

A consciência de pertencer a um quilombo, lugar seguro contra a escravidão, formava o tecido das relações sociais, através do quilombo o individuo se agregava à família dos que resistiram a lutam contra a escravidão. A negação da escravatura representava a ideologia dos quilombolas (FREITAS, 1982, p.44).

Após essa breve contextualização do processo histórico da escravidão brasileira das comunidades quilombolas, contextualizaremos nossa discussão para o estado de Minas Gerais.

A escravidão em Minas Gerais pode ser atribuída à descoberta de ouro e posteriormente de diamante, que provocou um intenso fluxo migratório para a região em fins do século XVII. A promessa de enriquecimento rápido atraiu pessoas de vários lugares do Brasil. Bandeirantes paulistas, “na caça ao índio, ao ouro e às esmeraldas”, juntamente com baianos e pernambucanos migraram e trouxeram consigo um grande contingente de negros escravos (SILVA, 2005, p.68).

Assim sendo, a escravidão se concretizou como forma dominante de organização do trabalho na gênese da sociedade mineira. Vale ressaltar que a necessidade de obtenção de mão de obra para a exploração mineral devido à corrida pelo ouro, fez com que o valor de um negro escravo fosse muito maior do que em outras regiões do país. Tal valorização estimulou proprietários de escravos de São Paulo, Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco a também migrar para as Minas, onde os negócios envolvendo o comércio escravista tornaram-se mais rendosos. O fluxo de migrantes e a grande riqueza mineral da região fizeram de Minas Gerais o centro do poder econômico do país durante o século XVIII (RAMOS, 1996).

A mineração foi economicamente rendosa e foram empregados nas minas cerca de 500 mil negros entre 1700 e 1850, época do apogeu da mineração. Desde o século XVIII, a população negra no estado nunca foi inferior a 30% da população total (índice considerado elevado). Os quilombos marcaram a história de Minas

Gerais, no período de 1710 a 1798, quando existiram cerca de 120 quilombos em Minas Gerais (SILVA, 2005).

Reconhecemos contudo, a necessidade de desmistificar a noção idealizada de quilombo, que o reconhece a partir de um “tipo ideal” homogêneo, fundado unicamente a partir da fuga de escravos negros, para locais geograficamente ermos e cujo estabelecimento teria se processado de forma divergente da dinâmica social envolvente (em Minas Gerais, sobretudo).

Pois, ao contrário do que prevalece no imaginário popular, os quilombos não se constituíram apenas em lugares ermos, distantes dos centros urbanos: “os quilombos em Minas Gerais não existiam isolados; em geral, os escravos não fugiam para muito longe das comunidades mineradoras urbanizadas” (RAMOS, 1996, p.165). Assim nas proximidades das vilas e cidades formaram-se numerosos quilombos, e essa proximidade com os núcleos urbanos facilitava a fuga de outros escravos pela possibilidade de sua libertação.

De acordo com as pesquisas realizadas pelo Cedefes (2008), há inclusive indícios que a maioria das comunidades quilombolas de Minas Gerais tenha se formado após a abolição da escravidão em 1888. E quando o decreto foi expedido, grande parte dos negros passou a não ter mais onde ficar, pois não havia trabalho disponível para eles e não havia perspectiva de sua integração à sociedade brasileira. E assim, muitas famílias migraram para os grotões, para as terras desabitadas ou para as margens das fazendas. Algumas famílias também receberam terras, como doação dos antigos senhores e ali se constituíram como uma comunidade. Algumas comunidades se organizaram e se aglutinaram ainda, depois da falência de atividades econômicas, como a criação de gado no Norte de Minas Gerais ou a decadência das atividades mineradoras na região central do Estado.

A população negra quilombola de Minas Gerais ressalta-se que é, em grande parte oriunda do povo banto que habitava as regiões sul e sudeste do continente africano.

Destacam-se, no estado as comunidades de Ausente (no município do Serro) Mato do Tição (município de Jaboticatuba), Quartel do Indaiá (em Diamantina) onde foram encontradas raízes linguísticas de origem Banto. Africanos de outras regiões

também foram trazidos para a região de Minas Gerais, como os Mina-Gêges, oriundos do oeste e nordeste da África, e que eram dotados de maior habilidade para a extração mineral. Os yorubás e Haussás (oriundos da Nigéria e Benini), também estão presentes nos traços culturais de algumas comunidades quilombolas, principalmente nas zonas de fronteiras do norte e nordeste de Minas Gerais (CEDEFES, 2008).

Conclui-se, portanto, que por meio de diferentes formas de resistência, os negros conquistaram territórios em terras mineiras. E observa-se que a fuga, a ocupação de áreas não povoadas após a abolição ou mesmo o recebimento de glebas de terra de seus antigos proprietários por doação ou herança constituíram o conjunto de conquista e consolidação dos territórios negros em Minas Gerais.

5.8.3. Da “invisibilidade” à “visibilidade”: Um olhar sobre as políticas públicas destacadas aos quilombolas.

As discussões desenvolvidas, em nosso país sobre os quilombolas são bastante parcas, pois, apenas no final dos anos 1990 a problemática passou a ser debatida no meio acadêmico e político e no interior dos movimentos sociais. Na atualidade, o conceito de quilombo abrange muito além que os antigos grupos descendentes de escravos fugidos (nos períodos colonial e imperial). Até meados dos anos 1980, a discussão sobre os quilombos e seus remanescentes restringia-se aos quilombos históricos, ou seja, quilombo necessariamente teria que ser o local onde teria havido resistência à ordem escravista (CEDEFES, 2008).

Assim, podemos afirmar que os quilombos passaram da “ilegalidade” para a “invisibilidade”, ou seja, os territórios quilombolas passaram da categoria de ilegais, durante o Brasil Colônia e Império, para uma completa invisibilidade no período republicano, até a segunda metade do século XX. Após a abolição com a desagregação do sistema escravista brasileiro, o negro ficou à margem do processo social sem que houvesse garantias de assistência e proteção a ele, durante a instauração do sistema de trabalho livre (MINÉ, 2012).

Quanto à legislação, os poderes públicos e os círculos politicamente ativos da sociedade mantiveram-se prolongadamente indiferentes e inertes, largando o negro ao seu próprio destino, devido a uma mentalidade e moralidade escravista que persistiu após a abolição, dificultando a inserção do negro na sociedade brasileira.

Esta mentalidade era baseada na discriminação racial praticada no país desde o período colonial, perpassando o Império e atingindo a República, materializando-se no descaso para com o negro tanto no plano do discurso, como das políticas públicas. No meio rural, as populações quilombolas, após a abolição, permaneceram, assim desprovidas de políticas especificamente direcionadas a eles (assim como o negro liberto na área urbana).

A instituição da “Lei de Terras”, em 1850, foi uma das políticas que abortou as chances de uma possível inclusão da população negra na sociedade brasileira, principalmente a dos povos quilombolas, pois, por meio desta lei, grileiros, posseiros e supostos donos de terras buscaram a regularização de suas propriedades sem levar em conta as populações quilombolas que historicamente ocupavam estes territórios. Em seu texto, no artigo 1º, determinou-se que “ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o da compra”; assim, sem o apoio do Estado, da Igreja ou de qualquer outra instituição, e assim, o negro ficou impossibilitado de se adquirir terras pelas vias da Lei (MINÉ, 2012).

A “quebra da invisibilidade” sobre os direitos dos quilombolas sobre seus territórios inicia-se com a promulgação da legislação Constituição brasileira de 1988. Através de muitas lutas, sustentadas pelos movimentos sociais em apoio à comunidades negras no Brasil, foram aprovados os Artigos 215⁹ e 216¹⁰ e que foram

⁹ Artigo 215 – O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso a fontes da cultura nacional e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

2º. A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

¹⁰ Artigo 216 – Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV- as obras, objetos, documentos e edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

dedicados à proteção da cultura negra, que determinaram o tombamento “dos documentos e sítios” relativos aos antigos quilombos. Já nos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, o Artigo 68 ampliou a possibilidade de posse territorial dedicada à manutenção dos grupos sociais em sua diversidade cultural (GIACOMINI, 2010). Já o Artigo reconheceu o direito que as comunidades remanescentes de quilombos têm às terras que ocupam e que o Estado tem o dever de legalizar. Em seu texto, fica definido que “aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras, é reconhecida propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos” (BRASIL, 1988, art. 68).

Entretanto, apesar de reconhecer o caráter étnico plural do Estado brasileiro, mediante a percepção de outras culturas, costumes e usos da terra dos diferentes povos aqui existentes, o artigo 68 passou por amplas discussões sobre o que seriam tais “remanescentes de quilombos” e quais seriam os critérios utilizados para o seu reconhecimento e posterior emissão de títulos de suas terras.

Esta ampla discussão, foi fomentada pelo movimento negro urbano e quilombola a partir de 1995, quando a questão racial ganha novas dimensões e contornos com a realização da marcha “Zumbi dos Palmares” e do “I Encontro Nacional de Comunidades Quilombolas” nesse contexto o termo “quilombo” – ou “remanescente de quilombo” – ganhou nova perspectiva de entendimento, emergindo da condição de invisibilidade e quase extinção para uma perspectiva dinâmica e presente. Ressalta-se, portanto, que as discussões proporcionadas em nível constitucional são fruto do processo de redemocratização do país e da mobilização da sociedade civil por meio das lutas locais das comunidades quilombolas, aliadas ao movimento social negro, que conseguiram projetar para a esfera pública nacional os interesses desta coletividade e transformá-los em direitos (MINÉ, 2012).

Hoje as comunidades que se reconhecem como quilombolas são as que mentem relação com o território e que possuem relações de parentesco entre os moradores, mas não tem necessariamente, terem sido formados no período escravagista. A resistência cultural e territorial lhes dá a legitimidade da formação

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico [...].

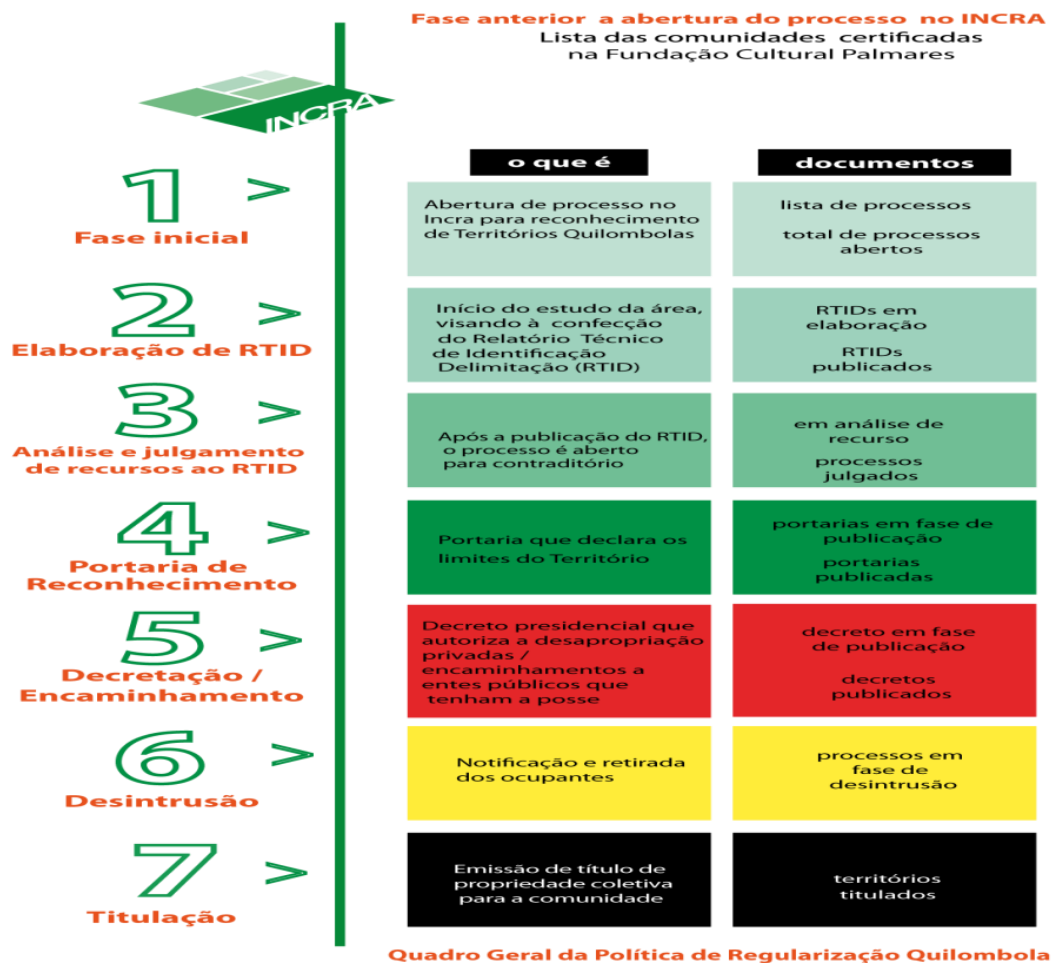
eticamente diferenciada de outras comunidades. Nos últimos anos, a definição do que vem a ser uma comunidade quilombola tem sido objeto de polêmicas e debates não apenas nos meios acadêmicos, como também no âmbito jurídico-legal e no estabelecimento das políticas públicas. Essa questão é crucial para as comunidades, pois envolve a sua forma de organização interna, o acesso ao seu território histórico e o alcance de benefícios sociais.

O decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, em seu artigo 3º define essas populações como: “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas geradas e transmitidas pela tradição”.

Além do reconhecimento de sua identidade, essas populações demandam não apenas terras, mas territórios e essa reivindicação básica do movimento quilombola na atualidade. Para regularização quilombolas devem seguir os seguintes passos segundo o Incra:

Figura 1: Etapas da Regularização Quilombola

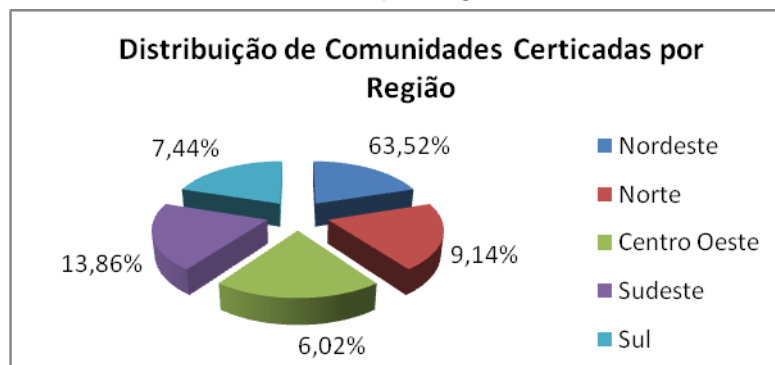
Etapas da **REGULARIZAÇÃO QUILOMBOLA**



Fonte: www.incra.com.br

A certificação das comunidades é o primeiro passo para a regularização fundiária de suas terras e para o reconhecimento da identidade da comunidade como quilombola. A emissão do certificado é de responsabilidade da Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura (FCP/MINC), que tem como atribuição legal realizar e articular ações de proteção, preservação e promoção do patrimônio cultural destas comunidades. O Gráfico 1 apresenta o quadro de certificação de comunidades quilombolas, que totalizam 1.834 atualmente, distribuídas pelas diferentes regiões do país:

Gráfico 1: Distribuição de comunidades quilombolas certificadas por região



Os decretos 4883¹¹ e 4887¹², de 20 de novembro de 2003, foram de grande importância para os quilombolas. Apresentamos a seguir uma síntese de tais decretos:

1. A transferência do Ministério da Cultura para o Ministério Desenvolvimento Agrário, conforme determina o art. 1º do Decreto 4883: “competência relativa à delimitação das terras dos remanescentes das comunidades quilombolas [...]” Mas com a seguinte ressalva.

Art.2º DEC.4883 - compete ao Ministério da Cultura assistir e acompanhar o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – nas ações de regularização fundiária, para garantir a preservação da identidade cultural dos remanescentes das comunidades quilombolas.

Fica assim, assegurado, pelo menos a inserção da proteção das terras de quilombos no contexto mais amplo e potencialmente mais eficaz da gestão das políticas agrárias, quanto à preservação da dimensão cultural e étnica desse direito.

2. Adoção de critérios de autoatribuição para definição das comunidades beneficiária:

¹¹ Transfere a competência que menciona, referida na Lei no 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.

¹³ Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art.2 Dec. 4887 - Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria sofrida, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada à resistência à opressão sofrida.

3. Regularização das terras mediante título coletivo as comunidades:

Art. 17 Dec. 4887– A titulação prevista neste decreto será reconhecida e registrada mediante outorga de título coletivo e pró-indiviso às comunidades a que se refere o art.2º, caput, com obrigatória inserção de cláusula de inalienabilidade, imprescritibilidade e de impenhorabilidade.

Com isso, fica a atribuição de remanescente de comunidade de quilombo, a critério das próprias comunidades interessadas, em sintonia com a legislação internacional da qual o Brasil é signatário, destacadamente a Convenção de 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) “sobre povos indígenas e tribais em países independentes” (DEC.5051, 19 de Abril de 2004).

No contexto das políticas mencionadas, faz-se necessário se apresentar um quadro geral das políticas do governo federal, voltadas às comunidades quilombolas do país, permitindo a visualização das ações que vêm sendo desenvolvidas junto a essa parcela da população. Os dados foram obtidos do “Programa Brasil Quilombola”, através do Diagnóstico de Ações realizadas em julho de 2012:

Quilombolas em Números:

- 214 mil famílias em todo o Brasil e 1,17 milhão de quilombolas;
- 1.948 comunidades reconhecidas oficialmente pelo Estado brasileiro;
- 1.834 comunidades certificadas pela Fundação Cultural Palmares (FCP), sendo 63% delas no Nordeste;
- 1.167 processos abertos para titulação de terras no Incra;
- 193 comunidades tituladas com área

DOMICÍLIOS QUILOMBOLAS

- Média de 4,3 cômodos
- 63% possuem piso de terra batida
- 62% não possuem água canalizada
- 36% não possuem banheiro ou sanitário
- 76% não possuem saneamento adequado (28% possuem esgoto a céu aberto)

- total de 988,6 mil hectares, beneficiando 11.991 famílias;
- 56,2 mil famílias, 78% do total, beneficiárias do Programa Bolsa Família;
 - 23,5% não sabem ler;
 - Principais atividades produtivas: agricultura, extrativismo e pesca artesanal;
- e 48% fossa rudimentar)
- 58% queimam ou enterram o lixo no território; e apenas 20% possuem coleta adequada;
 - 78,4% possuem energia elétrica

Os avanços obtidos com a criação do Programa Brasil Quilombola apontam que os dados socioeconômicos remetem à fragilidade e a necessidade de se avançar na implementação de políticas especificamente direcionadas para as comunidades quilombolas. Ou seja, é forçoso reconhecer que houve avanços nas políticas públicas para quilombolas, mas é necessário se avançar ainda mais com vistas a consolidar os direitos destas no país.

Segundo Arruti (2002), o conceito de quilombo se ampliou, pois, não está mais preso no termo histórico. O quilombo hoje é reconhecido por características antropológicas e territoriais incluindo se aí relação mantida pela comunidade com seu território (uso e apropriação). O quilombo é espaço de resistência e reinterpretação do mundo pelos seus moradores etnicamente diferenciados. E dessa forma as chamadas populações tradicionais, que são grupos sociais que vivem, por períodos relativamente longos, em um espaço geográfico definido e aí constroem sua identidade a partir das relações que estabelecem com o território que ocupam.

Além do reconhecimento de sua identidade, essas populações demandam não territórios e essa é a condição básica do movimento quilombola na atualidade. Uma comunidade quilombola é aquela que apresenta relações de parentesco entre seus membros, descendência africana e vínculos históricos e culturais com determinado território, independentemente da época em que foi formada. A permanência de elementos de cultura africana pode ser observada, ou não, na atualidade, porém, referências a um passado relativamente próximo são mantidas.

Dessa forma as expressões culturais existentes nas comunidades tradicionais se estabelecem em dimensões simbólicas ligadas ao Território. Observam-se aí inter-relações cotidianas com o ambiente de vivência natural com o desenvolvimento de práticas que garantem seu modo de vida específico como: o trabalho com a terra, os saberes da floresta, o conhecimento das plantas medicinais, as rezas, as comidas típicas, as expressões linguísticas, as festas – atributos culturais que garantem a transmissão destes conhecimentos para as gerações futuras. Vale ressaltar que são acontecimentos ou fatos históricos que mantêm viva a memória de um grupo e consolida o vínculo ao território.

As comunidades tradicionais são, portanto, portadoras de diversos conhecimentos sobre a Natureza e a Cultura. O reconhecimento destes fatos destaca o papel do Negro e do Índio como guardiões de um saber relacionado à preservação de seu Território e, portanto a compreensão do significado de um território não se limita ao tempo de ocupação e diz também respeito à forma como se ocupa este território.

5.9. Um olhar Geográfico sobre os Núcleos Quilombolas em Minas Gerais

Ao longo dos séculos de escravidão, a grande maioria dos negros fugidos buscavam áreas desocupadas, o que implicou na concentração da maioria dos quilombolas de Minas Gerais, em áreas rurais (grotas, serras e matas fechadas). De um modo geral, os quilombos acolhiam também índios, mestiços e brancos. Com o fim da escravidão, grupos diversos se espalharam pela vastidão do Estado, em busca de locais isolados em que pudessem sobreviver.

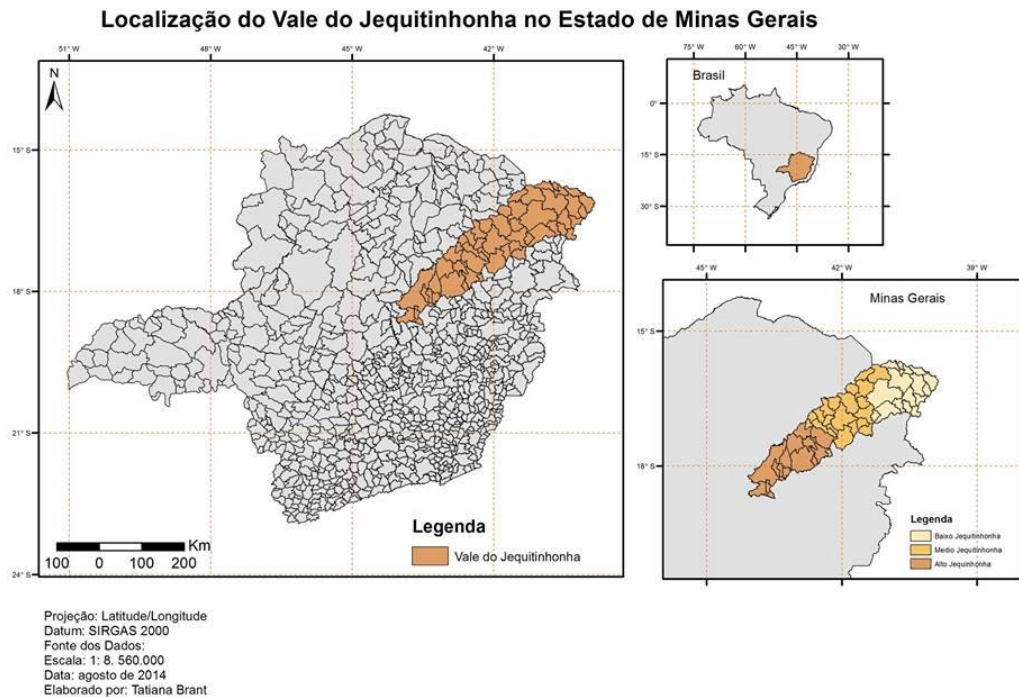
Estima-se que a população quilombola de Minas Gerais seja de aproximadamente 100.000 a 110.000 indivíduos. O maior grupo atualmente existente de quilombolas mineiros, com cerca de sete mil pessoas é o Gurutuba. O Quilombo do Gurutuba é composto por 27 comunidades, distribuídas em 06 municípios situados na região norte do estado, entre os vales dos rios Verde Grande e Gurutuba. Outra importante comunidade é a de Brejo dos Crioulos, que possui quase três mil moradores. O Brejo dos Crioulos consiste em seis núcleos populacionais distribuídos entre os municípios de São João da Ponte, Varzelândia e

Verdelândia: (Araruba, Arapuim, Cabaceiros, Caxambu, Conrado e Furado Seco). Estes dois são exemplos de grandes territórios quilombolas, muito comuns na região Norte do Estado. Contudo em sua maioria, as demais comunidades dispersas pelo território de Minas Gerais, são agrupamentos bem pequenos, com uma média de vinte ou trinta famílias ou até menos (CEDEFES, 2008).

Em algumas regiões do estado a situação é um pouco diferente, como a da região Central, devido à urbanização além da localização aí da antiga e a nova capitais do estado (que se tornaram grandes centros de atração populacional). Nesse contexto territorial específico o grande número de cidades fez com que ex-escravos fossem morar nas áreas urbanas e circunvizinhas. Isto lhes permitia a obtenção de melhores condições de trabalho e sobrevivência. Posteriormente, com a forte urbanização das últimas décadas, as cidades acabaram por engolir os espaços antes restritos às comunidades quilombolas, o que resultou na formação de quilombos urbanos. Essa situação pode ser observada em Belo Horizonte, que possui comunidades quilombolas urbanas: sendo os Luízes (Bairro Grajaú) e Mangueiras (Bairro Novo Aarão Reis) que são as mais conhecidas (CEDEFES, 2008).

O quilombo de Alto dos Bois, objeto de estudo deste trabalho localiza-se no Vale do Jequitinhonha. O vale possui 80 (oitenta) municípios espalhados numa área de 85.467,10 km², o que equivale a 14,5% do Estado. O Vale, divide-se em três regiões: Alto Jequitinhonha (região de Diamantina, próxima à nascente do rio), Médio (região de Araçuaí) e Baixo Jequitinhonha (região de Almenara, próximo à foz, no sul da Bahia). O Alto e o Médio Jequitinhonha situam-se na porção ocidental da BR 116, e o Baixo Jequitinhonha, na porção oriental (GUERRERO, 2000), como pode ser observado no Mapa 1 a seguir:

Mapa 1: Localização Vale do Jequitinhonha no Estado de Minas Gerais:



A sua vegetação é bem diversificada e caracteriza, de forma marcante, as suas divisões regionais. Na porção ocidental, por exemplo, na região próxima à Serra do Espinhaço, as terras são mais altas, havendo predominância das chapadas cuja vegetação natural é o cerrado. E as chapadas são entrecortadas por córregos, ribeirões e pequenos rios que, numa porção mais baixa, acabam formando as “grotas” (GUERRERO, 2000).

O Vale do Jequitinhonha é caracterizado por uma diversidade natural e sociocultural que se revela nas manifestações culturais, marcadas tanto por traços da cultura indígena, quanto negra. Tais manifestações envolvem grupos folclóricos, conjuntos arquitetônicos históricos, modos de vida camponeses e a produção de artesanatos típicos dessa região. Tal diversidade é marcada tanto pelos elementos naturais, quanto pela diversidade humana, sendo resultado do longo processo histórico de ocupação, marcado pela mineração de ouro e diamante nos séculos XVIII (RODRIGUES, MINÉ, TUBALDINI, 2012).

O Jequitinhonha é uma região que possui expressivo número de comunidades quilombolas, grande parte delas domiciliando-se na sub-região do Médio Jequitinhonha. Os municípios de Minas Novas, Chapada do Norte, Berilo,

Virgem da Lapa e Araçuaí concentram elevado número destas comunidades, configurando-se aí um grande território negro. Mas há outros focos de concentração. Nos vales do Baixo Jequitinhonha, a ocupação quilombola se deu no século XIX, quando a região era ainda coberta por densa floresta tropical, a Mata Atlântica, e era pouco ocupada pela população branca. A ocupação pelos quilombolas se deu em decorrência de fugas devido à fome persistente nas regiões áridas ou em busca de refúgio e proteção da condição de escravo a que se encontravam sujeitos (CEDEFES, 2008).

O Quilombo de Alto dos Bois é situado na cidade de Angelândia na região do Alto Jequitinhonha, que é uma região onde predominam vertentes de topos aplainados, popularmente conhecidos como mares de morros. O Povo Banto que habitava as regiões sul e sudeste do continente africano é a matriz ancestral de grande parte da população quilombola de Minas Gerais. As comunidades quilombolas da região do Alto Jequitinhonha são originárias da prática do garimpo desde o séc. XVIII (BARBOSA, 2008). No próximo segmento deste trabalho vamos apresentar as características e a história da Comunidade de Alto dos Bois.

5.9.3. Vale do Jequitinhonha Histórico da ocupação da Região em seus Primórdios

Na primeira fase de colonização da região das minas do ouro, no fim do século XVII e ao longo do século XVIII, apenas uns poucos arraiais surgiram nos domínios do bioma: mata Atlântica (Caeté e Conceição do Mato Dentro, por exemplo). A floresta tropical em região montanhosa era de difícil acesso e os colonos deviam enfrentar ainda a aguerrida resistência à invasão de seus territórios pelas nações indígenas locais¹³, e as proibições que vinham do governo português, que na intenção de coibir o contrabando, instituiu os chamados “sertões do leste”, uma área interdita ao trânsito ou estabelecimento, que se estendia do “Caminho Novo” aos sertões da comarca de Ilhéus; e assim sendo o Vale do Jequitinhonha era

¹³ Cataguáses; “Botocudo (s)” (Borum); Kauapó (s); Puri Coroado (s); etc

objeto de dupla proibição, devido aos diamantes. Destacamos que o desconhecimento da região era tal que até 1804, não se sabia que o Jequitinhonha era o mesmo rio Grande de Belmonte. Os limites orientais da colonização, nessa época, eram: São Domingos (hoje Virgem da Lapa), o aldeamento de Lorena de Tocoíós, Grão Mogol e Salinas (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELÂNDIA 2010 d).

Ao longo de todo o século XVIII, o acesso às minas de ouro se dava, a norte, pela rede de trilhas que se entrecruzavam na região dos currais, e ao sul, pelos Caminhos Velho e Novo, ambos cortados em gargantas de montanhas e através de corredeiras. O único caminho conhecido que atravessava a Mata Atlântica era o Rio Doce, que era conseqüentemente, fortemente policiado para impedir qualquer trânsito por aí, pois se tratava de excelente rota para o contrabando (VEIGA, 1998).

A descoberta dos diamantes deu-se ao longo da década de 1720, e talvez mesmo antes disso. Pelo fato das pedras serem mais valiosas e mais fáceis de se esconder que o ouro, e por correrem o risco da desvalorização caso os diamantes fossem logo extraídos e inundassem o mercado europeu, foi criada uma legislação restritiva para reduzir e evitar ao máximo o assentamento de colonos e o trânsito de pessoas pelas regiões diamantíferas, e mais tarde, já no século XVIII, essas restrições foram reunidas no temível Regimento Diamantino ou Livro da Capa Verde¹⁴ (SANTOS, 1924, p. 142).

O vale do Jequitinhonha, na área em que atravessa a Mata Atlântica, era assim objeto de interdições e fica fácil entender assim porque apenas em 1804, com a realização de expedição dirigida pelo capitão-mor João da Silva Santos, que partiu de Porto Seguro, soube-se que o Rio Jequitinhonha, nascia nas vizinhanças do Arraial do Tijuco, hoje Diamantina; e outra expedição, dessa vez encabeçada pelo ouvidor José Marcelino da Cunha, também originada em Porto Seguro, confirmou a descoberta (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 248;). Não estavam claros os limites mais a leste que separavam os municípios de Vila do Príncipe (hoje Serro) e Minas Novas.

¹⁴ Esse regimento continha as proibições mais absurdas, e impunha penas severas aos contrabandistas de diamantes. O povo o chamava Livro da Capa Verde, porque o único exemplar dele que veio ao Tijuco (Diamantina) fora encadernado com capa de marroquim verde. Qualquer pessoa podia ler o Livro da Capa Verde, pedindo licença para isso, mas era proibido tirar uma cópia dele.

A bacia do Jequitinhonha onde predominavam matas nativas pertencia aos municípios de Serro Frio (com sede na vila do Príncipe) e de Minas Novas, mas as localidades mais orientais do território serrano serviram antes para a colonização do médio Rio Doce do que propriamente para a colonização do Médio e Baixo Jequitinhonha. As jazidas da região de Minas Novas foram descobertas entre 1726 e 1728, por mineradores que saíram de Rio Manso, e a região foi então elevada a município (pertencente à capitania da Bahia já em 1730), e com sede na vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Fanado, ou das Minas Novas do Araçuaí (hoje: Minas Novas). Em 1757, no entanto, as vastas Minas Novas já passam à jurisdição civil da comarca do Serro e militar da Demarcação Diamantina (SANTOS, 1924).

O esgotamento das jazidas de ouro a leste do município, aliada à severa vigilância imposta pelas companhias de Dragões e de auxiliares, impediu uma ampliação da ocupação ou deslocamento das fronteiras do domínio propriamente português. Os núcleos urbanos criados nos confins a nordeste de Minas Novas, sem incluir os que estavam a norte do rio Jequitinhonha, foram todos criados antes de 1730: Santa Cruz da Chapada (hoje Chapada do Norte), Água Suja (hoje Berilo), São Domingos (Virgem da Lapa) e Sucuriú (hoje Francisco Badaró). São localidades já situadas no Médio Jequitinhonha, sob um ponto de vista geográfico, mas pertencentes ao Alto Jequitinhonha histórico (SANTOS 1924).

Um dos diferenciais dessas localidades criadas no início do século XVIII em relação a suas vizinhas quase cem anos mais novas, além das construções barrocas, é a localização no topo ou nas encostas de morros. Foi principalmente a partir dos arraiais de São Domingos e de Sucuriú que se efetuou a colonização da margem sul do rio Jequitinhonha e de seus afluentes meridionais.

Mas o município colonial das Minas Novas estendia-se ao norte do Jequitinhonha, ultrapassando mesmo os limites da bacia hidrográfica e incluindo em seu território localidades pertencentes aos vales do São Francisco e do rio Pardo, muitas delas criadas já no século XVII; no Vale do Jequitinhonha, Itamarandiba, ao sul do rio; e Itacambira, ao norte (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELÂNDIA 2010d).

Nas regiões adjacentes ao arraial de Itacambira já se minerava ouro desde 1698, pelo menos, mas foi a partir de 1781, com a descoberta de diamantes e de um

ouro muito apurado na serra de Santo Antônio do Itacambiruçu, que ocorreu um grande afluxo de garimpeiros ilegais para a região. A repressão militar não se fez esperar e o arraial de Santo Antônio do Tucambira foi inteiramente incendiado em 1786, embora não tenha tardado a reerguer das cinzas, agora com três companhias permanentes, uma de “brancos”, uma de “pretos” e uma de caçadores. Itacambira também era popularmente conhecida como Serra e nessa época surgiu o novo arraial de Serrinha (hoje: Grão Mogol), também voltado para a mineração (BARBOSA, 1995, p. 142).

Em 1808, com a vinda da corte portuguesa, a política de colonização da Mata Atlântica mudou radicalmente. Os nobres que acompanhavam a família real precisavam de terras na América Portuguesa, (de preferência não muito distantes do litoral, e tanto melhor, se férteis, bem irrigadas e dotadas de um imenso estoque de madeira de lei). O grande problema para ocupação destes territórios permanecia sendo a presença aí dos guerreiros da nação Borun, os temidos “Botocudos”. Assim, uma das primeiras medidas do príncipe regente foi, decretar, em 13 de maio de 1808, guerra ofensiva contra os Botocudos, desencadeada nas capitânicas de Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELÂNDIA 2010 d).

As primeiras seis divisões militares instituídas em Minas para essa guerra, com seus respectivos quartéis, foram todas instaladas na bacia do rio Doce; e a Sétima Divisão, criada em 1810, atuava no Jequitinhonha mineiro e seus afluentes. Com os quartéis da Sétima Divisão, surgiram importantes localidades: o comando da Sétima Divisão ficava em São Miguel (instalada em 29 de setembro de 1811, na então localidade de São Miguel), sob liderança do alferes Julião Fernandes (onde se situa hoje a cidade de Jequitinhonha). Havia ainda os quartéis de Alto dos Bois (próximo a Angelândia), Itinga (localidade vizinha ao quartel do Teixeira), Bonfim (hoje Joáima, cidade assim batizada para homenagear um grande líder Borun), Vigia (hoje Almenara) e Salto Grande (hoje Salto da Divisa), esta em local anteriormente ocupado por tropas baianas (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELÂNDIA 2010 d).

A localização dessas povoações, que a despeito de serem quartéis localizavam-se todas em lugares planos indica que, embora existisse uma guerra declarada, a hostilidade era menor do que nos tempos da dominação colonial

voltada unicamente para a exploração mineral. Em volta dos quartéis foram progressivamente estabelecendo-se fazendeiros e colonos.

5.9.4. A Divisão Militar – Quartel dos Dragões

A aldeia do Alto dos Bois constituiu um posto militar, que tinha por finalidade dar proteção aos viajantes, garimpeiros e fazendeiros portugueses que viviam, transitavam e exploravam a região e, principalmente, dar cobertura aos encarregados da Colônia para receber o ouro dos mineradores que exploravam nas lavras do então Arraial do São Pedro do Fanado, (atual cidade de Minas Novas), A proteção a todos estes atores visava poupá-los de ataques, dos índios que habitavam a região e saqueavam as fazendas, sobretudo os “Botocudos”, que eram erroneamente tidos como “canibais¹⁵”.

No lugar onde antes se estabelecera uma grande aldeia nas cabeceiras do Mucuri foi estabelecido, no ano de 1814, um Quartel ou Divisão Militar de Fronteira, vinculado à adoção táticas de guerra ofensiva contra os Borum ordenadas pela Carta Régia expedida em 1808 por D. João VI. A localidade, conhecida no século XIX como Alto dos Bois, situava-se próximo de Minas Novas, importante vila mineradora no período. A companhia de Dragões ficou estacionada em Alto dos Bois, por constituir tal sítio em ponto estratégico e divisor de águas dos Rios Doce, Mucuri e Jequitinhonha, todos vertentes em direção à Bahia (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELÂNDIA 2010 D).

O barão J. J. Von Tschudi, no ano de 1858, investigou as origens dos índios então existentes em Alto dos Bois, forneceu detalhes de sua história e composição: antes de 1787, os Malalis formavam uma tribo aí estabelecida que com mais de 500 indivíduos. Após terem sido forçados a se deslocar para o oeste naquele ano, pelos Botocudos devido a uma guerra bastante violenta passaram posteriormente a não totalizar mais do que 150 indivíduos na região do quartel. Quando eles se reuniram novamente nas proximidades de Antônio Gomes Leal após uma nova volta à floresta e a uma nova derrota, já eram apenas 26 pessoas. Apesar de já estarem residindo

¹⁵ A antropofagia era um hábito ritualístico dos Tupinambás do litoral, e não, dos povos Macro-Jê, como os Borum.

lá há 70 anos não estando sujeitos a nenhum perigo especial e viverem sem serem incomodados, segundo suas tradições, lá desempenharem trabalhos regulares e não sofrerem nenhuma falta de alimentos, o seu contingente populacional aumentou, contudo, parece que até então eles não haveriam se misturado com outros índios (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2006).

O Alto dos Bois contava em 1787 com cerca de três portugueses fazendeiros. Em 1794, chega ao Alto dos Bois outro grupo de índios Macunis e Malalis que fugiam à perseguição dos “Botocudos” da Mata de Peçanha. Para se ter uma ideia da importância deste aldeamento, Dom João VI, logo que chegou ao Brasil com a família imperial, atendendo aos apelos dos moradores da região, transferiu para o Alto dos Bois um destacamento dos “Dragões”, (a 3.^a Companhia dos Dragões, com cerca de 30 soldados e que lá ficaram por décadas) (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELÂNDIA, 2010 d).

Os Macunis e os Malalis, assim como os Monoxós, Copoxós, Panhames e Maxakalis, desde o início da colonização da região, vinham sendo guerreados e combatidos pelos “Botocudos” (também pressionados pela invasão de seus territórios), nos limites de Minas Gerais, Espírito Santo e Bahia. Os Malalis retornaram posteriormente à Mata de Peçanha, permanecendo em Alto dos Bois somente os Macunis, aldeados, inicialmente no atual povoado de Santo Antonio dos Moreiras, (município de Angelândia), sendo depois transferidos para o Alto dos Bois. Na Mata de Peçanha, a guerra entre as diversas tribos, a ofensiva declarada por D. João VI em 1808, os conflitos com os colonos, a fome e as epidemias, conjuntamente, contribuiriam conjuntamente para o extermínio dos indígenas. Em 1814, por exemplo, ocorreu o surto de uma doença, provavelmente malária, que dizimou os Malalis, Panhames e Copoxós (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELÂNDIA 2010 c).

Alto dos Bois, juntamente com a Vila do Bom Sucesso do Fanado de Minas Novas, constitui a referência histórica mais segura para a porção centro-nordeste de Minas Gerais, sendo mais antiga que Capelinha e, conseqüentemente, que o município de Angelândia (criado em 1995). Até o final do século XIX o distrito do Alto dos Bois abarcava toda região que compreendia as nascentes do Rio Fanado e adjacências. O Alto dos Bois adquiriu tal destaque que passou a ser também

referência territorial regional, constando nas cartas geográficas antigas em detrimento de núcleos populacionais mais avançados, com Capelinha (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELÂNDIA 2010 c).

5.9.5. Origem do Registro Toponímico: Alto dos Bois

O processo de ocupação e colonização dos vales dos rios Doce, Mucuri e Jequitinhonha (em seu curso superior), iniciaram-se com a instalação de fazendas de criação de gado bovino. As boiadas eram conduzidas pelos sertões do Norte e Nordeste mineiro, em jornadas que se prolongavam por meses. O percurso das boiadas do Sul da Bahia ou do Norte de Minas até os planaltos divisores de águas dos rios: Doce, Mucuri e Jequitinhonha eram relativamente mais acessíveis, pois passavam por terrenos planos ou de declividades suaves, a vegetação sendo aí constituída por caatinga e cerrado. (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELÂNDIA 2010 c)

Penetrando, porém, nos Vales do dos rios Doce, Mucuri e Jequitinhonha, a jornada era mais difícil devido à existência aí de densas selvas, e serras que representavam sérios obstáculos a serem vencidos pelos condutores das boiadas. Os chapadões eram os locais, de descanso das boiadas até que adentrassem pelos vales e, como possuíam altitudes superiores ao restante do terreno, começaram a ser chamados de **Alto dos Bois**. Ao se referirem ao planalto em questão, diziam: *“aquele lugar no alto, antes dos rios, onde descansam os bois...”* ou, simplesmente, *“no Alto dos Bois”*, como aliás, também o demonstram o depoimento da proprietária da Fazenda que, quando questionada a respeito da origem do nome lugar declarou *“Pelo fato dos tropeiros colocarem os bois para descansarem no alto da serra. Aí ficou [o lugar] conhecido como Alto dos Bois”* (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELÂNDIA 2010d. p.2). No Dossiê de Tombamento da Fazenda Alto dos Bois há uma passagem que remete a presença dos tropeiros e a Pousada de Altos dos Bois, que reproduzimos a seguir:

Era na fazenda Alta dos Bois, que os tropeiros que vinham de toda a região do Estado se hospedavam. Durante a viagem eram as mulas distribuídas em lotes de cinco até oito e cada lote tinha o seu tocador que os guiava por meio de brados e assobios. O modo pelo qual os tocadores manejavam as

mulas era o seguinte: logo que chagava ao pouso, eram elas descarregadas com toda a prontidão levantavam-se as cangalhas e deixavam ficar assim uns minutos para refrescar, depois retiravam-se o pó e o suor dos animais repondo-os com um facão, o qual era trazido pelos tocadores numa bainha de couro, atrás, no cinturão. Depois soltavam-se as bestas para poderem esponjar, o que lhes parecem fazer muito bem, em seguida davam-lhe um pouco de sal. Na vizinhança do pouso ficavam as mulas a pastarem até anoitecer. Durante a noite os tropeiros curavam os ferimentos de algumas mulas, outras eram ferradas, consertavam-se as cangalhas, cortavam-se a lenha para cozinha e também batiam os pregos soltos das ferraduras. No outro dia de madrugada reuniam a tropa, arrumavam as cargas e seguiam viagem (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELÂNDIA, 2000a, p 65).

Assim, aos poucos, é que a região ficou sendo conhecida, figurando já nos mapas mais antigos da província de Minas Gerais. A região constituía uma grande circunscrição que abrangia os municípios de Capelinha, Minas Novas, Angelândia e Malacacheta, sendo considerado o sítio onde se deu a gênese da ocupação e colonização do divisor de águas dos Vales dos rios Doce, Mucuri e Jequitinhonha.

Na Revista do Arquivo Público Mineiro – Ano XX, 1924, (importante fonte da história de Minas Gerais), há um artigo de Francisco Inácio Ferreira, tratando da opulência de Minas Gerais, e ao remeter-se as jazidas minerais, enumera as localidades e suas respectivas riquezas, registrando a antiga Aldeia de Penha e a cidade de Minas Novas existe um chapadão conhecido pelo nome de Alto dos Bois, que seria, muito rico em minas de enxofre, antimônio e outras preciosidades minerais (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELÂNDIA, 2000a, p 53 – 54).

5.9.6. Os Naturalistas e sua relação com o Alto dos Bois

Vários naturalistas estrangeiros que percorreram o território mineiro incluíram Alto dos Bois em suas descrições ou, pelo menos, colheram informações a respeito do lugar em Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas do Fanado (Minas Novas) sobre o aldeamento dos Macunis e o papel do Quartel na repressão aos “Botocudos”. Os estudos científicos mais relevantes aí realizados foram os dos franceses: Auguste de Saint-Hilaire e Alcides D’Orbigny; e dos alemães: Emanuel Pohl, Spix e Martius.

Alcides D’orbigny, foi um respeitável naturalista francês, que percorreu parte do Brasil e América do Sul, durante oito anos de pesquisas, para instituições de seu país. Em 1831, passou por Minas Novas e, ao contrario de Saint-Hilaire, seu

compatriota, não visitou o Alto dos Bois. Todavia, ciente da importância desse lugar para os estudos antropológicos, faunísticos e botânicos, fez em sua obra, uma resenha dos relatos de Saint-Hilaire, em “Viagem Pitoresca Através do Brasil”, Apresentamos alguns relatos desse naturalista:

Na parte superior do curso deste rio, há diversas lavras de pedras preciosas, entre as quais são, particularmente, apreciados os crisoberilos brancos, cuja pureza os torna semelhantes ao diamante. Todo o vale do rio Arassuaí está cheio de minerações desse gênero, a região é bem arborizada e fértil. Depois de se atravessar o Morro da Aguada Nova, chega-se ao Quartel do Alto dos Bois, onde há um destacamento de dragões encarregado de proteger a zona contra as incursões dos botocudos (D'ORBIGNY, 1976, p.126).

Observou a realidade local com, uma história comovente, D'Orbigny em sua obra, registrou a localização do Alto dos Bois, sua constituição interna e a presença aí dos índios, conforme apresentamos a seguir:

[...] na aldeia Alto dos Bois, localidade situada à meia encosta de elevação que domina um vale profundo. A aldeia é constituída por casas separadas, uma das outras, e espalhadas, aqui e ali. Pequenas, baixas, quase quadradas e sem janelas, essas casas são cobertas por compridas folhas de palmeiras areranga e calulé, que tomam o telhado impenetrável a chuva. Nessas casa vivem os Macunis bem observados pelo Sr Saint Hilaire. O ilustre viajante viu, à porta de uma daquelas casas, três ou quatro mulheres índias agachadas, cobertas com saias e tecido grosseiro de algodão e cujos os cabelos inteiramente lisos e muito pretos, espessos e luzidios, caíam até os ombros, de uma cor de cobre escura. Esta aldeia, habitada pelos Macunis, é um posto militar bem importante. Uma casa maior e mais alta do que as miseráveis cabanas dos índios, serve de quartel para os soldados e residência do comandante, construída com o mesmo gosto, só se distingue das casas dos índios pelo tamanho (D'ORBIGNY, 1976, p.127).

Spix e Martius também estiveram no Alto dos Bois, e estudaram as condições do terreno e as vegetações do entorno. Estes Naturalistas, que percorreram o Brasil, entre 1817 e 1820, deixaram registro de grande importância para a história brasileira, devido ao detalhamento e fidelidade com que elaboraram suas observações e apontamentos especialmente sobre Minas Gerais. Quando de sua visita a Minas Novas, como fizeram todos os naturalistas que se aventuraram pelo Jequitinhonha, julgaram imprescindível uma excursão ao Alto dos Bois, que foi assim descrito por eles:

Como os arredores da Vila do Fanado, na atual época do ano, em que as árvores perderam na maioria as flores e a folhagem, pouca matéria ofereciam as nossas investigações, resolvemos ir ao Alto dos Bois, posto

militar contra os Botocudos, o qual está a dez léguas a sudeste da vila. O solo avermelhado, cheio de fragmentos de quartzo, é tão liso que julgávamos cavalgar não numa estrada comum, mas numa calçada. A falta de matéria nutritiva neste terreno é também motivo por que quase não se encontra vestígio de lavoura (Spix e Martius, 1976. p.53).

Ao oeste brotam da montanha as três nascentes do Rio Fanado, e diversos outros, que deságuam no Araçuaí, a leste nascem os afluentes do Rio Doce. Ao sopé da montanha, a um estreito vale de um ribeiro limitado por campos íngremes, ressecados, acolá fechado por densos capões, e onde estão espalhadas as cabanas do Quartel do Alto dos Bois. Um sargento do regimento dos Dragões de Minas, comandante do pequeno destacamento de proteção contra irrupções dos Botocudos, acolheu-nos na sua pobre morada, porém logo nos disse que não devíamos nos internar na Mata, longe das cabanas, por que poucos dias antes um soldado havido sido morto, a porta de sua casa por um Botocudo. Encontramos, pois, este posto em pé de guerra, contra aqueles antropófagos, e não podíamos contar com índios a observar, senão os pacíficos Macunis. Essa tribo, também chamada de Maconi, é uma das mais fracas que habitam estas regiões montanhosas, nas fronteiras entre as províncias de Minas Gerais, Porto Seguro e Bahia (SPIX E MARTIUS, 1976. p.54).

A convivência com os colonos brasileiros, que empregam os Macunis, de preferência, para abater a mata virgem e para guerrear contra os Botocudos, já lhes deu alguma noção de civilização e no Alto dos Bois, assinalaram que havia uns 30 indivíduos dessa etnia que costumavam lavrar a terra e plantar milho, feijão e mandioca, embora as caçadas fossem sua ocupação predileta. Aqueles com os quais eles chegaram a falar eram “bem constituídos”. Habitavam choças baixas, feitas de barro, construídas no meio de duas plantações; não dormiam em redes, preferindo deitar-se no chão ou em jiraus de madeira e cozinhavam sua comida em vasilhas de barro feitas por eles próprios; possuíam a crença num deus e em muitos “demônios”, entretanto, a sua concepção do Ser Supremo, como oposto ao “diabo”, era muito vaga (SPIX e MARTIUS, 1976). Os Naturalistas ainda descreveram uma visita às “chochas” destes índios:

Só vimos por toda parte miséria e falta de asseio, embora eles costumem vender as sobras de produção de suas roças aos brasileiros, o que mais nos penalizou, porém, foi o doloroso espetáculo de certa mulher doente, abandonada pelos seus e acolhida por compaixão na casa da guarda portuguesa, e que à nossa visita, se pôs a dar berros desesperados. Neste caso, também confirmava-se o que muitas vezes nos haviam afirmado brasileiros, isto é, que os índios só conhecem poucos medicamentos, os quais empregam quase sem discernimentos, e, e quando não são alívio ao doente, logo o abandonam, deixando-o entregue à sua sorte. (SPIX e MARTIUS, 1976. p.55).

Entretanto no quartel, domiciliavam também alguns índios da tribo dos Malalis, cuja principal colônia situava-se, então em Peçanha, no Rio Suasuí Pequeno, afluente do Rio Doce. Esses Malalis criaram-se entre os Macunis, não fazendo diferença nenhuma deles no aspecto, e haviam até esquecido sua língua nativa. Além destas duas tribos, mais cinco outras pequenas nações habitavam as matas virgens, na fronteira leste da província de Minas Gerais: os Maxakalis¹⁶, os Capoxós, os Panhames, os Comanoxós e os Monoxós. As moradas destes índios eram fixas, sobretudo, por causa da pressão dos “irrequietos” botocudos, que perseguiram tais pequenas tribos como a inimigos mortais (SPIX e MARTIUS, 1976).

O naturalista suíço Barão Johann Jakob Von Tschudi (1818-1889), era pesquisador, médico e diplomado e formou-se em Zoologia. Quando veio ao Brasil, em fins de 1857, muitos naturalistas já tinham publicado suas observações e impressões de viagens sobre o país. Tschudi chegou ao país 40 anos depois da expedição austríaca, que contou com nomes famosos como Spix e Martius, Johann Emmanuel Pohl e Thomas Ender. Tschudi se perguntaria sobre a conveniência e a necessidade de mais um livro sobre o país, mas responderia isto positivamente, pois estava convencido de que muita coisa ainda faltava dizer sobre a realidade brasileira, e cujo quadro, embora amplo, ainda estava incompleto.

Tschudi relata que várias tribos de índios ocupavam a região das nascentes do Rio Mucuri até Capelinha, mas depois se retiraram para as florestas do leste. O cronista faz referência ao Alto dos Bois, onde testemunhou que havia um quartel ou posto militar para proteger a população civilizada dos constantes ataques de índios selvagens (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2006).

A tribo dos Malalis, atacada pelos “botocudos” Naknenuks¹⁷, buscou refúgio e proteção nesse posto de fronteira fixando-se em seus arredores. O comandante do posto, entretanto, deu-lhes um tratamento pouco sensato: “forçou-os ao serviço militar, reduziu seus soldos, além de punir duramente os menores erros”. Tudo isso os levou a abandonar esse refúgio e a tentar novamente a sorte na floresta. Uma noite todos os Malalis desapareceram repentinamente dos arredores do quartel, mas pagaram caro por isso. Os Naknenuks caíram de novo sobre eles e praticamente

¹⁶ Maxacarís

¹⁷ Grupo étnico que legou seu nome à atual cidade de Nanuque (MG).

exterminaram a tribo. Os sobreviventes fugiram outra vez para Alto dos Bois, onde foram recebidos, amigavelmente por Antônio Gomes Leal, em sua Fazenda São Pedro (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2006 p.198).

O lavrador Antônio Gomes, ocupara-se bastante em tentar “civilizar” os índios pois, o capitão-mor da região dera-lhe toda a autoridade sobre eles, e foi depois especialmente encarregado pela Junta de Vila Rica a trabalhar a fim de “civilizá-los”, ensinar-lhes a doutrina cristã, e torná-los “homens úteis”. Antônio Gomes teria executado “dignamente” a tarefa de que fora encarregado, pela Junta com o título de Diretor, governaria os índios com bondade, fazendo-se querido por eles, instruindo-os na nossa religião, e ensinando jovens a ler, escrever e contar (SAINT-HILAIRE, 1975).

Já o naturalista alemão Emanuel Pohl, em sua viagem à região, empreendida no início do século XIX, destacou as dificuldades para se chegar à região e registrou a localização da aldeia, como pode ser observado no relato abaixo:

Em 13 de outubro, recomeçamos nossa viagem para o Alto dos Bois, tínhamos que escolher entre dois caminhos que levam aquela aldeia. Um segue para o oeste, passando pelo Arraial da Graça, a uma légua de distancia, é três léguas mais curto, porém difícil. O outro é de quase seis léguas, mas é muito mais fácil, especialmente para a condução de carga. Escolhemos o último, mesmo sendo mais longo (POHL, 1976, p.361).

Pohl relata que ao subir outra serra, encontraram a chapada Alto dos Bois, de onde seguiria para Fanado. Ele registra que atingida elevação tivemos de seguir o Ribeirão Fanadinho, que corre de leste para oeste com a largura de três braças e despeja no Rio Fanado. Em sua margem assinala o viajante, estava edificada a aldeia onde residem os Macunis ou o Quartel do Alto dos Bois, e ao chegar aí ele relata as características do casarão:

[...] atingimos o Ribeirão Fanadinho, que corre de leste para oeste com a largura de três braças e se despeja no Rio Fanado. Em sua margem está edificada a aldeia onde residem os Macunis ou o Quartel do Alto dos Bois. [...] Fomos hospedados no quartel. Este Edifício, formado apenas de barro e coberto de palha de palmeira, possui várias divisões e tem uns 20 e poucos metros de comprimento. Uma esteira de palha faz o papel de porta. Foi-me concedido uma das divisões. Em regra o número de soldados aqui estacionados é de 25, sob o comando de um Furriel, que é ao mesmo tempo comandante da aldeia. A sua missão é dirigir os índios que ali moram e defender a aldeia de intrusão dos Botocudos hostis. [...] (POHL, 1976, p.361).

Segundo o cronista a aldeia de Alto dos Bois era inteiramente rodeada por serras. E tinha se tornado morada dos índios Macunis, que vinte anos atrás viviam em comum com os Maxacalis, na região de Caravelas, perto do mar, mas tinham sido expulsos pelos “botocudos”. Eram, dantes, muito numerosos, mas a maioria teria fugido daí para as suas antigas paragens, por causa da tirania que lhes impunham os soldados. Muitos deles teriam sido mortos, de maneira cruel, e comidos pelos “botocudos” que habitavam as florestas, e outros teriam sucumbido às febres mortíferas que assolavam as regiões que tinham de atravessar a caminho de suas antigas moradas de acordo com o cronista. Só uma pequena parte, umas 50 pessoas, teria retornado a aldeia que por longo tempo tinha ficado abandonada (POHL, 1976).

Já Augusto de Saint-Hilaire lá esteve por volta de 1817 durante expedição que empreendeu as províncias de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, entre 1815 e 1822. Em Alto dos Bois, Saint-Hilarie teria dialogado com Antonio Gomes Leal e com o Comandante do Quartel, João de Magalhães, sobre suas respectivas atividades de civilização dos índios Macunis e de combate aos aguerridos “Botocudos”.

A situação de Alto dos Bois é uma das mais vantajosas do interior da província de Minas. De um lado, os cultivadores têm um caminho magnífico até a Vila do Fanado, que certamente um dia se tornará uma pequena cidade importante e pelo lado oposto, poderão se comunicar com o mar, quando a civilização ou extinção dos Botocudos o permitirem...() A posição elevada de Alto dos Bois influi bastante sobre sua temperatura, sendo que em parte alguma dessa minha viagem senti frio tão intenso durante a noite. Pela manhã, todas as plantas estavam cobertas por um orvalho extremamente abundante e se poderia crer que chovera durante a noite(...)Não é necessário dizer quanto uma tal temperatura deve ser favorável a uma cultura variada. O milho, o trigo, o algodão, a uva, a cana-de-açúcar, dão-se admiravelmente nesse lugar, bem como até mesmo pés de café...()Enquanto que nas florestas que se estendem do Rio de Janeiro a Barbacena, a até nos campos artificiais de Catas Altas, Vila do Príncipe, etc, não se obtém das vacas senão um leite quase insípido, o Alto dos Bois poderia rivalizar com o melhor da Europa e aos queijos desse mesmo lugar são igualmente de gosto muito agradável (SAINT HILAIRE, 1975, p.217).

Encantou-o, portanto, o clima salubre do local e a qualidade das suas terras. Os relatórios de Auguste Saint-Hilaire continuam sendo os mais minuciosos quanto à aldeia e a apropriação que era feita daquele espaço. O autor, aliás, dedicou integralmente para Alto dos Bois o capítulo XXI do seu livro **“Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais”**.

O cronista registrou que a aldeia de Alto dos Bois estava situada um pouco abaixo do cume de um morro descoberto, sobre uma pequena plataforma inclinada. Ela dominava um vale bastante profundo, e era dominada por uma série de morros desiguais que formam, em torno uma espécie de círculo. Sobre os menos elevados desses morros cresciam ervas entremeadas de pequenos arbustos; os outros teriam os flancos cobertos de matas virgens muito densas e sombrias, enquanto que o cume não mostraria senão uma relva amarelada e rasteira (SAINT HILAIRE, 1975).

Na aldeia, ele teria visto, à porta da primeira casa três ou quatro mulheres indígenas acoradas no chão. Segundo o cronista, elas não teriam por toda roupa, mais que uma saia de algodão suja, grosseiramente tecida, e suas cabeleiras negras e bastas caíam sem a menor ondulação, sobre seus ombros de um pardo carregado. Segundo o viajante desde Ubá, ainda ele não tivera ocasião de observar idêntico espetáculo (SAINT HILAIRE, 1975).

A aldeia compunha-se de casas, ou melhor, de choças, completamente separadas umas das outras, e dispersas, por aqui e ali, sem ordem. Essas moradas, que pertenciam aos Macunis, eram muito pequenas, baixas, quase quadradas, e só teriam uma abertura, a da entrada. Na maioria eram cobertas com longas folhas de duas palmeiras que cresciam nas matas, e se conhecem uma pelo nome de Ariranga, outra pelo de Catulé¹⁸. Essas folhas constituíam ainda segundo o célebre viajante, um abrigo impenetrável às águas da chuva, dando, porém, aos tetos, um ar agreste e desleixado que não tem os das choupanas da França ou Alemanha (SAINT HILAIRE, 1975).

As paredes das casas dos Macunis eram, em geral, construídas segundo os usos dos lusos-brasileiros, com ripas cruzadas e terra argilosa de cor avermelhada. Todavia, os Macunis, muito menos cuidadosos do que os portugueses na apreciação etnocêntrica do naturalista, pareciam pouco se importar em escolher caibros retos e iguais, e sequer se davam ao trabalho de esconder essas estacas com argila, limitando-se a obturar grosseiramente os buracos que ficam entre elas. Outras choças, mais descuidadas, foram construídas sem barro, e os espaços vazios, que se deixava entre as varas cruzadas, eram cobertas por galhos de árvores ou folhas de palmeira e havia, finalmente, entre estas “desprezíveis

¹⁸ Espécie de palmeira ainda muito comum na zona rural do município.

habitações”, umas era simplesmente formadas por esteios verticais bastante próximos e forrados de esteiras na parte interna. A porta era sempre substituída por uma esteira que se tirava e punha à vontade; e, de um lado da abertura a outro, tinha-se o cuidado de enterrar moirões para impedir os porcos, muito numerosos na aldeia, de penetrar no interior da casa (SAINT HILAIRE, 1975).

O edifício que servia de caserna aos soldados acantoados em Alto dos Bois tinha sido por eles mesmos construído. Era muito mais alto que as choças dos índios; suas paredes, quanto ou mais, como as de várias dentre elas, eram formadas por grandes estacas justapostas e revestidas por dentro de esteiras (SAINT HILAIRE, 1975). Nessa caserna, como na de Pessanha, o cronista viu o instrumento de suplício denominado tronco, que se utilizava para punir os soldados, ou quaisquer outros indivíduos culpados de qualquer contravenção.

Entre quatro estacas curtas, estão colocadas, uma sobre a outra horizontalmente e lado a lado, duas grandes tábua apresenta em um de seus bordos, entalhes semi-circulares, um círculo perfeito. Quando se que punir um homem, levanta-se a tábua superior. O culpa passa suas pernas em dois dos entalhes da tábua superior e sobre esta deixa-se cair a primeira. Se a falta foi grave é o pescoço que se coloca assim entre as duas pranchas (SAINT HILAIRE, 1975. p.210).

O destacamento de Alto dos Bois, originariamente composto por trinta homens, não era em 1817 se não por dez. Todavia esse pequeno número de soldados bastava, e “tinham sido fornecidas ao posto de Alto dos Bois vestes acolchoadas”, o peso, porém, dessas espécies de couraças impediria geralmente os soldados de utilizá-las. E era necessário durante o os ataques noturnos se ir descalço, porque as folhas das árvores em pouco tornavam escorregadios os sapatos, e tornava-se, então, impossível avançar (SAINT HILAIRE, 1975. p.217).

Perseguidos pelos soldados da 5^o. Divisão, os “Botocudos” refluíram para as Minas Novas, onde devastaram Campos de milho e mataram alguns habitantes. O naturalista francês, aliás, se reporta as táticas de ataque dos “Botocudos”, que foram relatadas nos diários dos militares que aí descreveram as estratégias de “guerra” dos índios: suas “tocaías”, seus “vedêtas” e “espias” (SAINT HILAIRE, 1975). As estratégias “militares” dos Botocudos foram descritas na reconstituição de seus “combates”, e se registrou aí que eles se utilizavam das imensas árvores como escudo para se ocultarem de suas “vítimas”, pegas de surpresa. Uma versão das

famosas táticas de “guerrilha” dos Botocudos foi transcrita pelo historiador (e Capuchinho) Frei Jacinto de Palazzolo:

Os índios preparavam e executavam as emboscadas de forma inteligente sem que pudesse por esse modo escapar sequer um animal ou uma pessoa, logo que fosse avistado por entre a brecha. De dez em dez braças, pouco mais ou menos, ao longo da estrada, estavam estabelecidas as tocaias, com as suas respectivas brechas entre o maciço de cipó e, por trás delas, um grupo de índios seus ocupantes. O sinal convencionado entre eles era o pio da jacutinga, que imitavam perfeitamente (PALAZZOLO, 1952 p.35).

Dentre os minuciosos relatos deste autor, cabe destacar uma passagem onde ele se reporta a língua dos Macunis que, segundo ele, se pronunciaria da mesma maneira que a dos Coroados, Malalis e Monoxós, ou seja, os índios de Alto dos Bois tirariam igualmente sons de sua garganta e fariam com a boca quase fechada. A língua dos Macunis não tem menor semelhança com o idioma dos Malalis, porém pareceria muito com o dos Monoxós (SAINT HILAIRE, 1975).

Os índios foram todos batizados, passaram a conhecer os princípios da religião cristã pela manhã, e à tarde também seriam ouvidos, no interior de suas casas (Maloas) orações em língua portuguesa na apreciação do cronista. A religião, entretanto, muito pouco teria melhorado seus costumes, pois, eles não teriam, por exemplo, o menor respeito pela fidelidade conjugal, Já Tschudi, fala do encontro com negros, em Alto dos Bois:

Encontrei três negros com longas varas trabalhando em um lamaçal quase sem fundo. Achei que estavam fazendo urgentes e necessários reparos no caminho. Grande ilusão! Moravam em um povoado próximo e ficavam horas, procurando ferraduras no perigoso atoleiro, usando varas com ganchos. Já tinham encontrando sete peças, comprei-lhes as melhores (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2006, p.201).

Durante sua permanência em Alto dos Bois fui tratado com uma bondade e hospitalidade tocante. Com o declínio da mineração a sede, do quartel militar foi desocupada. Vale ressaltar a medida que se esgotavam as reservas auríferas e de pedras preciosas, operou-se um gradativo esvaziamento populacional de várias regiões de Minas.

No limiar do século XX, muitos eram, a propósito os que vendiam parte de seus escravos na região de Minas Novas para se internarem a seguir pelas matas

nas adjacências de Alto dos Bois e nos vales dos rios Doce e Mucuri, com o objetivo de se estabelecerem com fazendas de criação de gado e lavouras em geral.

5.9.7. Um olhar sobre o Alto dos Bois no Contexto Atual

Situado no Alto Jequitinhonha, nordeste de Minas Gerais, com uma área de 184,16 km², o município de Angelândia é um dos maiores “Parques Cafeeiros do País”, com 20 milhões de covas de café e uma produção média anual de 130 mil sacas (de 60 kg) de café beneficiado. A origem da cidade relaciona-se com a doação no início dos anos 30, (do século XX), do agricultor Santos de Souza, proprietário da Fazenda “Arrependido” deu uma gleba de terras para a construção de um cemitério e uma capela num sítio geográfico que, com a chegada de comerciantes e garimpeiros, passaria a chamar-se “Vila dos Anjos”, nome originário de Angelândia (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELÂNDIA, 2010 d).

Angelândia faz divisa com os municípios de Capelinha, Água Boa, Malacacheta e Setubinha. Segundo dados do IBGE (2010), a população total do município totaliza 8.371 habitantes. Angelândia conta com boa rede de estradas vicinais, postos de saúde, transporte escolar para várias escolas municipais e estaduais, (com ensino de primeiro e segundo graus).

Seu clima favorável, solo fértil, altitude ideal para a cultura, fizeram de Angelândia um verdadeiro micro-polo cafeeiro, com seus grãos sendo premiados nacional e internacionalmente. A vegetação no Alto dos Bois contém resquícios de mata atlântica, manchas de caatinga, passando para “cerradão”, cerradinho e capoeira, no divisor de águas dos vales do Rio Doce, Mucuri e Jequitinhonha. Em 1997, iniciaram-se os trabalhos para a criação do **Parque Ecológico e Cultural do Alto dos Bois**, que já está aprovado no âmbito municipal, estadual e federal (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELÂNDIA, 2010 d).

A criação de um parque ecológico no alto dos Bois, aprovado no âmbito Municipal, Estadual e Federal, tendo sido criada iniciado um processo junto ao IPHAN, (Processo de Tombamento nº 1476-T-2000), para a caracterização do sítio como núcleo de interesse antropológico, arqueológico, arquitetônico e paisagístico.

Com o parecer preliminar favorável do IPHAN e tendo se integrado ainda a Área de Preservação Ambiental (APA) Ipê Amarelo (através da lei nº 023/01):

(...) os estudos que estamos empreendendo sobre a Fazenda Alto dos Bois apontam para sua importância como sítio significativo com vestígios, testemunhos materiais, da vida sociocultural dos diferentes grupos sociais que ali viveram especialmente os indígenas. Também a edificação é um importante elemento cultural, pois mantém seu caráter original e sua proteção implica na preservação do agenciamento antigo de casa-fazenda com os espaços e elementos típicos da vida rural no sertão mineiro. Quem observa hoje esta construção que conserva integralmente as soluções arquitetônicas originais, compreende melhor o gênero de vida do fazendeiro e sua simplicidade de morar, atendendo às exigências da vida estritamente rural. Desse modo, consideramos a Fazenda nos principais níveis culturais, bem de valor arquitetônico e etnográfico e de valor histórico-arquitetônico, comunicando em forma visíveis seu significado no sentido técnico-cultural e ao mesmo tempo, estabelecendo sua relação com a história da região (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELÂNDIA, 2012 b).

A sede da fazenda em Alto dos Bois tem característica arquitetônica colonial, estando implantada em terreno com declive. A sua volumetria é simples, de um pavimento, com afastamentos em todos os lados. Sua estrutura é constituída com vedação em tijolos de adobe. A cobertura é feita em duas águas de telhas de barro do tipo “capa e bica”, cumeeira paralela à parte frontal da casa, beiral simples e coroamento frontal. O imóvel possui 22 cômodos incluindo: (salas, quartos, cozinha, dispensa e áreas de serviço). O piso é de terra batida e o edifício não possui forro. Dentro da Fazenda existe um cemitério, com muros edificadas em pedras justapostas (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELÂNDIA, 2010c).

Na região da fazenda podem-se observar árvores enormes e tortuosas entre os quais vegetam gramíneas apropriadas para o pasto. Há uma cachoeira de beleza singular, que é muito frequentada por visitantes e moradores em períodos de festas, férias e finais de semana. Os córregos Fanadinho e Capão que drenam o terreno da fazenda possuem grutas e cascatas com água limpa e cristalina que se harmoniza com a flora e fauna locais.

Consta que após a abolição da escravatura em 1889, já havia na região de Alto dos Bois, três fazendeiros portugueses, que eram “Senhores Donos de Escravos”: Joaquim Ferreira, Pedro Rodrigues da Cunha, e Sinhá Pimenta. Empregavam homens encarregados de castigar escravos quando estes “o mereciam”. Diz-se que estes “policiais” moravam longe, mas atendiam a qualquer ordem dos senhores de escravos. Quando algum escravo precisava ser castigado, o

seu dono escrevia um bilhete ao “policial” discriminando qual seria o castigo daquele negro e mandava o próprio negro levar o bilhete. Chegando lá o “policial” lia o texto e lhe aplicava o castigo, de imediato “sem dó nem compaixão”. Mas, existiam alguns escravos mais espertos, que quando encontravam alguém pela estrada que sabia ler, lhe pediam para revelar o segredo do bilhete. Quando ficavam sabendo o conteúdo da mensagem dizia respeito à aplicação de um castigo, rasgavam o bilhete. E chegando à presença do “policial” diziam: “Meu patrão mandou-me aqui para o senhor me dar comida, porque estou indo fazer uma viagem para ele” (PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELÂNDIA, 2000b. p 76).

Destacamos que no Jequitinhonha já existiam grandes concentrações de comunidades quilombolas, desde o século XVIII, devido às extensas explorações de Ouro e do Diamante na região. A presença dos quilombos nas regiões do Vale do Jequitinhonha pode ser visualizada, como um fenômeno social e histórico objetivo, que foi alvo de diferentes interpretações ao longo do tempo. (RODRIGUES, DEUS, BARBOSA, 2013).

Diante da presença do negro, no território de Alto dos Bois, a Fundação Cultural Palmares através da Portaria N° 135, de 27 de Outubro de 2010¹⁹, certificou como quilombolas as comunidades de Alto dos Bois, Córrego do Engenho e Barra do Capão nos seguintes termos: O presidente da Fundação Cultural Palmares, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de agosto de 1988, em conformidade com a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, ratificada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, o Decreto nº 4.887 de 20 de novembro de 2003, §§ 1º e 2º do artigo 2º e § 4º do artigo 3º e Portaria Interna n.º 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União n.º 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, resolve:

Art 1º **REGISTRAR** no Livro de Cadastro Geral nº 12 e nº 13 e **CERTIFICAR** que, conforme as declarações de Autodefinição e os processos em tramitação nesta Fundação Cultural Palmares, as comunidades a seguir, **SE AUTODEFINEM COMO**

¹⁹ Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/20864270/pg-53-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-04-11-2010>. Acessado em: 28 de julho de 2014.

REMANESCENTES DE QUILOMBO: Comunidades de Alto dos Bois, Córrego do Engenho e Barra do Capão, localizadas no município de Angelândia/MG. Registrada no **Livro de Cadastro Geral n.º 012, Registro n. 1.366 fl. 181;**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTODEFINIÇÃO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da Constituição Federal de 1988, Convenção n.º 169, ratificada pelo Decreto n.º 5.051, de 19 de abril de 2004 e nos termos do Processo administrativo desta Fundação n.º 01420.002948/2010-00 **CERTIFICA** que as **Comunidades de Alto dos Bois, Córrego do Engenho e Barra do Capão**, localizadas no município de Angelândia/MG Registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 012, Registro n. 1.366, fl. 181, nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria Interna da FCP n.º 98, de 26 de novembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União n.º 228 de 28 de novembro de 2007, Seção 1, f. 29, **SE AUTODEFINEM COMO REMANESCENTES DE QUILOMBO.**

Eu, **Maurício Jorge Souza dos Reis**, (Ass.)....., Diretor do Departamento de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília/DF, **28 de setembro de 2010.**

O referido é verdade e dou fé.


Edvaldo Mendes Araújo
(Zulu Araújo)
PRESIDENTE

SBS QD 02 LOTE 11 – Ed. Elyc Meireles – Brasília/DF – CEP: 70070-945 – Brasília – DF - Brasil
Fone: (0 XX 61) 3424 0101-fax: 0xx61 3424 0145
E-mail: dpa@palmares.gov.br / Site: www.palmares.gov.br

“A felicidade do negro é uma felicidade guerreira” (Waliy Salomão)

O documento comprova que, naquela região, habitam descendentes de negros, cujas vidas foram marcadas pela escravidão, permitindo à comunidade pelo ao menos, potencialmente ter acesso as políticas públicas especificamente direcionadas a populações tradicionais e sair do esquecimento e do abismo social. Os estudos feitos com objetivo de reconhecimento dos territórios dessas comunidades podem, aliás, ser visualizadas como um meio de “transmitir” e “testemunhar” as experiências históricas das comunidades, em defesa dos seus direitos, e que as levam a buscar o reconhecimento oficial de suas terras, ainda que, muitas vezes, não encontrem ou identifiquem aí uma imediata resposta ou “efeito” jurídico (CHAGAS, 2005).

Vale ressaltar que as populações tradicionais não apenas lutam para resistir contra os que as exploram, dominam e estigmatizam, mas também lutam pela preservação de uma determinada forma de existência, um determinado modo de vida e de produção, marcados por diferenciados modos de sentir, agir e pensar, cuja identidade se define por uma referência histórica comum, construída a partir de vivências e valores partilhados. E é nessa perspectiva que se tem a formação de uma identidade étnica imbricada a uma relação de pertencimento (RODRIGUES, DEUS, BARBOSA, 2013), No caso de comunidades quilombolas do Vale do Jequitinhonha, observa-se que:

Através da manutenção de práticas tradicionais de dança (como o “Curiango” de Moça Santa, da música, dos tambores - ou o ofício de fabricá-los em Macuco), de musicalidade (como as “bandas de taquara” em Quilombo e Santo Antônio dos Moreiras), de arte culinária (através do preparo de comidas típicas e alimentos tradicionais - como biscoitos típicos da região (por exemplo: as broas de fubá assadas na palha de milho, o requeijão moreno, a canjiquinha) e outras). Em Alto dos Bois, as “reminiscências” desse passado se refletem na paisagem, com a presença do casarão histórico; com a manutenção na memória coletiva regional de histórias de escravos e índios a ele relacionados, com a realização de danças (como a folia de reis, o nove, o caboclo, o vilão...), com a preservação na dieta local de alimentos tradicionais, etc (RODRIGUES, DEUS, BARBOSA, 2013. p. 5).

Nas comunidades quilombolas da região de Alto dos Bois, a propósito, os moradores percebem-se como membros de uma comunidade enraizada no território pelos sentimentos, e por isso pretendemos lançar um olhar sobre o espaço vivido dessa comunidade o qual nas palavras de Buttimer é (1985, p. 228),

“Corresponderia a um somatório das dimensões simbólicas, emocionais, culturais e políticas”. E é relevante assinalar a propósito, que a identidade cultural de um grupo é construída a partir da verdade sobre o seu passado na unicidade de uma história compartilhada, e nessa perspectiva, essa identidade cultural reforça a territorialidade exercida e geralmente provoca um sentimento de proteção de um território em relação aos agentes externos, vistos como certa ameaça à identidade do grupo (CLAVAL, 2001).

Destacamos que em seus depoimentos sobre o Alto dos Bois moradores da comunidade, deixaram transparecer claramente um sentimento de afeto pelo lugar. Onde vivenciam sensações de sossego, paz e tranquilidade.

Segunda a proprietária da fazenda: “A propriedade é de minha família desde os tempos de meus tataravôs, e meus parentes mais velhos contavam que meu tataravô manteve escravos aqui há cerca de 200 anos atrás”. Ela relatou que: “Aqui na fazenda vem um grande número de visitantes: pesquisadores, professores com turmas de alunos, tanto do estado quanto do país”. Contudo registrou que ainda que: “alguns até respeitam minha pessoa e a propriedade, mas há muitos que chegam e entram sem pedir minha autorização, invadem o quintal e sujam tudo, pegam frutas e estragam as plantações, tirando a minha tranquilidade”.

Afirmou que por várias vezes deixou suas ocupações domésticas para atender os visitantes e contar histórias sobre o lugar. Afirmou ainda que todos ficam admirados com a beleza do prédio histórico (a sede da fazenda), mas, acima de tudo, impressionados com sua história. *“Todos vêm aqui, admiram o lugar, mas vão embora, e não se faz nada para ajudar a Fazenda!”*. Diante destes relatos ficou evidente certa mágoa quando ela afirma que: *“O maior patrimônio meu são meus filhos, minha família e nada foi feito, para nos ajudar”* Em seguida, disse que um grande número de visitantes é atraído para a região, principalmente na cachoeira que fica nos fundos da fazenda, mas que, em sua maioria, não tem uma consciência de preservação, pois invadem e depreciam o bem natural: *“Eles vêm aqui e ficam jogando lixo: garrafas, latas, plásticos; atrapalham minha família com sons de carros, e outros tipos de barulho”*.

É Forçoso reconhecer, o turismo como qualquer atividade humana também está inserida neste espaço cheio de significados, a ser lido pela perspectiva cultural.

E ao se tratar da presença do turismo em uma comunidade rural, surge a preocupação com a influência desta atividade na cultura dos visitantes e na identidade cultural local, podendo ocasionar transformações de usos, costumes e valores em favor de um ideal externo, global e hegemônico, conforme, aliás, alertam Banducci Júnior (2001) e Barretto (2001).

Segundo Barretto (2004) as ciências econômicas focalizaram bastante os impactos positivos, decorrentes do aporte de dinheiro proveniente dos turistas que em determinado lugar. Já a Geografia, sobretudo quando visualizada com um enfoque cultural e humanística enfatiza mais os problemas gerados pelo excesso de visitantes, e que podem causar danos ou descaracterizações do meio ambiente de um lugar natural e humano. Os impactos na cultura local, provocados pelo contato com comportamentos e padrões culturais diferentes, determinando mudanças nos hábitos locais por aculturação, são por sua vez estudados com maior ênfase pela Antropologia. Pretendemos nesta perspectiva no tópico seguir apresentar as possibilidades do turismo na comunidade além de conhecer a seguir opinião dos residentes de viabilização quanto ao desenvolvimento do turismo para um bom planejamento e desenvolvimento do lugar, pois a população local é um componente essencial para desenvolvimento desta atividade aí, da forma mais “harmoniosa” possível ou de uma forma menos impactante e danosa à cultura e identidades locais.

5.10. A possível inserção do turismo no Alto dos Bois sob o olhar das comunidades Locais

A geografia brasileira vem passando, nos últimos anos por uma efervescência, e está desenvolvendo grande esforço para responder aos desafios contemporâneos. Neste contexto, ela busca compreender e explicar os fenômenos do mundo atual, onde assume certo destaque o fenômeno turístico. Para os geógrafos o turismo é um fenômeno eminentemente espacial, pois sua razão de ser é a viagem a um lugar ou a diferentes paisagens e lugares. Os lugares assim se especializam em função dos serviços turísticos que geram ocupação turística ou que se “turistificam”, tornando tal atividade econômica turismo uma prática social. Vale ressaltar que o

turismo enquanto fenômeno geográfico, econômico, cultural ou social vem se desenvolvendo de forma contraditória, complexa, causando impactos ora positivos, ressalta-se ora negativos as paisagens. Sua interface se dá com a cultura, com o meio ambiente, com a cidade e o campo, com o espaço, com o tempo, e daí sua interdisciplinaridade (CORIOLANO, 1998).

O Turismo tem conseqüentemente gerado análises, estudos e pesquisas sobre as relações que produz em consequência das viagens, além dos efeitos por ele produzidos nas populações receptoras. Pretendemos, assim, neste tópico lançar um olhar turístico no território quilombola de Alto dos Bois ressaltando as suas particularidades, bem como estratégias para o possível desenvolvimento turístico na comunidade baseado no legado étnico e/ou turismo de base local. Parte-se do pressuposto de que a atividade turística pode potencialmente contribuir para o etndodesenvolvimento e enriquecimento da relação entre turistas e residentes, através da “sustentabilidade²⁰” cultural.

É relevante assinalar, neste sentido, adquirem cada vez maior relevância e destaque no cenário contemporâneo, conceitos e temas concernentes ao consumo de ordem cultural, às diferenças étnicas e à questão dos valores (DEUS, 2005; DEUS, BARBOSA, 2009; DEUS, BARBOSA, TUBALDINI, 2011, 2012), e conseqüentemente tem-se dedicado “uma atenção nova à irredutibilidade do fato cultural” (BONNEMAISON, 2002, p. 86). E uma das questões colocadas em pauta nesse contexto diz respeito às conexões e interfaces entre a Cultura, a Identidade e o Turismo (ROSENDAHL, 2006; TALAVERA, 2003).

Alguns pesquisadores têm, a propósito, enfatizado o caráter mutável da Cultura (e de suas manifestações), ressaltando ademais que o fenômeno turístico “sempre teve um aspecto cultural” (ALFONSO, 2003, p. 103). Vale ressaltar ainda que para Martins (2006, p. 40) o que torna um lugar atraente é precisamente “a cultura de sua gente, o jeito que esse povo encontrou de estar e ser em sua existência, em seu espaço, vivendo sua realidade”. Para Coriolano, Leitão e Vasconcelos (2009, p. 37), por sua vez, a tendência de aproximação do diálogo entre os campos da Cultura e Turismo é:

²⁰ Apesar das ambigüidades e contradições inerentes ao conceito.

Fruto das sociedades ditas pós-modernas ou pós-industriais, as quais produzem novas representações sociais menos marcadas pelas imagens mercadológicas e mais voltadas aos valores culturais, às identidades, aos sentimentos de pertença, ao poder dos mitos e à carga de simbolismo dos indivíduos e das comunidades consideradas destinos turísticos. A nova mentalidade compreende a atividade turística como rica e diversa cadeia simbólica capaz de reinventar territórios, criar novas sociabilidades e estabelecer novas solidariedades.

Outros autores têm discutido as interdigitações hoje estabelecidas entre as dimensões do Turismo, da “Sustentabilidade” e do Meio Ambiente (GRÜNEWALD, 2002; SEABRA, 2003). Scannavino Netto e Oliveira (2008) identificam, por exemplo, nas práticas ecoturísticas uma oportunidade para o desenvolvimento “sustentável”, embora outros autores, a exemplo de Vigna (2006) alertem para as contradições inerentes aos projetos “ecoturísticos” (visando o aproveitamento de terras indígenas, áreas quilombolas, sítios arqueológicos etc.), decorrentes muitas vezes do desinteresse dos seus empreendedores em promover a participação da população local na sua definição/ gestão.

Destacamos que o ecoturismo visa proporcionar, um conhecimento das culturas tradicionais de cada região, bem como de seus pontos de interesse histórico, arqueológico e paleontológico. A ideia da atividade é proporcionar aos visitantes uma visão abrangente dos atrativos não convencionais de uma área natural qualquer envolvendo-os de uma forma que não é possível de ser desfrutada pelo turismo convencional. Segundo Dias o ecoturismo é:

Uma modalidade turística ambientalmente responsável que consiste em viajar e, ou visitar áreas naturais relativamente pouco perturbadas com o fim de desfrutar, apreciar e estudar os atrativos naturais (paisagens, flora e fauna silvestre) dessas áreas assim como qualquer manifestação cultural (do presente ou do passado) que ali se possa encontrar, através de um processo que promove a conservação, tem baixo impacto negativo ambiental e cultural e propicia um desenvolvimento benéfico das populações locais (DIAS, 2003, p. 110).

Em todo o mundo o desenvolvimento do ecoturismo tem sido positivo, por exemplo, em unidades de conservação como parques, reservas e áreas de proteção ambiental, pois ele se constituiu em uma importante alternativa de geração de emprego e renda para as populações de entorno das mesmas, que encontram ocupação como guias ou na estrutura de apoio a tais atividades, como pousadas,

restaurantes, meios de transporte, artesanato típico, artesanato típico etc. isso não apenas reduz a pressão sobre os recursos naturais, que são substituídos por uma atividade mais lucrativa, como ainda estimula a defesa direta do meio ambiente local, pois dele depende toda a cadeia de pequenos e médios negócios baseados no ecoturismo. Trata-se, portanto, de uma das atividades que melhor representa o conceito de desenvolvimento sustentável, aquele que visa a aliar prosperidade econômica com preservação ambiental (MOTTA, 2005).

Pelo lado negativo, por vezes, observa-se um turismo de massa transvestido de ecoturismo que, ao levar um grande número de pessoas a ambiente naturais e socialmente frágeis, promove a sua rápida degradação. Outro problema é o estabelecimento de restrições desmesuradas à visitação de certas áreas, como a obrigatoriedade de contratação de guias locais. Se eles são de fato úteis para uma parcela dos visitantes por outro lado restringem a liberdade de frequentadores mais aptos, interferindo com a qualidade de sua experiência e virtualmente aniquilando a possibilidade de prática séria dos esportes de aventura, ao limitar o acesso a apenas uns poucos roteiros fáceis e predeterminados (MOTTA, 2005).

Segundo Urry (1996), enquanto atividade econômica, o turismo materializa-se nas relações comerciais que se estabelecem nos destinos com a presença dos visitantes, variando de acordo com o caráter motivacional dos grupos sociais e com as diferentes formas de apresentação das culturas visitadas durante a experiência turística. No segmento do turismo cultural surgem, assim, várias especialidades, dentre as quais se destacam o turismo gastronômico, religioso, e étnico.

Boullón (1990) colocando o Sujeito à frente da atividade turística aponta para as expectativas do mesmo em relação ao produto turístico, e explica que em razão da perecibilidade do produto turístico e à não fidelidade do turista a esse, seria gerada uma oferta quase inesgotável de produtos e atrativos ao redor do mundo, para atender às mais variadas demandas. Dentro desse entendimento e da reflexão que o mesmo autor faz quanto à receptividade do turista em relação ao novo em suas viagens, o turismo étnico figuraria como uma tendência com forte apelo de atração.

O turismo étnico ou o turismo baseado no legado étnico vem se afirmando, assim, como uma alternativa frente ao turismo massificado (no qual predomina o

consumo desenfreado dos lugares e das paisagens culturais locais). Sob o paradigma da diversidade cultural e da pluriétnicidade, os turistas culturais apresentam-se, nesse contexto, como grupos de consumidores interessados na vivência cultural no âmbito de comunidades remanescentes de etnias específicas, ou naquelas em que predomina a representação do legado cultural herdado ao longo de processos históricos e sociais e reinterpretado no presente sob novas significações (SILVA, CARVALHO, 2010).

De acordo com a Organização Mundial de Turismo – OMT (2003, p. 168), o turismo étnico “seria aquele voltado para as tradições e estilo de vida de um grupo e utilizado, principalmente, para destacar o turismo nas comunidades ou enclaves específicos, em processo de desenvolvimento”. Nesse contexto, a vivência dos turistas na comunidade, poderia contribuir para o fortalecimento das identidades e para a revalorização da(s) cultura(s) local(is).

Já o Ministério do Turismo (BRASIL, 2006, p. 13), define “o turismo étnico como a vivência de experiências autênticas e o contato direto com os modos de vida e a identidade dos grupos étnicos”. Ele consistiria, portanto, na busca pela interação e integração dos turistas com o cotidiano de comunidades que apresentam determinadas características sociais, econômicas, além de tradições culturais baseadas num forte sentido de territorialidade. Objetivo deste tipo de turismo seria maior busca pelo conhecimento e aprendizado intercultural.

Assim sendo os produtos culturais étnicos podem ser variados: obras arquitetônicas; festividades; idiomas e/ou expressões; trajes típicos; grupos artísticos de música e dança; gastronomia; tradições orais; religiosidade; literatura e tantos outros que facultam exprimir significância cultural para determinado povo e/ou demarcar suas fronteiras (étnicas/ culturais) demonstrando sua presença. Esses produtos têm despertado interesse turístico pela atração que podem exercer na demanda interessada em Cultura (CARDOZO, 2006).

Grünewald (2003), falando sobre as atividades e os grupos étnicos, explica que essas podem, inclusive, ter seu valor para o posicionamento desses no mundo globalizado, pois as comunidades étnicas poderiam fazer uso do turismo para falar de si para o mundo.

O segmento do turismo étnico baseia-se em experiências identificadas e percebidas como autênticas, tanto por parte da demanda turística, quanto por parte das comunidades receptoras ao revigorar o patrimônio cultural relacionando-o ao presente, o que oportuniza a comunidade um meio de aprendizado sobre a sua própria trajetória cultural, destacando as características históricas e culturais dos territórios étnicos, ressaltando desse modo, a importância dos referenciais culturais para o revigoramento ou fortalecimento das identidades na busca do etnodesenvolvimento (SILVA, CARVALHO, 2010).

O discurso sobre esse tema surgiu no contexto latino-americano de forma mais consistente a partir da década de oitenta (século XX), como fruto de debates da reunião de especialistas em etnodesenvolvimento e etnocídio em São José da Costa Rica. O conceito se formou como alternativa às teorias desenvolvimentistas e etnocidas que “tomavam as sociedades indígenas e as comunidades tradicionais em geral como obstáculo ao desenvolvimento, à modelo de modernização e ao progresso”. Assim sendo o etnodesenvolvimento corresponderia a um desenvolvimento que mantém o diferencial sociocultural de uma sociedade, ou seja, sua etnicidade, perpassando essa denominação pelas questões da “sustentabilidade” (SILVA, CARVALHO, 2010, p.212).

Ressaltamos que com o crescimento do turismo, começou a haver uma maior preocupação das pessoas com os impactos que a atividade pode causar e com a possibilidade dela ser desenvolvida, de forma mais “sustentável”, tanto em termos do ambiente natural, como das paisagens culturais.

Swarbrooke (2000, p. 19), entende o Turismo Sustentável como: “formas de turismo que satisfaçam hoje as necessidades dos turistas, da indústria do turismo e das comunidades locais, sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem suas próprias necessidades”. Já a OMT define o Turismo Sustentável como:

Ecologicamente suportável em longo prazo, economicamente viável, assim como ética e socialmente equitativo para as comunidades locais. Exige integração ao meio ambiente natural, cultural e humano, respeitando a fragilidade que caracteriza muitas destinações turísticas (OMT, 2008, p.17).

O Turismo aliado à “sustentabilidade” pressupõe e exercita a capacidade social dos atores de comunidades tradicionais para definir projetos de acordo com seus valores e anseios, alicerçados nos recursos reais e potenciais disponíveis no seu território, bem como na utilização de seus significados e experiências históricas e coletivas, no sentido de guiar de forma autônoma o seu desenvolvimento.

Sendo o turismo um sistema aberto que influencia e é influenciado por outros sistemas, torna-se importante a ele se criar uma nova dinâmica para a atividade turística, em que sejam incorporadas as transformações exigidas pela sociedade, configurando uma atividade turística que se contrapõe ao turismo convencional, por procurar adotar princípios éticos e humanitários, respeitando a existência de um povo, seus patrimônios cultural e natural, visando à melhoria da qualidade de vida da população, ou pelo ao menos buscar uma aproximação com tais postulações e paradigmas. E assim, as novas tendências da atividade apontam para novos modelos centrados na busca por práticas turísticas alternativas, a exemplo do Turismo de Base Local.

O turismo de base local ainda é um assunto recente e que vem sendo foco de estudos acadêmicos em função de algumas experiências práticas que geram debates em torno do tema, destacando-se as contribuições de autores como Coriolano (1998, 2009), Rodrigues (1999), Souza (1999). Podemos defini-lo como:

Uma viagem de lazer e entretenimento voltado para a melhoria da qualidade de vida da comunidade anfitriã, com respeito ao meio ambiente e que proporcione trabalho e renda para a população residente. Este modelo requer respeito ao princípio da acessibilidade e da solidariedade entre os povos, centrado mais no ser e menos na economia de mercado (SEABRA, 2007, p 12).

Este modelo se foca num turista que procura uma experiência cultural “original”, o contato com o novo, como também com localidades receptoras onde os habitantes adotem uma postura alicerçada na “sustentabilidade” na prática das atividades turísticas, preservando a cultura e as estruturas sociais do lugar, de modo que os parâmetros da Cidadania interaja com o desenvolvimento do turismo.

Assim sendo, o Turismo de Base Local é proposto como um veículo efetivo para a melhoria da qualidade de vida da população rural de forma participativa e integrada, uma vez que a comunidade também se responsabiliza tanto pela concepção como pela gestão da atividade turística (CORIOLANO, 2005).

Este modelo tem as suas premissas baseadas na autogestão, no associativismo ou cooperativismo, na valorização da cultura local, e principalmente,

no exercício do protagonismo das comunidades locais, em tese visando à apropriação, por parte destas, dos benefícios advindos do desenvolvimento da atividade turística.

O turismo de base local é um modelo de gestão da atividade que vai de encontro com a atual perspectiva do desenvolvimento rural, visto que potencialmente possibilitaria a inclusão da população rural no desenvolvimento da atividade turística, expressando suas ideias e receios, identificando suas prioridades, suas necessidades, interesses e as formas pelas quais esperem se beneficiar, com a experiência turística traduzindo-se num processo democrático e solidário. O turismo de base se propõem a mobilizar comunidade na luta por seus direitos sem ameaçar a qualidade de vida e as tradições da população local (CHICICO, 2012).

Destacamos que o turismo de base local poderia, tendencialmente se constituir num propulsor do desenvolvimento local, através da incorporação de novos conhecimentos e mudança nas técnicas produtivas e nas formas organizacionais de uma comunidade como Alto dos Bois.

O desenvolvimento local corresponde a um processo que poderia propiciar a construção de poder de forma endógeno, para que uma dada comunidade possa liderar a transformação estrutural do seu território, desenvolvendo seu potencial socioeconômico, preservando o seu patrimônio ambiental e cultural, na busca contínua da manutenção da qualidade de vida de seus indivíduos. Neste conceito, fica óbvio que o processo traduz-se no empoderamento das comunidades de modo que possam participar plenamente dos processos decisórios e de gestão dos recursos locais (CHICICO, 2012).

Atualmente as comunidades estão progressivamente se conscientizando de suas potencialidades e valores, mesmo sem saber como administrá-lo, acreditam que o turismo pode ser aproveitado de modo social e financeiro, desde que organizado de maneira participativa, legitimando os moradores como beneficiários de toda ação. É preciso entender que o turismo de base local exige a participação do Poder Público, do Terceiro Setor e de Iniciativas Privadas para complementar seu quadro no desenvolvimento turístico, pois é uma estrutura nova que se inicia e a comunidade pode não estar apta a desenvolver tal atividade sem o

auxílio de colaboradores suas atividades em prol do desenvolvimento turístico (HOLENDINA, RICCO, 2013).

É neste contexto que emergem os modelos alternativos para o desenvolvimento do turismo, percebidos como formas de desenvolvimento antagônicas ao modelo tradicional de turismo de massas, por poderem propiciar a inclusão social, com implantação ou incentivo à criação de empreendimentos locais que adotem uma visão própria de exploração consciente e “sustentável” voltada aos interesses da escala humana e local.

Porém, esta perspectiva mostra-se desafiadora, complexa, pela dificuldade com que se depara ao se tentar implantar um modelo de desenvolvimento turístico alternativo com alicerces nos princípios de “sustentabilidade”. Convém frisar que estas dificuldades são agravadas em regiões com considerável fragilidade do poder político local, desigualdade social e baixo grau de organização social (CHICICO, 2012).

De acordo com Marconi & Barreto (2004), a promoção da inclusão social por meio do turismo, só é possível mediante a existência de condições dignas para as comunidades locais; mas para tal é necessário à criação de parcerias entre os empresários do setor e o poder público, (que deveria se preocupar com a melhoria da qualidade de vida e com o bem-estar social da comunidade).

Ainda segundo Ricco (2009, p.226), incentivar o turismo não significa transformá-lo em uma atividade única e exclusiva nas regiões onde é desenvolvido, devido ao seu caráter sazonal. “As comunidades tradicionais precisam ser fortalecidas a fim de gerar sua própria sustentabilidade”. Dessa maneira, agregando valor e reconhecimento às comunidades tradicionais, o turismo poderia se configurar não só como meio de vida, mas como veículo de valorização de sua história.

Nesse sentido, a implantação de um turismo de base local só será exequível mediante elaboração e implementação de políticas públicas e estratégias que considerem as especificidades e a complexidade territorial no seu todo, apresentando-se assim como uma das vias possíveis para a melhoria da qualidade de vida de determinada população, uma vez que este modelo de desenvolvimento de turismo tem como proposição se firmar na exploração e valorização da diversidade territorial rural.

Aguiar (2007) estabelece alguns pressupostos que poderiam auxiliar no desenvolvimento da atividade, a saber: dimensionar as potencialidades internas do território; promover processos de inclusão social a partir do crescimento dos níveis de empregabilidade e de renda; promover, capacitar e treinar os recursos humanos com vistas à mobilização de suas virtualidades e habilidades para realizações empreendedoras.

Entende-se que o turismo possa desempenhar um importante papel no campo econômico, cultural e na troca social. Por isso mesmo que é de fundamental importância se conhecer as percepções e atitudes dos residentes quanto aos impactos potencialmente gerados por ele.

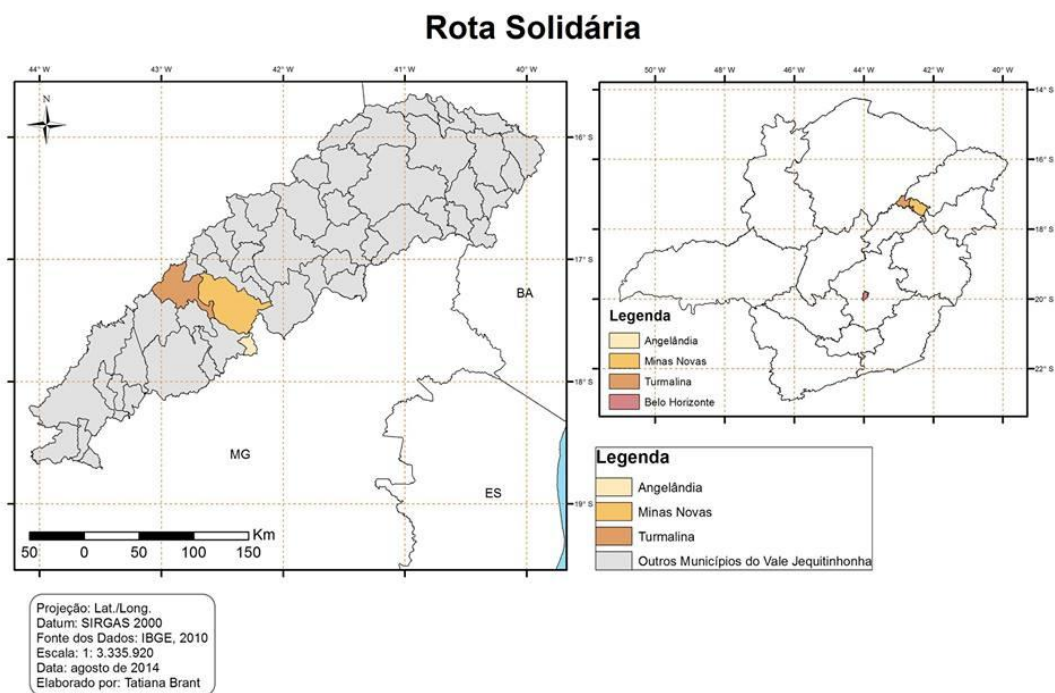
Dessa forma, é necessário pensar um planejamento turístico que tenha como base a participação comunitária em seus projetos e planos estratégicos. Os atores locais podem, e devem, decidir que tipo de turismo e, conseqüentemente, que tipo de mudanças e novas configurações territoriais estariam dispostos a aceitar. E, para tanto, é preciso que a(s) comunidade(s) estejam apta(s) a fazer suas escolhas; e que conheçam, de forma crítica, os possíveis impactos e implicações decorrentes da atividade turística; e que estejam disposta(s) a trabalhar, de forma coletiva para o desenvolvimento do turismo em seu território.

Destacamos nesse sentido, que a comunidade de Alto dos Bois possui as bases para a implementação do turismo de base local e/ou turismo étnico, em seus territórios. Embora o turismo ainda se desenvolva numa fase embrionária, na comunidade já se verifica uma rede de relações e arranjos em perspectiva no entorno da comunidade envolvendo: Prefeitura, a Amaje e o Circuito das Pedras Preciosas.

Destacamos também uma possível implementação de um “Roteiro Solidário” (Mapa 1), numa potencial parceria com o programa “Turismo Solidário”, (uma iniciativa do governo de Minas, para realizar a ordenação turística de localidades que possuam rico patrimônio natural e cultural, e que é desenvolvido nas regiões do Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas), reconhecendo seu rico patrimônio, o programa atua como mola propulsora do “desenvolvimento sustentável” na geração de trabalho e renda para as comunidades.

Essa possível rota poderia ser viabilizada através de parceria com as municipalidades de Turmalina e Minas Novas que já possuem o programa implementando, juntamente com Angelândia. A proposta privilegiaria a valorização do jeito de ser, da cultura popular e as belezas naturais das comunidades e paisagens envolvidas, e os turistas solidários participariam do cotidiano das famílias que os hospedagem, possibilitando conseqüentemente uma troca de conhecimentos e geração de renda às populações locais. O programa poderia desta forma propiciar um incremento do fluxo turístico para região. Assim sendo a riqueza natural e cultural aliada à acessibilidade favorável tornaria a comunidade um destino potencial para a prática do turismo, que poderia se constituir ainda inovação nas comunidades.

Mapa 2: Rota Solidária

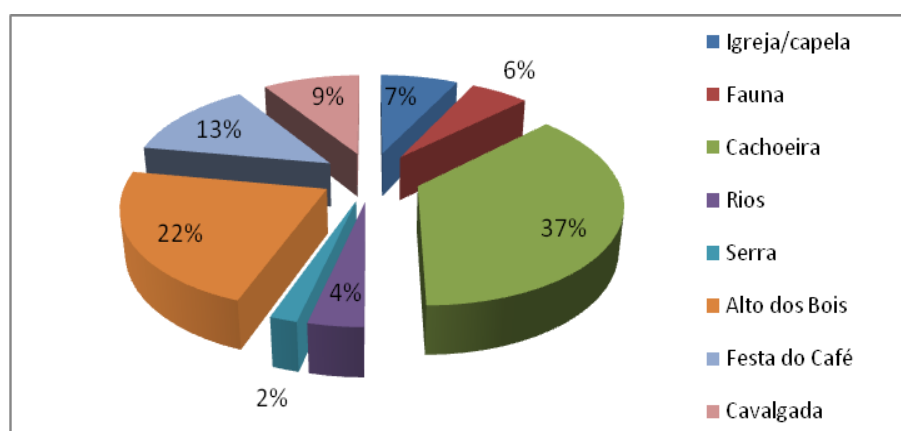


O desenvolvimento da atividade turística em Alto dos Bois poderia propiciar a contemplação de elementos da cultura, aliada ao usufruto dos seus aspectos naturais, (cachoeiras, matas, grutas...), com o intuito de preservar sua integridade físico cultural integral.

Diante das possibilidades da consolidação/organização do turismo em Alto dos Bois, apresentamos algumas considerações, dos moradores das comunidades

Quilombolas aí sediados, sobre a atividade. Os dados foram coletados através da realização de entrevistas semiestruturadas dos cidadãos das comunidades quilombolas de Córrego do Engenho, Alto dos Bois e Barra do Capão. Sobre os potenciais turísticos existentes no município, foi perguntando o que poderia atrair o turista para região. O gráfico aponta os principais produtos turísticos, o que motivaria o deslocamento do turista para conhecer a região:

Gráfico 2: Produtos Turísticos



Percebe-se que o lugar apresenta grande potencial para o desenvolvimento do segmento turístico em meio natural, o que se comprova pela opinião dos entrevistados, em que, 37% apontaram as cachoeiras como potenciais atrativos turísticos, seguido de 22% que apontaram a sede da Fazenda Alto dos Bois, como fator de motivação para a vinda de turistas para região. Destacam-se como atrativos turísticos adicionais na percepção dos quilombolas em menor escala, igrejas, fauna, rios, serra, Festa do Café e Cavalgadas.

Destacamos que os produtos culturais que exerceriam mais poder de atração de turistas seriam aqueles que mais fortemente expressariam identidades: arquitetura, festividades, gastronomia, dança e música, entre outros. No que tange às preferências de turistas, vale ressaltar a importância de se conhecer com maior precisão seu perfil e as possibilidades das comunidades étnicas (quilombolas) em permitirem, ou não, o desenvolvimento da à experiência turística aí (CARDOZO, 2006).

Assim o estudo da demanda turística adquire importância capital para a análise das informações sobre as variáveis e indicadores de tendências, propiciando a obtenção de conhecimentos mais específicos e seguros a respeito dos diferentes segmentos de turista que chegam às localidades. Entretanto, é preciso ressaltar que turismo não é feito apenas através dos atrativos naturais, históricos, arquitetônicos e culturais que uma localidade possui. As atrações turísticas são a matéria-prima onde se agregam outros componentes como infraestrutura, equipamentos e serviços, comunicação e informação.

É neste contexto que se destaca a importância do Estudo da Demanda Turística Real, utilizando como referência o trabalho realizado pelos professores: Carlos Eduardo Silveira e Juliana Medaglia, que desenvolvem este trabalho na cidade de Diamantina, identificam o Perfil da demanda turística real de Diamantina e região (SILVEIRA e MEDAGLIA 2009, 2010, 2011, 2012, 2013), onde os dados são sistematizados, auxiliando assim no planejamento do turismo do município.

Nesse contexto em pequenas localidades, e afastadas da área de influência da capital, nas quais há deficiência de infraestrutura básica e de apoio ao turismo, ausência de mão de obra qualificada e falta de engajamento e de conscientização da comunidade para o contínuo desenvolvimento da atividade turística e, em muitos casos, falta força de vontade das autoridades governamentais. Desta maneira são necessárias pesquisas básicas e aplicadas, bem como estudos que deem suporte ao planejamento do turismo. Para que se conheça o turista, a sua origem, os seus interesses e roteiros, quais as vocações e potencialidades do lugar, indicando rumos e ações de estímulos, de correção, de promoção e de atuação. Importante também é que a pesquisa servirá de instrumento de comparação entre futuros resultados de outras pesquisas e como suporte na criação e melhoria de atrativos, roteiros e serviços, como também será um referencial para outras localidades com potencial turístico, o que na nossa visão auxiliaria o desenvolvimento do turismo em Alto dos Bois.

Ressaltamos que só seria válido implementar se implementar aí, uma atividade turística caso ela viabilize a promoção de práticas interculturais por meio da interação dialógica com os visitantes, e assim, ao mesmo tempo, crie alternativas de geração de renda para a comunidade. Tal atividade poderia constituir uma

alternativa viável para as comunidades, viabilizando a difusão de informações sobre os povos tradicionais, e sua relação com a Natureza, na sociedade envolvente.

Nos depoimentos que recolhemos no Alto dos Bois, foi possível notar que mesmo que a comunidade não possua conhecimentos específicos sobre o turismo, mas ela tem expectativas em relação ao desenvolvimento a atividade no local. Os entrevistados alegaram, com muita confiança que o turismo poderia levar benefícios ao lugar e para desenvolver não somente em termos econômicos, mas, também, socialmente a comunidade.

Diante do que nos foi apresentando, pode-se inferir que no que refere à gestão do potencial desenvolvimento turismo na comunidade de Alto dos Bois que:

- a comunidade é carente de participação do poder público;
- há pouca interação dos moradores com as lideranças comunitárias;
- a associação comunitária se encontra desorganizada e com pouca adesão dos moradores locais;
- a comunidade está ciente de suas potencialidades e valores, mesmo sem saber como administrá-los, acredita que o turismo possa ser aproveitado de modo social financeiro, mas sente necessidade de uma integração, participação e comprometimento do conjunto dos seus integrantes para alcançar seus objetivos.

Assim, uma das estratégias para o desenvolvimento do turismo *in loco* seria a busca de participação efetiva da população local como premissa básica para assegurar legitimidade, representatividade e sucesso nas ações dos planos turísticos, na medida em que isto potencializaria o grau de participação dos atores locais nas decisões sobre o seu próprio futuro, e sua interação, na perspectiva da construção de objetivos comuns. Nesses termos o planejamento turístico estimularia, maior envolvimento popular nas decisões políticas, sociais e econômicas (DIAS, 2003). Contudo, para que o turismo de base local ou turismo étnico (e mesmo, a possível implementação de uma “rota solidária”, seria necessário que a comunidade se organizasse nos seguintes pontos:

- maior engajamento da comunidade em projetos coletivos;
- participação ativa do poder público aí;

- maior participação também do terceiro setor nas questões concernentes às comunidades locais;
- focalização nas ações desejadas para o desenvolvimento do turismo local;
- participação ativa da comunidade no fomento ao turismo e na qualidade de vida do lugar;
- criação de novos projetos e aderência de novas ONGs.

Nos trabalhos de campo foi possível identificar, na comunidade de Alto dos Bois, as potencialidades, que foram observadas *in loco* e também identificadas através dos relatos dos moradores locais. Dados que foram colhidos para serem foco de estudos técnicos e discussões sobre a comunidade e conseqüentemente, para o potencial aproveitamento turístico na comunidade em outros projetos. Com base em autores que tratam da inventariação da oferta turística (BENI, 2003; BOULLÓN 2002) foram também extraídas referências sobre o assunto para apresentar o potencial turístico identificado em Alto dos Bois conforme consta no Quadro1.

No presente levantamento não houve a intenção de se realizar um inventário da oferta turística, tarefa que não corresponderia aos objetivos do trabalho e dependeria de uma equipe de pesquisadores cumprindo cronograma à parte, mas, objetivou-se, sim, identificar, de forma generalizada um rol de atrativos que potencialmente pudessem ser utilizados turisticamente no Alto dos Bois e em Angelândia. Sendo assim, é que foi realizada uma listagem preliminar de sítios naturais e culturais aí localizados com potencial turístico:

Quadro 1: Identificação de Potencial Turístico na Área de Estudo

ITEM	CARACTERIZAÇÃO	POTENCIAL DA ÁREA DE ESTUDO
Atrativos naturais	Elementos da natureza, como montanhas, rios, ilhas, praias, dunas, cavernas, cachoeiras, clima, flora, fauna, entre outros.	Os córregos Fanadinho e Capão, Gruta, Cachoeira Localidade Alto dos Bois; Paisagem ao longo da estrada; APA Ipê Amarelo.

Atrativos Histórico culturais	Monumentos (arquitetura civil religiosa/ militar/ agrícolasculturas,pinturas), museus, bibliotecas, sítios históricos etc.	Fazenda Alto dos Bois, Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Anjos Igreja Nossa Senhora Aparecida Igreja São Vicente Mercado Municipal Residência da Senhora Andreolina Cordeiro
Manifestações e usos tradicionais e populares	Práticas culturais específicas de um povo, como folclore, festas populares, artesanato, gastronomia típica etc.	Banda de Taquara
Acontecimentos programados	Eventos que concentram pessoas com interesses de ordem comercial, profissional, técnica, cultural, científica, política, religiosa, turística etc.	Festa de Santo Antonio Moreiras, Festa do Café, Cavalgada, Festa da Padroeira.

Mesmo que esses elementos não venham efetivamente a se tornar atrativos turísticos, o seu reconhecimento pela comunidade poderia contribuir para a valorização da sua identidade cultural. Vale ressaltar, nesse sentido que:

Não se pode afirmar que o patrimônio cultural deva ser preservado e conservado para que o turismo possa utilizá-lo como elemento de atratividade, pois a questão é muito mais abrangente, mas não se pode descartar a sua utilização como recurso de grande potencial (BAHL, 2004, p. 51).

Por fim deve-se buscar a valorização da cultura local, convergindo com a busca do turista por novas vivências por almejar contribuir no desenvolvimento destas localidades. Reafirmamos que a inserção planejada do turismo em um lugar que possui aptidão e o anseio de desenvolver tal atividade, deve ser realizada sempre de maneira participativa, buscando mitigar os possíveis impactos negativos, além de reforçar e resgatar a identidade local.

Também remarcamos que a implantação de projetos, deve ser ainda operacionalizada de maneira integrada, com a participação de todos os atores envolvidos, setor público, privado e comunidade local, para se promover, assim o bem-estar da comunidade e para melhorar a qualidade de vida local.

Desvendando o espaço vivido de Alto dos Bois

A paisagem cultural constitui-se, desde o final do século XIX, quando da institucionalização da Geografia como disciplina acadêmica, em um dos conceitos-chave dessa disciplina. Na Europa, e mais tarde, nos Estados Unidos, inúmeros estudos empíricos e reflexões teóricas foram realizados, sobre tal categoria conceitual de análise. A paisagem, não é apenas a forma material resultante da ação humana transformando a natureza. É também forma simbólica, impregnada de valores, pois são estes que lhe dão sentido. Cosgrove (1979), inclusive sugeriu que a análise da paisagem não deve ater-se apenas à Ciência, mas também à experiência que dela se pode ter. Isto possibilita estabelecer significados. Toda ação humana está impregnada de significados, sendo, portanto simbólica.

Neste contexto é que o presente estudo buscou conhecer a estrutura e constituição da comunidade de Alto dos Bois e as suas relações com a paisagem, adotando uma perspectiva cultural, em particular com ênfase para a relação das pessoas com o seu espaço de vivência e sua percepção sobre o negro, as questões quilombolas e o turismo. Nessa perspectiva, aplicamos os estudos de Paul Claval (2001) sobre a cultura, na formação dos grupos humano atrelada ao seu espaço, os quais ajudaram a definir o foco de ação da pesquisa e determinar os itens investigados em campo.

No viés daquilo que Claval (2004, 2002) denomina de abordagem cultural, destaca-se que vivemos uma volta ao Cultural na Geografia, e assim sendo, escolhemos destacar o papel que as concepções de Cultura assumem nas relações com a paisagem. Cosgrove (2012. p.98) destaca que a paisagem na geografia há muito vem sendo associada à cultura. De acordo com autor “com a ideia de formas visíveis sobre a superfície da terra e com a sua composição, a paisagem, de fato é uma maneira de ver, uma maneira de compor e harmonizar o mundo externo com uma cena em uma unidade visual”.

Na Geografia esse processo se compõe e se recicla por meio da renovação da Geografia Cultural, precedida pela difusão da Percepção Ambiental Com a renovação da Geografia Cultural, na década de 1970, é que os aspectos subjetivos e imateriais da cultura passaram a atrair mais interesse e ter maior destaque, principalmente, através da fenomenologia e da simbologia. Tal perspectiva fica clara

na colocação de Corrêa (1995, p. 7); autor que contextualiza na realidade brasileira categorias conceituais de análise retrabalhadas nas escolas francesa e anglo-saxônica da Geografia Cultural contemporânea:

A natureza e o espaço socialmente produzido, do qual o homem é parte integrante, constituem o ambiente geográfico. Este, contudo, não é vivenciado nem percebido do mesmo modo pelos diversos grupos sociais diferenciados entre si segundo um amplo leque de atributos que se combinam entre si de modo complexo: renda, sexo, idade, as práticas espaciais associadas ao trabalho, crenças, mitos, valores e utopias. A percepção do ambiente tem uma base eminentemente cultural.

As abordagens culturais nessa “Nova Geografia Cultural” partem, então, das relações entre os seres humanos e a natureza, mediadas por uma dimensão cultural, “que aparece como um conjunto de gestos, práticas, comportamentos, técnicas, conhecimentos, regras, e valores herdados dos pais e da vizinhança, e adaptados através da experiência e realidade sempre mutáveis” (CLAVAL, 2003, p.163). É a partir dessa matriz cultural que se constrói uma identidade cultural, por meio da experiência contínua e coletiva que se realiza em um determinado espaço vivido. É nesse contexto de valorização cultural que os estudos de comunidades tradicionais emergem na Geografia

Nesse caso, a cultura aparece mais na humanização do natural, em que o geógrafo observa as técnicas na instituição dos modos de vida. A metodologia aí utilizada se institui por meio de comparações entre as paisagens distintas, no entrecruzamento de formas naturais e formas humanizadas que produziria a paisagem enquanto um resultado da conexão: **a paisagem cultural.**

Destacamos a paisagem enquanto matriz dos reflexos que necessitamos para viver e enquanto marcas humanas na paisagem. Vale ressaltar que Berque (2004) evidencia que a paisagem exprime concretamente a relação socioespacial produzida, reproduzida e transformada pelos agentes sociais, nas relações entre o agente social e o mundo, destacando que não é somente a percepção que viabiliza a mediação, mas todos os modos de ações em que o indivíduo é situado no seio de uma cultura, muito embora os sentidos nunca sejam exatamente os mesmos para cada indivíduo. A paisagem geográfica comporta significados enquanto produto social, sendo que esse é representado por agentes que lhe atribuem sentidos a

partir de sua significação social, formada em seus círculos de intersubjetividades e nas suas conformações identitárias nos grupos.

Assim sendo verifica-se uma carga para simbolismos das marcas e das matrizes na produção de diferentes significados atribuídos às paisagens, em que poderíamos incluir também a abordagem neomarxista de Cosgrove (2012) na discussão de quais seriam os grupos capazes de perpetuar suas marcas na paisagem.

Destacamos assim a leitura das paisagens feita por Cosgrove (2012), na qual o autor propõe como método para a leitura das paisagens a execução de trabalhos de campo. Ele ressalta ainda a importância da linguagem e de seu significado simbólico na análise de sua relação com as paisagens culturais. Sob a perspectiva da cultura enquanto uma expressão das relações de poder, Cosgrove postula duas construções principais de paisagens culturais: cultura dominante (é a de um grupo com poder sobre outros), residual (que sobram do passado), emergente (que antecipam o futuro) e excluída (as que são ativa ou passivamente suprimidas).

Durante a coleta de informações por meio da observação *in loco*, foram feitos trabalhos de campo, com intuito de realizar entrevistas não estruturadas e semiestruturadas, sendo possível se estabelecer com elas uma proximidade com a realidade estudada, privilegiando-se aí a interlocução com os sujeitos, que mostrou-se eficiente ao propiciar a obtenção de depoimentos no sentido de atender aos objetivos proposto para a pesquisa, Cosgrove registra a propósito que:

Revelar os significados na paisagem cultural exige a habilidade imaginativa de entrar no mundo dos outros de maneira consciente e, então, re-presentar essa paisagem num nível no qual seus significados possam ser expostos e refletidos (Cosgrove, 2012, p.103)

Já para Claval (2011), a partir do momento em que os geógrafos partem da experiência que as pessoas têm do espaço, o olhar geográfico passa a dar atenção à experiência. Nessa ótica, a paisagem não é mais talhada por aquele que a habita ou a visita, pois ela faz, num certo sentido, parte de seu ser. Daí a importância atribuída ao seu caráter simbólico e aos círculos de intersubjetividade, que estão associados aos círculos de intercomunicação, e às representações (que são uma criação social ou individual de esquemas relevantes do real). A partir desse momento, os geógrafos interessam-se, portanto pelos valores.

Sinalizamos que os estudos de comunidades tradicionais foram sendo progressivamente incorporados às investigações e práticas geográficas, bem como às ciências sociais, em geral, pelo interesse despertado na Academia por tais populações devido à simbiose delas com o Meio Ambiente, decorrente do conhecimento detido por elas e que regem o sistema Homem-Natureza, o qual é repassado entre as gerações.

Emergem nesse sentido diversos estudos de caso em diferentes estados do Brasil que acrescentaram particularmente um novo elemento empírico à identidade do negro brasileiro: a base geográfica, que apresenta as marcas da historicidade espacial do que está acontecendo, registrando os agentes que atuaram na configuração geográfica e na própria dinâmica territorial, ou seja, a territorialidade que se apresenta como o esforço coletivo do grupo social para firmar sua ocupação, para manter o seu ambiente e ter definido o seu território (RODRIGUES, DEUS, BARBOSA, 2013).

Ressalte-se que no caso das populações tradicionais seria necessário reconhecer tanto as experiências culturais, seus modos de vida, suas territorialidades, seus saberes e fazeres vividos cotidianamente como todo o conjunto de representações e ideologias presentes nas imagens, discursos, planos e teorias sedimentados historicamente pela mídia, pela visão da classe política, entre outros (RODRIGUES, DEUS, BARBOSA, 2013).

Os elementos do meio são alterados pelo movimento da história, sendo uma análise duplamente estrutural analisar uma paisagem é, pois, apreender o real em diversas escalas (CLAVAL, 2011).

Ainda para Denis Cosgrove a paisagem sempre esteve relacionada com a cultura e com as maneiras de se enxergar o mundo a partir de uma “criação racionalmente ordenada, designada e harmoniosa, cuja estrutura e mecanismos são acessíveis à mente humana, assim como ao olho, e agem como guias para os seres humanos em suas ações de alterar e aperfeiçoar o meio ambiente” (COSGROVE, 2012, p.99). No estudo das paisagens, segundo o autor, é preciso considerar algumas especificações, como as “formas visíveis” em sua “composição e estruturação espacial”; a sua “coerência e ordem” na “concepção racional do meio

ambiente”; e a “intervenção humana e controle das forças que modelam e remodelam o mundo” (COSGROVE, 2012, p.99).

Paisagens culturais alternativas excluídas a que o autor se remete em suas postulações são aquelas produzidas por grupos marginalizados, que mesmo sob o domínio/controle de uma cultura dominante, nas entrelinhas do processo, se inscrevem e se afirmam presentes em determinado lugar. São aquelas cujas evidências estão nas notícias discretas, em pequenas notas de rodapé, na vida cotidiana, cheias de significados e construções que emanam nas próprias práticas socioculturais de um determinado grupo (RODRIGUES, 2013).

Já as paisagens culturais alternativas emergentes, seriam aquelas portadoras de uma nova mensagem social, e que oferecem um desafio à cultura dominante, descortinando uma visão de futuros alternativos possíveis. Estas são consolidadas, inclusive, a partir da quebra de paradigmas impostos pela cultura dominante, inserindo novas interpretações simbólicas a uma paisagem socialmente vivida e construída por uma cultura em emergência política e social (RODRIGUES, 2013).

Diante do reconhecimento e da valorização dos elementos que constituem a paisagem cultural das populações tradicionais no Vale do Jequitinhonha, e mais especificamente, da região de Alto dos Bois, verifica-se também que a dimensão cultural vai além da compreensão das práticas e valores tradicionais. Faz-se necessário compreender os desdobramentos políticos que se interconectam com essas paisagens, bem como as relações sociais e de Poder que aí se configuram e que incidem no território.

É relevante assinalar que nas comunidades quilombolas de Alto dos Bois, a propósito, os moradores percebem-se como membros de uma comunidade enraizada no território pelos sentimentos que expressam e referências familiares que explicitam quando se remetem à comunidade, que se configuram em sua vivência espacial fortemente vinculada às questões identitárias.

Ressalta-se por outro lado que o estudo de paisagens culturais preocupa-se em destacar não apenas as materialidades envolvidas na proteção histórica e cultural, como também as imaterialidades que estão atreladas a esses bens, como sentimentos, festas, os modos de vida, etc.

A geografia cultural oferece bases sólidas para a pesquisa enveredar por este caminho, em sintonia com Paul Claval, que julga necessário se partir dos indivíduos que compõem os lugares “e de suas experiências, compreendendo o sentido que as pessoas dão à existência para se adotar uma perspectiva cultural e territorial em geografia” (CLAVAL, 2002, p. 37). Nesse sentido as paisagens culturais devem ser compreendidas não apenas através do reconhecimento/ descrição dos signos e significados que as compõem. É preciso compreender suas sutilezas e meandros, a dimensão política e as práticas direcionadas às relações de Poder.

Em nossa dissertação houve um entendimento de que a paisagem cultural não pode ser compreendida sem as pessoas, sem o conhecimento de suas histórias. Foi necessária uma experiência partilhada e comum. Pois, são as pessoas do lugar que nos ajudam a ver a paisagem, nos ensinam a entendê-la e percebê-la, conforme sinalizado por Machado (1996, p. 99), nas sinalizações a seguir:

[...] só quem experiência [a paisagem] por meio de um contato direto e contínuo pode alcançar melhor a compreensão dela. Pode-se considerar a percepção dos moradores como uma informação de grande importância no estudo da interação entre homem e paisagem, pois é inegável que há uma profunda diferença entre um cenário descrito e estudado, e um cenário experimentado e vivido. É a familiaridade em relação a tudo o que existe na paisagem que lhe confere um significado especial; onde os habitantes vivem se movimentam e se relacionam entre si com a paisagem.

Dessa maneira, na coleta e análise (re) interpretação dos dados buscou captar os aspectos objetivos e subjetivos de mundo vivido da comunidade, as quais imprimem marcas entre a racionalidade e a afetividade, adotando a perspectiva interdisciplinar que propiciou o diálogo e interconexão entre a geografia e o turismo, numa abordagem de estudo de caso, bem como, a reconstituição da memória da paisagem que ficou registrada na mente dos moradores mais antigos da comunidade.

Vale ressaltar que os grupos culturais reencontram seus espaços como um prolongamento da própria identidade dos seus habitantes, estas relações são intensificadas, interiorizadas, gerando processos combinados e simultâneos de construção e recuperação da paisagem. Sob esta ótica, todas as paisagens são heranças em vários sentidos, sendo reelaboradas e transformadas a todo instante, de maneira contínua, ao longo do tempo. Diante dos conteúdos impressos nas

formas da paisagem do Alto dos Bois, vê-se a essência por trás da aparência (essa essência que transcende a aparência emerge da manifestação da vida).

Procuramos, aliás, colocar em evidência o valor da diferença nos processos de rearticulação e reinserção de segmentos sociais como as comunidades tradicionais, no cenário político contemporâneo, diferença essa materializada, no caso dos núcleos/ comunidades quilombolas, em termos de um substrato cultural próprio, diferenciado e associado de forma íntima e estreita ao território - condição básica e histórica para a sobrevivência física e cultural desses segmentos afrodescendentes.

Buscamos dar voz aos sujeitos do estudo, e, sobretudo, “trazer para os argumentos e análises da investigação vozes de segmentos sociais oprimidos e alijados, em geral silenciados historicamente pelos estudos normativos e prescritivos, legitimadores da voz da racionalidade descontextualizada” (MACEDO, 2010, p. 11).

Postulamos a propósito que as transformações em curso são fundamentais para caracterizar as comunidades e núcleos quilombolas como atores políticos emergentes locais e eficazes por terem atuações concretas e estratégicas na cena política e social e que têm se concretizado com ritmos, padrões e formas bastante diferenciadas.

Caracterização da área de estudo: Um olhar sobre Alto dos Bois, Barra do Capão e Córrego do Engenho.

Antes de apresentar os resultados do exercício de pesquisa realizado nas comunidades de Alto dos Bois, Barra do Capão e Córrego do Engenho, se faz necessário apresentar algumas características e percepções realizadas e colhidas *in loco* das comunidades em questão, a partir de uma abordagem dialógica, o que propiciou ao pesquisador refletir sobre as realidades das comunidades através da leitura dos aspectos da paisagem cultural.

Foram assim percebidos e analisados: os processos de territorialização, numa perspectiva geohistórica e contemporânea, procurando compreender a maneira como seu deu sua formação territorial, as formas tradicionais e atuais de uso e ocupação material e simbólica do território, suas práticas culturais, vínculos identitários com o lugar nas visões de seus moradores.

Foi constatado que os moradores mantêm parte da vegetação nativa como reserva, apesar de não possuírem reserva legal averbada. É costume, mesmo em áreas desmatadas, a manutenção do coqueiro Catulê (Indaiá- figura1), o qual tem diversos usos para a comunidade, tais como cobertura de casas e estruturas com palha e fornecimento de palmito. Além disso, são também mantidos por alguns moradores madeiras de lei, como a Peroba e o Jacarandá. Existe uma grande dificuldade de se conseguir madeira de qualidade na região, devido à grande exploração no passado. Outras espécies têm uso pela comunidade, como por exemplo, a Palmeirinha, utilizada no processo de secagem da farinha.

Figura 5: Coco "Catulé"



Assim sendo o que se observa são pequenos remanescentes de Mata Atlântica dentro de uma matriz dominante de áreas de produção com a predominância de pasto/sujo, pasto/braquiária, Canavial, Milharal, Cafezal, Eucalipto. O uso da motosserra é comum para o beneficiamento de madeira que é utilizada na construção de casas e estruturas.

Remetendo a prática cultural foi constada a produção de farinha artesanal de Mandioca (figura 2), a qual é realizada por estruturas artesanais de madeira e de pedras locais.

Figura 6: Produção de Farinha artesanal



Com relação às relações de trabalho, foram observadas características culturais como o costume da troca de dias de serviço, o que é muito comum e acontece quando um morador trabalha para o outro, em troca de esse outro trabalhe posteriormente na propriedade do primeiro. Ainda com relação ao tipo de contratação de mão-de-obra, os moradores utilizam-se das seguintes modalidades: **Trabalhador Cativo**, que é a pessoa que vai trabalhar e leva sua própria alimentação (marmita), o valor médio do dia de trabalho cativo é R\$ 30,00. **Trabalhador Livre** é a pessoa que não leva a marmita e come na casa do empregador, o valor médio do dia é de R\$ 25,00 por dia de trabalho.

Outro costume local é a manutenção nos quintais, de árvores frutíferas das mais variadas, como: araçá, cajá-manga, mexerica, pêssego, pera, goiaba, mamão, jabuticaba, laranja, manga, banana, uva, amora, acerola, mangaba, ameixa, caju e limão. Muitos moradores possuem em suas propriedades represas, que utilizam para a pesca, outras práticas culturais locais.

Em algumas conversas, alguns moradores relataram que tinham o costume de caçar animais silvestres, que acabaram sendo extintos no local, como o lagarto Tiú, o Tatu e o Veado. Essa prática, já não é bem vista por alguns moradores, porém foi relatado que ainda é executada por alguns “viciados”.

Sobre o processo de ocupação das comunidades, se deu devido ao cultivo da “lavoura branca”, ou seja, à plantação de bens de subsistência como feijão, milho, mandioca, arroz. O café, principal produto da região, cultivado por praticamente todos os produtores, ganha centralidade há cerca de 30 anos. (Destaque para a fazenda Primavera, proprietária de metade dos pés de café do município de Angelândia – em torno de 10 milhões). Em todas as propriedades foi identificado o café de quintal, cultivado ao lado das moradias, além de roças diretamente dedicadas a este produto.

Já sobre a posse de terra, os entrevistados relataram possuir a posse regular da terra. Sendo que as terras são herança das famílias Rodrigues e Camargos. Não foi relatado nenhum conflito sobre posse de terra nas comunidades. Na visão das três comunidades os maiores problemas enfrentados atualmente por eles é a

escassez de água, este problema é apontado pelos moradores como o maior medo para a vida futura dos moradores.

Nas comunidades foi constatada a existência de laços familiares muito próximos entre todos os moradores do lugar, no qual todos os moradores pertencem à família Rodrigues ou Camargos. Além disso, a relação de vizinhança entre os moradores é bastante íntima, o que pôde ser percebido pela postura e liberdade dos moradores ao entrar em todas as casas.

Nos dias de hoje, os moradores narraram as recentes melhorias de vida, sobretudo, em virtude de acesso mais eficaz aos serviços de educação, saúde, transporte. Ao mesmo tempo, a presença da mecanização surge como um elemento de contradição: se por um lado é citada como um aspecto positivo, auxiliando na lavoura, por outro é alvo de críticas, ao provocar a diminuição de oportunidades de emprego nas lavouras de café da região.

Apesar dessas mudanças na visão de mundo e nos modos de vida dos moradores, em especial dos mais jovens, a maioria dos entrevistados possui sentimentos topofílicos em relação à comunidade e ao lugar onde vivem. Muitos destacaram o sossego, a harmonia entre os vizinhos, a plantação e a roça, a própria casa, as criações, elementos de grande vínculo territorial, que representam a memória e os tempos de infância.

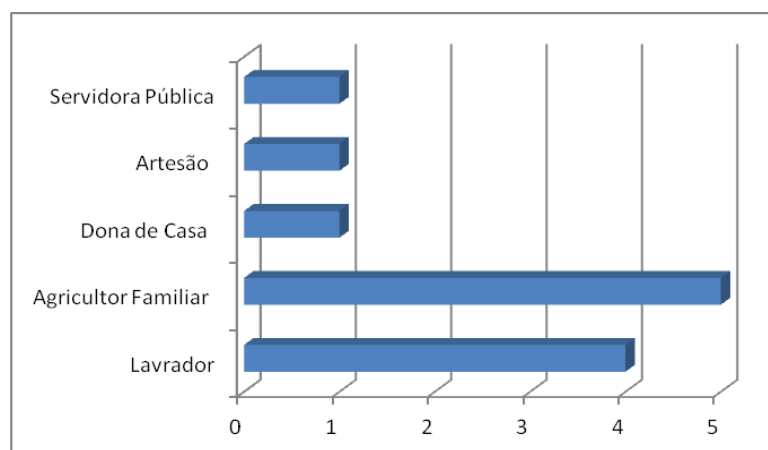
Através desse primeiro olhar lançando sobre as comunidades investigadas o presente estudo pretende compreender e avançar em algumas questões mais específicas de acordo com os objetivos traçados no estudo. Estes dados vieram através das experiências e diálogos realizados, em campo sendo elucidadas, através de levantamentos bibliográficos e atividades em campo, como entrevistas semiestruturadas e com aporte conceitual da geografia cultural e da etnogeografia.

A seguir serão apresentados e sistematizados os dados obtidos nesta pesquisa que teve como objetivo, buscar entender o processo de identificação do que é ser quilombola, além de Investigar o protagonismo e as paisagens culturais da comunidade de Alto dos Bois, Os dados foram obtidos nos trabalhos de campo efetivados nos seguintes locais e períodos: Primeiro trabalho de campo foi realizado no período 24 a 27 de Abril de 2014, com os alunos o curso de Turismo, da Universidade Federal de Minas Gerais. Já o segundo trabalho de campo foi

realizado no período de 17 a 22 de Outubro de 2014, com alunos da Pós da Graduação atividades previstas no âmbito da disciplina “A Geografia Cultural Avançada e Sociambientalismo”, ministrada pelo José Antonio Souza de Deus no Programa de Pós-Graduação em Geografia do IGC-UFMG, juntamente com os membros do Projeto Etnogeografia, Paisagens Culturais e Gestão do Território em Comunidades Tradicionais do Vale do Jequitinhonha/MG, aprovado pela Edital 01/2013 – Demanda Universal, FAPEMIG (Processo N. : CSA - APQ-01112-13) sob coordenação do referido professor. Foram realizadas 234 entrevistas divididos da seguinte forma: 221 aplicados na sede de Angelândia e em Capelinha/MG (sociedade envolvente); e 13 entrevistas realizadas com moradores das comunidades quilombolas e do seu entorno na zona rural.

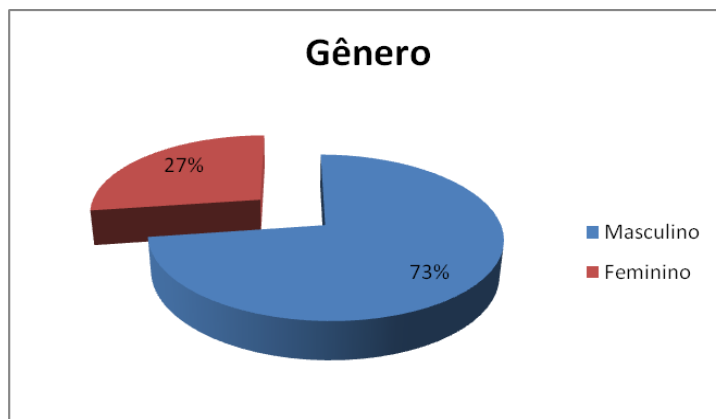
5.12.3. Perfil dos Entrevistados Alto dos Bois

Gráfico 3: Profissão



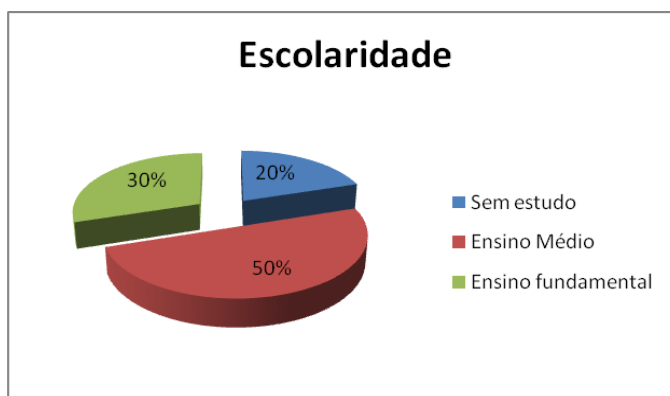
A partir dos dados obtidos com os entrevistados em Alto dos Bois, Córrego do Engenho e Barra do Capão, observa-se que eles em seu conjunto trabalham com a Agricultura, definindo-se como: agricultores familiares, Lavradores.

Gráfico 4: Gênero



Os resultados da pesquisa caracterizam o predomínio do gênero masculino entre os entrevistados (73%) são do gênero masculino.

Gráfico 5: Escolaridade



A maioria da população local tem como nível escolaridade o ensino médio (50% dos entrevistados) enquanto 30% só possuem o ensino fundamental; e 20% mencionaram não possuir estudos.

5.11. Paisagem Cultural do Alto dos Bois: Uma Abordagem Prática

Nas entrevistas semiestruturadas realizadas com os quilombolas em Alto dos Bois, bem como com a sociedade envolvente, nos municípios de Angelândia e Capelinha, tentamos identificar primeiramente quais seriam os maiores problemas enfrentados pelo negro atualmente.

No ponto de vista dos entrevistados das comunidades do Alto dos Bois, os principais problemas que afetariam os negros seriam a falta de oportunidades e apoio através do desenvolvimento e consolidação de políticas públicas eficazes direcionadas a este segmento da população.

[Há] Falta de políticas que ajudem os negros; aqui acontecem muitos casos onde os jovens saem para buscar melhores oportunidades; meus filhos mesmo foram para Nova Serrana, pra conseguir trabalho (Dona de Casa – 63 anos – Quilombola).

Acho que o negro no Brasil sofre muito! Na hora da contratação, o que conta é a aparência, e não, a qualidade! (Cabeleira, 38 anos – Quilombola).

o “branco” tem uma facilidade bem maior (Agricultor, 38 anos – Quilombola).

Dentre os problemas enfrentados pelos negros, na ótica da comunidade quilombola, obtivemos algumas respostas polêmicas, segunda as quais, para alguns, um dos problemas enfrentados na comunidade, seria o preconceito existente entre os próprios negros:

Certamente as situações que perpassam a condição de ser negro não podem ser tratadas como simples herança da escravidão, mas deve sim, ser posicionadas entre as múltiplas expressões da questão social. O “branco” é visto no pensamento de alguns negros, como superior porque está no topo da estratificação social. No Brasil, um país de base democrática, acredita (de certa forma ilusoriamente) que essa democracia também é racial, o que talvez justifique os comentários observados sobre o possível racismo entre negros.

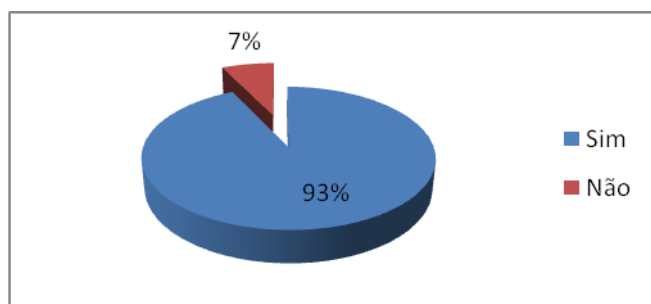
Destacamos que a temática racial tem adquirido um espaço significativo na discussão pública nos últimos anos, o que seria fruto tanto do crescimento da luta contra o racismo e fortalecimento das organizações do Movimento Negro, como da multiplicação das novas formas de articulação e de expressão da militância nos territórios das comunidades negras, nos movimentos populares e universidades.

Diante deste cenário de visibilidade tivemos como objetivo, identificar junto aos entrevistados, como eles veem, nos últimos anos, a situação vivenciada pelos negros, (se houve uma melhoria ou degradação da situação vivenciada pelo segmento afrodescendente da população brasileira no período recente). Observou-se que na percepção dos moradores de Alto dos Bois, teria havido uma melhoria nas condições de vida dos afrodescendentes, diante da constatação de que os negros teriam conseguido mais espaço na sociedade através do surgimento de maiores oportunidades de emprego e educação para eles, bem como devido à promulgação de leis que asseguram seus direitos e os protegem; e também, devido à visibilidade ultimamente conquistada por tais atores.

É relevante assinalar, nesse sentido, o reconhecimento oficial de uma matriz étnica define condições especiais de participação e negociação frente ao governo, como é o caso dos remanescentes de quilombos. Ademais, a repercussão das lutas por direitos sociais, culturais e ambientais coloca novos parâmetros de cidadania étnica, que propicia conquistas sociais; e nesse contexto uma das maiores conquistas dos negros talvez seja a voz política, que eles alcançaram.

A respeito da contribuição e auxílio prestado às comunidades afrodescendentes locais, as respostas obtidas foram bastante segmentadas. A maioria dos entrevistados quilombolas afirmaram desconhecer a existência de qualquer tipo de ajuda nesse sentido. Outra parcela dos moradores declarou que ninguém oferece em sua ótica, ajuda a tais comunidades. Nas falas dos entrevistados foram feitas críticas à Prefeitura Municipal, que não auxiliaria e nem proporia qualquer tipo de ação, direcionada às comunidades quilombolas locais. Uma minoria de entrevistados identificou destacou contudo a emergência “*projetos sociais desenvolvidos pelo governo*”.

Gráfico 6: Futuro do negro será bom?



O gráfico evidencia que o futuro do negro na percepção de 93% dos entrevistados será bom, e apenas 7% deles, são pessimistas quanto a isso.

Um entrevistado chegou a afirmar que os negros sempre serão desrespeitados e que o racismo nunca irá acabar. Mas outros responderam que o futuro dos negros será bom, fundamentados nos processos, em curso de geração de oportunidades de estudo, (as cotas oferecidas pelo governo), e a conscientização cada vez maior existente entre as pessoas bem como devido às leis que incentivam/propiciam maior igualdade. “*As pessoas estão mais bem informadas para*

buscar seus direitos”; “[Têm] melhores condições para enfrentar o preconceito”; “As cotas que vêm sendo destinadas aos negros, contribuem para a igualdade”; “Os negros estão tendo mais acesso ao estudo/formação profissional”; “As comunidades estão se valorizando”; “[a situação dos negros] há de melhorar, pois a educação permite que sejam todos iguais”. São estes alguns depoimentos registrados nas respostas dadas a tal questão.

Muitos moradores de Alto dos Bois não sabem o que significa “ser quilombola”, mas ressaltam que com o reconhecimento como tais, oportunizará a obtenção de auxílios de que carecem, tais como: tratores, caixa d’água, sementes, etc e poderia viabilizar a oferta de serviços públicos (a escola, posto de saúde, etc), para as comunidades como se observa nas falas a seguir:

Pode-se levantar a hipótese de que a perda de vínculos identitários pode ser associada à forte discriminação que os escravos e ex-escravos sempre sofreram (e ainda sofrem) em virtude da posição social que ocupam na sociedade brasileira. Em uma sociedade “branca”, com fortes traços e influências europeias, “ser negro” ou “ser quilombola” foi por muito tempo, e ainda continua a ser, condição ou uma posição inferiorizada, subalternizada no projeto de construção de uma identidade nacional brasileira. Vale resaltar que para Arruti (1997), quando a construção desse ideário “nacional” tematiza a população negra, ela coloca em pauta a necessidade de absorver, este segmento da população, integrá-la, mas, sem deixar que esse outro, altere a imagem de uma nacionalidade brasileira ocidentalizante e “branca” (e portanto etnocêntrica).

De modo geral, a identidade quilombola foi associada à identidade negra. Ser quilombola significa assumir os signos do corpo que denotam essa identidade diferenciada, como a cor, o cabelo e, nesse sentido, a cultura inscrita no corpo (ou seja, a corporeidade). Vale ressaltar que o modo de ser quilombola está imbricado ainda tradições africanas, herdadas dos ancestrais, negros escravos.

É válido se apresentar aqui uma discussão sobre a comunidade quilombola Kalunga, localizada no Norte e no Nordeste do Estado de Goiás que é muito organizada (que, a propósito trabalha muito bem a questão do turismo). O sítio se configura como um lugar, um itinerário e a paisagem cultural local ilustra-se como

sítio do Patrimônio Histórico Cultural Kalunga, tem constituído um atrativo singular, exótico para o turismo.

Destacamos que a paisagem cultural dos Kalunga pode ser uma maneira de demonstrar a identidade territorial, que os turistas buscam ao visitar e conhecer. Assim surge um dos desafios de uma comunidade, que tem como objetivo desenvolver a atividade turística, pois ao atrair visitantes pelas suas tradições e, necessário modernizar-se como, por exemplo, aquisição de produtos alimentares industrializados, e uso de equipamentos modernos na agricultura, nas festividades e na cozinha. Nesse sentido, preocupa com a autonomia cultural, buscando uma forma de desenvolvimento que seja compatível com os recursos social, cultural, econômico e ecológico das comunidades (ALMEIDA, 2014).

O turismo foi introduzido no território Kalunga com o apoio do SEBRAE. Neste cenário turistificado, ao patrimônio cultural Kalunga, foi atribuído o papel de motor de desenvolvimento econômico e social, assim o valor do patrimônio cultural tem, pois, uma nova dimensão: a econômica, que é competitiva, capaz de captar um dado fluxo turístico (ALMEIDA, 2010).

Há um súbito e crescente interesse pelos bens culturais, pelos saberes, pelos grupos étnicos o que pode explicar o fato do sítio dos Kalunga ter se transformado em um dos atrativos turísticos dos mais visitados pela população do Distrito Federal. Ao adentrarem-se no Sítio os visitantes demandam pelas cachoeiras, mas, se interessam pelos conhecimentos sobre o cerrado, e os saberes dos Kalunga. Destaca-se ainda a Associação de Guias e Condutores, que conta hoje com 30 condutores, destes 10 fica no centro de atendimento ao Turista diariamente. O restante tem a atividade turística como complementar, pois se dedica a cuidar do roçado, a agricultura é ainda uma importante fonte de renda para os moradores (ALMEIDA, 2014).

Diante do contexto apresentando sobre o cenário e a organização turística dos Kalungas. Destacamos que o Alto dos Bois pode desenvolver a atividade turística, baseada nos seus aspectos naturais e culturais. Como atrativo natural destaca-se as cachoeiras, grutas e paisagens verdes que favorecem a implantação de trilhas e práticas de contemplação, lazer e descanso. Ressaltam-se ainda as possibilidades de trocas culturais mediante o contato com as pessoas da

comunidade e o conhecimento sobre as práticas rurais que ali se desenvolvem. Mas o que se percebe na comunidade ainda é a falta de planejamento e uma desorganização quanto o desenvolvimento do turismo, que ainda está em fase embrionária, neste caso, recomenda-se uma mobilização que os interlocutores, realização de oficinas e/ou reuniões para melhores esclarecimentos ao seu respeito dos potenciais turísticos.

Nota-se a necessidade da ordenação da atividade turística, junto a um planejamento integrado e eficaz, embasado na responsabilidade para com os recursos naturais, históricos e culturais que envolvem o meio em questão. Pois, o desenvolvimento do turismo em nível local que não seja adequadamente integrado aos processos locais pode ser desastroso. Contudo, podemos usar planejamento como um meio de introduzir o turismo em uma área de forma que ele se mescle com os elementos já existentes. Fica implícita aqui que tal introdução e mescla se façam de maneira harmoniosa e adequada, para que daí resulte uma comunidade aceitável e funcionalmente ideal, em termos tanto ecológicos quanto humanos (BUTLER, 2002).

Parte-se do pressuposto de que a atividade turística em Alto dos Bois, pode contribuir para o etndodesenvolvimento local e para o enriquecimento da relação entre turistas e residentes por meio de um aproveitamento balizado nos princípios da sustentabilidade cultural. É necessário que todos os agentes envolvidos no processo de desenvolvimento do turismo estejam efetivamente engajados.

Por fim a atual turistificação do patrimônio, tanto cultural quanto natural, favorece sua mercantilização. O valor que os bens culturais possuem, por lado é o que a sociedade por suas práticas sociais lhe atribui e, por outro lado, é o definido pelos interesses da lógica de mercado. O turismo enquanto se integra profundamente na economia local, convertendo-se na principal atividade econômica, potencializa e revaloriza o patrimônio cultural. O turismo, nesse processo, reinventa o patrimônio cultural como tem ocorrido com os Kalunga e pode ser viável para a comunidade de Alto dos Bois.

Destacamos que o atendimento às comunidades quilombolas dá-se por meio do Programa Brasil Quilombola, que foi lançado em 12 de março de 2004, a partir da “Ação Kalunga”, em Goiás, ampliado posteriormente para todo o país. A comunidade

é emblemática, segundo Relatório da SEPPIR, devido a algumas características, tais como grande extensão territorial de seus domínios em mais de um município, forte tradição cultural atrelada às suas origens étnicas, alto grau de isolamento em relação aos grandes núcleos urbanos, baixo nível de desenvolvimento econômico, inserção em área de preservação ambiental e processo de organização comunitária em andamento. Ressalta-se que, muitos territórios quilombolas encontram-se em condições precárias de vida, e estão localizados em áreas protegidas, sujeitos a leis ambientais específicas.

O Programa oferece uma alternativa de desenvolvimento que valoriza os aspectos tradicionais das famílias quilombolas, (o etnodesenvolvimento), tendo em vista a melhoria da qualidade de vida, e a ampliação da capacidade de produção e de geração de renda da comunidade da comunidade. Trata-se de um modelo de desenvolvimento e de intervenção nas comunidades, que conta com a participação destas na definição de diretrizes e estratégias, de tal maneira que se procura valorizar um modo de vida específico, como a produção coletiva da terra. As ações do Programa são articuladas através de relações transversais com os governos federal, estaduais e municipais, empresas públicas e privadas.

Ao caracterizar, as comunidades quilombolas contemporâneas como grupos com identidade étnica distinta do restante da sociedade, e que, justamente por isso, precisam de políticas que considerem sua especificidade socioeconômica e cultural, o reconhecimento dessa população reposiciona, em novas bases a contribuição das três raças na formação da cultura brasileira. O Programa Brasil Quilombola igualmente desestabiliza a ideia predominante no imaginário nacional de que quilombo seja algo do passado, que teria desaparecido do país junto com o sistema escravista, em maio de 1888. O reconhecimento das comunidades quilombolas não se materializa mais pelo isolamento geográfico, nem pela homogeneidade física ou biológica dos seus habitantes. Hoje se considera que é mais plausível afirmar que a ligação com o passado reside na manutenção de práticas de resistência e reprodução do seu modo de vida num determinado território e/ou lugar (e nas paisagens associadas a eles), onde prevalece a vivência comunitária dos bens materiais e imateriais.

A maioria dos entrevistados afirmou não conhecer nenhuma instituição ou ONG que atuasse na região: *“Não sei, não conheço o papel delas”*, foi um depoimento obtido e, outros declararam que ninguém ajuda os quilombolas. Aqueles que explicitaram alguns atores que estariam colaborando com os quilombolas citaram genericamente as ONGs ou mencionaram explicitamente entidades como e associações como: Associação Barra do Capão, Associação Quilombola dos Pequenos Produtores Rurais, Associação dos Trabalhadores Rurais e *“Banda de Taquara”*.

Na comunidade de Alto dos Bois, foi realizada uma entrevista com um presidente da associação, que junto com a direção da entidade procurou mobilizar os moradores para o reconhecimento das comunidades do Alto dos Bois para se obter o reconhecimento remanescente quilombolas (pela Fundação Cultural Palmares em 2010).

Destacamos que a organização de uma associação é um dos canais essenciais de se estabelecer laços de solidariedade entre os moradores. É um espaço comunitário, do povo, na base, para todos trabalharem juntos e unidos lutando por melhores condições de vida. A associação é o espaço privilegiado que faz crescer a consciência de todos, tendo como papel reivindicar os interesses da comunidade junto ao Poder Público e outros órgãos e entidades. A partir dos relatos e percepções obtidas em campo, observamos ultimamente (nas jornadas de campo mais recentes) certa desarticulação e até ocorrência pequenos conflitos ou divergências surgidas entre membros da associação e moradores, talvez ocasionando, assim, a pouca participação nas reuniões. Pois no início do processo, todos estavam mobilizados e com a expectativa de receber benefícios por se tornarem quilombolas. Devido à lentidão dos processos políticos muitos foram desanimando e abandonando a associação, embora se perceba uma tentativa de se unirem e continuarem a luta pelos seus direitos: *“vamos unir, vamos ver se conseguimos mais verba pra associação, vamo deixar acabar não”*.

Nas comunidades do Alto dos Bois, a falta de festas e encontros foi um elemento destacado pelos moradores. Os festejos religiosos e ritos por eles frequentados, se concentram, na verdade, em comunidades vizinhas, como Sto. Antônio dos Moreiras, Barra do Capão e Fanado, onde há Igrejas. Alguns

entrevistados fizeram menção ao “**Timbeiro**”, festejo tradicional que acontecia algumas vezes ao ano, sobretudo para festejar o final da capina da roça. Ele corresponderia a um costume tradicional de união e solidariedade, que antigamente favorecia a realização de mutirões nas roças e comemorações entre os moradores. As pessoas então se reuniam e faziam-se “duelos” de versos (formulados e cantados na hora). Os atuais moradores associam a realização do timbeiro aos mais velhos e reconhecem a necessidade de se re-valorizar essa prática cultural:

Outras praticas culturais relatadas nas comunidades foram: as bandas de taquara, o vilão, a quadrilha, a “rudinha”, elencados como encontros e festejos tradicionais que, segundo eles, estão presentes em sua memória, sendo reconhecida beleza e a alegria envolvidas nessas práticas culturais. Os jovens preferem o forró; e as festas ainda existentes se restringem às comemorações religiosas, como a festa de Bom Jesus, no Capão, e quadrilhas no Sapé e no Fanado. Foi relatada com alegria a prática ainda existente do “terço cantado”, encontro religioso no qual as pessoas rezam o terço, cantando as orações. Nessas festas, as comidas e bebidas servidas são: biscoitos, bolo de fubá de milho, café, quentão, canjica grossa, doce de leite, requeijão, doce de mamão, farofa, frango, leitoa e “pé de moleque”.

As entrevistas realizadas nas comunidades quilombolas mostram que na percepção dos moradores sobre o que seria Turismo, a paisagem local apresentaria significativo potencial turístico, (turismo cultural, turismo de aventura, ecoturismo dentre outras modalidades) e o poder público local inclusive teria tomado iniciativas para desenvolvimento da atividade turística aí. Percebe-se nos relatos colhidos uma certa expectativa nos entrevistados do que seria para eles, uma atividade turística desejável, para o lugar que aliás se distancia das definições oficiais de turismo e se aproximando do que poderia ser considerado, um Turismo Étnico o qual poderia servir como fonte de renda para os moradores, através do seu engajamento na atividade como guias, ou contadores de histórias, para os turistas, destacamos a seguir relatos colhidos a respeito dessa problemática nas comunidades quilombolas:

Deste modo, o turismo étnico²¹ pode tornar-se um espaço de produção cultural dos grupos sociais que interagem negociam, nesse contexto, com a ideologia nacional, que constituiu o fundamento da “paisagem cultural dominante”.

A possibilidade de experimentar a convivência com as pessoas de comunidades locais cultural ou etnicamente diferenciada têm se expandido enquanto uma modalidade de turismo que se diferencia do turismo de massas, (em que o visitante trava contato com a paisagem cultural local apenas através de folhetos elaborados por agências turísticas, ou através do *tour* que fazem, permanecendo dentro do ônibus - BARRETO, 2004, p. 13). Já a visita a pé pela comunidade pode propiciar o contato mais íntimo e estreito entre os turistas e os habitantes locais, viabilizando uma proximidade maior com sua vida cotidiana e, portanto, com a paisagem cultural local. Uma série de problematizações advindas da complexa relação que se estabelece, então, entre esses sujeitos, têm emergindo e exigindo novas reflexões sobre o tema.

Quando um grupo começa a se promover como atração étnica, por exemplo seus membros começam a se pensar “(...) não como um povo, mas como representantes de um autêntico modo de vida. Ressalta-se que este modo de vida, remete à constituição/configuração aí, de paisagens culturais subordinadas ou alternativas. Repentinamente, qualquer mudança no estilo de vida passa a ser um assunto pesado que tem implicações econômicas e políticas para o grupo inteiro”. Deve-se ter cuidado de se evitar o perigo da artificialização dos contatos entre os “nativos” e os visitantes, a partir da criação de uma *etnicidade-para* turismo o que pode favorecer o aparecimento do *tournee* – termo utilizado para designar o “nativo” que altera seu comportamento conforme a necessidade do visitante, para tornar-se (ou afirma-se) como atrativo na arena turística. Pois, têm-se aí mudanças nos hábitos, na postura e nas mais diversas práticas cotidianas desenvolvidas na comunidade (Leal, 2007, p. 24).

A proposta do turismo étnico que está em curso em algumas comunidades tradicionais e paisagens culturais brasileiras (financiada muitas vezes com recursos captados do governo) pressupõe, ao contrário, um considerável controle dos

²¹ Os estudos mais importantes produzidos no Brasil sobre o turismo étnico são de Rodrigo de Azeredo Grunewald, Álvaro Banducci e Margarita Barretto.

“nativos” sobre a atividade. Vale ressaltar nessa perspectiva que os moradores do Alto dos Bois têm uma preocupação com os aspectos não planejados da atividade turística. Como se observa no depoimento de um morador local, explicitado, a seguir:

Algumas comunidades são invadidas por um monte de pessoas, que trazem dinheiro, mas trazem droga, trazem lixo! Penso que para o turismo em Alto dos Bois aconteça é necessário nós debatermos o nosso turismo. Nós sabemos o que a gente não quer! Imagine eu acordar e ver à frente da minha casa um monte de barracas [montadas]! Desse jeito, é melhor que não venham! (Lavrador, 47 anos – Quilombola).

Álvaro Banducci (2003), assim como Margarita Barretto (2003), expõem essa visão alternativa do turismo, encarando-o como possibilidade de recuperação da memória coletiva e reconstrução da história. Entendem o turismo como uma experiência de relato permanente, na medida em que reforça e reproduz impressões, sentimentos e conhecimentos dos grupos “nativos” sobre si mesmos e sobre o “Outro”, ele pode ser um elemento afirmador de identidade. Para tanto, o fazer turístico deve transformar-se, contudo num processo aberto, numa experiência de inclusão, em que os agentes de turismo passem a ser dotados de autonomia e direitos, como viajantes eles próprios, em busca de seu passado e de sua cultura. O turismo teria, nessa perspectiva, a capacidade de desencadear um diálogo das culturas consigo mesmas, através de leituras e (re)interpretações da história que se enriquecem no diálogo inter-regional e intercultural.

Barreto (2003) entende o turismo como um fato social total. Critica a maior parte dos estudos no Brasil e no exterior que tem focalizado os impactos desta atividade e econômica na cultura, e os processos de aculturação e de autenticidade. Pois segundo a autora, deixa-se, com isso, de se dar atenção a temas como alteridade, constituição de diferenças, relações de gênero e representações sociais em torno do turismo. A seu ver, um dos potenciais impactos positivos do turismo é a recuperação da identidade.

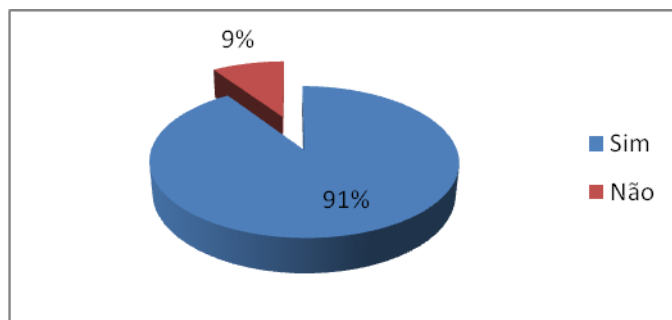
Essa visão é sustentada pelas novas compreensões sobre o tema que se formaram na década de 70²², que passaram a visualizar o turismo como um mecanismo de reforço à etnicidade e de revitalização de uma paisagem cultural. Os tradicionais passam a serem vistos a partir daí não só como esse ‘Outro’ a ser

²² Século XX...

visitado e explorado, mas também como indivíduos atuantes no processo de planejamento “sustentável” do turismo. (LEAL, 2007, p. 22).

Diante deste novo contexto de valorização realinhamentos e da possível consolidação das atividades turísticas, foi perguntando aos integrantes da(s) comunidade de Alto dos Bois qual seria sua e avaliação opinião sobre o possível incremento do número de turistas na região, identificando como esse potencial aumento no contingente de visitantes *in loco* poderia eventualmente interferir em sua vida:

Gráfico 7: Você acha que o número de turistas na região poderia melhorar sua vida?



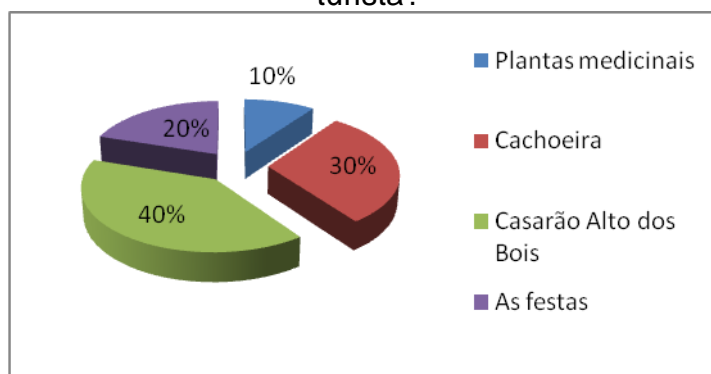
Para 91% dos entrevistados, o aumento de turistas aí seria benéfico para suas vidas e futuro; e apenas 9%, avaliaram que esse incremento não seria positivo para si mesmos e para a comunidade.

A maioria dos entrevistados (que julgou que o aumento do número de turistas na região seria favorável para eles) justificou suas avaliações utilizando argumentos tais como: “Isto *iria ajudar a desenvolver o município, traria mais oportunidades para se conhecer gente nova*”; “*Poderia haver uma demanda por serviços de hospedagem, o que conseqüentemente afetaria [positivamente] o município como um todo*”; “*Porque seria bom pro comércio*”; “*Isto poderia trazer novas oportunidades e dinheiro para a cidade, oportunidades geração de renda*”; “ [Com o desenvolvimento do turismo...] *Geração de emprego, recursos e renda*” “ [O turismo] *Traria mais dinheiro para o município, isto ajudaria a desenvolver a cidade, surgiriam*

mais empregos, melhoraria o ambiente social e financeiro, com a conseqüentemente valorização da região”

Os que se posicionaram de forma pessimista em relação à intensificação da presença de turistas na região declararam que: *“Para minha vida isto não faria diferença”*; *“Pra mim não, não seria bom, haveria muito bagunça”*, *“[com a intensificação do turismo] os preços vão subir”*; *“vai ser bom só para os ricos”*.

Gráfico 8: O que existe aqui que poderia atrair o turista?



Para grande parte dos quilombolas, o que poderia atrair o turista à região seria a visita à sede da Fazenda Alto dos Bois, destacada por 40% deles; além de 30% que mencionaram as cachoeiras aí localizadas; 20% as festas; e 10% as plantas medicinais existentes que compõem a paisagem cultural local.

As comunidades quilombolas de Alto dos Bois caracterizam-se, a propósito, pela manutenção de uma forma muito cuidadosa da proteção e de utilização dos segredos das plantas medicinais. Eles fazem uso com sucesso, destas plantas para “curar” as doenças, uma vez que a presença de médicos na localidade é rara, devido à distância que há entre as suas moradias e os centros urbanos, mais próximos (Angelândia ou Capelinha).

É relevante assinalar que os processos de industrialização e globalização cultural e econômica geraram riscos relacionados com a questão ambiental e com a ameaça de descaracterização da identidade local, conduzindo à desvalorização de elementos do conhecimento tradicional, como por exemplo, o uso de plantas medicinais. A cultura é um importante elemento que compõe a identidade social e, por ser dinâmica, apresenta constantes alterações. E de fato os processos de

urbanização e globalização ocasionam diversas transformações e mudanças de valores, contribuindo para que ocorram alterações culturais, resultando, muitas vezes, na perda de elementos e conhecimentos tradicionais importantes. O conhecimento tradicional pode, aliás, ser entendido como “o conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural e sobrenatural, transmitido oralmente, de geração em geração” e somente pode ser corretamente interpretado dentro do contexto e da paisagem cultural em que ele é gerado (DIEGUES; ARRUDA, 2001, p. 31).

As plantas medicinais do Cerrado são muito eficazes em termos de contributos para amenizar os males que assolam as populações sertanejas. Por isso mesmo observa-se, nas comunidades, grande interesse em preservar os conhecimentos em tornos de sua utilização, e os seus detentores guardam bem esses conhecimentos mítico “sagrados”, até porque por julgarem que possam ser eventualmente criticados ou hostilizados pelo seu uso/manuseios cujo o conhecimento é, aliás, repassado para os descendentes através da oralidade procurando guardar entre si os saberes. É justamente assim que se comportam os quilombolas: os membros destas comunidades tratam os seus doentes como se não existissem médicos, usam o poder da cura das plantas medicinais encontradas no bioma onde estão domiciliadas.

Segundo Stehmann (2012, p. 13) o cerrado é um dos 34 *hotspots* de biodiversidade reconhecidas no planeta, ou seja, é um bioma com grandes riquezas de espécies apesar de algumas já se encontrarem sob ameaça de extinção. Daí, a grande necessidade de sua preservação, pois apenas 2% da superfície terrestre, e mesmo assim detém mais de 50% das plantas medicinais da terra.





A seguir destacamos algumas espécies, já estudadas, e outras não, típicas deste domínio biogeográfico. Não será possível um aprofundamento sobre os poderes curativos dessas espécies, pois tal estudo demandaria mais tempo e espaço alusivos ou dedicados a esse tema especificamente. Listamos abaixo algumas plantas, com os usos e procedimentos destacados pelos entrevistados de algumas delas encontradas na região.



Tabela 1: Plantas medicinais e usos indicados pelos moradores de Alto dos Bois




PLANTAS	USOS	Informante
Capim Cidreira	Batata/raiz: “alteia a pressão”	Lavrador, 68 anos - Angelândia
	Folha: “Baixa a pressão”	Lavrador, 68 anos - Angelândia
	Batata: “rapa e bate pra tomar pra dormir”	Dona de Casa, 57 anos – Angelândia
Chuchu	“Chá da folha baixa a pressão”	Lavrador, 68 anos - Angelândia
Hortelã	Chá – gripe	Lavrador,, 71 anos -- Angelândia
	“eles fala que é mais bom fazer com pouco açúcar. Pro efeito surgir mais”	Dona de Casa, 57 anos – Angelândia
Gengibre	Garganta	Lavrador, 71 anos - Angelândia
Macilira/ Macilica	Febre	Lavrador, 71 anos - Angelândia
	Dor de barriga	Dona de Casa – 65 anos - Angelândia
Fumo	Mordida de Cobra: “o pai de mãe ele fazia benção. Já o pai de pai, o pai mesmo contou que o pai dele usou foi fumo [para a picada de cobra], ele colocou o fumo na boca e puxou pra tirar o veneno. Pai falava que era bom andar com um maço de fumo na boca. E cuspiu o fumo com o veneno fora”	Lavrador, 71 anos - Angelândia
Pimenta de Macaco/ Jaborandi	Bom para, o cabelo, tem uma folha grossa com alto valor de mercado. [com estes vegetais] Faz Shampoo e cosméticos	Lavrador, 68 anos - Angelândia
Carqueja	Amarga, mas é bom para o fígado.	Lavrador, 68 anos - Angelândia


Tabela 2: Plantas de Usos Mediciniais

NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO	USO POPULAR
Pata de Vaca	<i>Bauhinia forficata</i> <i>Link</i>	Preventivo contra o Diabetes

<p>Outros nomes encontrados na obra do viajante Richard Burton (1869 <i>apud</i> Brandão, 2011, p.84): Unha-de-vaca Mororó-dos-índios</p>		
<p>Cajuzeiro do cerrado.</p>	<p><i>Anacardium occidentale</i> L.</p>	<p>Prevenção à cárie. É utilizado, também, contra reumatismo, ínguas e antinevrálgico.</p> 
<p>Pau d'óleo COPAIBA Capaúba</p> 	<p><i>Copaifera</i> SSP <i>Copaifera longsdorffii</i></p>	<p>Anti inflamatório. Indica-se também contra hemorragias, tosses e bronquites, doenças de origem sifilítica, moléstias de pele, incontinência urinária, catarro da bexiga, leucorréia, diarréia, disenteria e urticária.</p>  <p>O óleo da Copaíba é transparente, de um branco tirante a amarelo e de um cheiro ativo; constitui excelente balsâmico anti-séptico do aparelho urinário. É um poderoso remédio para as blenorragias agudas e crônicas, debelando-as com relativa facilidade, depois de pouco tempo de uso. Indica-se também contra hemorragias, tosses e bronquites, doenças de origem sifilítica, moléstias de pele, incontinência urinária, catarro da bexiga,</p>

		leucorréia, diarreia, disenteria e urticária.
<p>Palmeira Macaúba Bocaiúva “coco-de-catarro e mucajá” (BRANDÃO, 2010, p.70)</p> 	<p><i>Acromia aculeata</i> Família: Arecaceae</p>	<p>O fruto é comestível, tanto a polpa quanto a semente, e as folhas podem ser usadas para coberturas diversas. Também usada em paisagismo.</p> <p>“É uma palmeira muito bonita e útil. Seu óleo é usado para fazer sabão” (G Von Langsdorff, 1824025 <i>apud</i> BRANDÃO, 2010, p.70)</p>
<p>Gabiroba guabiroba, guabirova, guavirova, gavirova, araçá- congonha ou guavira</p> 	<p><i>Campomanesia pubescens</i></p>	<p>Ela pode ser consumida ao natural ou na forma de sucos, doces e sorvetes e também serve para fazer um apreciado licor.</p> <p>“Um estudo avaliou e confirmou a possibilidade da polpa dos frutos ser usada na produção de bebidas fermentadas” (BRANDÃO, 2010, p.56)</p>
<p>Jerivá, coco - babão, coqueiro- jerivá, baba-de- boi, coco-de- catarro.</p>	<p><i>Syagrus romanzoffiana</i></p>	<p>São comestíveis a polpa e a castanha envolvida pela polpa. Em algumas regiões é plantada para fins ornamentais, e também fornece palmito de excelente paladar.</p>

		
<p>Aroeira</p> <p>Possui entre 60 e 80 gêneros, com cerca de 600 espécies, com larga distribuição em regiões de temperatura moderada. A <i>S. terebinthifolius</i>, é conhecida popularmente como aroeira-vermelha</p>	<p><i>Myracrodruon urundeuva</i> A Schinus <i>terebinthifolius</i> Raddi</p>  <p><small>aroeira-branca - <i>Litsea molleoides</i></small></p>	<p>O chá de aroeira é adstringente e tônico, útil nas feridas, tumores e inflamações. É utilizado, também, contra reumatismo, ínguas e antinevrálgico.</p> <p>Outros nomes encontrados para a espécie vegetal na obra de Richard Burton (1869 <i>apud</i> Brandão, 2010, p.26): corneiba, tupinico e capicuru.</p> <p>Dizeres (Brandão, 2010, p.26): “Dizem que quem dorme à sombra da aroeira apanha tumores nas juntas, e as pessoas muito sensíveis que passam perto da árvore sofrem inchaço no rosto” “Os índios usavam o suco verde dos ramos novos para moléstias dos olhos”</p>
<p>Abacaxi ou Ananás, ananás-de-raposa Ananás ananassoides (ananás do serrado)</p>	<p><i>Ananás ananassoides.</i></p> 	<p>Reativador da memória</p> <p>É consumido <i>in natura</i>, pois apresenta polpa doce e succulenta Os frutos inteiros maduros conservam-se por uma semana ou mais sem sofrer danos e, se estiverem semimaduros, prolongam-se por mais tempo.</p> <p>Como são frutos muito rústicos, não apresentam problemas de transporte. Se for para desidrata-lo, deve-se corta-lo em fatias finas e levá-las ao sol. O miolo pode ser triturado e aproveitado em sucos e geleias.</p>
<p>Barbatimão</p> <p>Cipó-de-são-joão (Brandão, 2010, p.31)</p> <p>Nome Científico: <i>Pyrostegia venusa</i></p> <p>É árvore do Cerrado brasileiro do sul do</p>	<p>Taninos (ácido gálico, elágico, flobafeno), prodelfinidinas(precursores dos taninos condensados),galocatequina, epigalocatequina, goma, matéria corante, sacarose e dextrose.</p> <p>Partes utilizadas Casca</p>	

<p>Pará até São Paulo e Mato Grosso do Sul.</p> <p>Nomes em português: Barbatimão, Ibatimão, barba-de-timão, Uabatimô, casca da virgindade, yba timo (indígena).</p> <p>Nome latino <i>Stryphnodendron adstringens</i>(Mart.) Coville , <i>Stryphnodendron barbatimam</i></p> 	<p>Propriedades do barbatimão</p> <p>Anti-séptico, cicatrizante, antibacteriano, antifúngico, tripanocida (ainda não comprovado em humanos).</p> <p>Indicações do barbatimão</p> <p><i>Para uso interno (infusão, chá)</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Gastrite, úlcera e dor de garganta. <p><i>Para uso externo (gargarejo, pulverização do pó, banhos de infusão)</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Tratamento de feridas - Hemorróida - Gonorréia - Gengivites - Leucorréia, candidíase, infecções vaginais. <p>Efeitos secundários</p> <p>A ingestão de infusões e extratos de barbatimão em alta dosagem e por um longo período podem levar a irritação gástrica</p>
---	---

Ressalta-se que as plantas medicinais são elementos da etnobotânica que constituem parte importante da biodiversidade e da paisagem cultural sendo largamente utilizadas desde os primórdios da civilização por vários povos e de diversas maneiras. Atualmente, cerca de 80% da população utiliza recursos da medicina popular para tratamento de alguma doença, sendo que os conhecimentos das técnicas utilizadas e o seu emprego são transmitidos por gerações de forma oral. É forçoso reconhecer que:

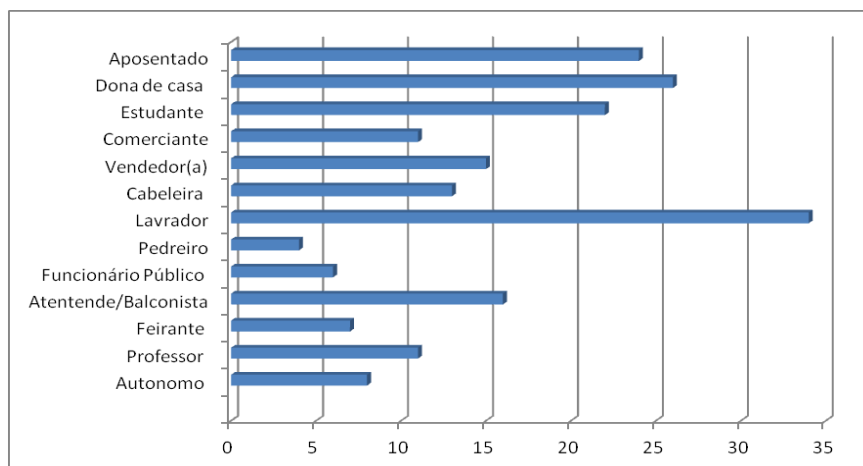
O conhecimento sobre plantas medicinais simboliza, muitas vezes, o único recurso terapêutico de muitas comunidades e grupos étnicos. As observações populares sobre o uso e a eficácia de plantas medicinais de todo mundo, mantém em voga a prática do consumo de fitoterápicos, tonando válidas as informações terapêuticas que foram sendo acumuladas durante séculos (MACIEL *et al.*, 2002, p. 429).

O conhecimento sobre as plantas medicinais acompanhou a evolução do homem através dos tempos. Remotas civilizações primitivas se aperceberam da existência, ao lado das plantas comestíveis, de outras dotadas de maior ou menor toxicidade que, ao serem experimentadas no combate às doenças, revelaram,

embora empiricamente, o seu potencial curativo (ARAÚJO *et al.*, 2007, p. 45). Toda essa informação foi sendo, paulatinamente, transmitida oralmente às gerações posteriores e depois, com o aparecimento da escrita, passou a ser compilada e registrada como um tesouro precioso.

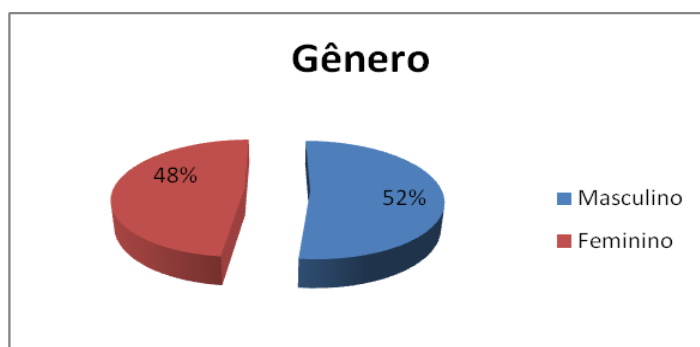
5.11.3. Perfil Sociedade Envolve

Gráfico 9: Profissão



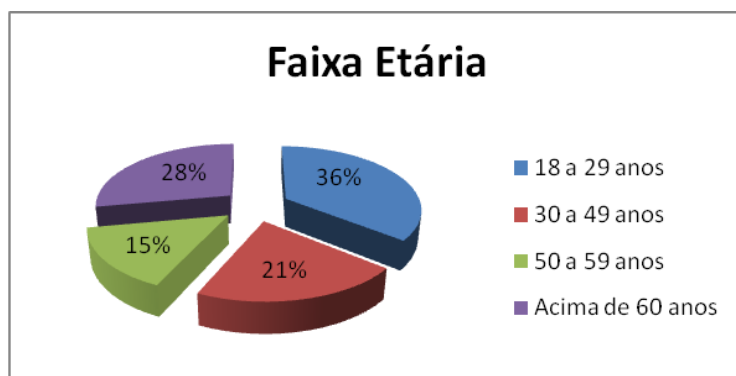
Em termos de perfil dos entrevistados, o histograma acima aponta que os moradores da cidade de Angelândia e Capelinha trabalham, sobretudo com a atividade agrícola, realidade que remete a realidade dos municípios, que é um dos maiores parques cafeeiros do Brasil. O setor de comércio e serviços também ganha destaque representando pelo expressivo contingente entre os entrevistados de vendedores e comerciantes.

Gráfico 10: Gênero



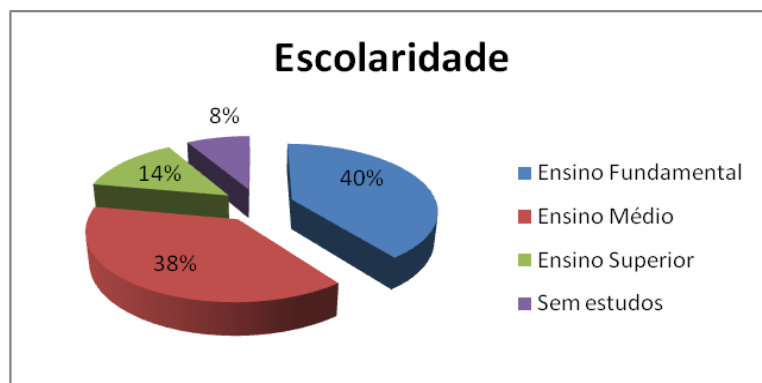
Diante dos resultados da pesquisa pode-se notar um equilíbrio entre os gêneros, masculino e feminino, pois em um universo das entrevistas empreendidas, 52% das pessoas são do gênero masculino, e 48%, do gênero feminino.

Gráfico 11: Faixa Etária



Este Diagrama evidencia que o universo de indivíduos entrevistados é formada majoritariamente de jovens, sendo 36% dos entrevistados inseridos na faixa etária de 18 a 29 anos; 28% possuem idade entres 30 a 49 anos; 21% entre, 50 a 59 anos, 15% acima de 60 anos.

Gráfico 12: Escolaridade



O Diagrama demonstra que a maioria dos entrevistados cursou ensino fundamental (40%) enquanto 38% possuem deles concluíram o ensino médio. Apenas 14% tiveram acesso ao ensino superior, e 8% mencionaram não terem efetivados os estudos.

5.11.4. Análise Entrevista Sociedade Envolvente

Nesse segmento do trabalho vamos apresentar as percepções da sociedade envolvente dos municípios de Angelândia e Capelinha, sobre a questão dos afrodescendentes. Destacamos que o recrutamento para participação na pesquisa partiu de uma abordagem das pessoas nos centros comerciais dos municípios, estabelecendo-se aí, um diálogo e, explicitando-se então, o caráter e os objetivos gerais da pesquisa.

Assim sendo para a sociedade envolvente a sociedade envolvente, os principais problemas enfrentados pelos negros, seriam por um lado, o preconceito e a discriminação racial, e por outro a falta de oportunidades, particularmente em termos de emprego, como se destaca nos depoimentos:

Vejo como os maiores problemas do negro o preconceito e o racismo, pois faltam bons empregos para os negros, e eles também têm mais dificuldades em conseguir bons empregos, emprego; quando se é negro é mais difícil, deveriam existir políticas que os favorecessem (Dona de Casa, 47 anos – Angelândia).

Racismo é o principal problema enfrentado por nós negros. Eu vivo e sinto isso na pele. Não tem atendimento igual com os brancos. Na minha família já houve casos de discriminação e preconceito, muita dificuldade de conseguir trabalho (Estudante, 23 anos - Angelândia).

É preciso perceber a importância da diferença e ter respeito com o negro. Deveríamos olhar para o negro a partir de agora, de forma diferente; não mais como os empregados das novelas ou como os bandidos (Comerciante, 37 anos – Capelinha).

Mesmo com um investimento grande em educação, a diferença de renda entre negros e brancos não vai diminuir; existe muita discriminação sofrida pelos negros (Taxista, 53 anos – Capelinha).

Preconceito é uma coisa ruim, pois quando começa qualquer briga o negro sempre é o culpado; e acabam falando: aqueles lá são “brigões”, aqueles negros (Lavrador, 63 anos – Angelândia).

A discriminação é muito grande. Os negros em média, possuem menos escolaridade do que os brancos, e a maioria deles não consegue se inserir no ensino superior. No mercado de trabalho também são os menos favorecidos, existem diferenças de salários e cargos nas empresas (Professor, 36 anos – Capelinha).

Foi questionado aos moradores de Angelândia e Capelinha, com eles veem nos últimos anos a situação vivenciada pelos negros, se houve uma melhoria ou degradação da situação vivenciada pelo segmento afrodescendente da população

brasileira no período recente. Observou-se que para os entrevistados teria havido uma melhoria nas condições de vida dos negro-afrodescendentes. Na visão da sociedade envolvente conforme exposto essa melhoria foi conseguida através de mais espaço na sociedade através do surgimento de oportunidades de emprego e educação, bem como devido à promulgação de leis que asseguram seus direitos e os protegem, e também devido para eles a visibilidade conquistada por tais atores, conforme é visto nos seguintes relatos:

Todos estão juntos “brancos” e negros. Existem leis contra o preconceito, que estão punindo quem comete estes crimes (Balconista, 23 anos – Angelândia).

O racismo tem sido combatido. Agora as pessoas tem menos preconceito. Antigamente era bem pior. O preconceito tem diminuído muitas pessoas estão com estudo e cuidam da forma de pensar (Aposentado, 69 anos – Angelândia).

O governo está colocando mais oportunidades de emprego e universidade, para o negro. Hoje, o preconceito diminuiu bastante; as pessoas estão melhorando (Secretária, 29 anos, Capelinha).

Em termos do governo eles têm o mesmo direito. Melhorou de várias formas, antigamente o “cara” não tinha estudo nem possibilidade, melhorou muito pra eles. Hoje tem negro engenheiro. E existem leis que impedem que as pessoas ofendam os negros (Comerciante, 41 anos – Capelinha).

Leis contra racismo, [como as] cotas raciais; hoje os negros são mais aceitos. Não há mais discriminação; o povo está mais educado. O racismo diminuiu bastante, agora racismo é crime, as leis defendem [os negro] (Recepcionista, 25 anos-Capelinha).

A respeito da contribuição com as comunidades afrodescendentes locais as respostas obtidas foram bastante segmentadas. A maioria dos entrevistados afirmou desconhecer a existência de qualquer tipo de ajuda nesse sentido. Outra parcela dos moradores declarou que ninguém oferece na ótica dos entrevistados ajuda a tais comunidades. Mas tiveram alguns relatos afirmando que existem ajuda as comunidades, conforme apresentado a seguir:

Acho que a própria a comunidade tem contribuído com os negros, eles falam dos problemas na igreja, tem palestra nas escolas, o povo da região é muito unido! (Dona de Casa, 55 anos – Angelândia).

A prefeitura com os projetos tem a ajudado muito, as leis, que deram mais igualdade. De certa forma a sociedade como um todo devido ao aumento da sua conscientização (Motorista, 41 anos – Capelinha).

O governo e sua política, palestras do governo, têm ajudado muito aqui na região, assim os negros ficam sabendo dos seus direitos e podem correr atrás das coisas, os benefícios que o governo oferece (Comerciante, 49 anos, Angelândia).

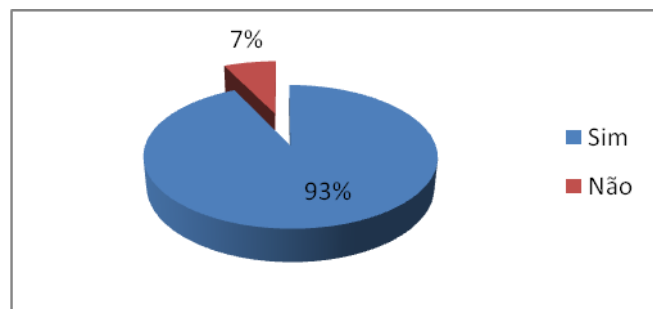
Sobre o que tem prejudicado a vida dos negros, a sociedade envolvente afirmou ser o racismo que tem atrapalhado a vida dos negros, conforme sinalizamos a seguir:

O próprio negro tem preconceito consigo mesmo, tem negro que não gosta de negro, pra mim isso é um racismo (Atendente, 28 anos – Angelândia).

Os racistas os que discriminam a pessoa pela cor da pele não tem respeito com o negro, ficam olhando “torto” quando eles chegam em algum lugar (Lavrador, 44 anos – Angelândia)

A população pela falta de informação, as empresas que não oferecem oportunidades para o negro. O governo ao criar quotas para os negros, o que na verdade aumenta o preconceito e o racismo, que acaba na verdade prejudicando-os, na minha opinião (Feirante, 36 anos – Capelinha).

Gráfico 13: O Futuro do negro será bom?



Este gráfico evidencia que o futuro do negro para a 93% dos entrevistados será bom e apenas 7% deles são pessimistas quanto ao futuro do negro.

Dentre as respostas obtidas quanto ao futuro do negro, alguns alegaram não saber responder à questão. Os que responderam a questão em suas respostas incluíram a corrupção, insuficiência de leis quanto ao pessimismo ao futuro do negro. Um entrevistado chegou a afirmar que os negros sempre serão desrespeitados e que o racismo nunca irá acabar. Outros responderam que o futuro dos negros será bom fundamentados em processos em curso como oportunidades de estudo, as cotas oferecidas pelo governo, a conscientização está cada vez maior existente entre as pessoas e devido às leis de igualdade que incentivam/propiciam. *“As pessoas estão mais bem informadas para buscar seus direitos”*; *“Terão melhores condições para enfrentar o preconceito”*; *“As cotas que vêm sendo destinadas aos negros, contribuem para a igualdade”*; *“Os negros estão tendo mais acesso ao*

estudo/formação profissional”; “As comunidades estão se valorizando”; “há de melhorar, pois a educação permite que sejam todos iguais”. São alguns depoimentos registrados nas respostas dadas a tal questão.

Foi questionada a sociedade envolvente sobre a cultura negra, se ela está presente nos dias atuais ou se perdeu no tempo. Em resposta a esta pergunta à maioria dos entrevistados, declarou que a cultura dos negros é algo presente nos dias de hoje, conforme apresentamos a seguir:

Acho que a cultura do negro está presente nos dias de hoje, vejo no jornal e na televisão, para mim está presente no samba (Atendente, 25 anos – Angelândia).

É muito presente, os negros preservam bastante a sua cultura, eu acho que deveria valorizar mais, igual é aqui, no mês de setembro a escola fez teatro sobre os negros (Feirante, 38 anos – Angelândia).

Continua tradição forte, ainda existe na comida e na dança, é presente inclusive em Capelinha os negros tão muito valor a cultura deles aqui (Madeireiro, 40 anos – Capelinha).

Está presente, há lugares regiões de minas gerais onde ela ainda valorizada em Minas Novas, por exemplo, existe a festa da Irmandade dos Homens Pretos. É presente, através da música e dos centros de cultura negra, ela nunca vai se perder (Farmacêutico, 32 anos – Capelinha).

É presente nos dias de hoje, tem que ser valorizada e tem que expandir ainda mais por todo o nosso país, pra mim é presente nas religiões, dança e comida (Soldador, 51 anos – Capelinha)

Outra parcela dos entrevistados considera, contudo, que esta cultura esta perdendo como se percebe aos depoimentos a seguir: *“Está se perdendo aos poucos”; “Ficou no passado, a gente não vê mais dança de negro”; “Se perdeu. Não há manifestações culturais”; “Está se perdendo. A modernidade tem atrapalhado”; “Ficou diversificado, miscigenado. Hoje não há separação entre cultura branca e negra”.*

Questionados sobre definir os conceitos de quilombo e quilombola, os entrevistados tiveram grande dificuldade nesta questão. As respostas obtidas evidenciaram a dificuldade dos entrevistados da sociedade envolvente em definir os conceitos, tendo entrevistados alegado não saberem ou conhecerem o significado preciso de tais termos. Dentre os que responderam a questão, vale ressaltar as seguintes:

Quilombo é um lugar de moradia dos negros; uma comunidade africana, uma comunidade onde habitam os descendentes dos negros (Taxista, 50 anos – Capelinha).

[viver num] Quilombo é morar e conviver num grupo plenamente afro, com suas tradições afro, que ainda mantém essa resistência (Cabelereira, 32 anos – Angelândia).

Acho que são comunidades que são descendentes de negros, uma tribo de negro. Uma aldeia um povoado, é uma região onde vivem os negros, um lugar só de negro (Entregador, 27 anos – Capelinha).

Quilombo é um povoado de negros, no tempo da escravidão, já quilombola são os integrantes das comunidades negras. Já estudei, mas não me lembro direito (Recepcionista, 25 anos – Capelinha)

Como resposta a questão sobre o conhecimento de alguma intuição que desenvolva algum projeto na região, obtivemos que a maioria dos entrevistados alegaram não conhecer nenhuma instituição ou ONG que atuasse na região *“Não sei, não conheço o papel delas”, foi um depoimento obtido, outros declaram que ninguém ajuda os quilombolas.* Aqueles que explicitaram alguns atores que estariam colaborando com os quilombolas citaram organizações entidades como: ONGs e associações como: Associação Barra do Capão, Associação Quilombola dos Pequenos Produtores Rurais, Associação dos Trabalhadores Rurais e Banda de Taquara.

Em relação aos potenciais turísticos da região, a maioria dos entrevistados da Sociedade Envolvente de Angelândia registrou que acontecem festas na região, destacando se entre elas: A “Festa do Trabalhador” (1º de maio); a Feira cultural que ocorre mensalmente; Cavalgadas festas religiosas (mês de Junho) e a principal “Festa do Café” que ocorre em dezembro, e que teria o maior potencial para atrair turistas das cidades do entorno. Na cidade de Capelinha foram registrados os seguintes eventos: festa do Capelinhense Ausente (julho); Festa de São Vicente (setembro); Festa de Nossa Senhora Aparecida (outubro); Nossa de Senhora das Graças Festa; São Sebastião (março);

Em termos da viabilidade/possibilidade do desenvolvimento da atividade turística na região, perguntamos aos integrantes da sociedade envolvente, o que significaria para eles: Turismo, obtendo-se os seguintes depoimentos dos entrevistados de Angelândia e Capelinha:

[Turismo significa...] Ir para um lugar, viajar e visitar para conhecer pessoas diferentes, culturas diferentes, conhecer cidades diferentes, tirar fotos e se divertir (Estudante, 19 anos – Angelândia).

[O turismo...] É uma atividades que gera renda passeio nos lugares; conhecer lugares, são pessoas que saem da sua casa que vão conhecer lugares diferentes, [que] atraem a curiosidade como Diamantina (Aposentando, 67 anos, Capelinha).

É uma forma de conhecer a beleza do local, trazer renda para o lugar, quando pessoas que vem para cá em busca de algo diferente, que não tem na cultura deles, ir pra onde não conhece (Comerciante, 42 anos – Angelândia).

[O turismo inclui...] Participação em eventos, busca da arte, lazer etc. deslocamentos de pessoas em busca de algo que lhe agradem em outra região, praias, patrimônio histórico, etc. [Corresponderia a um] Hábito que as pessoas têm de conhecer outros lugares, pessoas, modos de vida (Agente de Turismo, 30 anos – Capelinha).

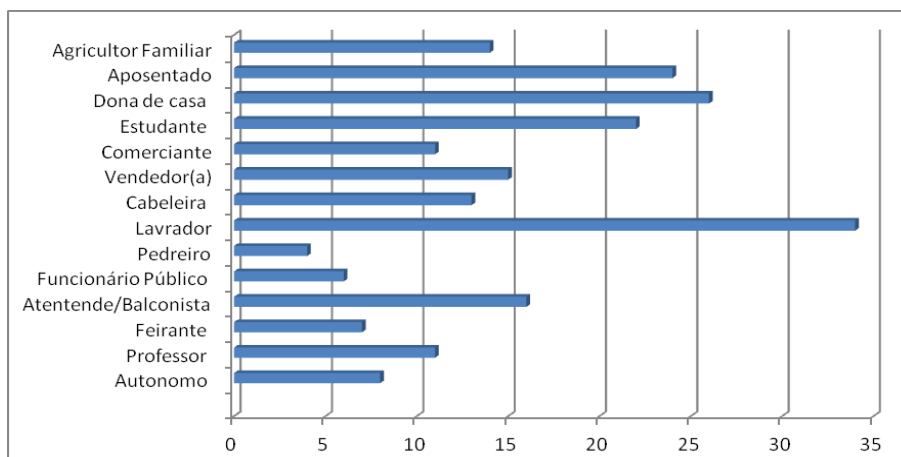
É quando uma cidade oferece algo de especial que trás um desejo das pessoas para virem conhecer [a exemplo da] a Fazenda do Alto dos Bois conhecer coisas antigas. [Turista é...] Quem vem de longe para participar de festas; [O turismo] é um jeito de ganhar dinheiro (Atendente de Farmácia, 31 anos Angelândia).

Diante dos relatos colhidos, destacamos que, ao participarem das entrevistas sobre o turismo; e na visão deles sobre a atividade relacionada-se com a experiência de conhecer lugares, manter contato com a dimensão material e simbólica das comunidades, além de vivenciar as experiências de um determinado destino. Os entrevistados, em seus relatos, também abordam os aspectos econômicos da atividade, como a geração de renda aumento da movimentação financeira, que poderia propiciar a melhoria da infraestrutura local. Na visão da sociedade envolvente, o turismo surge como uma ferramenta do desenvolvimento dinâmico, gerador de empregos e motor de recursos, ao mesmo tempo em que fortalece a gestão sustentável dos patrimônios natural e cultural como elementos formadores do produto turístico e conseqüentemente mantenedores de sua própria sobrevivência.

Portanto, para que o turismo seja eficaz, na nossa visão, destacamos que a atividade esteja orientada para a satisfação das necessidades dos moradores e não direcionando somente para o mercado, é preciso que se oriente por modelos que realmente promovam o turismo não apenas como um instrumento para geração de renda e emprego, mas também como um elemento de integração dos indivíduos à vida social.

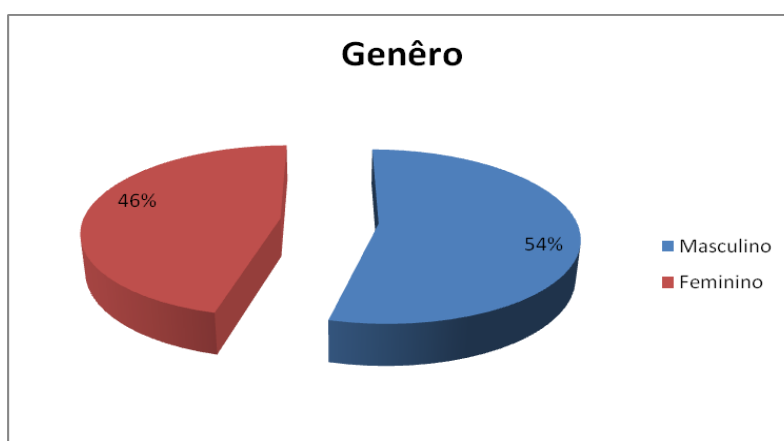
5.11.5. Perfil Geral do Público Entrevistado

Gráfico 14: Profissão



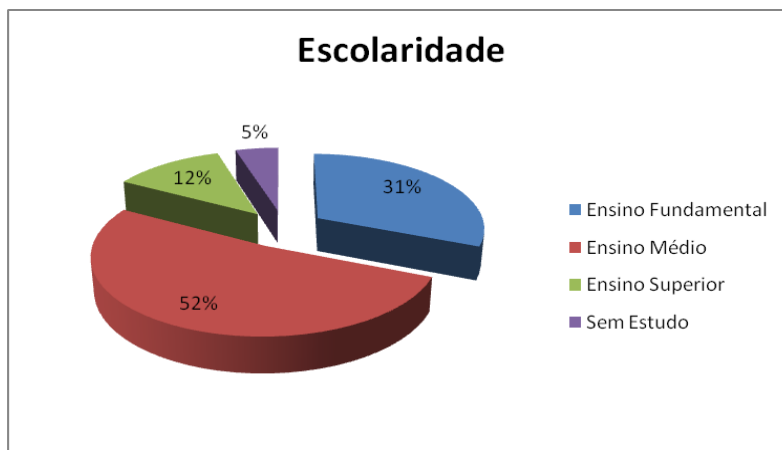
Em termos geral do perfil dos entrevistados, o histograma acima aponta que os entrevistados trabalham, sobretudo com a atividade agrícola, realidade que remete a realidade dos municípios. Houve um grande contingente de Aposentados, dona de casa e estudantes que responderam as questões. O setor de comércio e serviços também deve destaque representando representado por vendedores, Atendentes/Balconistas e comerciantes.

Gráfico 15: Gênero



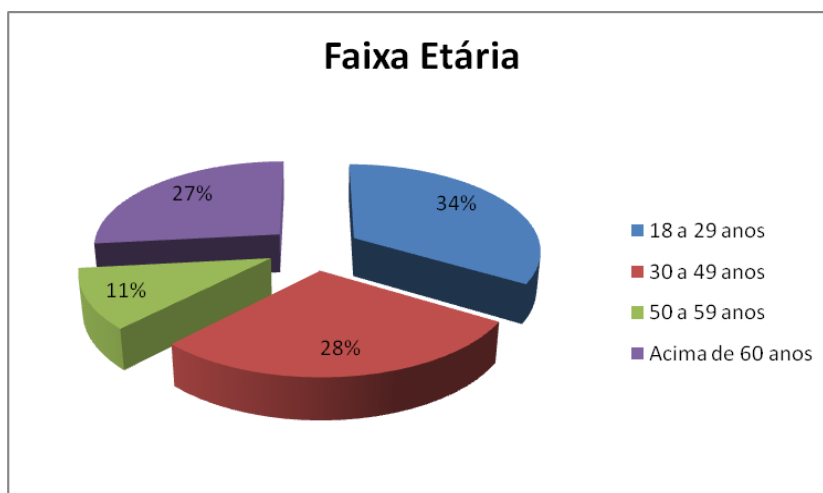
Diante dos resultados da pesquisa pode-se notar um equilíbrio entre os gêneros, masculino e feminino, em que, 54% das pessoas são do gênero masculino, e 46%, do gênero feminino.

Gráfico 16: Escolaridade



O Diagrama demonstra que a maioria dos entrevistados cursou ensino médio (52%) enquanto 31% concluíram o ensino fundamental. Apenas 12% tiveram acesso ao ensino superior, e 5% mencionaram não terem efetivados os estudos.

Gráfico 17: Faixa Etária



Este Diagrama evidencia que o universo de indivíduos entrevistados é formado majoritariamente de jovens, sendo 34% dos entrevistados inseridos na faixa etária de 18 a 29 anos; 28% possuem idade entres 30 a 49 anos; 27% acima dos 60 anos, 11% entre 50 a 59 anos.

5.11.6. Interpretação Crítica dos Dados de Campo

Vale ressaltar que os trabalhos de campo realizados na área foco de investigação tiveram papel essencial na obtenção de dados primários (quantitativos e qualitativos) capazes de fundamentar as discussões da dissertação, criando a possibilidade de dialogar com os residentes das comunidades quilombolas, colher seus depoimentos, testemunhos, opiniões e percepções, e assim, estas etapas da pesquisa de campo possibilitaram a coleta de rico acervo de dados, além de proporcionarem ao pesquisador uma vivência mais íntima e próxima desta “paisagem cultural alternativa”, junto aos quilombolas e sua sabedoria tradicional/ancestral.

As entrevistas semiestruturadas foram de fácil aplicabilidade devido ao entendimento imediato das questões pelos entrevistados, embora tenha sido expressiva a dificuldade de alguns entrevistados em darem suas respostas, na sociedade envolvente, sobretudo.

Quanto ao “Perfil do entrevistado”, destacamos que os moradores do Alto dos Bois são pessoas de idade avançada, que possuem um grau de escolaridade baixo e sua fonte principal de renda é a agropecuária. Já na sociedade envolvente eles apresentam uma escolaridade maior, possuem uma idade regular e a principal fonte de renda vem do setor de serviços e da agricultura.

Dentre as respostas obtidas de ambos os grupos quilombolas e sociedade envolvente, observamos que as mulheres de idade entre 18 a 29 anos, mostraram um maior conhecimento sobre as questões afrodescendentes, possuem um conhecimento quanto às leis e os benefícios para os negros. Quanto aos problemas enfrentados sobre os negros, os Homens entre 30 a 49 anos, foram mais incisivos quanto à questão do racismo discriminação e falta de oportunidades. As mulheres entre 18 a 29 anos são mais otimistas quanto ao futuro dos negros, que haverá maior igualdade e oportunidades.

Sobre a questão do turismo, os homens entre 30 a 49 anos, estão mais ligados à questão do turismo, mostraram maior conhecimento e entendimento sobre o turismo, mas são mais receosos quanto ao aumento de turistas na região, em especial os efeitos negativos da atividade. Já as mulheres entre 18 a 29 anos, são

mais otimistas quanto ao aumento de turistas na região, devido a uma possibilidade do aumento de empregos na região. Quanto aos atrativos turísticos que poderiam atrair visitantes, os homens acima de 60 anos, sinalizou a Fazenda Alto dos Bois, como um atrativo em potencial, já os homens e mulheres entre 18 a 29 sinalizaram as festas locais.

Constatou-se o desconhecimento de grande parte da população entorno das comunidades quanto à presença e importância cultural e histórica de quilombolas na região. Além disso, identificou-se considerável desconhecimento por parte da população urbana de Angelândia também sobre sua herança afrodescendente quilombola. Constatou-se amplo desconhecimento sobre o significado dos termos conceitos: “Quilombola e Quilombo”, (e neste caso não somente pela sociedade envolvente, mas, também, por grande parte dos membros das próprias comunidades). Nota-se que os membros dessas comunidades, em sua maioria, não se reconhecem como quilombolas. Eles se autoidentificam majoritariamente e alternativamente como pequenos produtores rurais de agricultura familiar (apesar de que sua associação já tenha formalmente, se assumido como órgão representativo de quilombolas).

Nota-se a influência da associação nas comunidades, mas percebe-se que ela está desorganizada e há pouca adesão dos moradores a suas propostas. Suas ações não conquistam muita representatividade nem apresenta muita capilaridade nas diferentes comunidades que compõem o complexo sociocultural do Alto dos Bois.

Nos “Aspectos Políticos Culturais” envolvidos nota-se a necessidade do fortalecimento e retomada de festas tradicionais. O turismo, quando desenvolvido com o intuito de oferecer mecanismos de fomento econômico e sociocultural a uma comunidade, necessita da promoção de eventos que promovam a atividade.

Reafirmamos que, mesmo que a comunidade não possua conhecimentos específicos sobre o turismo, uma vez que nunca estabeleceram relação direta com a atividade, ela tem grande anseio de desenvolvê-la em seu território. Os entrevistados deram testemunhos com bastante veemência de que o turismo poderia trazer benefícios, em sua avaliação ao lugar e desenvolver não economicamente, mas também socialmente, a comunidade.

Reiteramos ainda que, nas perspectivas com maior sensibilidade social considera-se atualmente, que o turismo deve buscar a valorização de paisagens culturais alternativas buscando o turista adquirir novas vivências almejando contribuir no desenvolvimento dos lugares e territórios por ele visitados. Sendo assim, a inserção planejada do turismo em determinada localidade que possua aptidão e anseio de desenvolver a atividade, deve acontecer de forma participativa, e buscando mitigar seus potenciais impactos negativos, de sua materialização aí, além de reforçar e resgatar a identidade local. A eventual implantação de projetos turísticos no Alto dos Bois deveria ser implementada nas comunidades, ainda de maneira integrada, com a participação de todos os atores envolvidos, incluindo os setores público e privado e comunidade local, a fim de incrementar e otimizar na medida do possível, o bem-estar da comunidade e a qualidade de vida local. Valorizando e dinamizando essa paisagem cultural alternativa.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A etnogeografia tem como uma das preocupações as representações que uma sociedade faz do mundo, da natureza e das espacialidades das relações. Nos estudos etnogeográficos, a ênfase é dada na diversidade de organizações espaciais delimitadas pelos padrões culturais. Compreende-se que a diversidade de normas que presidem a organização do espaço é bem maior do que deixam supor os modelos “dominantes” na geografia econômica e na geografia política (ALMEIDA, 2008). Assim, a etnogeografia busca penetrar na intimidade dos grupos culturais, o vivido pelos homens, concretizado em crenças, valores e visão de mundo. É nessa ótica que neste estudo privilegiamos a perspectiva proposta por Cosgrove (2012), que acentua as relações de Poder impressa nas paisagens.

Ao trabalharmos com a categoria de análise “paisagem cultural”, a qual pressupõe a íntima interação do Homem com a Natureza, é bom se ter em mente que este conceito ainda está em transformação, assim como a própria dinâmica da paisagem, e dessa forma cada paisagem cultural deve ser tratada de acordo com suas particularidades. Vale ressaltar que ao unir Natureza e Sociedade, a paisagem

revela-se um conceito integrador, capaz de expressar as sinergias implícitas, os descompassos temporais, e tudo o mais que singulariza uma paisagem.

Observamos que a análise das paisagens culturais tem por objetivo a compreensão das formas visíveis e invisíveis dos discursos sociais dos grupos humanos, que atribuem ao seu espaço vivido um sistema de signos e significações construído a partir de relações culturais, sociais, políticas e econômicas. Posto isso, o desafio do olhar geográfico frente aos processos sociais, sob o viés cultural, remete-se a essa busca pela compreensão das interpretações/percepções simbólicas que se configuram sobre a vida coletiva (RODRIGUES, 2013).

Destacamos que os quilombolas constituem o segundo segmento étnico cultural brasileiro a obter o direito à titulação de suas terras ancestrais, depois dos índios, cujas lutas política, territoriais antecederam e serviram de aprendizado para os quilombolas. Podemos situar as comunidades quilombolas, de forma geral, no contexto dos “novos movimentos sociais”, que demandam não apenas bens e serviços necessários a sua sobrevivência cotidiana (direito ao alimento, água, à educação, à saúde, à moradia, etc), mas também direitos sociais de igualdade e diferença, sobretudo nas relações raciais –, bem como o respeito e valorização de suas culturas, saberes, modos de vida e tradições particulares.

É relevante assinalar que no âmbito das comunidades quilombolas, a tradicionalidade étnica é construída partir de uma essência cultural imutável, transmitida entre gerações, que se associa, no entanto, às múltiplas influências individuais e coletivas de interpretação dos indivíduos daquele grupo, dando-lhe o caráter dinâmico e múltiplo, pelo qual, atualmente compreendidas as culturas negras.

Ressalta-se que a Cultura representa não apenas a herança e a experiência de um povo, mas uma projeção em direção ao futuro, apresentando-se como um documento aberto a múltiplas leituras. Eis então mais um desafio ao olhar do geógrafo: procurar captar as diversas leituras de uma paisagem, combinando, de forma efetiva, todos esses olhares (RODRIGUES, 2013).

Postulamos que a pesquisa atingiu os objetivos propostos, sendo o principal deles, tentar investigar, sob uma perspectiva cultural, as paisagens locais da comunidade de Alto dos Bois, com ênfase para tentativa de explicitação a relação

das pessoas com seu espaço de vivência e sua percepção sobre a presença, em potencial do turismo aí. As observações/percepções durante os trabalhos de campo, possibilitaram a conquista de proximidade com a realidade estudada, primando pela interlocução com os sujeitos.

O contexto sociopolítico de reconhecimento dos direitos quilombolas fortaleceu inclusive o sentimento de pertencimento deste grupo ao seu lugar, levando muitos a entenderem também processos sociais amplos, que segregam grupos e culturas, em direção a uma reflexão sobre sua condição no mundo, e deflagrando assim, um movimento em direção à valorização da diversidade cultural. O Alto dos Bois se estrutura através destes importantes elementos que congregam a vida comunitária a uma vida política, realidade permeada por um cotidiano específico que envolve também trabalhos agrícolas, atividades religiosas, relações de parentesco, amizade e solidariedade.

Destacamos que a contribuição africana à construção da cultura brasileira (e/ ou das paisagens culturais do país) tem sido colocada em evidência na literatura científica contemporânea, vinculada à Geografia Cultural, inclusive em periódicos internacionais- a exemplo de Aubrée (2000). E postulamos, sobretudo que, corresponderiam, a **paisagens culturais emergentes**, aquelas vinculadas às populações tradicionais em processo de resgate da sua identidade étnica e cultural e que hoje vão progressivamente se assumindo como quilombolas e “reterritorializando-se”. Vale ressaltar, o caráter dialético e evolutivo que a paisagem cultural pode exibir (TORELLY, 2008), e destacar ainda que, segundo o pesquisador Denis Cosgrove (2012), tais “paisagens culturais alternativas” seriam oriundas da dinâmica social gestada “por novos grupos”, e que estaria, nitidamente, na natureza de uma cultura emergente, oferecer um desafio à cultura dominante (uma visão de futuros alternativos possíveis...).

É precisamente nesse contexto que as populações quilombolas do Alto dos Bois podem ser visualizadas como **paisagem cultural emergente**, em nossa apreciação. Tal categorização poderia se basear nas mudanças que ocorreram nos territórios negros desde a experiência, até os anos mais recentes, onde houve o reconhecimento cultural e se prevê a concessão da propriedade da terra aos quilombolas.

Identificamos, em nosso estudo que a paisagem é uma categoria de análise pertinente para estudos em comunidades quilombolas, em especial no Vale do Jequitinhonha, que é uma das regiões de identidade cultural mais marcante do estado de Minas Gerais, e que possuiu um número significativo de comunidades quilombolas.

Acreditamos que a paisagem seja um elemento importante no processo de adequação dos processos territoriais, pois ela funciona como um suporte legítimo para o diálogo entre os gestores e as populações. E assim sendo, a paisagem, ao envolver os aspectos objetivos e subjetivos do espaço e do mundo vivido, imprime marcas entre a racionalidade e a afetividade, dando origem, assim, a complexos sistemas simbólicos.

Destacamos ainda que a paisagem pode ser interpretada como um atrativo turístico. Se corretamente interpretada, a leitura da paisagem é capaz de gerar um conjunto de materiais interpretativos que podem ser incorporados às estratégias de promoção do Vale do Jequitinhonha e mais especificamente na região do Alto dos Bois, estimulando aí uma demanda de visitantes diferenciados. Para tal, o turismo deve, contudo ser requalificado e se voltar para destacar aspectos culturais, o que inclui as pessoas e o meio ambiente. A paisagem pode abrir canais de aproximação entre os visitantes e os movimentos políticos e sociais que visam à defesa e recuperação do meio ambiente, dos costumes e cultura da população do Vale.

Reafirmarmos assim, que a paisagem é uma categoria adequada, para os estudos de comunidades tradicionais, pois, a paisagem atende a dois objetivos básicos: acrescenta valor à experiência do visitante, elevando seu nível de satisfação, e acrescenta valor ao ambiente visitado, realçando a necessidade de sua conservação. Seu conhecimento aumenta o nível de conscientização sobre o meio/patrimônio natural ou cultural (facilitando sua conservação e contribuindo para minimizar impactos sobre os bens naturais e culturais).

As paisagens culturais estão cada vez mais ligadas a uma nova maneira de se conceber o mundo, emergindo por meio de uma politização das práticas e comportamentos sociais, com a construção em paralelo de uma consciência de fortalecimento e re-significação das identidades, agregando às suas tradições e memórias, projetos alternativos de produção e organização sociocultural, bem como

de afirmação e participação política. E é precisamente nesse sentido, que a comunidade quilombola do Alto dos Bois vem se consolidando como paisagem cultural alternativa.

A justificativa para tal classificação emerge do recente processo de mobilização da comunidade em que se percebe considerável ganho de visibilidade política, nos últimos anos/ décadas, pelos núcleos quilombolas domiciliados no Vale do Jequitinhonha, em geral, e no sítio de Alto dos Bois, em particular, na medida em que tais comunidades têm vivenciado ultimamente uma dinâmica nitidamente vinculada a processos de reterritorialização e exercido crescente protagonismo etnopolítico.

Percebemos que a conquista de direitos na Constituição da República de 1988, foi de grande relevância para as comunidades quilombolas, que até então se encontravam “invisibilizadas” e desprovidas de direitos no cenário nacional (e desde o período colonial). Esse importante passo, dado graças à luta do movimento negro articulado às populações quilombolas, inaugurou um tempo marcado pelos direitos ou pela corrida em busca deles.

Destaca-se ainda a criação da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR) e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), importantes para o movimento negro como um todo, sobretudo para as comunidades quilombolas e demais populações tradicionais. Por meio desta política, vários outros importantes programas sociais foram desenvolvidos em nível nacional, como o Programa Cultura Afro-Brasileira, o Programa Comunidades Tradicionais, a Agenda Social Quilombola (ASQ), o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Quilombola, o Programa Nacional de Alimentação Quilombola (Pnaq), a Chamada Nutricional Quilombola, o Programa Brasil Quilombola (PBQ), em outros.

Destacamos que a paisagem cultural do Alto dos Bois apresenta grande importância patrimonial e histórica, motivo pelo qual a comunidade teve seu reconhecimento como quilombola tão rapidamente reconhecida. Ademais, esse lugar carrega ainda uma série de signos e significados intrínsecos ao modo de vida dessas pessoas. As manifestações tradicionais enraizadas, como as ferramentas agrícolas, os modos de fazer a comida, o hábito de pintar a casa com tabatinga²³

²³ Tavátinga – o barro branco (em Tupiguarani)

traduzem uma herança e uma manutenção de saberes que foram apropriados do passado e adaptadas ao presente, representando assim uma ressignificação e inovação das práticas culturais quilombolas.

De certa forma, apesar de, em sua maioria, não compreenderem o que é ser quilombola, a comunidade de Alto dos Bois reconhece em sua história a presença dos “*negros fugidos*”, das “*Índias pegas no laço ou por cachorro no mato*” na trajetória de seus ancestrais. O que acontece, então, é uma falta de clareza na compreensão desses atores locais como novos sujeitos. O aprofundamento das pesquisas na região de Alto dos Bois talvez possa trazer luz para dirimir esses questionamentos e propiciar novos entendimentos dos conceitos referentes à identidade tradicional quilombola

Nesse sentido que as paisagens culturais devem ser compreendidas e não apenas através do reconhecimento/ descrição dos signos e significados que as compõem. É preciso compreender suas sutilezas e “meandros”, a dimensão política e as práticas direcionadas às relações de Poder.

Assim, acreditamos que o conceito de paisagem cultural, principalmente se relacionado às comunidades tradicionais, consiste em uma abertura para novas políticas públicas de desenvolvimento local, considerando todos os elementos que compõem a diversidade sociocultural das localidades/ comunidades. Tais práticas devem ser guiadas a partir da percepção e da necessidade das populações locais. Uma forma de se alcançar tais objetivos é a aplicação, aí, de metodologias científicas participativas. Além disso, é preciso que se realizem projetos que contemplem de forma conjunta as dimensões sociais, culturais, econômicas e ambientais nas escalas regional e local.

Considerando a questão do turismo, buscou-se abordá-la num horizonte de discussão que abrisse perspectivas para um modelo que valorize as comunidades, que incentive sua permanência em seu lugar de origem, como agentes ativos, e não como meros coadjuvantes de um modelo de exploração turística excludente e elitista. Vale ressaltar que para que o turismo se desenvolva em moldes sustentáveis, as ações, para seu incremento, devem estar relacionadas a políticas sociais — urbanas e rurais — e ambientais — que visem à integridade do ambiente.

Tudo numa paisagem é passível de interpretação. A paisagem tem história e essa história pode ser narrada. Este é o seu maior potencial para o turismo: a sua dimensão educativa e informativa. A experiência da paisagem fornece os recursos para uma interação verdadeira com o meio e a comunidade que o habita, e sua interpretação pode gerar atratividade para o destino turístico.

Destacamos que o turista sempre quer levar algo consigo na sua bagagem, seja material, (como um presente); ou abstrato, como a lembrança de um desejo concretizado, alguma informação ou conhecimento novo. E a satisfação do visitante está muitas vezes, relacionada, em grande parte, à experiência de aquisição de novos conhecimentos. Mas, para isso, o visitante não espera leituras ou exposições cansativas e maçantes, diante das quais tenha que manter uma atitude passiva. Espera, sim, interagir, ou seja, participar ativamente de um processo real e agradável, que lhe desperte o interesse e a disposição.

Na verdade, como o turismo está representado de maneira efetiva no espaço de vivência dos moradores, havendo certo desconhecimento sobre a atividade, isso impede que eles firmem uma posição crítica a respeito à atividade turística. O que pôde ser detectado é que a comunidade não identificou muitos aspectos negativos no potencial desenvolvimento do turismo, em seu território e além disso, com base na percepção seus integrantes que demonstraram possuir, não há indicações de que eles possam formar posições definidamente contrárias ao desenvolvimento da atividades.

O conhecimento adquirido sobre o espaço vivido levantou uma série de potencialidades locais que poderiam ser melhor exploradas pelo turismo ou se tornarem novos atrativos, como aquelas ligadas aos aspectos paisagísticos e aos referenciais étnicos, religiosos, históricos, arquitetônicos, entre outros. É válido não se restringir as atividades desenvolvidas nestas comunidades, apenas à finalidade turística, mas pensar no aumento da autoestima e em sua valorização em relação ao espaço vivido, dando abertura para outros projetos a serem implementadas aí em benefício ao desenvolvimento da cidadania.

Assim, ao atravessarmos as fronteiras disciplinares realizando interfaces nos conhecimentos, reconhecemos que as especificidades de cada disciplina nos abrem para a expansão de novas possibilidades. Observam-se nesta pesquisa,

possibilidades de trabalhos futuros, com novas reflexões, que poderiam ampliar as interpretações em outros caminhos interdisciplinares.

Como sugestão, seria pertinente a continuidade das pesquisas do IGC/UFMG e de outros centros de pesquisa e extensão com iniciativas similares no quilombo de Alto dos Bois, quiçá estimulando também a participação de pesquisadores das áreas de: Antropologia, Ciências Sociais, Turismo e História, além da busca por articulações em rede, seja do ponto de vista político e/ou social com outras comunidades quilombolas, com o intuito de se estabelecer um intercâmbio de ações mobilizadoras e iniciativas que almejem o desenvolvimento e a garantia dos direitos desses povos tradicionais.

7. REFERÊNCIAS

AGUIAR, G. M. Turismo, desenvolvimento local e integração regional. In. SEABRA, G. **Turismo de base local: identidade cultural e desenvolvimento regional**. Paraíba, 2007

ALFONSO, Maria José Pastor. El patrimonio cultural como opción turística. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 9, n. 19, p. 97-116, out. 2003.

Almeida Maria Geralda. Etnodesenvolvimento e turismo nos Kalunga do Nordeste de Goiás. In Etnodesenvolvimento e gestão territorial: comunidades indígenas e quilombolas. LIMA Ismar Borges (org). 1º.ed. – Curitiba, PR: CRV, 2014. P.195-212.

ALMEIDA, Maria Geralda de Paisagens Culturais e Patrimônio cultural: Contribuições Introdutórias para reflexões. In: **Maneiras de ler: geografia e cultura** [recurso eletrônico] / Álvaro Luiz Heidrich, Benhur Pinós da Costa, Cláudia Luisa Zeferino Pires (organizadores). – Porto Alegre: Imprensa Livre: Compasso Lugar Cultura, 2013. p.186-194

ALMEIDA, Maria Geralda de Territórios de Quilombolas - Pelos Vãos e Serras dos Kalunga de Goiás - Patrimônio e Biodiversidade de Sujeitos do Cerrado. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 4, n. 1, p. 36-63, fev. 2010.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Cultura, paisagens e patrimônio cultural: reflexões desde o Brasil Central, in **Espaço & Geografia**, Vol.16, Nº 2, 2013, p. 417-440

AMORIM FILHO, O. B. A evolução do pensamento geográfico e a Fenomenologia. **Revista Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 11, n. 21/22, jan./dez. 1999. p. 67-87.

ANDRADE, Manuel C. de. Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton et al. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 213-220

ANDUCCI JÚNIOR. Turismo e Antropologia no Brasil: estudo preliminar. In: **Turismo e identidade local: uma visão antropológica**. Campinas, SP: Papius, 2001 (Coleção Turismo). p. 21-47.

ANJOS, Rafael Sânzio A. - Territórios das Antigas Comunidades Remanescentes de Quilombos no Brasil - Primeira Configuração Espacial. 2ª. Edição. Brasília: Mapas Editora, 2000, 92 p.

ANJOS, Rafael Sânzio. Geografia, territórios étnicos e quilombos. In: GOMES, N. L. (Org.). **Tempos de lutas: as ações afirmativas no contexto brasileiro**. Brasília: MEC/SECAD, 2006. p. 81-103.

ARRUTI, José Maurício Andion - A Emergência dos “Remanescentes”: Notas Para o Diálogo Entre Indígenas e Quilombolas. **Mana**, v. 3, n. 2, p. 7-38, 1997.

BAHL, M. **Viagens e roteiros turísticos**. Curitiba: Prottexto, 2004b.

BANDUCCI JÚNIOR. Turismo e Antropologia no Brasil: estudo preliminar. In: **Turismo e identidade local: uma visão antropológica**. Campinas, SP: Papius, 2001 (Coleção Turismo). p. 21-47.

BANDUCCI, Álvaro Jr. (org.) **Turismo e identidade local: uma visão antropológica**.

BARBOSA, P.C. **Minas dos Quilombos**. Brasília: MEC / SECAD, 2008.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. Dicionário Histórico Geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.

BARRETTO, M. **Turismo e legado cultural**. 2. ed. Campinas: Papius, 2001

BARRETTO, Margarita “O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo”. **Horizontes Antropológicos**, vol. 9, nº 20, Porto Alegre, 2003.

BARRETTO, Margarita. “Relações entre visitantes e visitados: um retrospecto dos estudos antropológicos”. **Revista Turismo em Análise**, vol. 15, n. 2, 2004.

BARRETTO, Margarita. Turismo, cultura e sociedade. Caxias do Sul (RS): EDUCS, 2006.

Becker Elsbeth Léia Spode; Silva Adriana Pisoni da; Becker Kalinca Léia. A interpretação da cultura local e a paisagem alternativa no distrito de Santo Antônio, Santa Maria/RS, Brasil, in **Fortalecimento e integração da pesquisa em turismo na América Latina** : anais [do] 5º Congresso Latino-Americano de Investigação Turística / [realização do] Grupo de Pesquisa Turismo, Conhecimento e Inovação; organização [de] Cynthia Watanabe Corrêa. -- São Paulo: EACH/USP, 2012. 2790 p.

BENI, Mário. Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 9.ed. São Paulo: SENAC, 2003.

BERQUE, Augustin. "Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: elementos da problemática para uma Geografia Cultural". In: **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. P 84-91

BLEY, Liney Conceção de paisagem e lugar em geografia In: **Geografia, percepção e cognição do meio ambiente**/ org. Lívia de Oliveira, Yoshiya Nagagawara Ferreira, Lúcia Helena Batista Gratão. – Londrina: Edições Humanidades, 2006. P.103-107

BLOOMFIELD T. B., Paisagens Urbanas e Lugares: Uma Abordagem de Geografia Cultural para a Intervenção Urbana Polaroides (In)visíveis, de Rom Lisboa, em Curitiba. **17º Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas Panorama da Pesquisa em Artes Visuais** – 19 a 23 de agosto de 2008 – Florianópolis. p. 764- 774

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do Território. In: CORRÊA, R. L., ROSENDAHL, Z. (Org.) **Geografia Cultural: um século (III)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p. 83-131

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: **Geografia Cultural: um século (3)**. Rio de Janeiro: UERJ, 2002.

BORGES, Maristela Corrêa - Da Observação Participante à Participação Observante: Uma Experiência de Pesquisa Qualitativa. In: RAMIRES, Júlio Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **Geografia e Pesquisa Qualitativa: Nas Trilhas da Investigação**. Uberlândia (MG): Assis, 2009. P. 183-198.

BOSS, M. **O modo de ser esquizofrênico à luz de uma fenomenologia Daseinanalítica**. Daseinanalyse, v. 3, p. 5-28, 1977.

BOULLÓN, R. **Planejamento do Espaço Turístico**. Bauru/SP: EDUSC, 2002.

Boullón, Roberto. **Las actividades turísticas y recreacionales: el hombre como protagonista**. 3 ed. Cidade do México: Trillas Turismo. 1990

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Identidade e Etnia**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRASIL PORTARIA Nº 127, DE 30 DE ABRIL DE 2009. Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. 2009.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo Cultural: Orientações básicas**. Brasília: BRASIL. Constituição (1988). **Constituição**: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BUTLER, Richard W. Problemas e Temas da Integração do Desenvolvimento do Turismo. In: PEARCE, Douglas G. **Desenvolvimento em Turismo: Temas Contemporâneos**. Douglas G. Pearce, Richard W. Butler (orgs.) / tradução de Edite Sciulli – São Paulo. Contexto, 2002.

BUTTNER, Anne. Apreendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio. **As perspectivas da geografia**. 2º Ed. São Paulo: DIFEL, 1985. p. 165-193. Campinas, Papyrus, 2003.

Cardozo Poliana Fabíula. Considerações preliminares sobre produto turístico étnico in **Pasos. Revista de Turismo y Patrimônio Cultural**. Vol. 4 Nº 2 págs. 143-152. 2006.

CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). **Paisagem cultural e sustentabilidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG. 1ª Ed, 2009. 220 p.; il. – (Arquitetura & Cidade).

CASTRO, Demian Garcia. **Significados do conceito de paisagem: um debate através da epistemologia da Geografia**. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Geografia da UERJ, 2004.

CASTRO, Iná. Elias de. Paisagem e Turismo. De estética, nostalgia e política. IN: YÁZIGI, E. Abdo (org). **Turismo e paisagem**. São Paulo: Contexto, 2002, p.121-140.

CECCHIN, A. J. Ações afirmativas: inclusão social das minorias. **Rev. Ciên. Jur.e Soc. da Unipar**. Umuarama. v. 9, n. 2, p. 325-354, 2006.

CHAGAS Miriam de Fátima. Reconhecimento de Direitos Face aos (Des)Dobramentos da História: Um Estudo Antropológico Sobre Territórios de

Quilombos. Universidade Federal do Rio Grande do Sul Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Tese de Doutorado. Porto Alegre, 2005. 375 paginas.

CHAMBERS, R. Participatory Rural Appraisal (PRA): Analysis of Experience. **World Development**, Grã Bretanha, v. 22, n. 9, p. 1253-1268, 1994.

CHAMBERS, R.; GUIJT, I. - DRP: Depois de Cinco Anos, Como Estamos Agora? Tradução de Maria Ruth Takahashi e Marcos Affonso Ortiz Gomez. **Revista Bosques, Árvores e Comunidades Rurais**, Quito, n. 26, p. 04-15, mar. 1995.

CHICICO, Felicidade da Juliana. O Turismo de Base Local como Possível Indutor de Desenvolvimento Rural: uma análise da realidade e das potencialidades no Distrito de Dondo-Moçambique / Felicidade da Juliana Chicico. – Natal, RN, 2012. 97 f.

CICOUREL, Aaron. Teoria e Método em Pesquisa de Campo. In: GUIMARÃES, Alba Zaluar. **Desvendando Máscaras Sociais**. 3ª Edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980, p. 87-121.

CLAVAL Paul. “Geografia cultural: passado e Futuro: uma introdução”. In: CORRÊA, R.L. et al . **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999b. p. 59-97

CLAVAL Paul. A Contribuição Francesa ao Desenvolvimento da Abordagem Cultural na Geografia. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand, Brasil, 2003. p. 147-166.

CLAVAL Paul. **A Geografia Cultural**. Tradução de Luiz Fugazzola Pimenta e Margareth C. A. Pimenta. Florianópolis: Editora UFSC, 2007.

CLAVAL Paul. O Papel da Nova Geografia Cultural na Compreensão da Geografia Humana. In ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (org.) **Matrizes da Geografia Cultural**. EdUERJ, Rio de Janeiro: 2001. p. 35-86.

CLAVAL Paul. Reflexões sobre a geografia cultural no Brasil. **Espaço e cultura** UERJ, n.8. Ag/Dez 1999a p7-29.

CLAVAL Paul. Reflexões sobre a Geografia Cultural no Brasil. **Espaço e Cultura**, nº. 8, 1999b. p

CLAVAL Paul. A volta do Cultural na Geografia. In **Mercator** - Revista de Geografia da UFC, ano 01, número 01, 2002. P 19-28

- CLAVAL Paul. Paisagem dos Geógrafos. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Paisagens, Textos e Identidades**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. p.13 – 74.
- CLAVAL Paul. Reflexões sobre a Geografia Cultural no Brasil. In espaço e cultura, UERJ RJ, nº8 Ago/Dez, 1999. P 7-29
- CLAVAL Paul..A geografia cultural: o estado da arte. In: CORRÊA, R.L. et al. (org.). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999c p. 59-98
- CLAVAL, P. **A geografia cultural**. 2.ed. Florianópolis: UFSC, 2001.
- CORIOLOANO, L. N. M. A Exclusão e a Inclusão Social e o Turismo. *Revista de Turismo y Patrimônio Cultural*. v. 3, n. 2, 2005.
- CORIOLOANO, L. N. M., LIMA, L. C. *Turismo Comunitário e Responsabilidades Socioambiental*.1 ed. Ceará: EDUECE, 2003.
- CORIOLOANO, Luzia Neide M. T.; LEITÃO, Cláudia S.; VASCONCELOS, Fábio P. Turismo, cultura e desenvolvimento na escala humana. In: CORRÊA, M. L., PIMENTA, S. M., ARNDT, J. R. L. (Org.) **Turismo, sustentabilidade e meio ambiente: contradições e convergências**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p. 29-48.
- CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira (org). *Turismo com ética*. Fortaleza: UECE, 1998. 418 p
- CORRÊA Roberto Lobato A Dimensão Cultural do Espaço: Alguns Temas. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, v.1, n. 1, p. 1-22, out. 1995.
- CORRÊA Roberto Lobato Geografia Cultural - Passado e Futuro: Uma Introdução. In: **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro, EDUERJ, 1999.
- CORRÊA Roberto Lobato. Denis Cosgrove – A Paisagem e as imagens. **Espaço e Cultura**, UERJ, nº 29, 2011, p 7-21
- CORRÊA Roberto Lobato. Territorialidade e corporação um exemplo. In: SANTOS, Milton, SOUZA Maria Adélia & SILVEIRA, Maria Laura.(orgs) **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1998, p.251-256.
- CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny A Geografia Cultural Brasileira: Uma Avaliação Preliminar. **Revista Anpege**. v.4 2008. P. 73-88
- CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: EDUERJ Brasil, 2003.

- CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny. Geografia cultural: passado e Futuro: uma introdução. In: CORRÊA, R.L. et al . **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. P. 49-58
- CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny. A Geografia Cultural no Brasil – In: **Revista Anpege**. V.2, 2005. p 97 -102
- CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny. **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.
- CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, imaginário e espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. 228p
- COSGROVE, D. – A Geografia Está em Toda a Parte: Cultura e Simbolismo nas Paisagens Humanas. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny. **Geografia Cultural: Uma Antologia**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012, p. 219-237 .
- COSGROVE, Denis E.; JACKSON, P.– Novos Rumos da Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny. **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 135-146.
- CRUZ, Valter do Carmo - Territórios, Identidades e Lutas Sociais na Amazônia. In: ARAÚJO, Frederico G. B., HAESBAERT, Rogério. **Identidades e Territórios: Questões e Olhares Contemporâneos**. Rio de Janeiro: Acess, 2007, p. 93-121.
- D'ORBIGNY, Alcide. Viagem Pitoresca Através do Brasil. Belo Horizonte. Editora Itatiaia, São Paulo: ED da Universidade de São Paulo, 1976.
- DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. 5.ed. São Paulo: Futura 1998.
- Deus José Antônio Souza de; Rodrigues Thaís Almeida. Percepção de estudantes do ensino médio de Minas Gerais (Capital e Interior) sobre uma paisagem cultural Alternativa no cenário brasileiro contemporâneo: O segmento Afrodescendente da população. In **Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência de esperanças espaços de diálogos e praticas**. Porto Alegre, 2010b.
- DEUS, José Antônio Souza de **Geografia Cultural do Brasil/ Etnogeografia**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, 135 p.

DEUS, José Antônio Souza de Linhas Interpretativas e Debates Atuais no Âmbito da Geografia Cultural, Universal e Brasileira. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 15, n. 25, p. 45-59, 2º. sem. 2005.

DEUS, José Antônio Souza de Paisagens Culturais Alternativas e Protagonismo Etnopolítico de Comunidades Tradicionais no Hinterland Brasileiro. In: TUBALDINI, Maria Aparecida dos Santos, GIANASI, Lussandra Martins. **Agricultura Familiar, Cultura Camponesa e Novas Territorialidades no Vale do Jequitinhonha: Gênero, Biodiversidade, Patrimônio Rural, Artesanato e Agroecologia**. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2012, p. 35-50.

DEUS, José Antônio Souza de Paisagens Culturais Alternativas e Protagonismo Etnopolítico de Comunidades Tradicionais no *Hinterland* Brasileiro. In: TUBALDINI, Maria Aparecida dos Santos, GIANASI, Lussandra Martins. **Agricultura Familiar, Cultura Camponesa e Novas Territorialidades no Vale do Jequitinhonha: Gênero, Biodiversidade, Patrimônio Rural, Artesanato e Agroecologia**. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2012, p. 35-50.

DEUS, José Antônio Souza de Paisagens Culturais Emergentes do Jequitinhonha: O Espaço Vivido das Comunidades Indígenas e Núcleos Quilombolas em Processo de Reterritorialização no Vale. In: **Colóquio Nacional do Núcleo de Estudos em espaços e representações**, 3, 2009, Porto Velho, Anais... Porto Velho, NEER/ SK Editora, 2011, p. 368-374.

DEUS, José Antônio Souza de. Linhas interpretativas e debates atuais no âmbito da Geografia Cultural, Universal e Brasileira. **Caderno de Geografia, Belo Horizonte**, v. 15, n. 25, p. 45-59, 2º sem. 2005.

DEUS, José Antônio Souza Linhas interpretativas e debates atuais no âmbito da Geografia Cultural, universal e brasileira. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 15, n. 25, p. 45-59, 2º. Sem. CORIOLANO, Luzia Neide M. T.; LEITÃO, Cláudia S.; VASCONCELOS, Fábio P. Turismo, cultura e desenvolvimento na escala humana. In: CORRÊA, M. L., PIMENTA, S. M., ARNDT, J. R. L. (Org.) **Turismo, sustentabilidade e meio ambiente: contradições e convergências**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009, p. 29-48.

DEUS, José Antônio Souza Linhas Interpretativas e Debates Atuais no Âmbito da Geografia Cultural, Universal e Brasileira. **Caderno de Geografia**, Belo Horizonte, v. 15, n. 25, p. 45-59, 2º. sem. 2005.

DEUS, José Antônio Souza Paisagens Culturais Alternativas e Protagonismo Etnopolítico de Comunidades Tradicionais no *Hinterland* Brasileiro. In: TUBALDINI, Maria Aparecida dos Santos, GIANASI, Lussandra Martins. **Agricultura Familiar, Cultura Camponesa e Novas Territorialidades no Vale do Jequitinhonha: Gênero, Biodiversidade, Patrimônio Rural, Artesanato e Agroecologia**. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2012, p. 35-50

DEUS, José Antônio Souza; BARBOSA, Liliane de Deus - A Geografia Cultural Contemporânea e os Focos de Tensão no Mundo: Uma Contribuição ao Debate. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 3, n. 7, p. 63-91, set. 2009.

DEUS, José Antônio Souza; BARBOSA, Liliane de Deus. A Geografia Cultural contemporânea e os focos de tensão no mundo: uma contribuição ao debate. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 3, n. 7, p. 63-91, set. 2009.

DEUS, José Antônio Souza; BARBOSA, Liliane de Deus; TUBALDINI, Maria Aparecida dos Santos. O papel das Geociências no contexto “pós-moderno” de revalorização da cultura. In: HENRIQUES, M. H., ANDRADE, A. I., QUINTA-FERREIRA, M., LOPES, F. C., BARATA, M. T., PENA DOS REIS, R. & MACHADO, A. (Org.) **Para aprender com a Terra- memórias & notícias de Geociências no espaço lusófono** (Cap. 41). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012, p. 393-402.

DEUS, José Antônio Souza; BARBOSA, Liliane de Deus; TUBALDINI, Maria Aparecida dos Santos. Realidades culturais na Organização do Espaço: lutas pela terra e emergência de identidades coletivas no contexto da Amazônia sul-americana e brasileira. **Geografia**, Rio Claro (SP), v. 36 (nº. especial), p. 157-167, set. 2011.

DEUS, José Antônio Souza; BARBOSA, Liliane de Deus; TUBALDINI, Maria Aparecida dos Santos - Realidades Culturais na Organização do Espaço: Lutas Pela Terra e Emergência de Identidades Coletivas no Contexto da Amazônia Sul-Americana e Brasileira. **Geografia**, Rio Claro (SP), v. 36 (nº. especial), p. 157-167, set. 2011.

- DEUS, José Antônio Souza; NOGUEIRA, Marly; FANTINEL, Lúcia Maria – Índios e Quilombolas nas Regiões de Antiga Mineração no Brasil: A Dimensão Geohistórica e a Percepção do Espaço, **Caderno de Ciências Humanas**, Belo Horizonte, v. 6, n. 1, p. 68-76, out. 1998.
- Dias, Reinaldo. **Turismo patrimônio e cultura – recursos que acompanham o crescimento das cidades**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- DIAS, Reinaldo. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente**. São Paulo Editora Atlas, 2003
- DIEGUES, Antônio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- DIEGUES, Antônio. C.; ARRUDA, Rinaldo. S. V. (2001). **Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil**. Brasília: MMA.
- ENTRIKIN, J. N. O Humanismo contemporâneo em Geografia. Tradução de Lucila Elisa Lorenz Goes. **Boletim Geografia Teorética**, Rio Claro, v. 10, n. 19, p. 5-30, 1980.
- ESCHWEGE - *Jornal do Brasil*: 1811/ 1817- Relatos Diversos do Brasil Coletados Durante Expedições Científicas. Tradução de Friedrich E. Renger, Tarcísia L. Ribeiro e Günter Augustín. Belo Horizonte: **Fundação João Pinheiro**, 2002, 408 p. Original Alemão.
- ESCHWEGE, W. L. V. - *Brasil, Novo Mundo*. Tradução de Domício F. Murta. Belo Horizonte: **Fundação João Pinheiro**, 1996, 276 p. Original Alemão.
- FERREIRA, Luiz Felipe. Acepções recentes dos conceitos de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. **Revista Território**. Rio de Janeiro, ano V, n. 09, julho/dezembro de 2000. p. 65-83.
- FIABANI, Adelmir. **Mato, Palhoça e Pilão - O Quilombo - Da Escravidão às Comunidades Remanescentes (1532/ 2004)**. São Paulo: Expressão Popular, 2005, 424 p.
- FILHO Luís Lopes Diniz. **Fundamentos epistemológicos da geografia**. Curitiba: Editora IBPEX, 2009.
- FREITAS, Decio. *O Escravismo brasileiro*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982. 176p.

FREITAS, Hartt: **Expeditions in Imperial Brazil - 1865/ 1878**. São Paulo: Metavídeo, 2001a, 250 p.

FREITAS, Marcus Vinicius de. **Charles Frederick Hartt, Um Naturalista no Império de Pedro II**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002b, 282 p.

FREMONT, Armand. **A região e o espaço vivido**. Coimbra: Almedina, 1980.

GIACOMINI Rose Leine Bertaco. **Conflitos Identidade e Territorialização: Estado e Comunidades Remanescentes de Quilombos do Vale do Ribeira de Iguape-SP**. (Tese) Departamento de Geografia Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2010

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3a ed. São Paulo: Atlas, 1996.

GOMES, P. C. da C. **Geografia e modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GONTIJO, Bernardo Machado. Implicações do plantio generalizado de eucaliptos no empobrecimento social e da biodiversidade do alto/médio Jequitinhonha – MG. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, p. 57-77, 2001.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azevedo Turismo e Etnicidade. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 9, n. 19, p. 141-159, out. 2003.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azevedo. A Reserva da Jaqueira: etnodesenvolvimento e turismo. In: RIEDL, M. *et. al.* (org.) **Turismo rural: tendências e sustentabilidade**, Santa Cruz do Sul (RS): EdUNISC, 2002, p. 205-230.

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azevedo. A Reserva da Jaqueira: etnodesenvolvimento e turismo. In: RIEDL, M. *et. al.* (org.) **Turismo rural: tendências e sustentabilidade**, Santa Cruz do Sul (RS): EdUNISC, 2002, p. 205-230.

GRUNEWALD, Rodrigo de Azevedo. **Os índios do descobrimento: tradição e turismo**. Rio de Janeiro. Museu Nacional-Departamento de Antropologia. LACED Contra Capa, 2001.

GUERRERO, Patrícia. **Canoa não é força, é Opinião: o Vale do Jequitinhonha contado e cantado por canoieiros**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de Antropologia, Universidade Estadual de Campinas (SP), Campinas, 2000.

HAESBAERT, Rogério Identidades Territoriais in Manifestações da cultura no espaço / 1999 - ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999. 169-190

HAESBAERT, Rogério. Concepções de Território Para Entender a Desterritorialização. In: SANTOS, Milton, BECKER, Bertha K. **Território, Territórios: Ensaio Sobre o Ordenamento Territorial**. 3ª. Edição. Rio de Janeiro: Lamparina Editora, 2007, p. 43-71.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002 186 p

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na sociologia**. 11ª Edição. Petrópolis (RJ): Vozes, 2007. 224 p.

HEIDRICH, Álvaro Luiz. Território e cultura: Argumento para uma produção de sentido. In: **Maneiras de ler: geografia e cultura** [recurso eletrônico] / Álvaro Luiz Heidrich, Benhur Pinós da Costa, Cláudia Luisa Zeferino Pires (organizadores). – Porto Alegre: Imprensa Livre: Compasso Lugar Cultura, 2013. P.52-61

HOLENDINA Rodes de Oliveira, Ricco Adriana Sartório **Turismo e Desenvolvimento Sustentável de Base Local: Um Estudo de Caso na Comunidade da Ilha das Caieiras**. In DESTARTE v.3, n.1. 2013. Pag 120-145.

HOLZER, Werther. O lugar na geografia humanista, In: **Revista Território**. LAGET, UFRJ, ano IV, nº. 7, jul./dez. Rio de Janeiro, 1999a. P 67-78.

HOLZER, Werther. Paisagem, imaginário, identidade: alternativas para o estudo geográfico. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999b. p.149-168.

HOLZER, Werther.. **Uma Discussão Fenomenológica sobre os Conceitos da Paisagem e Lugar, Território e Meio Ambiente**. Revista Território, Rio de Janeiro, ano II, nº 3, p. 77-85, jul./dez, 1997.

KASHIWAGI, HELENA MIDORI. **Representações da paisagem no Parque Nacional de Superagui: a homonímia sógnica da paisagem em áreas preservadas**. Tese (Doutorado) – Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

KOZEL TEIXEIRA, Salete. **Das imagens às linguagens do geográfico**: Curitiba, a “capital ecológica”. 310 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

LAGE Laura Beatriz. **Paisagem cultural da Serra da Piedade: Caeté/MG: A interface entre Patrimônio Cultural e Patrimônio Ambiental**. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 5a ed. São Paulo: Atlas, 2003 311 p

LEAL, Rosana Eduardo da Silva. “O turismo desenvolvido em territórios indígenas sob o ponto de vista antropológico”. **Caderno Virtual de Turismo**. Vol. 7, nº 3, 2007.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. A (re)significacao da paisagem no período contemporâneo IN Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). **Paisagem, tempo e cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. P 9-28

MACEDO, Roberto Sidnei - **Etnopesquisa Crítica - Etnopesquisa Formação**. 2ª. Edição. Brasília: Liber Livro Editora, 2010, 179 p. (série pesquisa v.15).

MAIA, Luciano Mariz, O Cotidiano dos Direitos Humanos. João Pessoa. Editora Universitária / UFPB. 1999

MALINOWSKI, Bronislaw - Objetivo, Método e Alcance Dessa Pesquisa. IN: GUIMARÃES, Alba Zaluar. **Desvendando Máscaras Sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980, p. 39-61.

MARCON, E. M. G. BARRETTO, M. **O Turismo com Fator de Inclusão Social Via Desenvolvimento Local**. *Encontro Nacional do Turismo com Base Local*. Paraná. 2004.

MARTINS, Anne Bastos; FREITAS, Gustamara Vieira. Turismo e Patrimônio Cultural: possíveis elos entre identidade, memória e preservação. **Estação Científica**, Juiz de Fora, 2006. p 1-23.

MARTINS, Clerton. Patrimônio cultural e identidade: significado e sentido do lugar turístico. In: MARTINS, C. (Org.) **Patrimônio cultural**: da memória ao sentido do lugar. São Paulo: Editora Roca, 2006, p. 39-50.

MARTINS, Clerton. Patrimônio cultural e identidade: significado e sentido do lugar turístico. In: MARTINS, C. (Org.) **Patrimônio cultural**: da memória ao sentido do lugar. São Paulo: Editora Roca, 2006, p. 39-50.

MATOS; Patrícia F.; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar - Observação e Entrevista: Construção de Dados Para a Pesquisa Qualitativa em Geografia Agrária. In: RAMIRES, Júlio Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. **Geografia e Pesquisa Qualitativa: Nas Trilhas da Investigação**. Uberlândia: Assis, 2009. p. 279-291.

MAXIMIANO Liz Aba. Considerações sobre o conceito de paisagem. In **R.Ra'E Ga**, Curitiba. N8, editora. UFPR. 2004, p 83-91

MCDOWELL, Linda. A transformação da geografia cultural. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham. **Geografia Humana. Sociedade, Espaço e** Ciência Social. Rio de Janeiro: Zahar, 159-188, 1996.

MELLO, João Baptista Ferreira de. Geografia humanística: a perspectiva de experiência vivida e uma crítica radical ao positivismo. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, 52, n. 4, p. 91-115. 1990.

MELO, Vera Mayrinck. Paisagem e Simbolismo. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. **Paisagem, Imaginário e Espaço**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 29-48.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. A paisagem como fato cultural. In: YÁZIGI, Eduardo (org.). **Paisagem e Turismo**. São Paulo: Contexto, 2002. p. 29-63

MIKESELL, Marvin. Posfácio: novos interesses, problemas não-resolvidos e tarefas que persistem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Geografia Cultural: um século (II)**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2000. p. 85-109.

Ministério do Turismo, 2006.

MOTTA, Márcia. Dicionário da terra. Rio do Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MOURA, Clovis. Brasil: raízes do protesto negro. São Paulo: Global, 1983.

MUNANGA Kabengele. Origem e histórico do quilombo na África. In **Revista U S P**, S ã O PA U L O (2 8);, Dezembro/fevereiro 95/96. P.56 – 63

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. O negro no Brasil de hoje. São Paulo: Global Editora, 2006. 224p.

NAME, Leonardo dos Passos Miranda. O conceito de paisagem na Geografia e sua relação com o conceito de cultura. **Geotextos (Salvador)**, v. 6, p. 163-186, 2010.

NITSCHKE Letícia Bartoszeck. **Desvendando o espaço vivido da comunidade de Guajuvira e sua relação com o turismo Araucária, Paraná (PR)**. Universidade Federal do Paraná (tese) Curitiba, 2012.

NITSCHKE, Letícia Bartoszeck.; BAHL, Miguel. **Contribuições de base geográfica cultural para o estudo do turismo em comunidades locais**. In: Seminário Internacional de turismo, 11, 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba: OBSTUR/UFPR: Universidade Positivo. 1 CD-ROM

NOGUEIRA. Amélia Regina Batista. Lugar como representação das existências. In: **Maneiras de ler: geografia e cultura** [recurso eletrônico] / Álvaro Luiz Heidrich, Benhur Pinós da Costa, Cláudia Luisa Zeferino Pires (organizadores). – Porto Alegre: Imprensa Livre: Compasso Lugar Cultura, 2013. p.83- 89.

OLIVEIRA Rafael Fabrício. De Cidades, e Paisagens como Bens Culturais como Pensamento em Geografia. **Espaço & Geografia**, Vol.16, No 2, 2013, p.747-779.

OMT. **Introdução ao turismo, Organização Mundial do Turismo**. São Paulo: Roca, 2001. 371 p.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Turismo Internacional uma perspectiva global**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PACHECO DE OLIVEIRA, João. Uma etnologia dos índios misturados? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais”. **MANA**, 4, 1, (1998), p. 47-77

PALAZZOLO, Jacinto de. Nas selvas dos vales do Mucuri e do Rio Doce: como surgiu a cidade de Itambacuri, fundada por Frei Serafim de Gorizia, missionário capuchinho, 1873-1952. 2. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1952.

PIZARRO, José de Souza Azevedo. Memórias Históricas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948, v. 8, t. 2.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELÂNDIA - **Dossiê de Tombamento da Fazenda Alto dos Bois**. Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Angelândia, 2000 a, 17 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELÂNDIA - **Dossiê de Tombamento da Fazenda Alto dos Bois**. Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Angelândia, 2000, p.17.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELÂNDIA **Dossiê de Tombamento Histórico**. Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Angelândia, 2000 b, 80 p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELÂNDIA **FUNDAMENTAÇÃO HISTÓRICA E CULTURAL DA SEDE DA FAZENDA ALTO DOS BOIS** Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer / Divisão de Cultura / Setor de Patrimônio Cultural. Angelândia, 2010 c.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELÂNDIA. **FICHA DE INFORMAÇÕES GERAIS.** Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer / Divisão de Cultura / Setor de Patrimônio Cultural. Angelândia, 2012 e.

QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc van. **Manual de investigação em ciências sociais.** 5. ed. Lisboa: Gradiva, 2008.

RAFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo, Ática, 1993.

RAMOS, Donald “O quilombo e o sistema escravista em Minas Gerais do século XVIII”. In: *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil.* São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. Introdução — Uma história da liberdade p. 10. In REIS, João José e GOMES, Flávio dos Santos. (Org.) **Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Narrativa interessante sobre os *palenques* da Colômbia pode ser encontrada em: ARRAZOLA, Roberto. **Palenque — Primer Pueblo Libre de América.** 3ª. ed. Cartagena de Indias: Casa Editorial, 2003.

RELPH, Edward Place and placelessness. London:Pion. 1980.p. 43-51

RIBEIRO, Winter, Rafael **Paisagem cultural e patrimônio** – Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC. 2007 p. 152;

RICCO, A. S. **Processos culturais do turismo nas representações da identidade em Vila de Itaúnas (ES).** Dissertação de Mestrado – Universidade São Marcos, São Paulo, 2009.

RODRIGUES, L. M. ; MINÉ, G. O. ; TUBALDINI, M. A. S. . O vale do Jequitinhonha em seus múltiplos aspectos: História Campesinato, Artesanato e Seca nas comunidades de Coqueiro Campo, Pinheiro/Minas Novas MG. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, 2012, Uberlândia. Anais do XXI ENGA – Territórios em Disputa: Os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro, 2012. p.1-19.

RODRIGUES, L. M.; DEUS, J. A. S. Paisagens Culturais Emergentes no Vale do Jequitinhonha: Estudo de caso do Sítio Histórico de Alto dos Bois – Angelândia/MG sob as Óticas Etnogeográfica e Geohistoricas In: **2º Colóquio Ibero-Americano Paisagem Cultural, Patrimônio e Projeto: Desafios e Perspectivas**, 2012, Belo Horizonte. ANAIS. Belo Horizonte: IEDS;MACPS;IPHAN, 2012. p. 1-20.

RODRIGUES, Ludimila de Miranda - **A Construção do Espaço Vivido e a Paisagem Cultural da Comunidade Quilombola de Moça Santa – Chapada do Norte/ Vale do Jequitinhonha - MG**. Orientador: José Antônio Souza de Deus. 2011. 125f. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

RODRIGUES, Ludimila de Miranda **Paisagens culturais alternativas no Brasil contemporâneo e vivencia espacial da comunidade indígena Krenak do Sudeste (Vale do Rio Doce/MG)**.. Dissertação (Mestrado) Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2013. 307f

Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. et al (Orgs.). **Territórios, territórios: Ensaio sobre o ordenamento territorial**. 3ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2007, p.43-68.

ROSA Leandro da Silva Os quilombos do Vale do Ribeira e o Movimento Social: O Movimento dos Ameaçados por Barragens do Vale do Ribeira (MOAB). (Dissertação) Mestrado em Sociologia. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP São Paulo, 2007.

ROSENDAHL, Zeny. Cultura, turismo e identidade. In: SILVA, J. B., LIMA, L. C., ELIAS, D. (Org.) **Panorama da Geografia brasileira**. São Paulo: Annablume, 2006, p. 123- 129.

ROSENDAHL, Zeny. Cultura, turismo e identidade. In: SILVA, J. B., LIMA, L. C., ELIAS, D. (Org.) **Panorama da Geografia brasileira**. São Paulo: Annablume, 2006, p. 123- 129.

RUCHMANN, Doris Van de Meene. Turismo e planejamento **sustentável: A proteção do meio ambiente**. Campinas, SP: Papirus, 1997.

RUSCHMANN, D; SOLHA, T. K. (Org.). **Planejamento turístico**. Barueri, SP; Manole, 2006.

SAINT HILAIRE - **Viagem Pelo Distrito dos Diamantes e Litoral do Brasil**. 2ª. Edição. Tradução de Leonam A. Penna. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2004b, p. 233 p.

SAINT HILAIRE, A. - Viagem às Nascentes do Rio São Francisco. 2ª. Edição. Tradução de Regina R. Junqueira. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000a, 199 p.

SAINT-HILAIRE Auguste de [1779-1853]. **Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**, tradução de Vivaldi Moreira. Belo horizonte, Editora: Itatiaia; São Paulo, editora: Universidade de São Paulo. 1975

SALGUEIRO, Tereza. Barata. Paisagem e Geografia. Revista Portuguesa de Geografia Finisterra. Portugal, v. XXXVI, n. 72, p. 37-53, 2001.

SANTILLI, Juliana - **Agrobiodiversidade e Direitos dos Agricultores**. São Paulo: Peirópolis, 2009, 519 p.

SANTOS, Joaquim Felício dos. **Memórias do Districto Diamantino da Comarca do Serro Frio - Província de Minas Geraes**. Rio de Janeiro: Livraria Castilho, 1924.

SANTOS, Joelma Cristina dos, PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. A PESQUISA DE CAMPO NOS CANAVIAIS DO OESTEPAULISTA: o universo dos trabalhadores entre a —sua forma de serll e a exploração do seu —serll. in: RAMIRES, Júlio Cesar de Lima, PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (orgs.) **Geografia e Pesquisa Qualitativa: Nas trilhas da Investigação**. Uberlândia: Assis Editora, 2009. P.123 – 138.

SANTOS, Maria Elisabete Gontijo, CAMARGO, Pablo Matos - Comunidades Quilombolas de Minas Gerais no Século XXI- História e Resistência. Belo Horizonte: **Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva**, 2008, 392 p.

SANTOS, Milton. **O Brasil: Território e Sociedade no Início do Século XXI**. Rio de Janeiro: Record. 2003.

SAQUET, Marcos Aurélio. “O Território: diferentes interpretações na literatura italiana In: RIBAS, Alexandre Domingues, SPOSITO Eliseu S. & SAQUET, Marcos Aurélio (orgs)”. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens. Francisco Beltrão**: Unioeste, 2004. pp. 121-147.

SAUER, Carl O. A Morfologia da Paisagem. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (Org.). **Paisagem, Tempo e Cultura**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998. p.12-74.

- SCANAVINNO NETTO, Eugênio, OLIVEIRA, José Arnaldo. **Amazônia/ Brasil**. São Paulo: *Amazonia.Br*, 2008.
- SCANAVINNO NETTO, Eugênio, OLIVEIRA, José Arnaldo. **Amazônia/ Brasil**. São Paulo: *Amazonia.Br*, 2008.
- SCHLUTER, Regina G. **Metodologia da pesquisa em turismo e hotelaria**. São Paulo ALEPH, 2003.
- SEABRA, G. **Turismo de base local: identidade cultural e desenvolvimento regional**. Paraíba, 2007.
- SEABRA, G. **Turismo de base local: identidade cultural e desenvolvimento regional**. Paraíba, 2007.
- SEABRA, L. Turismo sustentável: planejamento e gestão. In: CUNHA, S. B., GUERRA, A. J. T. (Org.) **A questão ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil. 2003, p. 153-190.
- Silva Rosijane Evangelista da, CARVALHO Karoliny Diniz. **Turismo Étnico em comunidades quilombolas: perspectiva para o etnodesenvolvimento em Filipa (Maranhão, Brasil)**. In Turismo & Sociedade, Curitiba, v. 3, n. 2, p. 203-219. 2010
- SILVA, Djalma Antônio da O passeio dos quilombolas e a formação do quilombo urbano. Tese de doutorado. São Paulo: PUC, 2005
- SILVA, Magda Valéria da, RAMIRES, Júlio Cesar de Lima. O discurso do Sujeito Coletivo e os Impactos da Mitsubishi na Cidade de Catalão/Goiás: uma aplicação de abordagem qualitativa in: RAMIRES, Júlio Cesar de Lima, PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (orgs.). **Geografia e Pesquisa Qualitativa: Nas trilhas da Investigação. Uberlândia**: Assis Editora, 2009.
- SILVA, SAULO RONDINELLI XAVIER DA.; BOMFIM, NATANAEL REIS COSTA, T. C. **Turismo e Educação Patrimonial: relação dialética e estratégias de participação popular**. In: Seminário Internacional de Turismo, 11, 2009,
- SILVEIRA, Carlos Eduardo; MEDAGLIA Silveira, Juliana (coord.). **Perfil da demanda turística real de Diamantina e região: características de viagem, motivações, percepções e expectativas**. Diamantina: UFVJM, 2009/ 1.
- SILVEIRA, Carlos Eduardo; MEDAGLIA Silveira, Juliana (coord.). **Perfil da demanda turística real de Diamantina e região: características de viagem, motivações, percepções e expectativas**. Diamantina: UFVJM, 2009/ 2.

SILVEIRA, Carlos Eduardo; MEDAGLIA Silveira, Juliana (coord.). **Perfil da demanda turística real de Diamantina e região:** características de viagem, motivações, percepções e expectativas. Diamantina: UFVJM, 2010/ 1.

SILVEIRA, Carlos Eduardo; MEDAGLIA Silveira, Juliana (coord.). **Perfil da demanda turística real de Diamantina e região:** características de viagem, motivações, percepções e expectativas. Diamantina: UFVJM, 2010/ 2.

SOUZA, Marcelo José Lopes. O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Ines. E., GOMES, Paulo C. C., CORREA, Lobato. R. (Orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

STEHMANN, João Renato. **Guia Ilustrado do Arboreto do Cerrado**. A Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

SWARBROOKE, J. **Série Turismo Sustentável**. 2ed. São Paulo. Editora Aleph, 2000.

SWARBROOKE, J. Série Turismo Sustentável. 2ed. São Paulo. Editora Aleph, 2000.

TALAVERA, Agustín Santana. Turismo cultural, culturas turísticas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 9, n. 20, p. 31-57, out. 2003.

TALAVERA, Agustín Santana. Turismo cultural, culturas turísticas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 9, n. 20, p. 31-57, out. 2003.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva - **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação**. São Paulo, Atlas, 1987, 176 p.

TSCHUDI Johann Jakob Von [1818-1889]. **Viagens através da América do Sul**. **Belo Horizonte:** Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais. Tradução Friedich E. Renger e Fábio Alves Júnior. 664 p, 2v. 2006

TUAN, Yi-fu. **Espaço e Lugar**. São Paulo: DIFEL, 1983.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Tradução de Livia de Oliveira. Rio de Janeiro: Difel, 1980.

URRY, J. **O olhar do turista:** lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: EDUSC, 1996.

VEIGA, José Pedro Xavier da. **Efemérides Mineiras - 1664-1897**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2. ed.1998,

VEIGA, José Pedro Xavier da. **Efemérides Mineiras - 1664-1897**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2. ed.1998,

- VIEIRA Noemia Ramos. **As Questões geográficas do ensino superior e do ensino fundamental a partir da formação continuada do professor das categorias Lugar, Paisagem, Território e Região: Um Estudo da Diretoria de Ensino de Marília-SP**. Tese de doutorado elaborada junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP. 2007
- VIGNA, Anne. Em nome da Natureza... Tradução de Marci Helaine. **Le Monde Diplomatique**, Paris, p. 1-7, jul. 2006.
- WAGNER, Philip; MIKESELL, Marvin. Os temas da Geografia Cultural In: CORRÊA, Lobato. Roberto; ROSENDAHL, Zeny. (Org.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 2003. p. 27-62.
- WOITOWICZ Karina Janz. Minorias Sociais na Pauta da política midiaticizada identidade e diferença como expressões Folkcomunicacionais no horário gratuito de propaganda eleitoral em 2006. In **REVISTA INTERNACIONAL DE FOLKCOMUNICAÇÃO**, VOL. 4, NO 8 (2006)
- YÁZIGI, Eduardo (org.). **Paisagem e Turismo**. São Paulo: Contexto, 2002. 226p. p.29-64
- ZANATTA, B. A. A Abordagem Cultural na Geografia. **Temporis(ação) (UEG)**, v. 1, p. 249-262, 2008.